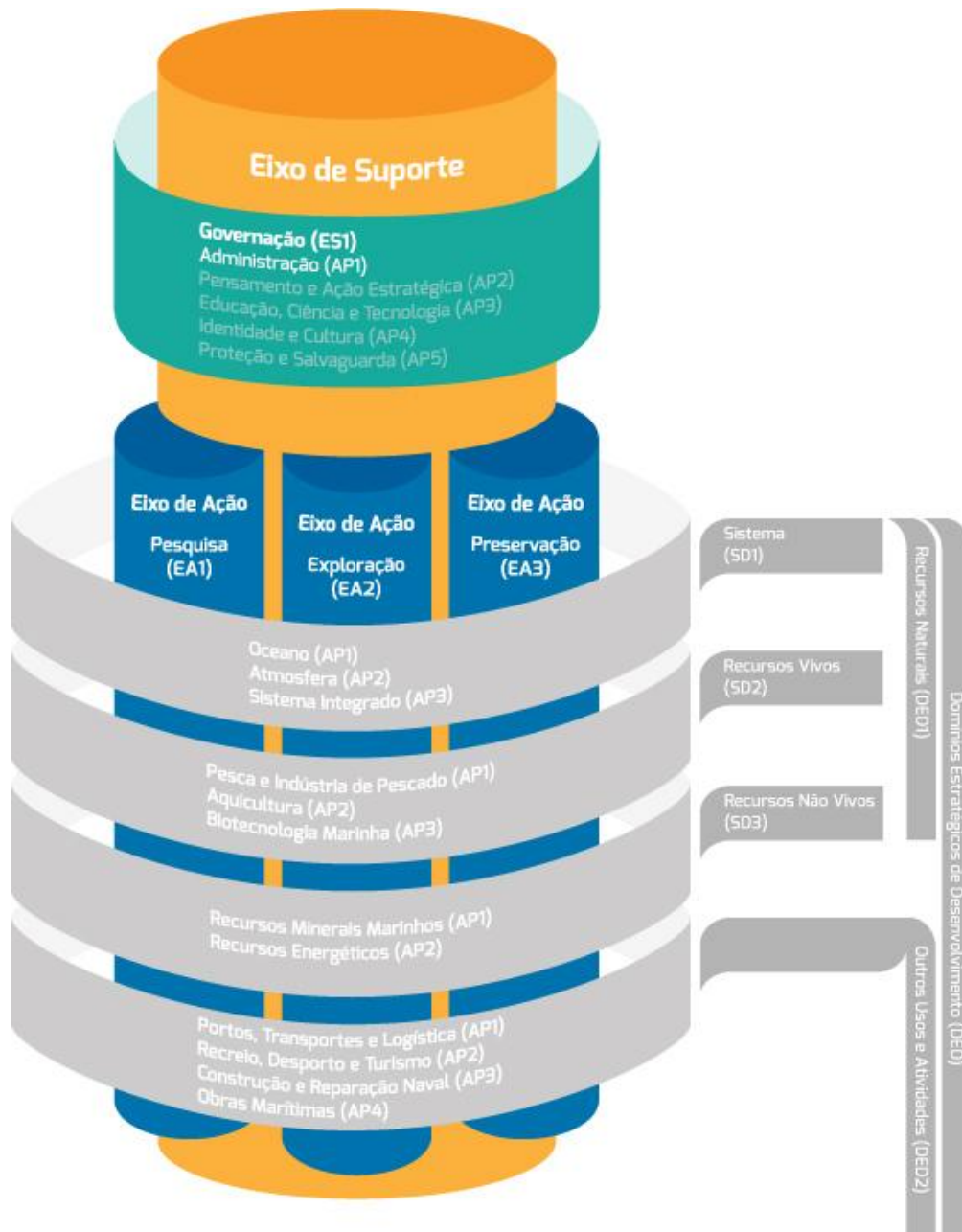




**ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA A
ÍNDICE DOS PROGRAMAS DE AÇÃO**

ES1 - GOVERNAÇÃO

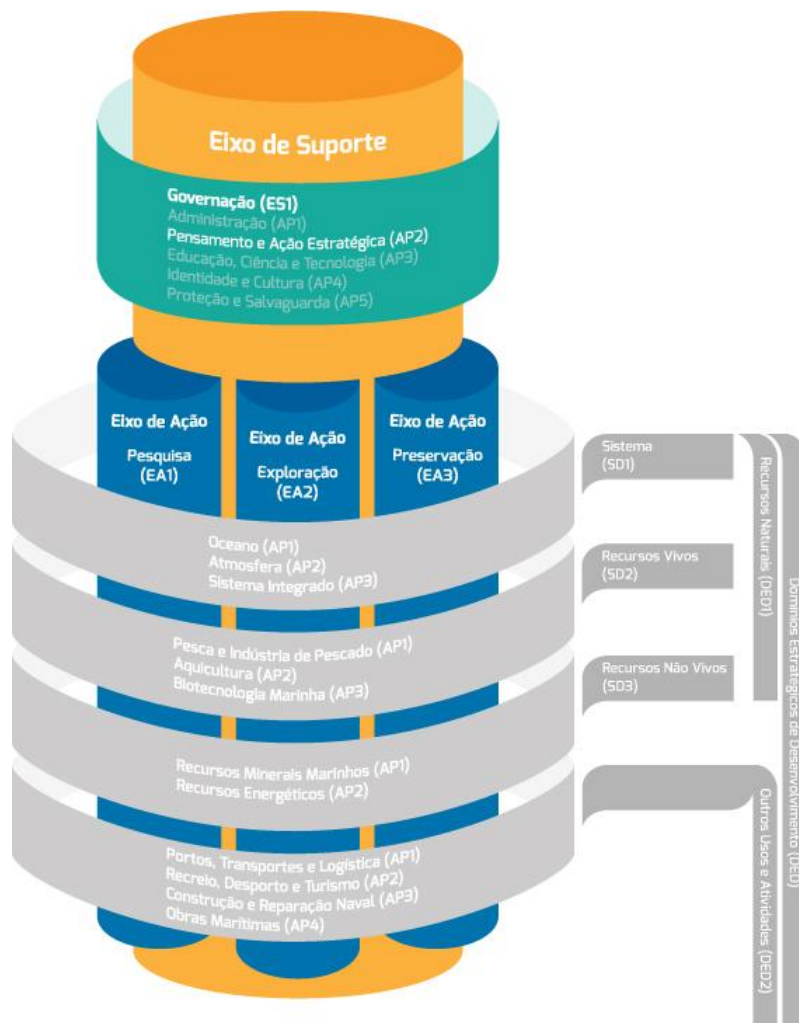
ADMINISTRAÇÃO	
Estrutura Orgânica	
	Reforma da Administração
Simplificação Administrativa	
	Regulação, Regulamentação e Licenciamento
	Promoção de Atividades e Competitividade
PROMAR / Programas Operacionais do Mar	
	PROMAR / FEAMP
Dados e Informação	
	Política Nacional de Dados e Informação do Mar e da Atmosfera
Administração Marítima	
	Registo de Navios
	Regulamento da Náutica de Recreio
	Regulamento de Inscrição Marítima
Ordenamento do Espaço Marítimo	
	Nacional
	Transfronteiriço
	Plataforma Eletrónica de Suporte



ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

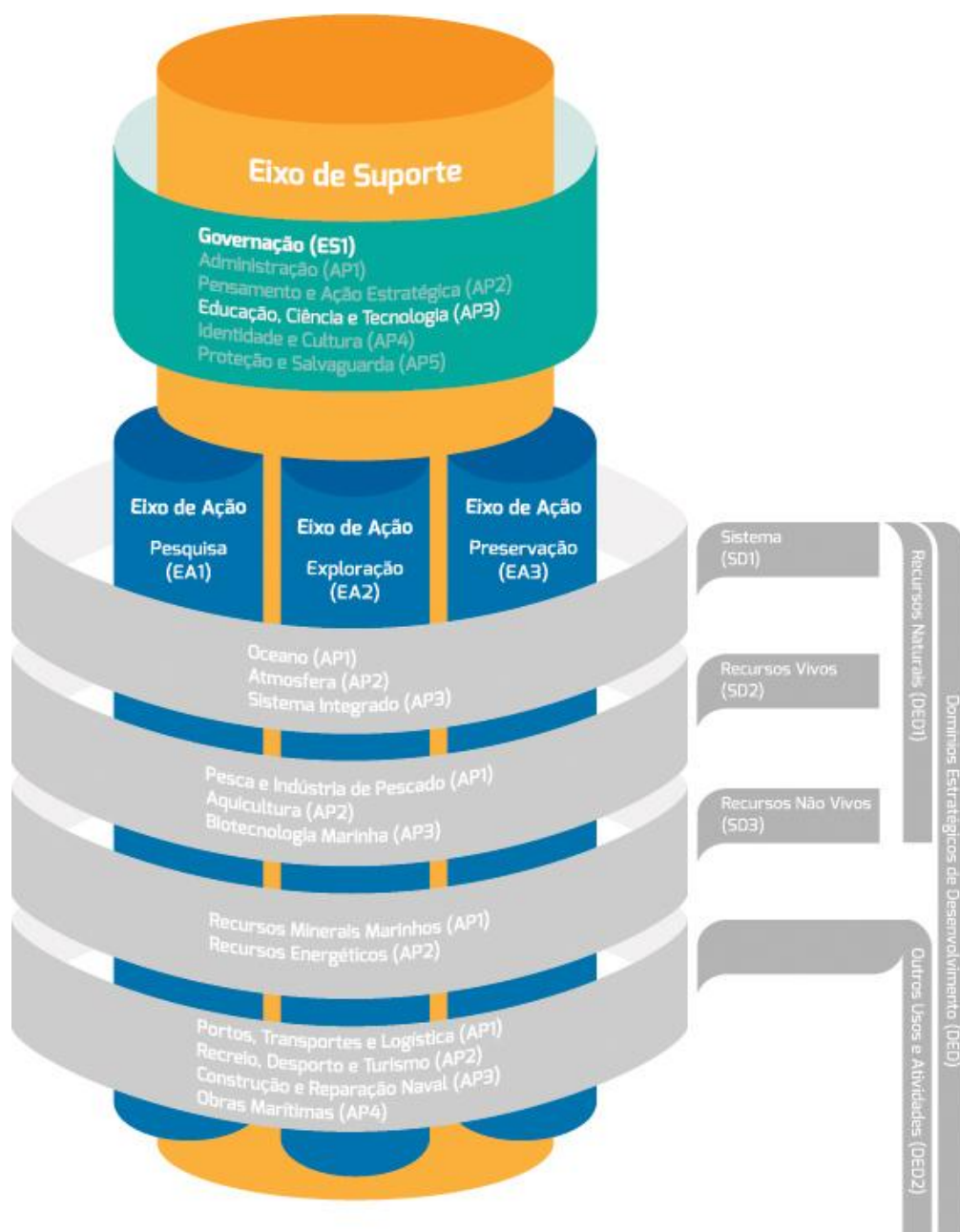
Análise Estratégica	
	Prospetiva e Planeamento
	Monitorização e Indicadores
	Conta Satélite
UE/EEA	
	Política Marítima Integrada
	Política Comum de Pescas
	Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico (EMUEAA)
	Cooperação PT-EEA
Internacional	
	Nações Unidas
	União Africana
	CPLP
	Convenção OSPAR
	União Europeia (Ação Externa)
	Cooperação Bilateral com Países Amigos
Nacional	
	Estratégia Nacional para o Mar
	Extensão da Plataforma Continental
	Linhas de Base de Portugal
	Plano Estratégico Nacional para as Pescas 2014-2020
	Plano Estratégico Nacional para os Portos de Pesca 2014-2020
	Plano Estratégico Nacional para a Aquicultura 2014-2020
Regional/Local	
	Polos de Mar



ES1 - GOVERNAÇÃO

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

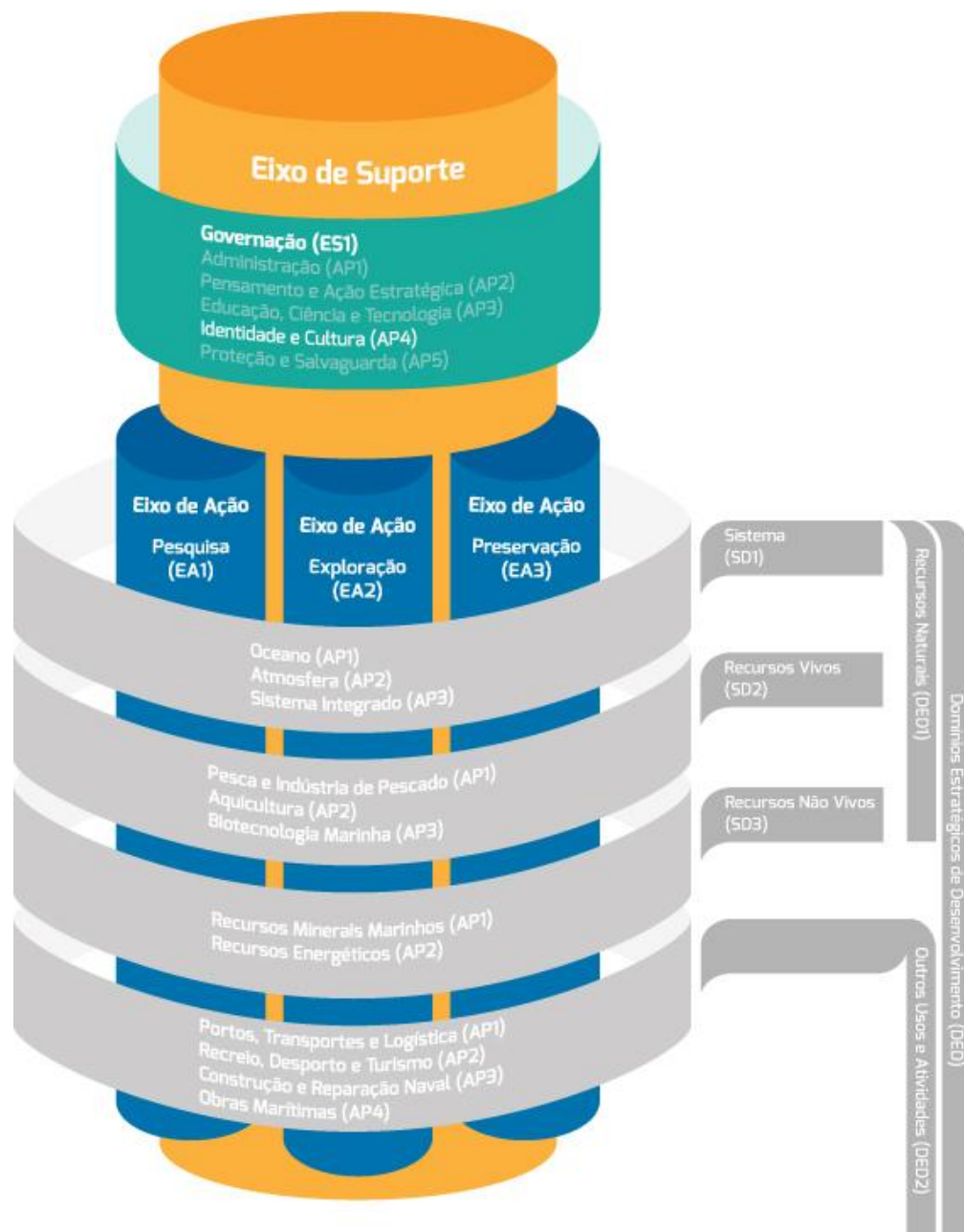
Educação	
	Literacia do Mar
	Formação Profissional
Capacitação Científica	
	Escola da Náutica e do Mar
Capacitação Tecnológica	
	Robótica, Sensores e Instrumentação
	Plataformas de Investigação
Campus Mar Portugal	
	Educação
	Ciência
	Tecnologia



ES1 - GOVERNAÇÃO

IDENTIDADE E CULTURA

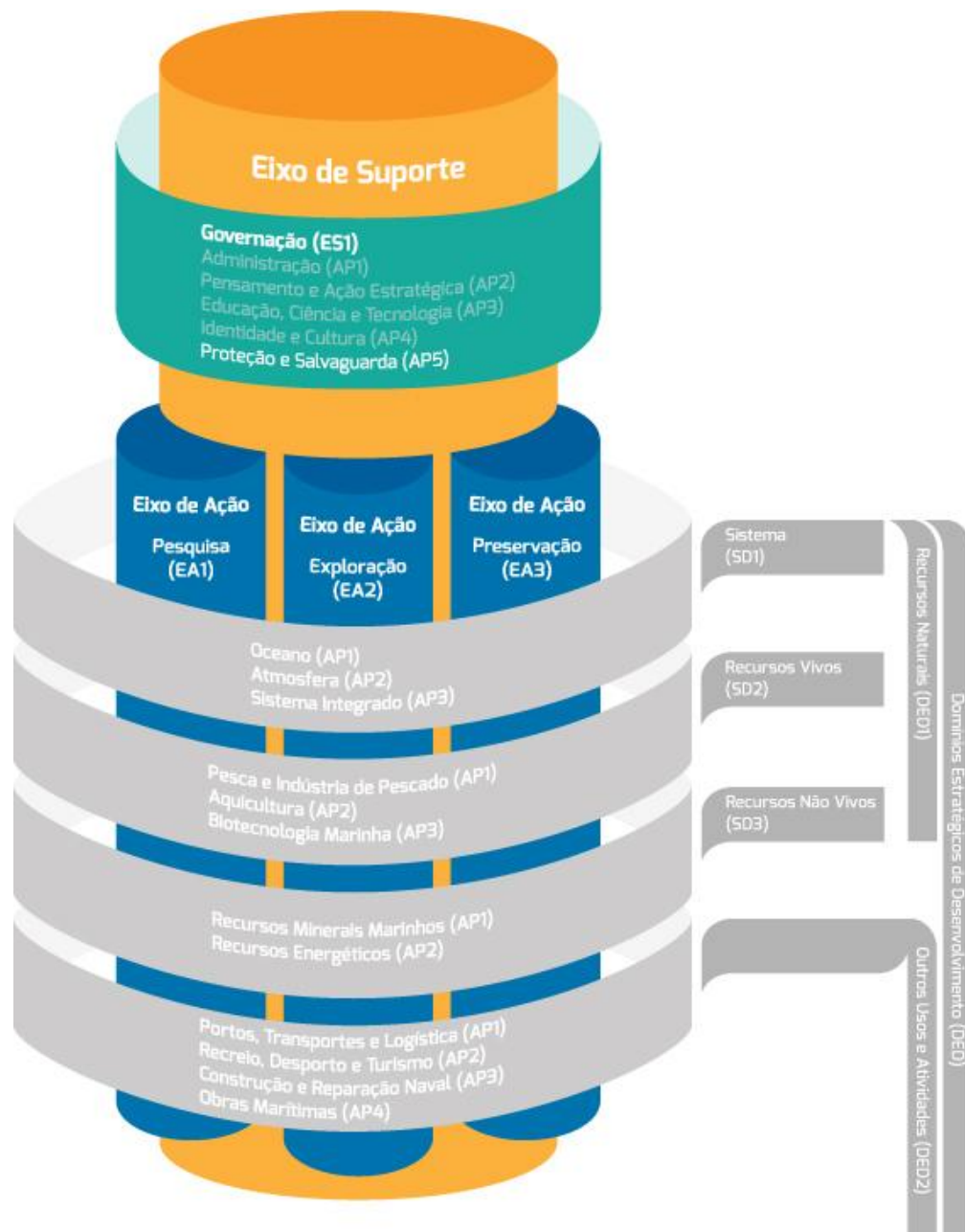
	Identidade Marítima
	Eventos Mar Portugal
	Agenda para o Mar
	Património
	Cultural
	Natural



ES1 - GOVERNAÇÃO

PROTEÇÃO E SALVAGUARDA

	Monitorização e Vigilância Integrada
	Common Information Sharing Environment – CISE
	Centro Internacional de Luta Contra a Poluição do Atlântico Nordeste - CILPAN
	Alerta Precoce
	Proteção Civil e Emergência
	Agricultura
	Mar e Atmosfera
	Controlo
	Acesso a Recursos Marinhos

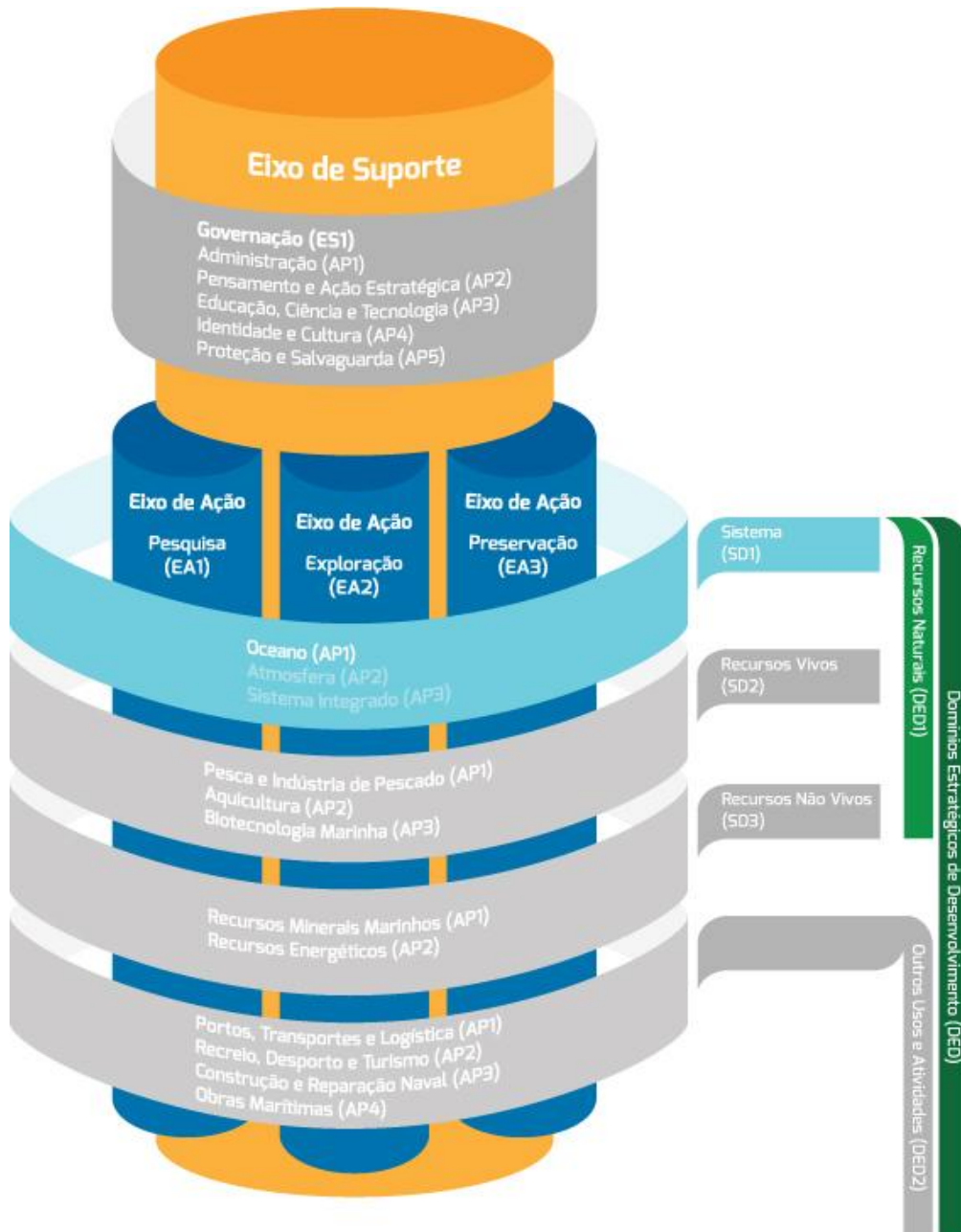


DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

OCEANO

Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)	
	Gestão da Directiva Quadro Estratégia Marinha
	Indicadores Marinhos para o Bom Estado Ambiental (BEA)
	Sistema de Apoio à Decisão
	Lixo Marinho
Áreas Classificadas - Marinhas	
	Sistema Nacional
Observação e Conhecimento	
	Biodiversidade Marinha - M@rBis
	Pressões Antropogénicas e Ambientais nos Sistemas Pesqueiros
	Caracterização das Capturas Acessórias e Rejeições



DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

ATMOSFERA

Meteorologia

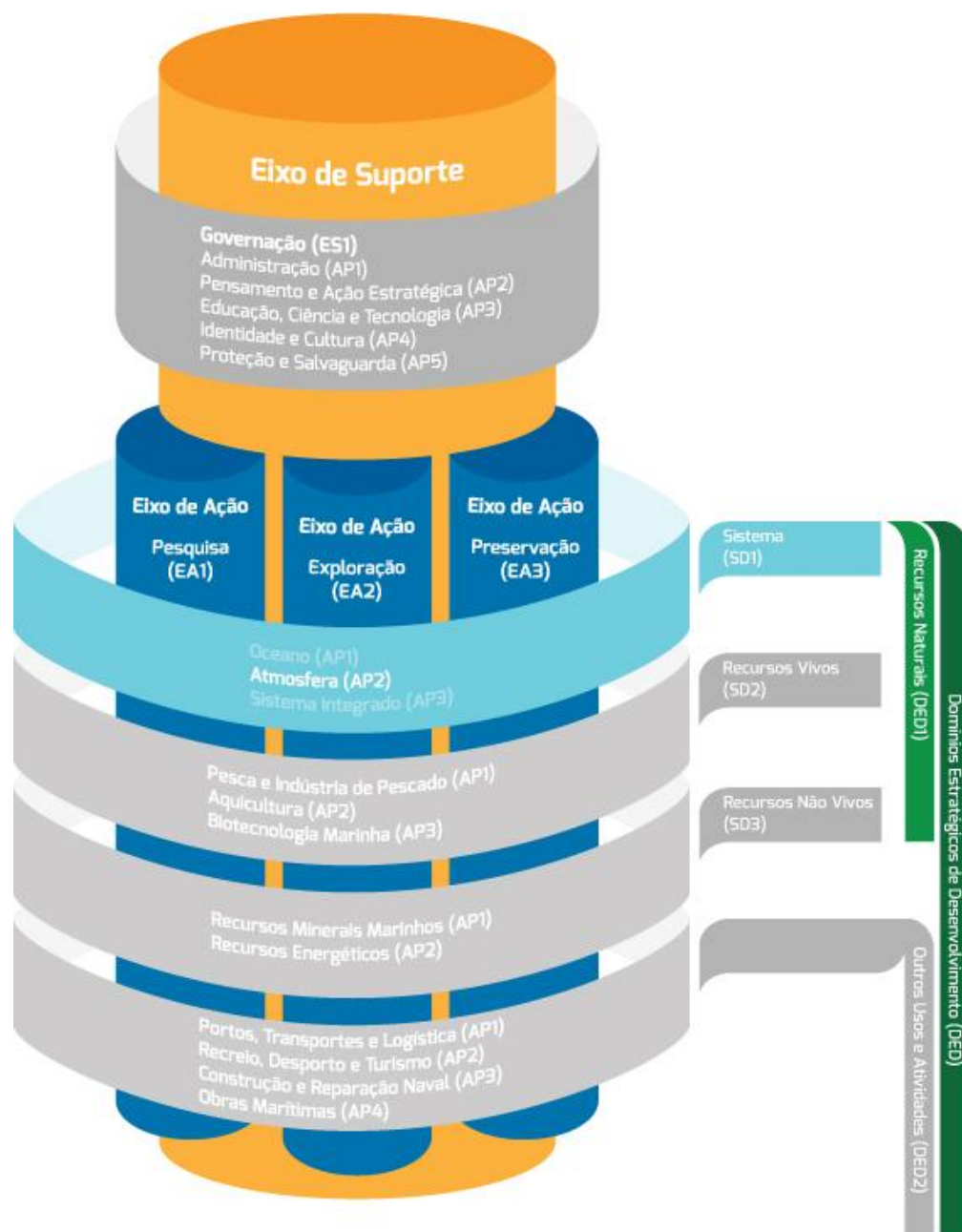
Now Cast de Fenómenos Meteorológicos Extremos

Processos Climáticos de Superfície

Observação e Conhecimento

Observação e Modelação Meteorológica e Climática

Rede de Radares Meteorológicos

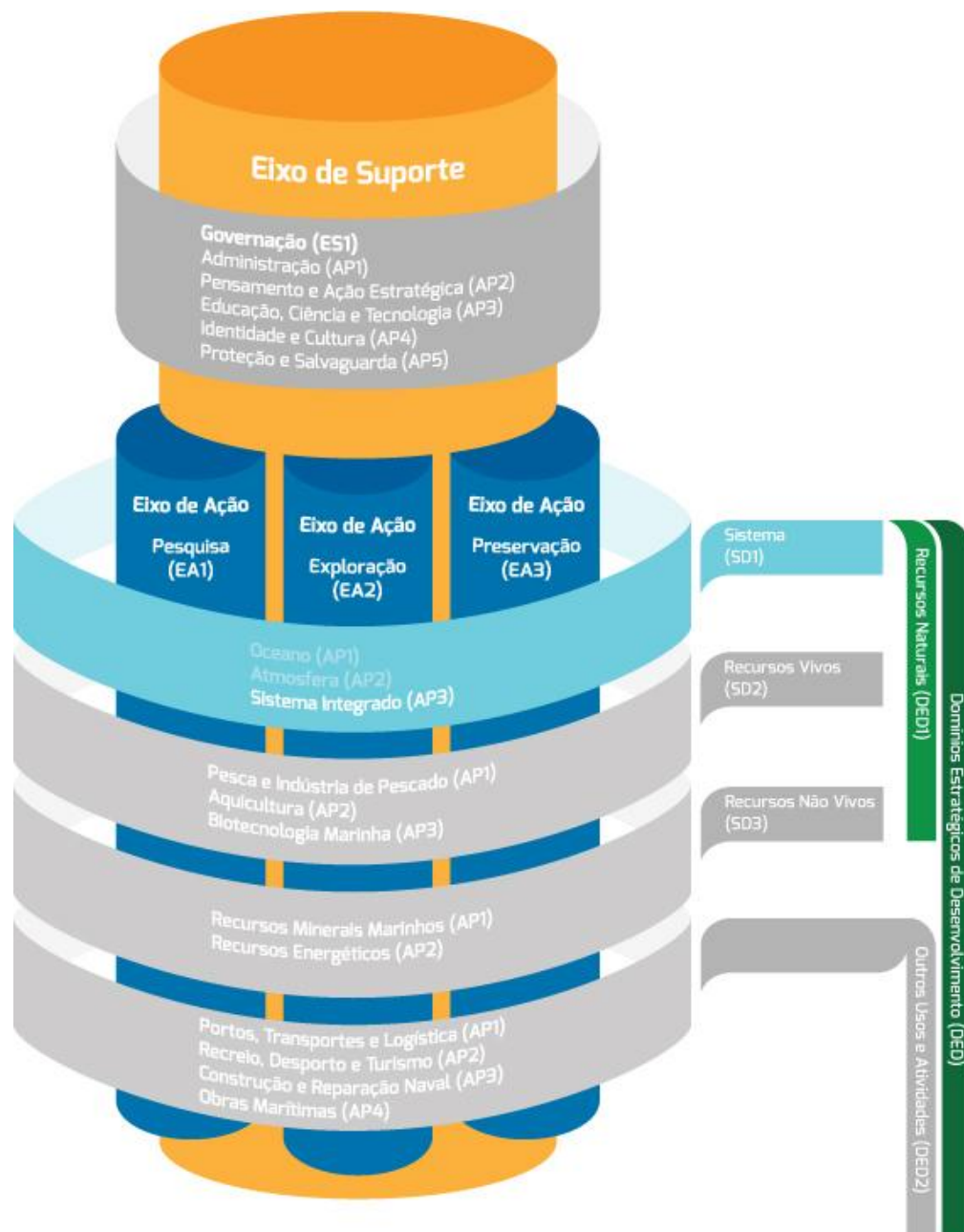


DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

SISTEMA INTEGRADO

Alteração Climática	
	Análise Multi-escala Temporal
	Variabilidade dos Ecossistemas Marinhos
	Variações climáticas e ambientais no Pliocénico e no Quaternário
Riscos e Sistemas de Alerta Precoce	
	Sobre-elevação da água do mar - SURGE
	Alerta Geofísico Precoce
Observação e Conhecimento	
	Informação Geográfica Integrada
	Estrutura de Modelação Oceânica - EMOCEAN
	Infraestruturas e Equipamentos Operacionais
	Projecto de Extensão da Plataforma Continental - PEPC



DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

PESCA E INDÚSTRIA DO PESCADO

Valorização dos Recursos Pesqueiros

Cadeia de Valor dos Recursos Vivos Marinhos

Internacionalização

Instrumentos de Gestão

Plano Nacional de Amostragem Biológica - PNAB

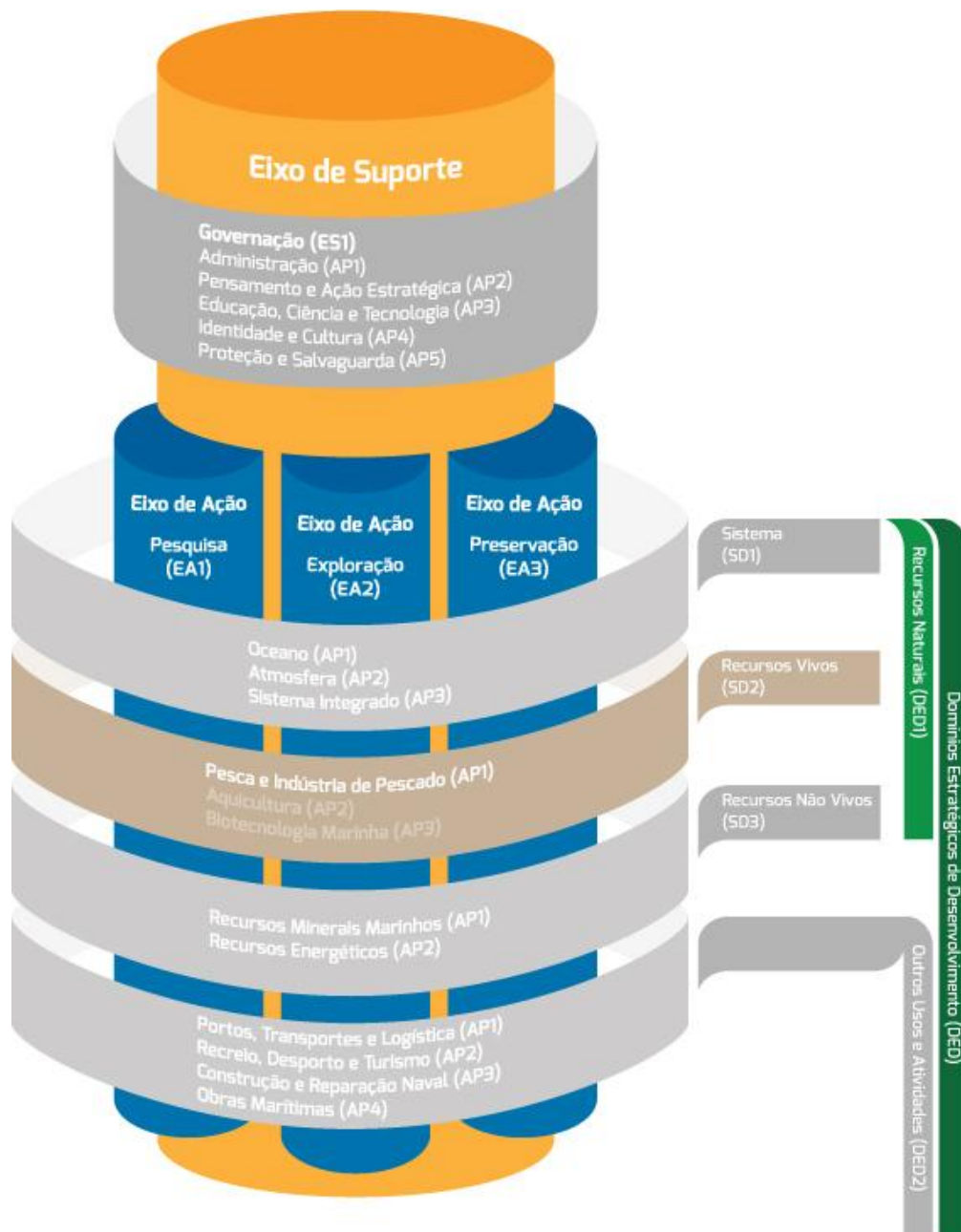
Sistema Integrado de Fiscalização da Atividade da Pesca - SIFICAP

Sistema de Monitorização Contínua da Pesca - MONICAP

Artes, Meios e Métodos

Seletividade da Pesca e Minimização de Capturas Acessórias e de Rejeições

Eficiência Energética

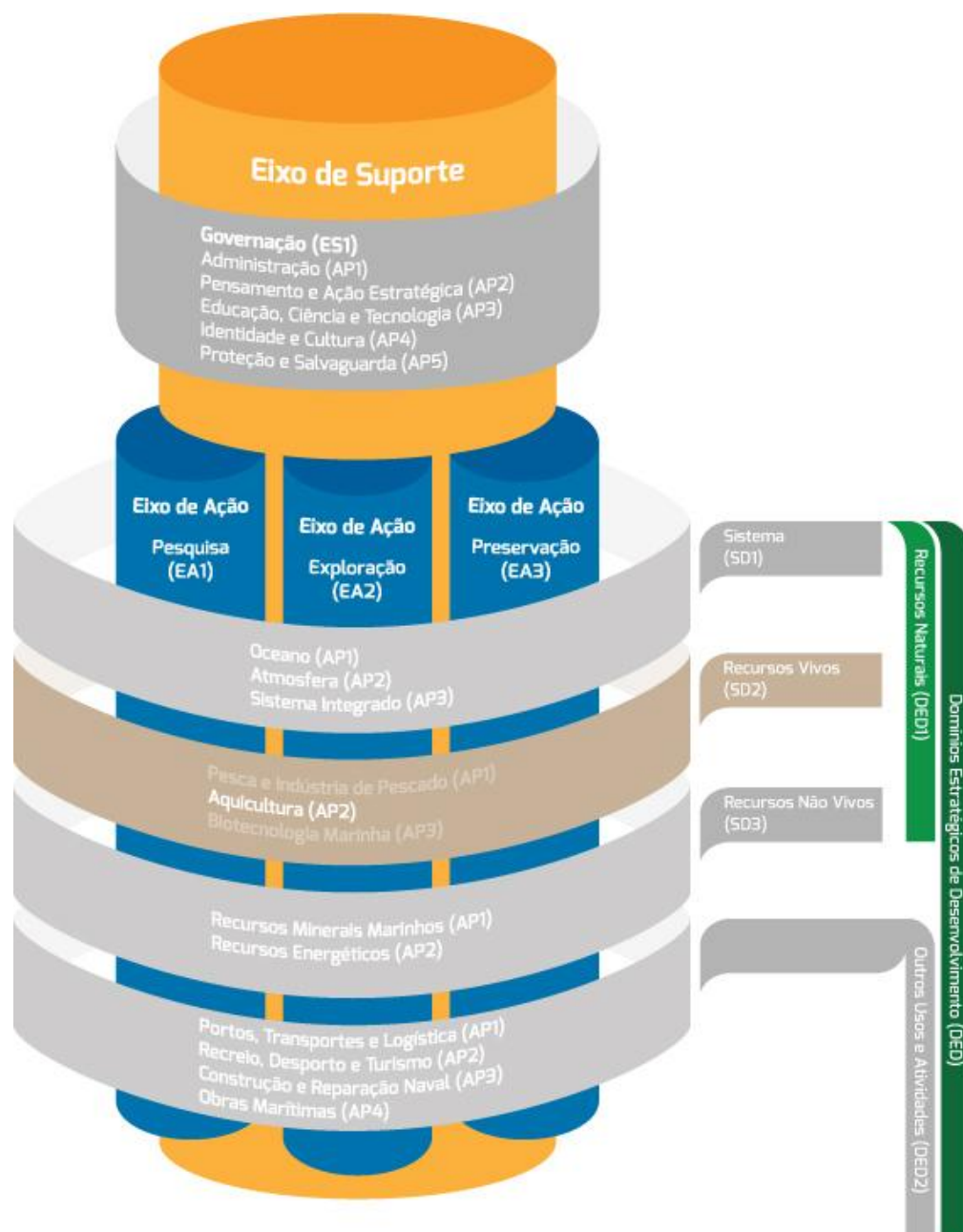


DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

AQUICULTURA

	Valorização da Aquicultura
	Cadeia de Valor
	Instrumentos de Gestão
	Zonamento
	Artes, Meios e Métodos
	Aquicultura e Moluscicultura Sustentáveis

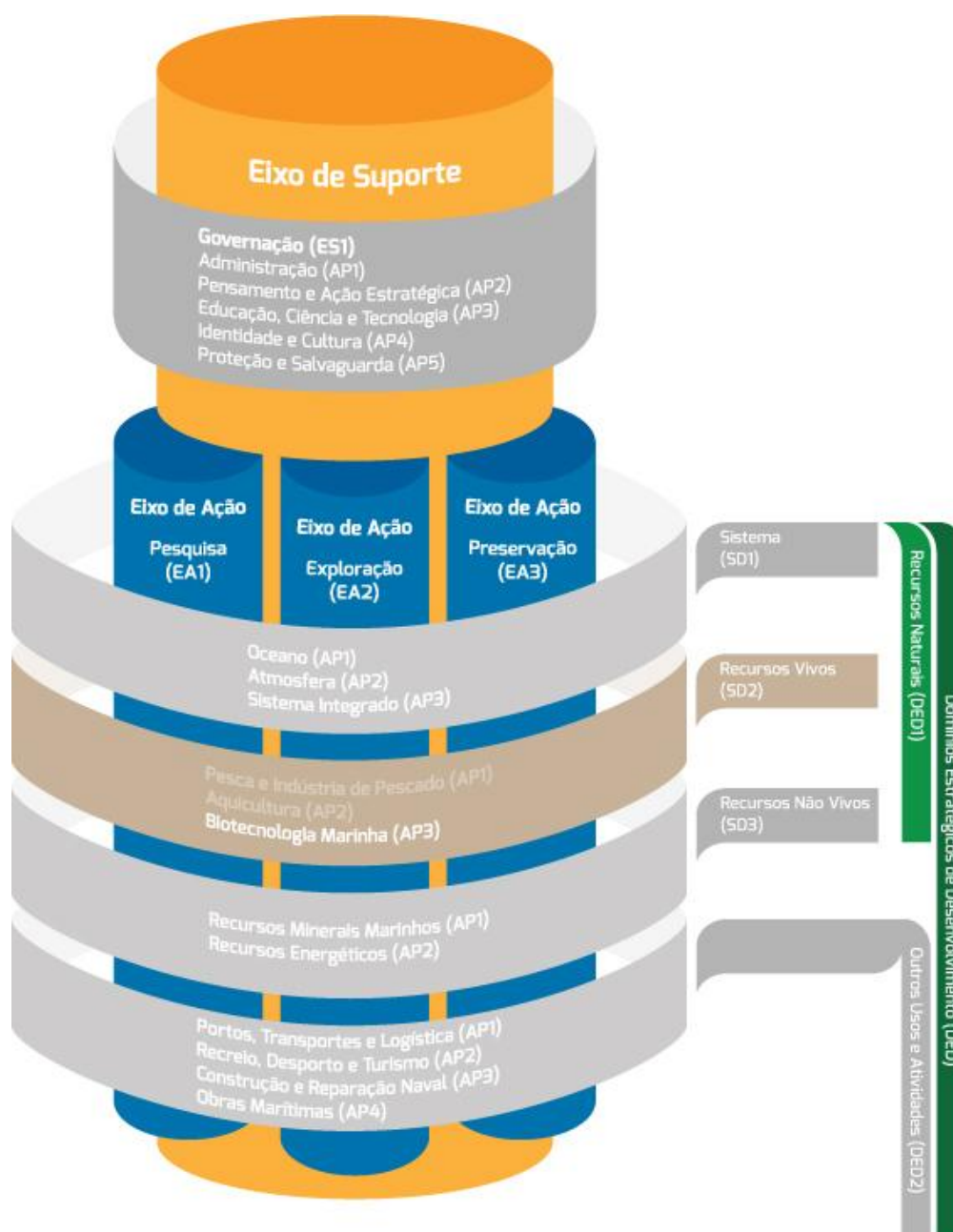


DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

BIOTECNOLOGIA MARINHA

	Valorização Biotecnológica
	Valorização dos Produtos do Mar
	Repositório
	Infraestrutura Nacional de Referência (Biodiversidade e Recursos Genéticos)



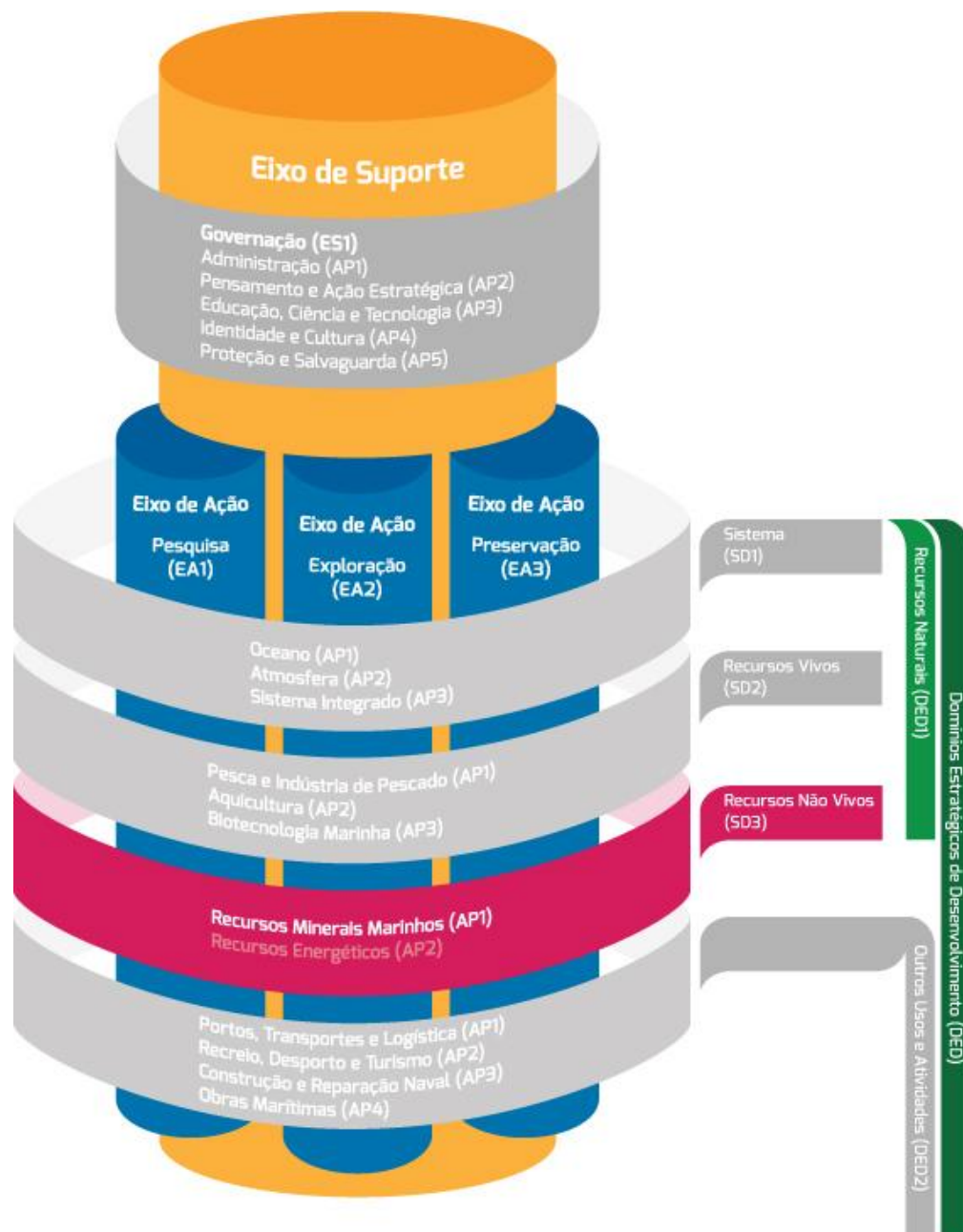
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD3 - RECURSOS NÃO VIVOS

RECURSOS MINERAIS MARINHOS

(Programa de Ação)

(em desenvolvimento)



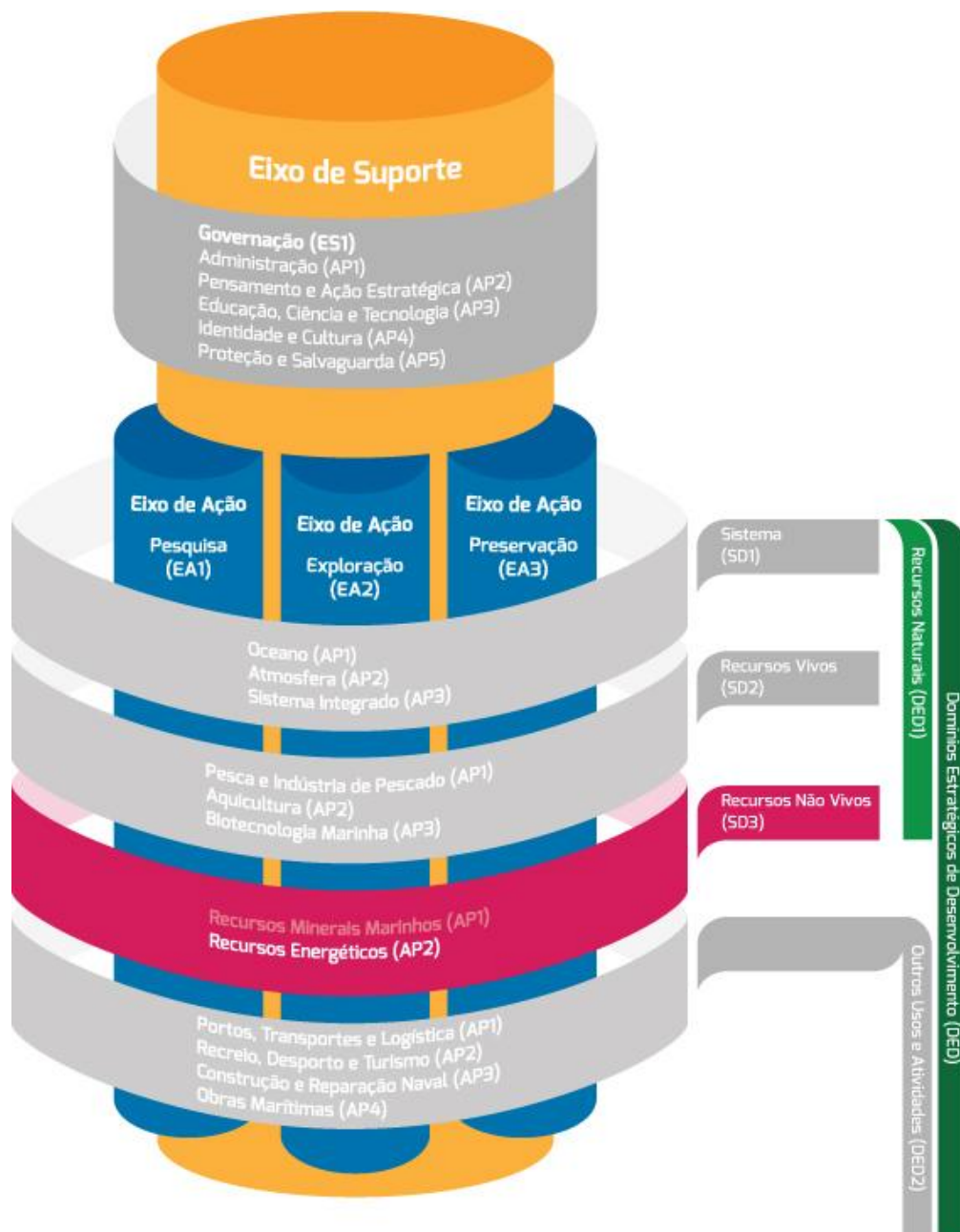
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD3 - RECURSOS NÃO VIVOS

RECURSOS ENERGÉTICOS

(Programa de Ação)

(em desenvolvimento)



DED2 - OUTROS USOS E ATIVIDADES

PORTOS, TRANSPORTES E LOGÍSTICA

(Programa de Ação)

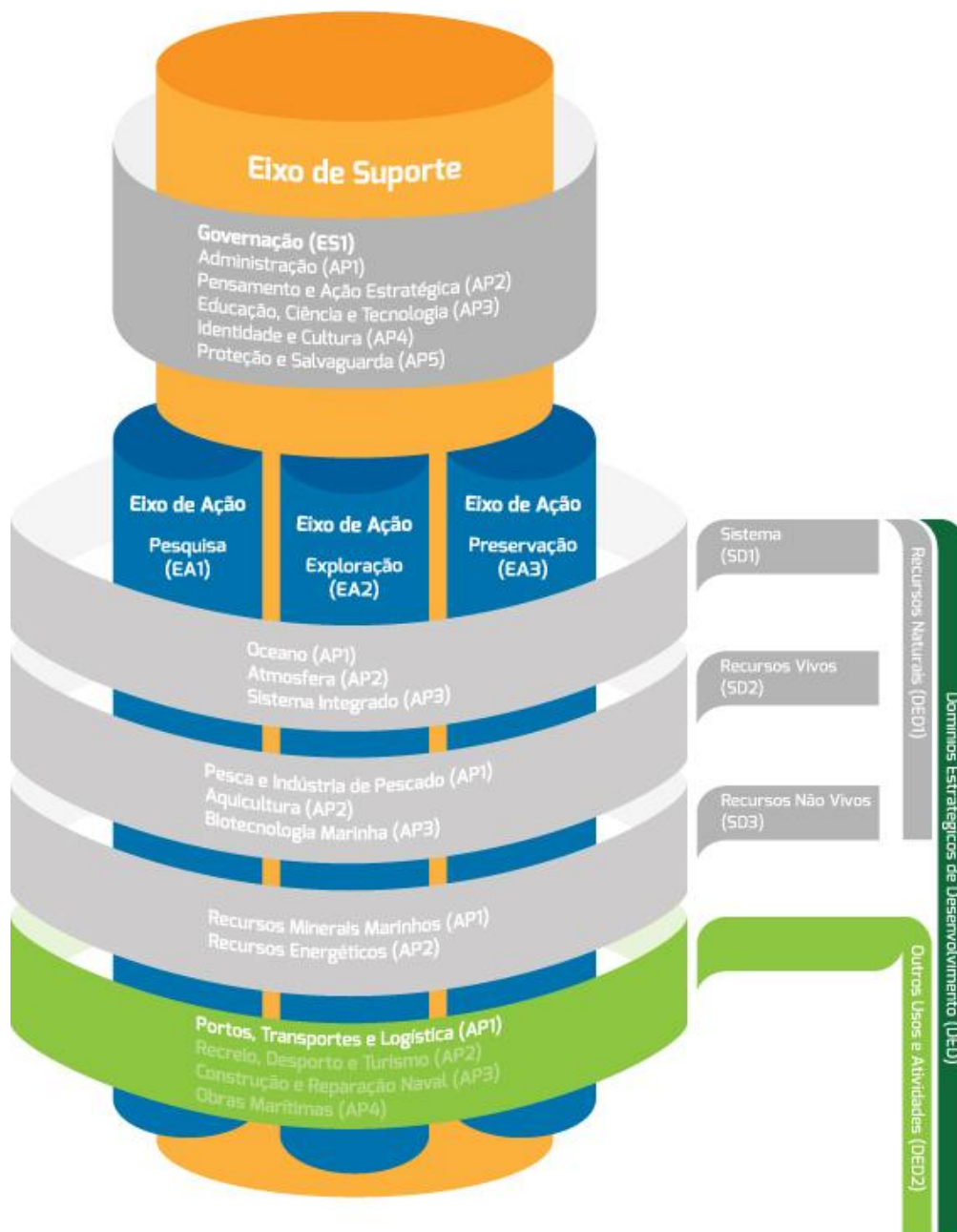
Plano Nacional Marítimo-Portuário
(em desenvolvimento)

Monitorização e Controlo

Vigilância e Monitorização Integrados - NIPIM@R
Serviço de Controlo de Tráfego Marítimo - VTS

Portos de Pesca e Lotas

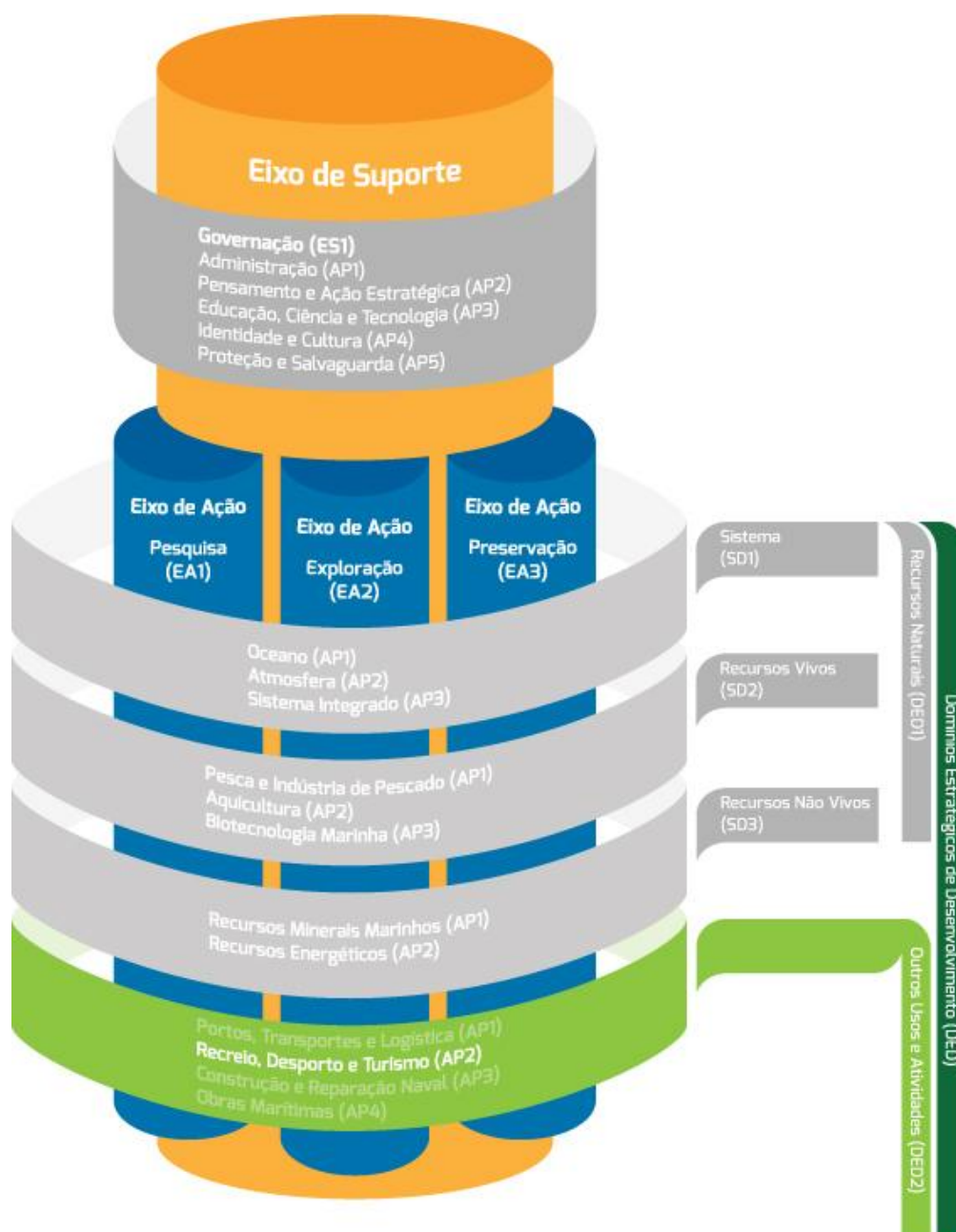
DOCAPESCA



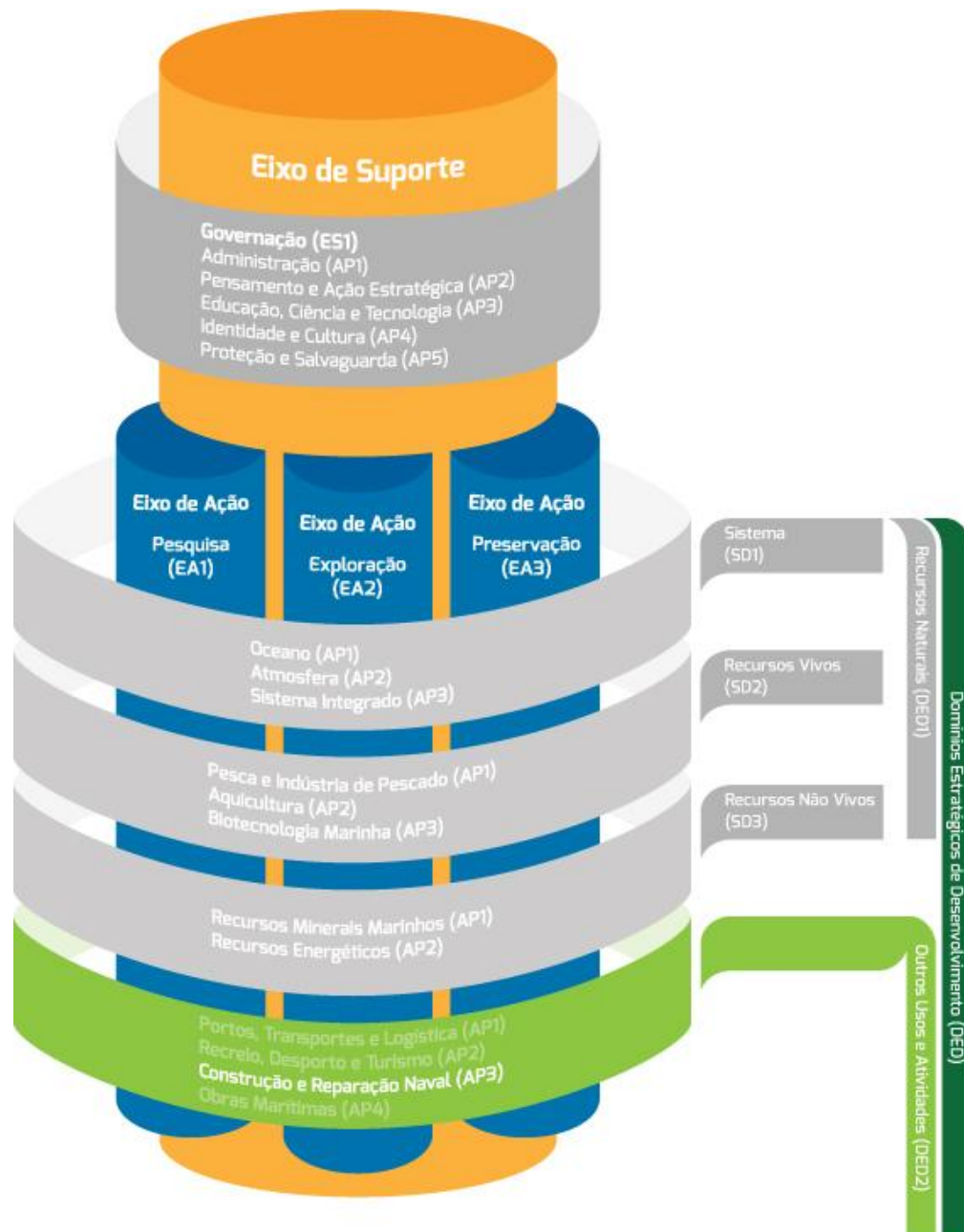
DED2 - OUTROS USOS E ATIVIDADES

RECREIO, DESPORTO E TURISMO

	Portugal Náutico
	Clubes do Mar
	Polos do Mar - componente náutica
	Eventos Desportivos
	Pesca Lúdica



DED2 - OUTROS USOS E ATIVIDADES	
CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL	
	(Programa de Ação)
	(em desenvolvimento)



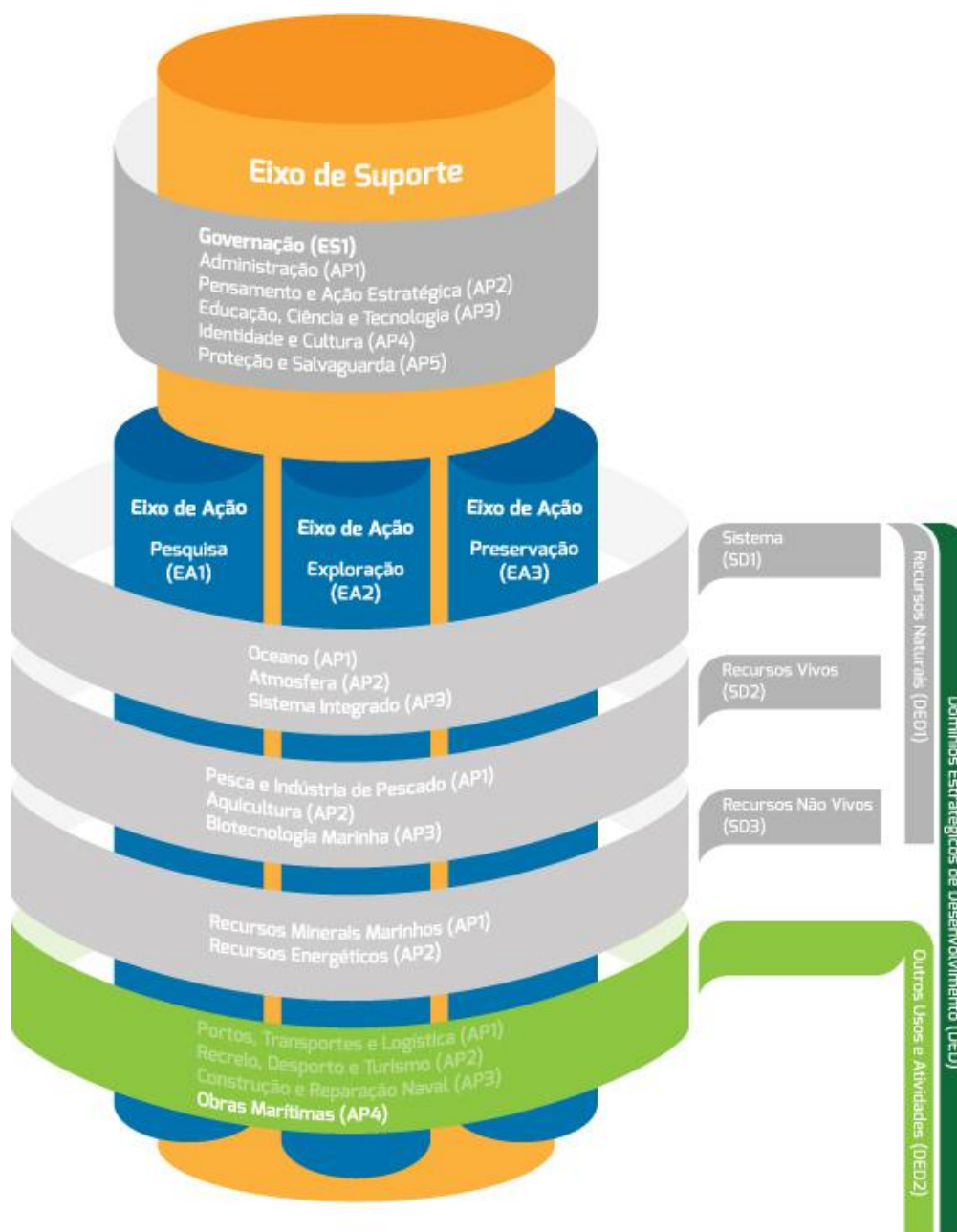
DED2 - OUTROS USOS E ATIVIDADES

OBRAS MARÍTIMAS

Valorização e Proteção do Litoral

Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral (PAPVL) 2012-15

Acesso ao Mar



The image features a close-up of the Portuguese flag on the left side, showing its characteristic green and red vertical stripes and the central shield with a white field containing five blue dots and a golden crown. The background is a scenic view of a coastal city, likely Lisbon, with buildings and a harbor visible across a body of water under a clear blue sky.

GOVERNAÇÃO

**ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA B
GOVERNAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO**

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1101

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s)

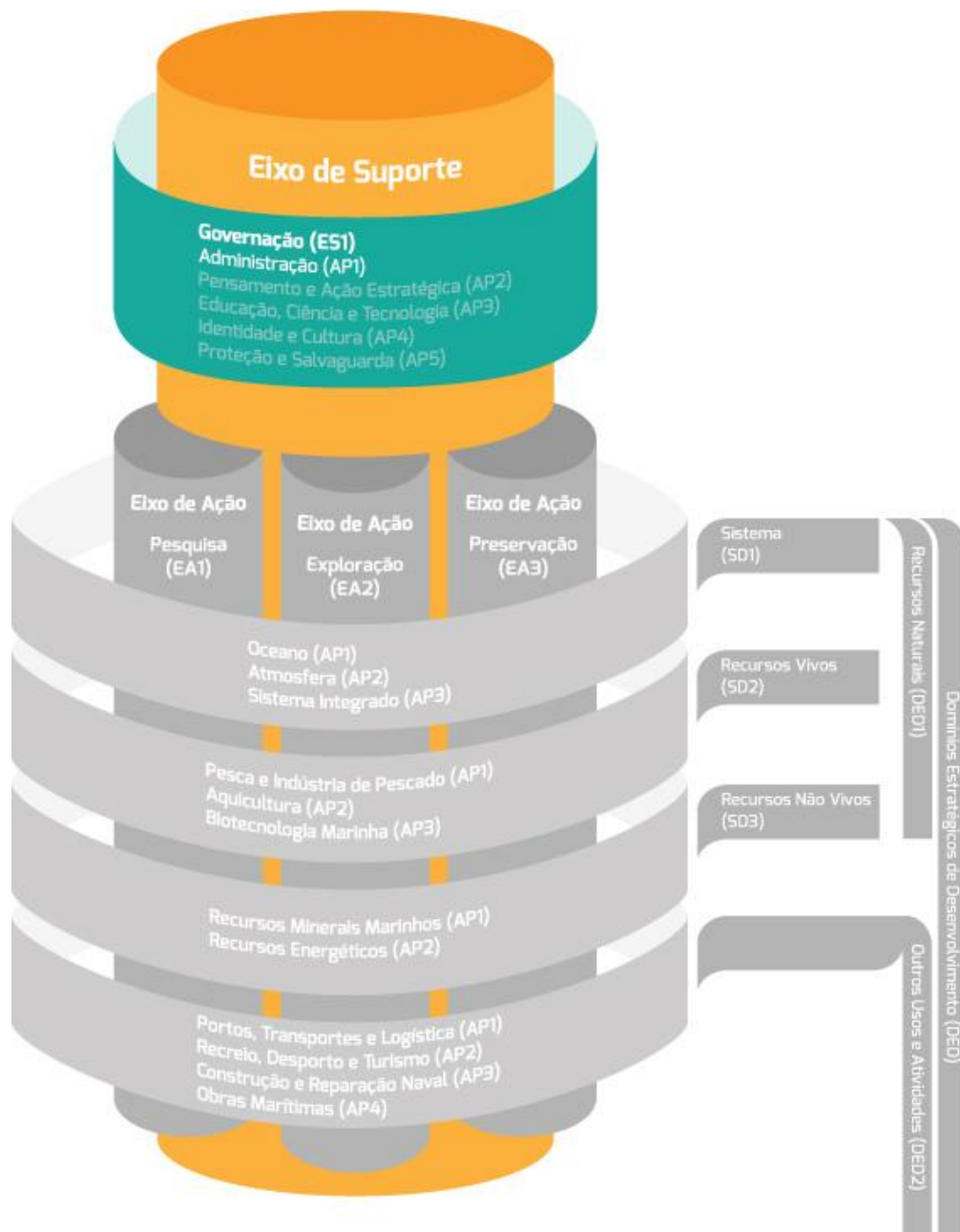
1 - Ação legislativa e regulamentar simplificadora dos procedimentos e orientada para servir os cidadãos.

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Estrutura Orgânica

Reforma da Administração



Programa de Ação

Estrutura Orgânica

P1101001 – Reforma da Administração

Objetivos

Promover a integração das políticas públicas do mar, e dos instrumentos dos respectivos instrumentos de gestão, através do desenvolvimento de processos colaborativos de trabalho entre as instituições envolvidas.

Entidade Coordenadora

Ministério de Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Ministério da Justiça (MJ)

- Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)

Ministério de Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Outras entidades:

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Resultados Esperados

- Assegurar coordenação da ação a eficácia na resposta;
- Promover eficiência nos processos de consulta entre entidades.

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - Não são identificados à data outros custos para além dos normais custos de funcionamento das Instituições

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1101-P1101001

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #1

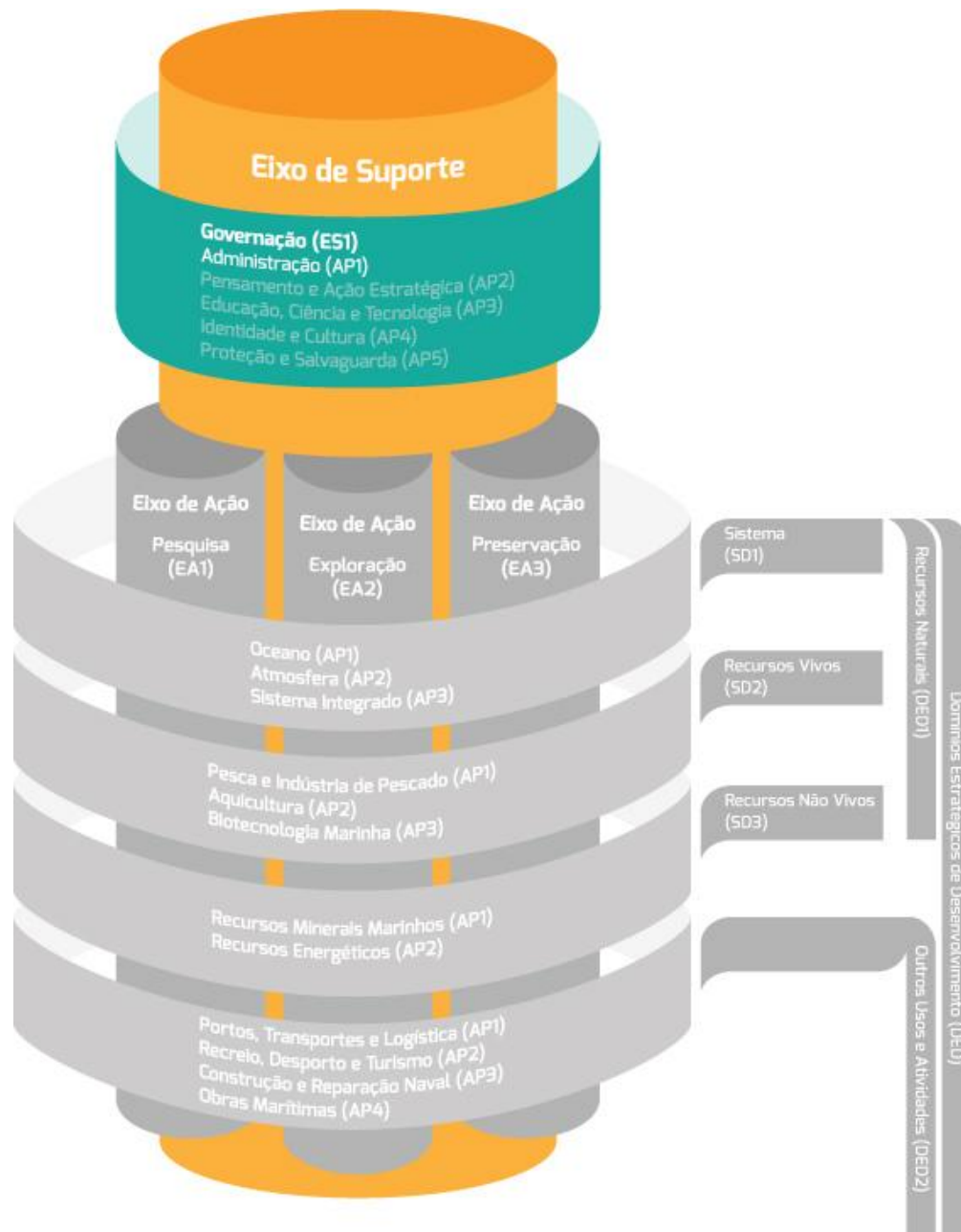
PA – Reforma da Administração

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Estrutura Orgânica

Reforma da Administração



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Reforma da Administração

Objetivos

Garantir o acompanhamento da estratégia de atuação nacional e internacional dos diversos serviços e organismos no âmbito do Mar.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Ministério da Justiça (MJ)

- Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)

Ministério de Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) Coordenação

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Tarefas

1. Identificação dos processos internacionais em curso em que o enfoque seja o mar, ou em que o mar também seja uma área de análise, e identificação do ponto focal que acompanha o processo;
2. Identificar para cada processo o grupo de análise para consolidação da posição nacional e as implicações com outros processos em curso;
3. Em cada processo efectuar o ponto de situação dos trabalhos internacionais e nacionais e da posição Nacional;
4. Enquadrar cada um dos processos na Estratégia Nacional para o Mar;
5. Consolidar a posição Nacional fundamentada nas matérias relacionadas com o Mar, sempre que tal seja necessário.

Resultados Esperados

- Relatório de Diagnóstico (processos em curso, atores nacionais, breve ponto situação dos trabalhos, trabalhos futuros e posição Nacional);
- Relatório anual a ser apresentado na última reunião CIAM de cada ano.

Calendarização

2013:

Relatório de Diagnóstico

2013-2020:

Relatório anual para apresentar na última reunião CIAM

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - Não são identificados à data outros custos para além dos normais custos de funcionamento das Instituições

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1102

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s):

#1 - Ação legislativa e regulamentar simplificadora dos procedimentos e orientada para servir os cidadãos.

#2 - Ordenamento do espaço marítimo como base para a gestão estratégica e promotora dos usos e atividades.

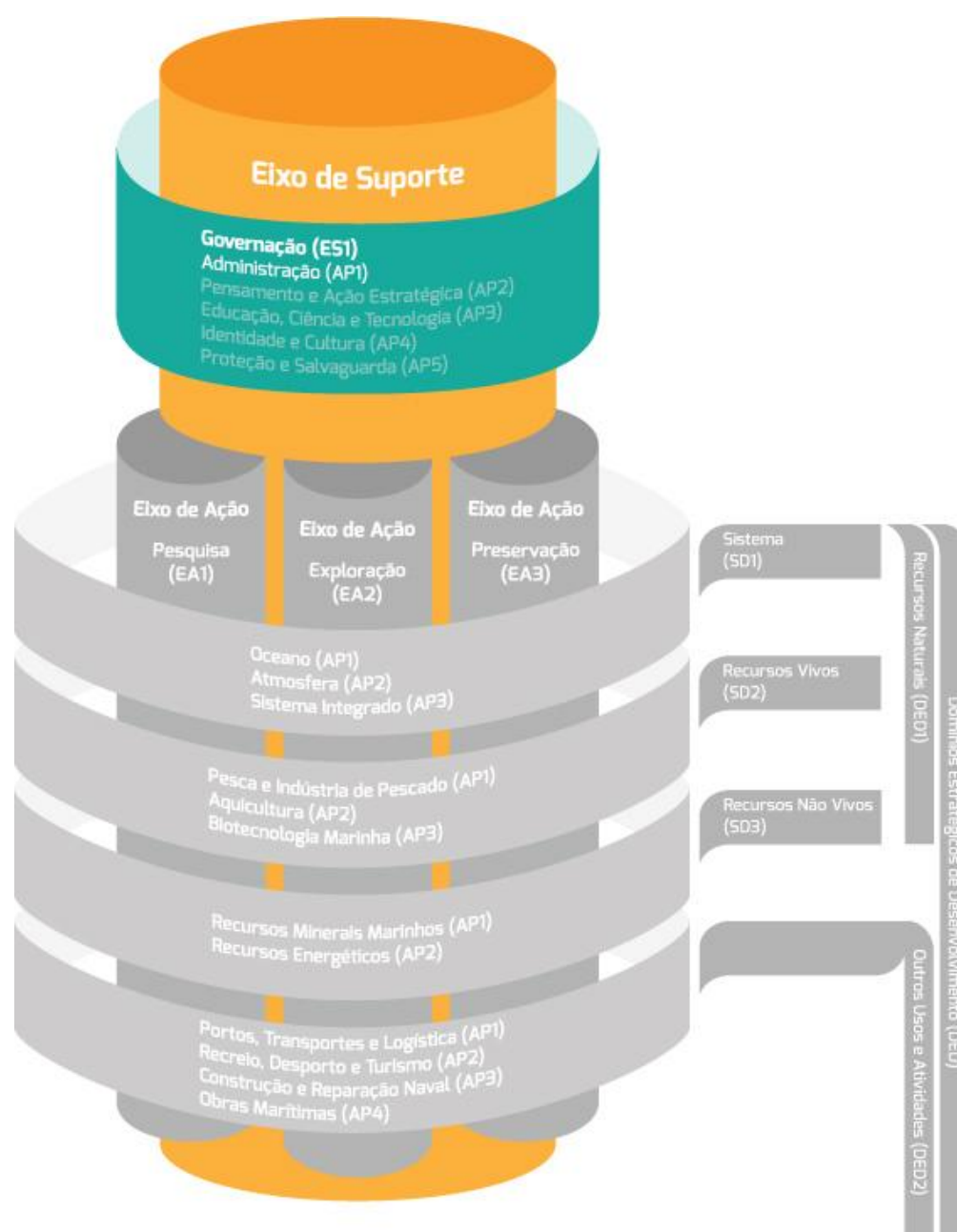
GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Simplificação Administrativa

Regulação, Regulamentação e Licenciamento

Promoção de Atividades e Competitividade



Programa de Ação

Simplificação Administrativa

P1102002 – Regulação, Regulamentação e Licenciamento
P1102003 – Promoção de Atividades e Competitividade

Objetivos

Promover a integração das políticas públicas do mar, e dos instrumentos dos respectivos instrumentos de gestão, através da agilização estrutural e regulamentar e da simplificação processual, envolvendo múltiplas instituições com competências próprias em razão da matéria.

Entidade Coordenadora

Ministério de Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)
- Turismo de Portugal (TP)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)

Ministério da Saúde (MS)

- Administração Regional de Saúde (ARS)

Presidência de Conselho de Ministros (PCM)

- Agência para a Modernização Administrativa (AMA)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Administrações Portuárias
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Resultados Esperados

- Relatório com o diagnóstico da situação de referência;
- Lei de Bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo;
- Regime jurídico para os bens do domínio público do espaço marítimo;
- Regime económico e financeiro para o espaço marítimo;

- Reduzir o tempo de aprovação de projetos de aquicultura, tornar o processo mais transparente e mais atrativo para o investimento;
- Disponibilizar, em tempo real, ao promotor a informação sobre a evolução do processo;
- Aumentar os índices de satisfação do cliente final.

Calendarização

2013-2014

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - Não são identificados à data outros custos para além dos normais custos de funcionamento das Instituições

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1102-P1102002

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #1, #2

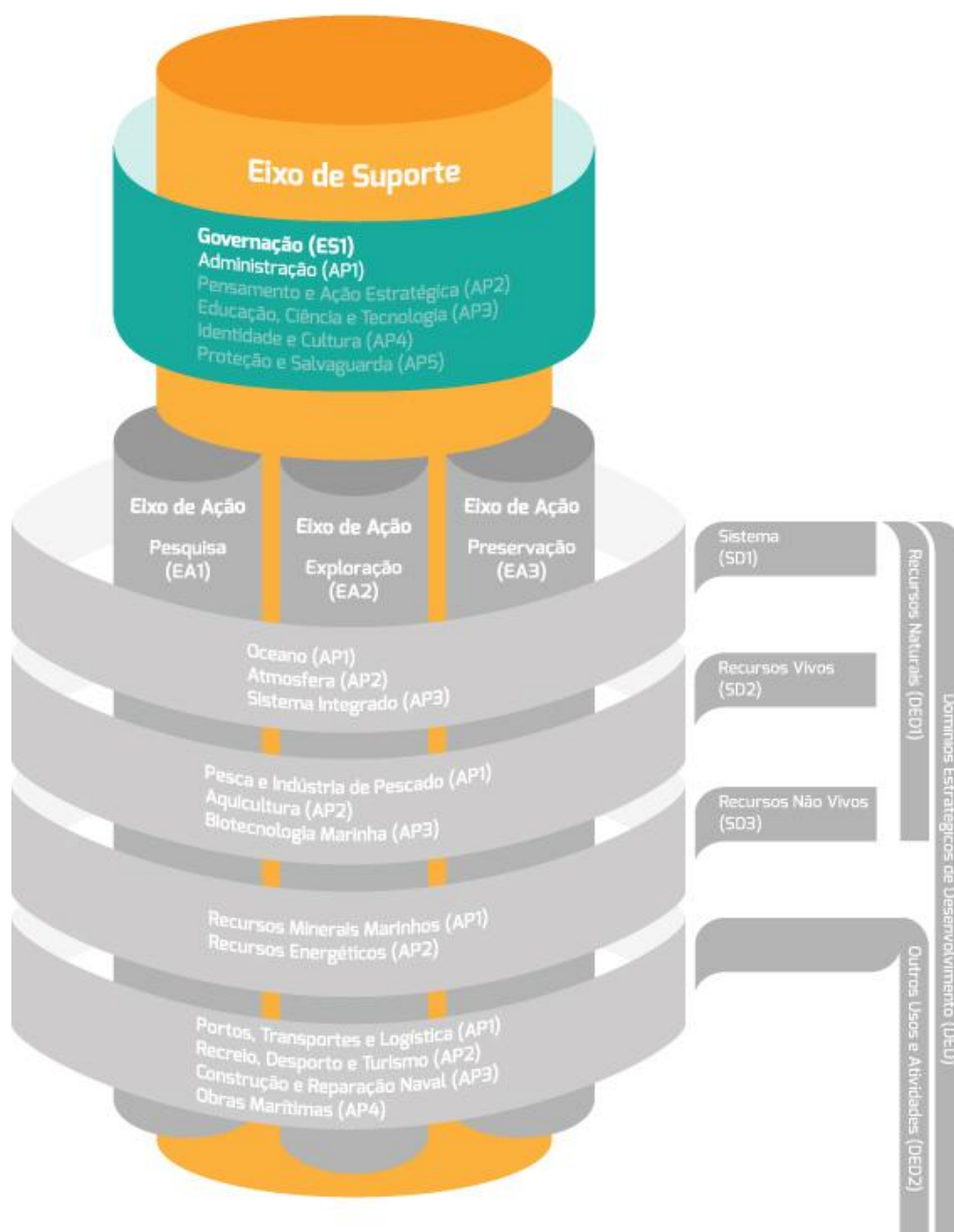
PA – Simplificação Administrativa

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Simplificação Administrativa

Regulação, Regulamentação e Licenciamento



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Regulação, Regulamentação e Licenciamento

Objetivos

- Promover a clarificação da componente processual e administrativa dos licenciamentos para as atividades económicas atuais e emergentes, adotando o princípio do balcão único e privilegiando a existência de um interlocutor para todas as fases do processo de licenciamento, bem como na fase de instalação e exploração (monitorização e controlo).
- Estabelecer uma base comum de entendimento que permita, no quadro dos diferentes poderes do Estado, e dos respetivos domínios, entidades e competências, criar uma nova moldura legal que permita dar coerência, eficiência e eficácia ao licenciamento no espaço marítimo;
- Estabelecer um novo quadro jurídico da gestão dos bens do domínio público no espaço marítimo e o licenciamento das atividades que ali se desenvolvam, como elemento essencial não apenas à regulação e à titulação da utilização daqueles bens, mas, também, para estabelecer o modelo para a atribuição dos usos e atividades no espaço marítimo.

Desenvolvimento: É essencial que o ordenamento do espaço marítimo (especialização de actividades e usos) ofereça uma segurança jurídica porque contribui para a clarificação dos processos, tornando mais transparente e rápido o licenciamento de atividades no mar garantindo condições favoráveis ao investimento no Mar-Portugal. A criação do balcão único, no qual o proponente passará a interagir com um gestor de projeto, permitirá que este funcione como o único interlocutor em todas as fases do procedimento de licenciamento e acompanhamento da fase de exploração, uma lógica de “um projeto = uma licença”. Pretende-se, assim, evitar que o interessado tenha a necessidade de obter licenças separadamente (a atribuição do título de utilização dos recursos hídricos, a declaração de impacto ambiental (quando exigível), a autorização para alteração do uso de espaço (para estabelecimentos localizados em área REN) e a licença de instalação e de exploração, junto de cada uma das entidades competentes envolvidas).

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)
- Turismo de Portugal (TP)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)

Ministério da Saúde (MS)

- Administração Regional de Saúde (ARS)

Presidência de Conselho de Ministros (PCM)

- Agência para a Modernização Administrativa (AMA)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Administrações Portuárias
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Definição do Espaço Marítimo e limites;
2. Identificação dos poderes do Estado no espaço marítimo nas suas diferentes áreas;
3. Definição dos conceitos e utilizações respeitantes ao espaço marítimo;
4. Identificação das entidades competentes no quadro do licenciamento do espaço marítimo e respectivo âmbito de intervenção, em razão da matéria e do território;
5. Identificação de instrumentos legais a alterar, em concreto, numa perspetiva de clarificação e integração dos regimes jurídicos aplicáveis às utilizações e das competências das diversas entidades;
6. Definição do regime jurídico da gestão do espaço marítimo aplicável aos usos e atividades, definindo os diversos tipos de utilizações e respetivos títulos que as habilitam;
7. Definição do regime económico-financeiro aplicável às utilizações do espaço marítimo;
8. Estabelecimento de Lei de Bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo;
9. Coordenar as entidades envolvidas na procura da melhor solução definindo um fluxograma integrador do processo de licenciamento da atividade como um todo;
10. Desenvolver um projeto piloto para o setor da aquicultura e avaliar as condições necessárias para o desenvolvimento de uma plataforma informática única entre as várias entidades intervenientes no licenciamento (poder-se-á beneficiar da experiência da APA no âmbito do SiLiAmb);
11. Analisar a eventual necessidade de alteração do quadro legal em vigor, definindo as respetivas diretrizes, e iniciar os procedimentos necessários à sua alteração.

Resultados Esperados

- Relatório com o diagnóstico da situação de referência;
- Lei de Bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo;
- Regime jurídico para os bens do domínio público do espaço marítimo;
- Regime económico e financeiro para o espaço marítimo;
- Redução do tempo de aprovação de projetos, tornar o processo mais transparente e mais atrativo para o promotor;
- Criar a figura de “Balcão Único” para as principais atividades no espaço marítimo;
- Disponibilização, em tempo real, ao promotor a informação sobre a evolução do processo;
- Aumento os índices de satisfação do cliente final.

Calendarização

2013–2014
Tarefas 1,2,3,4,5,6,7 e 8

2014
Tarefas 9, 10 e 11

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE - A suportar internamente pelas entidades que integram a ETE (Equipa Técnica Especializada).

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1102-P1102003

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #1

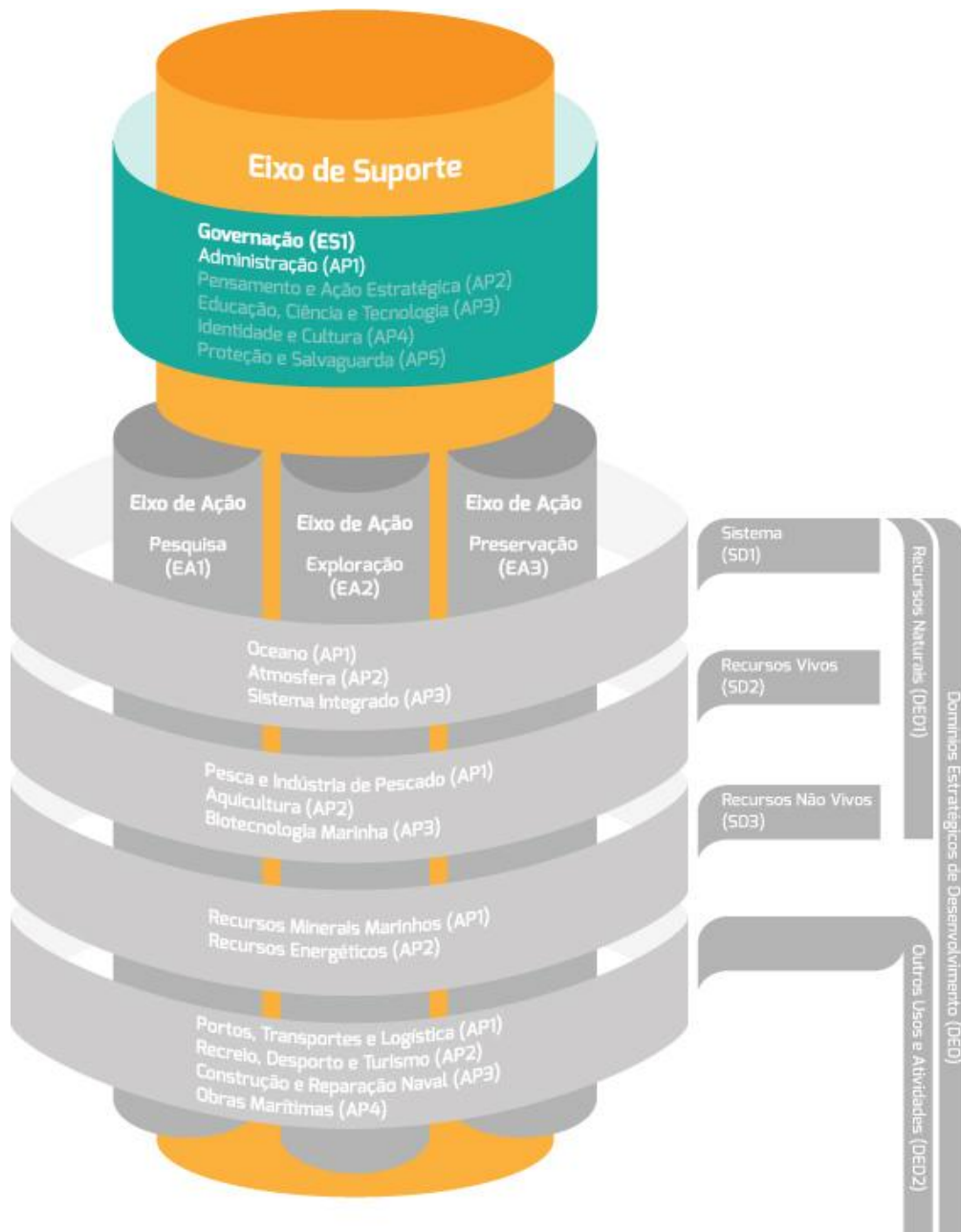
PA – Simplificação Administrativa

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Simplificação Administrativa

Promoção de actividades e competitividade



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Promoção de actividades e competitividade

Objetivos

- Análise da competitividade e internacionalização da economia do mar, para suporte à tomada de decisão no contexto da Estratégia Nacional para o Mar;
- Produção de informação estatística e outra, de apoio à CIAM, no âmbito da competitividade e internacionalização da economia do mar em Portugal;
- Apoio ao desenvolvimento de material informativo, com enfoque nas especificidades da economia do mar em Portugal, para suporte aos agentes económicos interessados em investir ou em importar produtos e serviços nacionais.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Núcleo da equipa:

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) (coordenação)

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)
- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)
- Instituto Nacional de Estatística (INE)

Equipa a ser consultada, sempre que se justificar:

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Turismo de Portugal (TP)
- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)
- Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- DOCAPESCA

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- OCEANO XXI
- Fórum Empresarial da Economia do Mar
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Compilação e análise de informação estatística, ou outra, de enquadramento económico dos setores da economia do mar, complementada com informação de carácter estratégico e prospetivo;
2. Identificação e sistematização das especificidades relevantes ao ambiente de investimento na economia do mar em Portugal;
3. Identificação de oportunidades de investimento em Portugal ou de exportação para os produtos e serviços portugueses no contexto da economia do mar;
4. Alinhamento com a agenda da AICEP com vista ao apoio a esta Agência no domínio marítimo e na sua ação de “promover a internacionalização das empresas portuguesas e apoiar a sua atividade exportadora, captar investimento estruturante e promover a imagem de Portugal com iniciativas criadoras de valor para o nosso país”.

Resultados Esperados

- Notas técnicas de suporte à ação da AICEP no contexto da economia do mar;
- Notas técnicas de suporte à CIAM;
- Fichas setoriais, ou outros materiais de divulgação, com informação de caracterização económica, incluindo a componente internacional

Calendarização

2013 e anos subsequentes

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - A suportar internamente pelas entidades que integram a ETE (Equipa Técnica Especializada).

A serem identificadas, caso a caso, pela equipa sempre que se revele necessário, para além dos inerentes custos de funcionamento das instituições envolvidas.

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1103

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s)

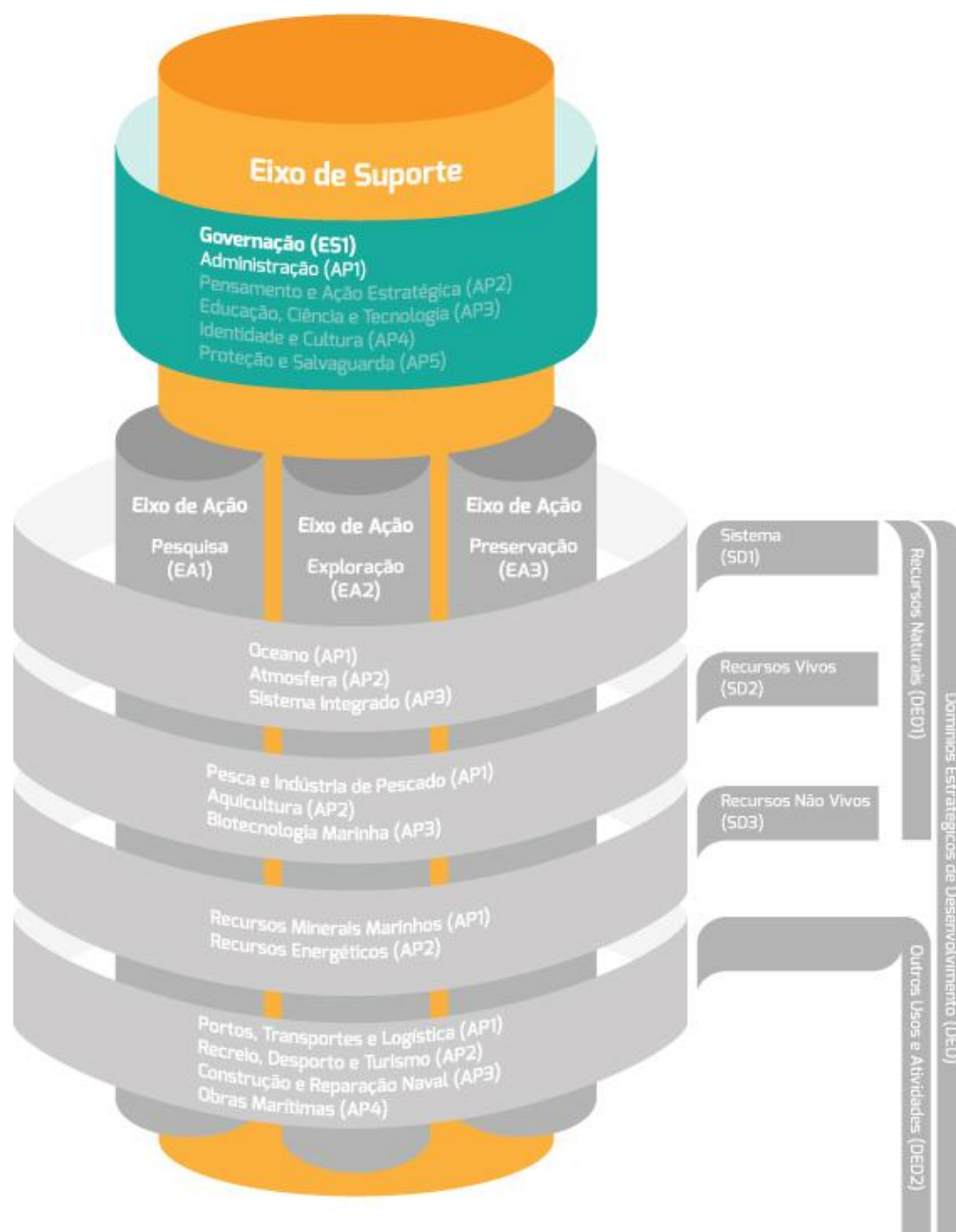
#1 – Ação legislatora e regulamentar, simplificadora dos procedimentos e orientada para servir os cidadãos.

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

PROMAR / Fundos Operacionais do Mar

Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (2014-2020)



Programa de Ação

PROMAR / Fundos Operacionais do Mar

P1103004 - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) aplicado no Estado Membro por um Programa único (2014-2020)

Objetivos

- Promover uma pesca e uma aquicultura competitivas, economicamente viáveis, social e ambientalmente sustentáveis;
- Dinamizar a execução da Política Comum das Pescas, fomentando o conhecimento científico e a recolha de dados bem como o controlo reforçando a capacidade institucional e a eficiência da administração;
- Promover um desenvolvimento sustentável das zonas de pesca;
- Fomentar o desenvolvimento e a execução da Política Marítima Integrada (PMI) da UE, em complementaridade com a política de coesão e a política das pescas.

Desenvolvimento: O FEAMP é o instrumento financeiro destinado a apoiar a execução da nova Política Comum das Pescas (PCP), incluindo a Organização Comum de Mercado (OCM), as compensações às RUP, o Controlo e Vigilância das Pescas e a Recolha de Dados, bem como dinamizar a Política Marítima Integrada (PMI), nomeadamente no que respeita à vigilância marítima integrada, à proteção do meio marinho e da biodiversidade e à execução das medidas previstas na Diretiva-Quadro Estratégia Marinha.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos - DGRM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) (que coordena)
- Estrutura de Apoio Técnico do PROMAR;
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades Participantes – a envolver sempre que se justifique

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Gabinete de Planeamento e Prospectiva (GPP)

Resultados Esperados

Apoiar a execução de medidas que visem alcançar os objetivos da Política Comum das Pescas (PCP) e da Política Marítima Integrada (PMI)

Calendarização

2014-2020

Fontes de Financiamento

Fundos Nacionais:

Identificam-se necessidades de co-financiamento dos projectos europeus, a suportar pelo OE

Fundos Comunitários:

FEAMP

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1104

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s):

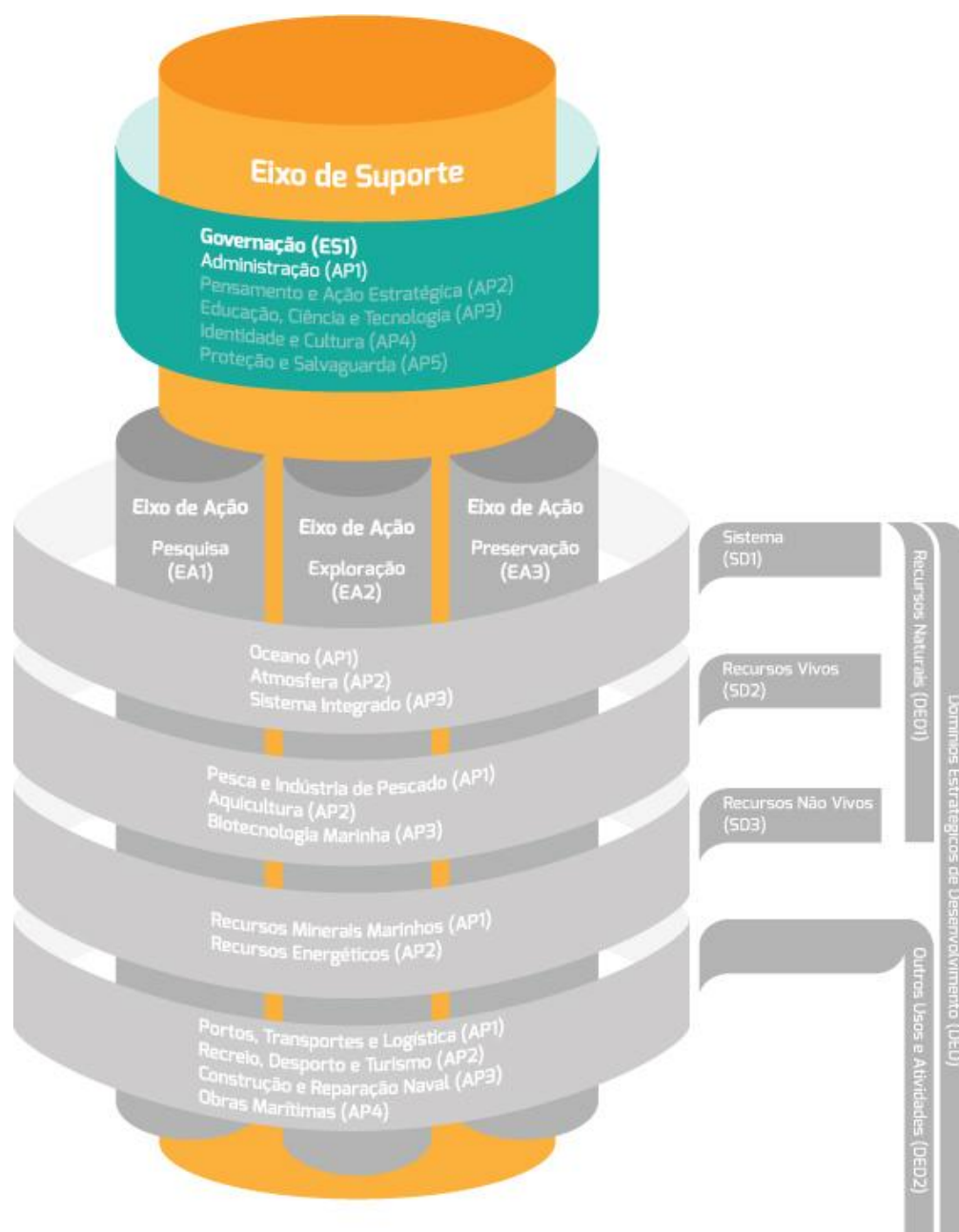
#3 – Sistema nacional de dados do mar e da atmosfera coerente, persistente e eficiente que integra o conjunto dos instrumentos de espacialização.

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Dados e Informação

Política Nacional de Dados e Informação do Mar e da Atmosfera



Programa de Ação

Dados e Informação

P1104005 – Política Nacional de Dados e Informação do Mar e da Atmosfera

Objetivos

- Assegurar o desenvolvimento de uma cobertura legal para uma plataforma comum de dados entre todos os participantes na área temática do mar, permitindo o acesso a dados da monitorização do ambiente marinho, da vigilância e monitorização marítima, e da atmosfera, que simultaneamente salvaguarde as especificidades de cada instrumento de gestão.
- Definir o modo de gestão pró-ativa da informação existente relativa ao ambiente marinho (Política Integrada da Informação do Ambiente Marinho (PIIAM), permitindo a otimização de recursos e o aumento da eficácia nesta função do Estado.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) em articulação com a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) e o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAMAOT

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Instituto Hidrográfico (IH)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) (Coordenação - 1)
- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Direção-Geral do Território (DGT)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) (Coordenação – 2)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Outras entidades

- Administrações Portuárias
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Resultados Esperados

- Cumprir o disposto na Directiva EU INSPIRE e DL180/2009;
- Integração de um maior número possível de instituições que produzem e utilizam dados da monitorização do ambiente marinho, da vigilância e monitorização marítima, e da atmosfera;
- Garantir e salvaguardar a propriedade dos dados às instituições detentoras dos mesmos.

Calendarização

2013-2015

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE – suportado pelo orçamento das instituições envolvidas

Financiamento de Cooperação:

Mecanismo Financeiro do EEA 2009-14

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1104-P1102005

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #3

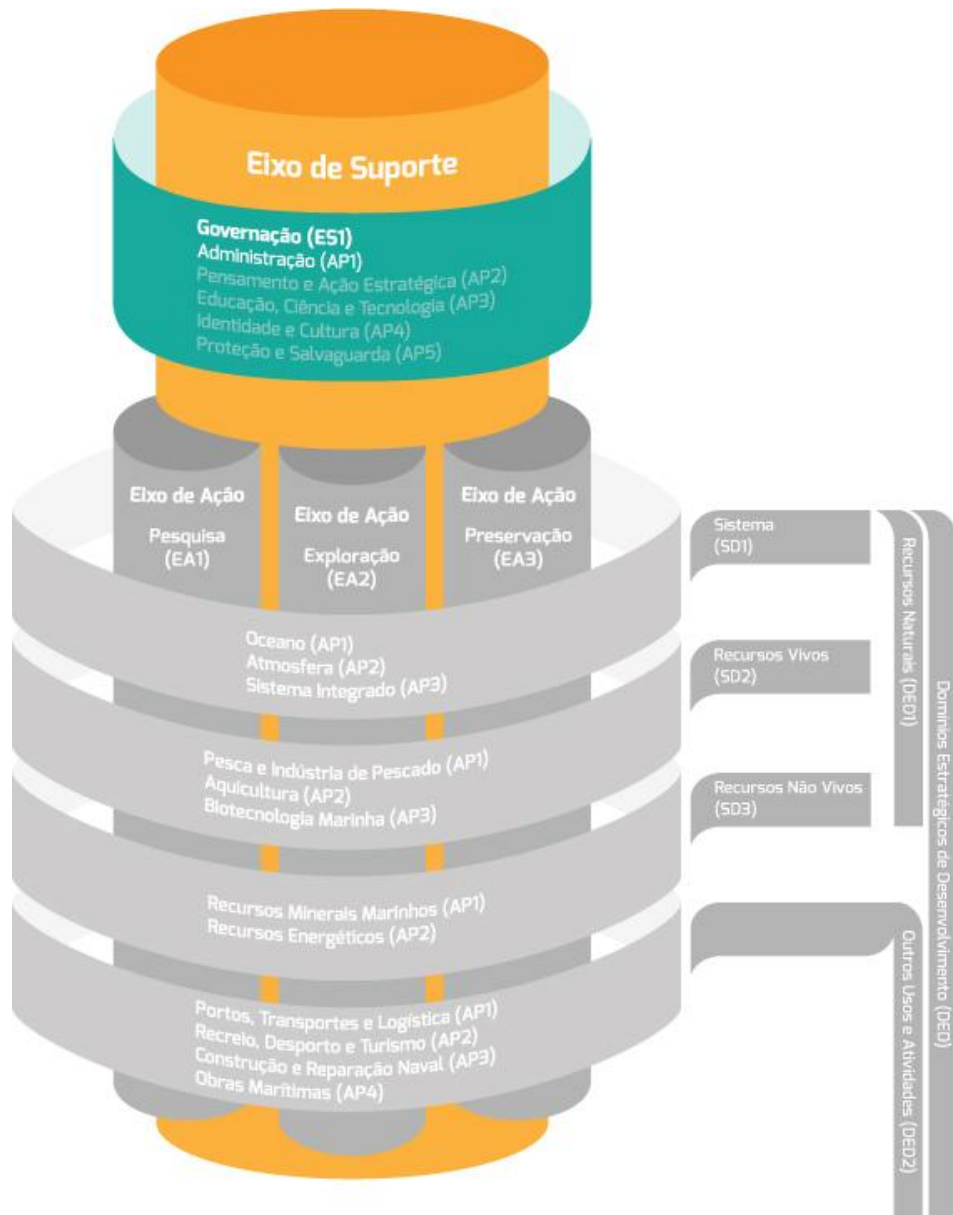
PA – Dados e Informação

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Dados e Informação

Política Nacional de Dados e Informação do Mar e da Atmosfera



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Política Nacional de Dados e Informação do Mar e da Atmosfera

Objetivos

- Assegurar o desenvolvimento de uma cobertura legal à plataforma comum entre todos os participantes na área temática do mar e da atmosfera, nomeadamente no estabelecimento de compromissos de partilha da informação espacial relativa a cada um dos participantes. Esse compromisso deverá ser orientado com uma base política comum às instituições, tendo como objetivo definir o modo de gestão pró-ativa da informação existente relativa ao ambiente marinho.

Desenvolvimento: Portugal, como membro da União Europeia, está sujeito às diversas diretivas criadas no seio da União, nomeadamente, no caso da gestão da informação geoespacial, da Diretiva INSPIRE. Esta diretiva, com uma fita de tempo perfeitamente definida, foi transcrita para a ordem jurídica nacional através do DL 180/2009. Este projeto visa reforçar a implementação desta diretiva comunitária, e sua respetiva transcrição como Decreto-lei, para a área temática do mar suportando a implementação do Sistema Nacional de Informação do Mar (SNIMar).

- Promover um Sistema Nacional de Dados do Mar e Atmosfera coerente, persistente e eficiente.

Desenvolvimento: O sistema deve integrar o conjunto dos instrumentos de espacialização, oferecendo o acesso à informação de dados da monitorização do ambiente marinho, da vigilância e monitorização marítima, e da atmosfera, que simultaneamente salvaguarde as especificidades de cada instrumento de gestão, sendo suportada numa única ferramenta informática que potencie a cooperação através da partilha de informação, a otimização de recursos e o aumento da eficácia nesta função do Estado.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) em articulação com a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Instituto Hidrográfico (IH)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) (Coordenação - 1)
- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Direção-Geral do Território (DGT)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) (Coordenação - 2)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Outras entidades

- Administrações Portuárias
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Definir as políticas de partilha de dados relativa aos participantes no projeto SNIMar;
2. Definir os custos de manutenção após a implementação do projeto SNIMar, garantindo o seu bom funcionamento após a entrada em fase de produção;
3. Maximizar o número de instituições a participar na iniciativa SNIMar.

Resultados Esperados

- Cumprir o disposto na Diretiva EU INSPIRE e DL180/2009;
- Garantir e salvaguardar a propriedade dos dados às instituições detentoras dos mesmos;
- Grande adesão das instituições relacionadas com o ambiente marinho à iniciativa SNIMar a coberto da Política Nacional de Dados e Informação do Mar e da Atmosfera (PNDIMA).

Calendarização

2013:

Esboço da PNDIMA com a participação aberta aos participantes do SNIMar

2013-2015:

Acompanhamento das instituições na integração da PNDIMA;
Divulgação e captação de novas instituições para a iniciativa SNIMar;
Celebração de acordos entre as instituições participantes.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - 153.633,00€ (Orçamento da EMEPC incluído no Projeto de Extensão da Plataforma Continental)

Financiamento de Cooperação:

Mecanismo Financeiro do EEA 2009-2014 (WP1 – *Predefined project* PA2) - 400.000,00€

Custo Total: 553.633,00€

Custo total previsto ao longo do biénio 2014-2015:

- 2014: 276.816,50€
- 2015: 276.816,50€

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1106

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

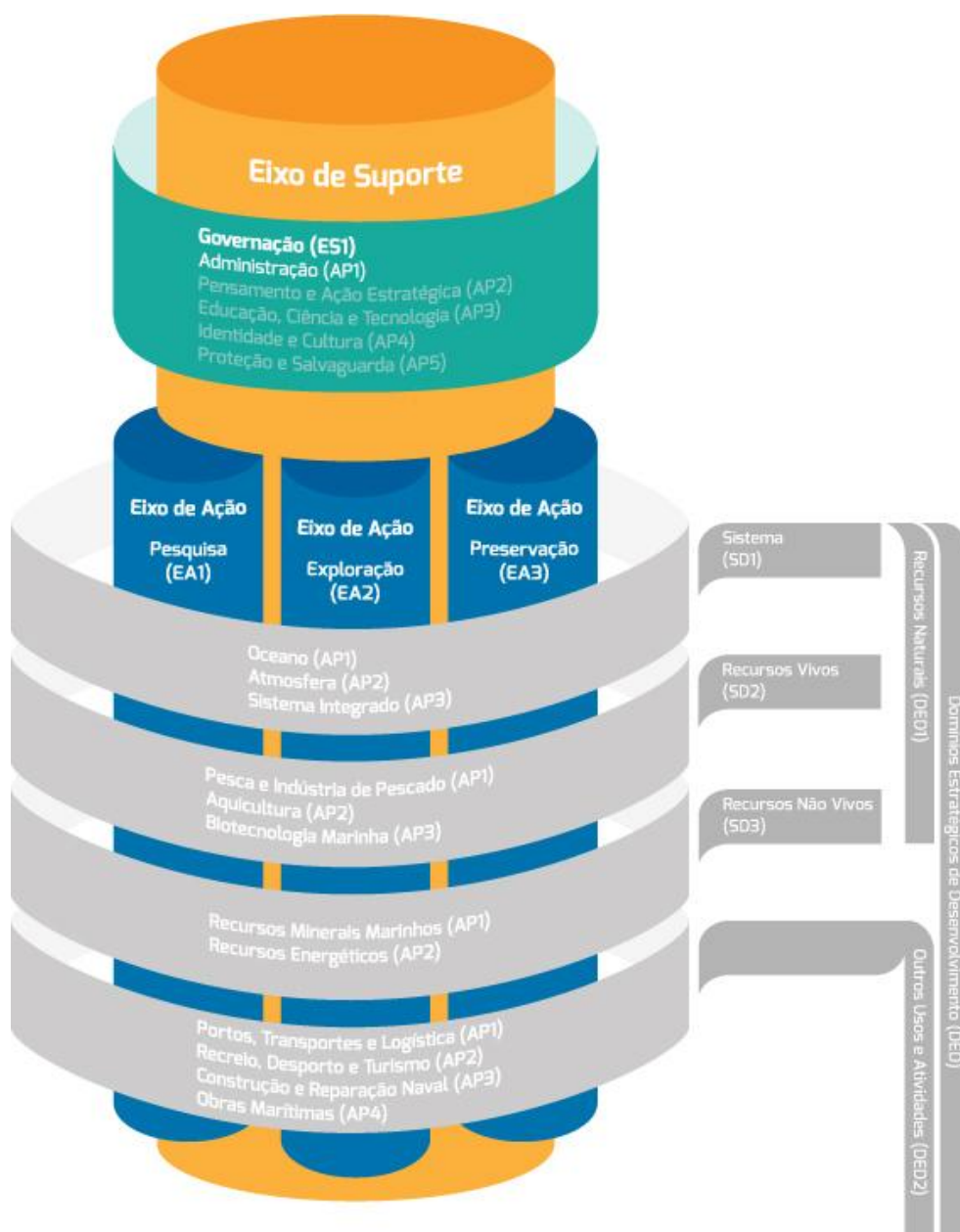
AP - Administração

Efeito(s)

#2 - Ordenamento do espaço marítimo como base para a gestão estratégica e promotora dos usos e actividades

#3 - Sistema nacional de dados do mar coerente, persistente e eficiente que integra o conjunto dos instrumentos de espacialização.

ES1	GOVERNAÇÃO
	ADMINISTRAÇÃO
	Ordenamento do Espaço Marítimo
	Nacional
	Transfronteiriço
	Plataforma Eletrónica de Suporte



Programa de Ação

Ordenamento do Espaço Marítimo

P1106009 - Nacional
P1106010 - Transfronteiriço
P1106011 - Plataforma Eletrónica de Suporte

Objetivos

- Assegurar a definição e a implementação de um quadro para a política do ordenamento do espaço marítimo, bem como do sistema de ordenamento que a concretiza, (lei bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo) fundamentais para enquadrar o desenvolvimento da Economia do Mar, assegurando a sustentabilidade dos usos e a integridade dos sistemas.

Desenvolvimento: O ordenamento do espaço marítimo (OEM) constitui uma área específica de ação no âmbito da Política Marítima Integrada (PMI), sendo apontado como um instrumento que promove a clareza do regime a aplicar e a transparência do processo decisório da Administração, fundamental para dinamizar a Economia do Mar e promover o crescimento económico e a redução dos custos suportados pelos operadores e investidores nos setores marítimos. É, igualmente, fundamental para criar um quadro eficaz de arbitragem entre atividades concorrentes para um mesmo espaço, contribuindo para um melhor e maior aproveitamento económico do meio marinho, permitindo a coordenação das ações das autoridades públicas e da iniciativa privada, e conduzindo à minimização dos impactos das atividades humanas no meio marinho. É ainda uma importante referência para situar, em dado momento, as potencialidades de investimento, na medida que faz a espacialização dos usos atuais e futuros para o espaço marítimo. A cooperação transfronteiriça e a complementaridade e subsidiariedade com zona costeira adjacente deverá ser equacionada numa perspetiva nacional e contribuir para o trabalho que nesse contexto tem vindo a ser desenvolvido na Comissão Europeia na sede do grupo da Política Marítima Integrada (PMI), permitindo reafirmar a posição portuguesa.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – MAMAOT

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Turismo de Portugal (TP)
- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
- Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Universidade de Aveiro
- Universidade do Algarve

Resultados Esperados

- Assegurar o aproveitamento racional e eficiente dos recursos marinhos, humanos e financeiros e informação disponíveis, relativos ao espaço marítimo;
- Optimizar a utilização do espaço marítimo para o desenvolvimento de atividades, garantindo a preservação e a recuperação dos valores naturais e dos ecossistemas costeiros e marinhos;
- Assegurar a participação das autoridades nacionais e dos interessados nas políticas marítimas setoriais nos procedimentos de ordenamento do espaço marítimo;
- Prevenir e minimizar os conflitos entre utilizações e atividades desenvolvidas no espaço marítimo;
- Promover a segurança jurídica e transparência nos procedimentos de concessão e de licenciamento de atividades no espaço marítimo;
- Estabelecer boas práticas para a cooperação transfronteiriça, tendo em consideração os efeitos comuns na utilização das águas marinhas de países terceiros na mesma região ou sub-regiões marinhas;
- Estabelecer mecanismos de articulação com a zona costeira.

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE (orçamento DGPM)

Financiamento Comunitário:
DG-MARE (IMP-2012-2013), FEAMP

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1106-P1106009

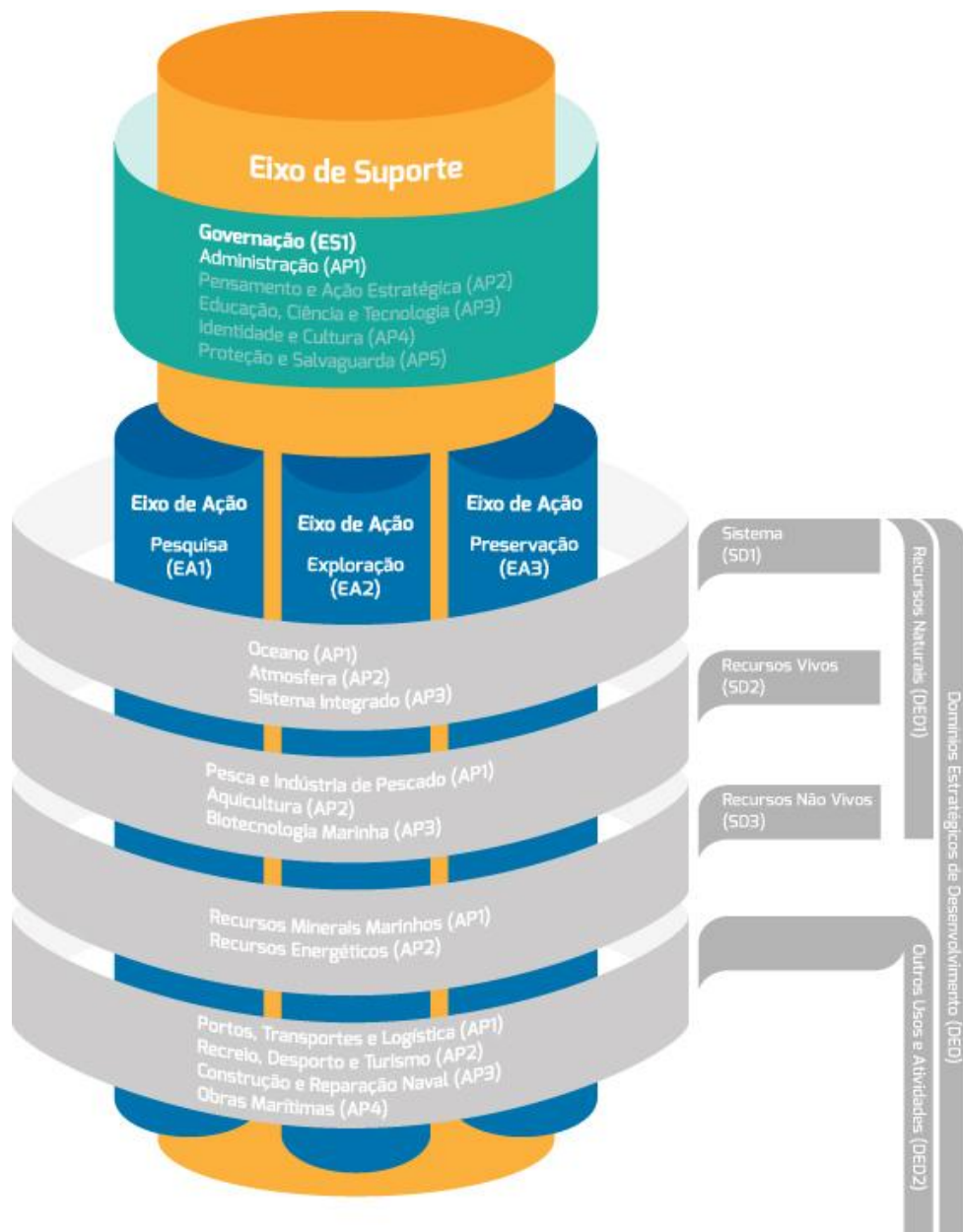
Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #2, #3

PA – Ordenamento do Espaço Marítimo

EIXO DE SUPORTE	
ES1	GOVERNAÇÃO
	ADMINISTRAÇÃO
	Ordenamento do Espaço Marítimo
	Nacional



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Nacional

Objetivos

- Estabelecer o quadro da política do ordenamento do espaço marítimo, bem como do sistema de ordenamento que a concretiza, composto por planos de situação e de afetação de áreas ou volumes do espaço marítimo.
- Criar um regime jurídico aplicável à utilização do domínio público no espaço marítimo, que regulamente a concessão, o licenciamento e a autorização de utilizações nas zonas marítimas sob soberania ou jurisdição nacional.

Desenvolvimento: O ordenamento do espaço marítimo promove a segurança jurídica, a previsibilidade e a transparência fundamentais para dinamizar a Economia do Mar e promover o crescimento azul. É fundamental para criar um quadro eficaz de arbitragem entre atividades concorrentes para um mesmo espaço, contribuindo para um melhor e maior aproveitamento do meio marinho, permitindo a coordenação das acções das autoridades públicas e da iniciativa privada, num contexto de um desenvolvimento sustentável. É um instrumento que permite identificar os usos atuais e potenciais e ajudar a referenciar, em dado momento, as potencialidades de investimento e reflete as especificidades inerentes à natureza tridimensional do mar e o facto de a mesma área marítima poder acolher diversos usos e atividades, desde que sejam compatíveis entre si.

Entidades Coordenadoras

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Turismo de Portugal (TP)
- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
- Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Tarefas

1. Desenvolver o regime jurídico aplicável à elaboração, conteúdo, acompanhamento, concertação participação e vigência dos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo;
2. Desenvolver o regime aplicável à alteração, revisão e suspensão dos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo;
3. Desenvolver os instrumentos de acompanhamento permanente e de avaliação técnica do ordenamento do espaço marítimo;
4. Assegurar a elaboração, acompanhamento, monitorização e atualização dos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo

Resultados Esperados

- Novo quadro para a política do ordenamento do espaço marítimo, bem como do sistema de ordenamento que a concretiza;
- Planos de Situação e Planos de Afetação;
- Assegurar o aproveitamento racional e eficiente dos recursos marinhos, humanos e financeiros e informação disponíveis, relativos ao espaço marítimo;
- Utilização do espaço marítimo para o desenvolvimento de atividades, garantindo a preservação e a recuperação dos valores naturais e dos ecossistemas costeiros e marinhos.

Calendarização

2013:

Aprovação da Lei de Base da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo.

Aprovação da legislação complementar (tarefas 1, 2 e 3)

2013-2020:

Elaboração, acompanhamento, monitorização e atualização dos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - Não são identificados à data outros custos para além dos normais custos de funcionamento das Instituições

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1106-P1106010

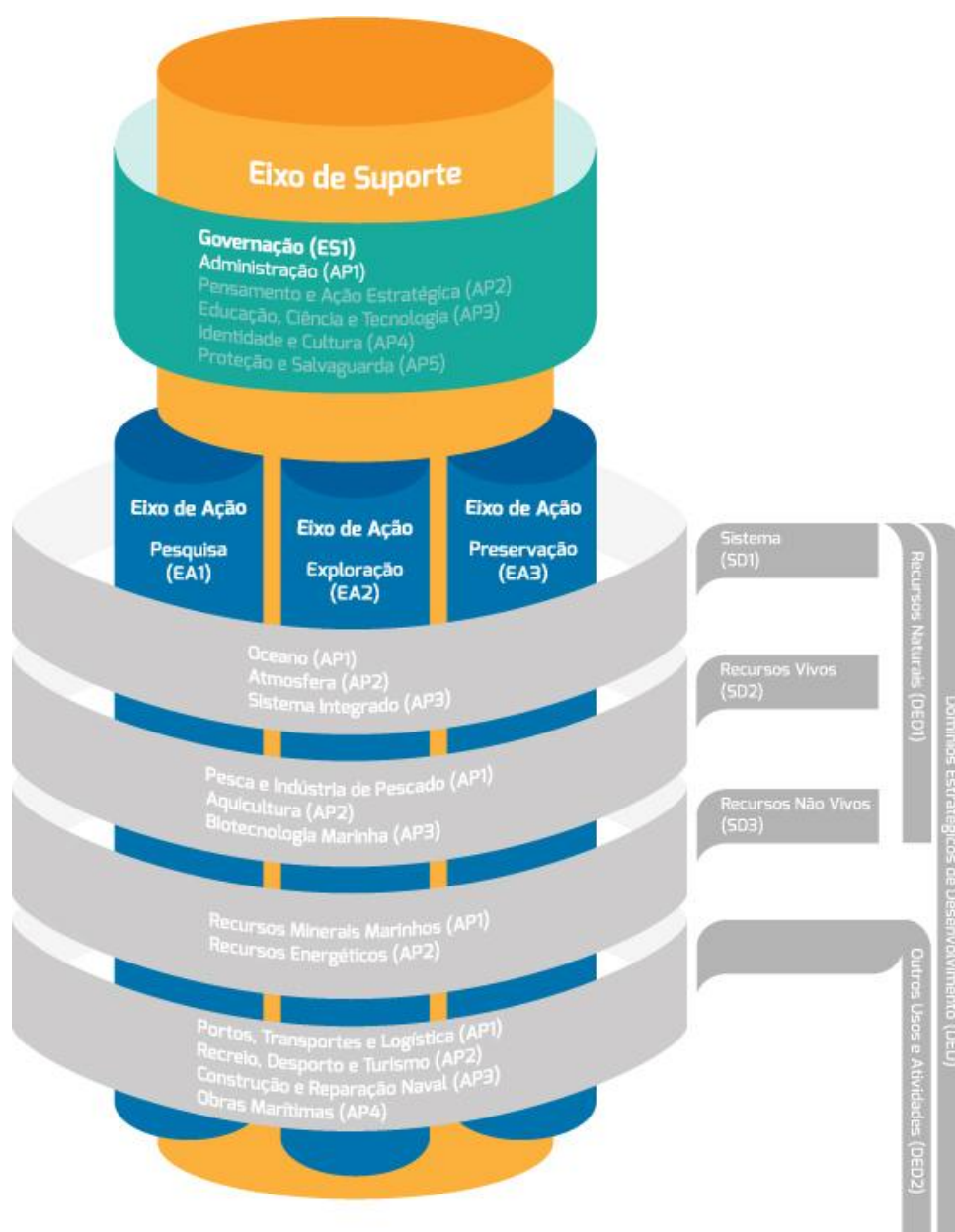
Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #2, #3

PA – Ordenamento do Espaço Marítimo

ES1	GOVERNAÇÃO
	ADMINISTRAÇÃO
	Ordenamento do Espaço Marítimo
	Transfronteiriço



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Transfronteiriço

Objetivos

- Promover a articulação eficaz nos espaços transfronteiriços no exercício de ordenamento do espaço marítimo, tendo em conta a complementaridade do espaço terrestre com o espaço marítimo e a inexistência de fronteiras físicas neste último, particularidade que aconselha a que sejam estabelecidos princípios comuns de gestão entre Estados vizinhos;
- Assegurar o desenvolvimento do projeto *Transboundary Planning in the European Atlantic*, que é a concretização de uma proposta apresentada pelos cinco Estados Membros da fachada Atlântica (Reino Unido, Irlanda, França, Espanha e Portugal) e que foi a vencedora do concurso lançado pela Comissão Europeia através da DG-MARE (Ref MARE/2012/08) para o desenvolvimento de um *Project on Maritime Spatial Planning in the Atlantic, including Celtic Sea and Bay of Biscay*.

Desenvolvimento: Neste âmbito, será desenvolvido um projeto que, tendo em consideração as componentes legais, administrativas, técnicas e sociais, permita estabelecer recomendações para o ordenamento do espaço marítimo nas áreas transfronteiriças. Pretende-se com este projeto alcançar os seguintes objetivos:

- Aplicar os princípios do *Road Map* para o Ordenamento do Espaço Marítimo ao ordenamento das áreas transfronteiriças;
- Desenvolver um exercício que permita estabelecer bases para a promoção da atividade económica;
- Promover o envolvimento dos diferentes níveis da Administração e dos *stakeholders*;
- Responder às diferentes necessidades dos Estados Membros e promover o seu envolvimento para a abordagem das questões transfronteiriças no espaço marítimo;
- Elaborar recomendações e retirar conclusões para futuros desenvolvimentos a nível da Comissão Europeia no que respeita ao ordenamento do espaço marítimo em áreas transfronteiriças e à articulação com a gestão integrada da zona costeira e a sua possível integração e complementaridade.

Entidades Coordenadoras

Portugal - Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT
Reino Unido – Universidade de Liverpool
Espanha – Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente (MAGRAMA)
Irlanda – University College Cork, (UCC)

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)

Outras Entidades

- University of Liverpool (UL)
- Department of the environment Northern Ireland (DOE)
- Universidade de Aveiro (UAVR)
- Universidade do Algarve (UAAlg)
- Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente (MAGRAMA)
- Instituto Español de Oceanografía (IEO)
- Centro de Estudios y Experimentación de Obras Publicas (CEDEX)
- Universidad de Sevilla (US)
- University College Cork, National University of Ireland, CORK (UCC)

Tarefas

1. Estabelecer uma metodologia de referência para o exercício de ordenamento do espaço marítimo nas áreas transfronteiriças (no domínio jurídico, no domínio espacial, no âmbito do sistema de referência geográfica e *stakeholders*);
2. Avaliação do exercício;
3. Produção de Relatórios (intermédios e final);
4. Comunicação e divulgação do Projeto.

Resultados Esperados

- Relatórios com os resultados de cada fase do projeto;
- Envolvimento dos *stakeholders* no processo;
- Apresentação do projeto e das conclusões e recomendações em conferências e *fora* internacionais que evidenciem as questões transfronteiriças no âmbito do OEM e a necessidade de partilha de informação entre Estados vizinhos;
- Produção de artigos.

Calendarização

2013:

Reunião de arranque do projeto

2013-2014:

Gestão do projecto

março e junho de 2013 e março de 2014:

Reuniões do *Steering Group*

fevereiro, março, maio e novembro de 2013:

Relatórios intermédios

janeiro e junho de 2013 e janeiro de 2014:

Workshop envolvendo a participação dos *stakeholders*

maio de 2014:

Conferência final e Relatório Final

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE – 26.591,00€ (PIDDAC – DGPM)

Financiamento Comunitário:

DG-MARE (IMP 2012-2013) – 1.000.000,00€ (distribuído proporcionalmente pelo esforço dos parceiros)

Nota: O orçamento da DG-MARE para o financiamento do projeto é de 1.000,000,00€ sendo da responsabilidade de cada parte envolvida a participação em 20% do valor global.

Da parte da DGPM o orçamento global é de 132.953€, dos quais 26.591€ são provenientes do Orçamento do Estado e o restante resultado do empenhamento de recursos humanos.

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1106-P1106011

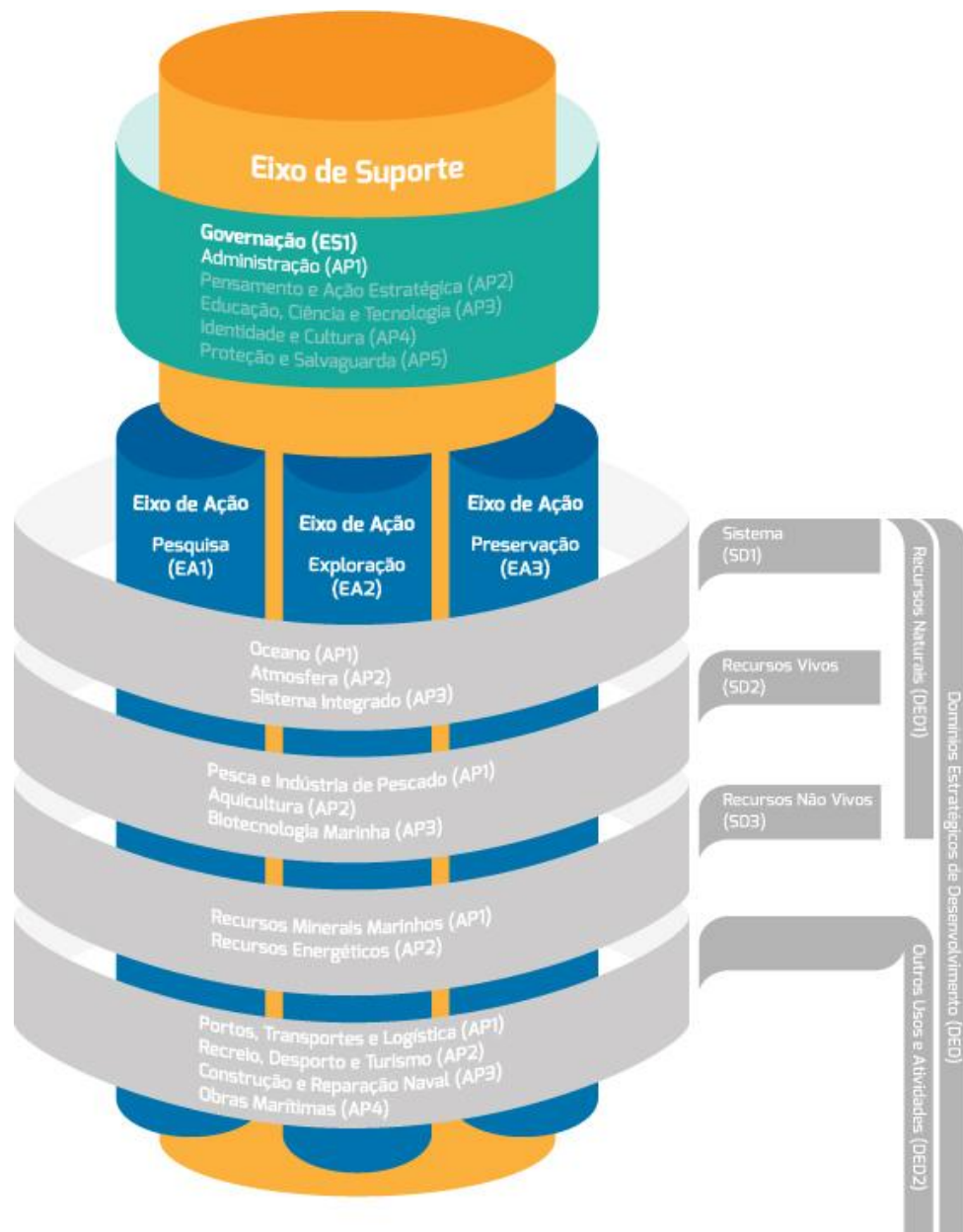
Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #2, #3

PA – Ordenamento do Espaço Marítimo

ES1	GOVERNAÇÃO
	ADMINISTRAÇÃO
	Ordenamento do Espaço Marítimo
	Plataforma Eletrónica de Suporte



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Plataforma Eletrónica de Suporte (às atividades económicas marítimas)

Objetivos

- Desenvolver uma plataforma *online* que permita agilizar o processo de interface entre a entidade gestora no espaço marítimo e os potenciais investidores. A plataforma deverá ser desenvolvida dentro da filosofia do Balcão Único do Mar permitindo que os investidores interajam num único portal cujo formato de interatividade seja transversalmente comum.

Desenvolvimento: Neste âmbito, será desenvolvido um projeto que, tendo em consideração as componentes administrativas e legais, permita estabelecer um ponto de contato inicial entre os investidores para a atividade económica no mar e a administração do uso do espaço marítimo. Pretende-se com este projeto alcançar os seguintes objetivos:

- Agilizar a relação entre os potenciais investidores e a administração central;
- Identificar e divulgar as áreas de potencial económico no mar;
- Divulgar as atividades marítimas que se desenvolvem ou se venha a desenvolver no espaço marítimo para pré-avaliação do potencial económico;
- Avaliação por parte dos investidores do nível de pré-concessão das áreas a licitar;
- Identificar os potenciais interessados/investidores que interajam com a plataforma.

Entidades Coordenadoras

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - MAMAOT

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Turismo de Portugal (TP)
- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Tarefas

1. Desenvolver uma Infraestrutura de Dados Espaciais dedicada que contemple o produto espacial do Ordenamento de Espaço Marítimo;
2. Desenvolver as ferramentas necessárias para proceder, de forma automática, à resposta dos potenciais investidores;
3. Avaliar as condições dos investidores e ordenar segundo os critérios de licitação previamente estabelecidos.
4. Desenvolver mecanismo de divulgação do resultado, semelhante à "abertura de carta" em concurso.

Resultados Esperados

- Maior interação entre os investidores e a administração central;
- Maior facilidade de acesso, quer a nível nacional quer internacional, ao processo de licitação de áreas a consignar;
- Maior celeridade no desfecho do processo;
- Maior transparência do processo.

Calendarização

2013 - 2015

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE



GOVERNAÇÃO

**ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA C
GOVERNAÇÃO - PENSAMENTO
E AÇÃO ESTRATÉGICA**

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1- PA1207

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

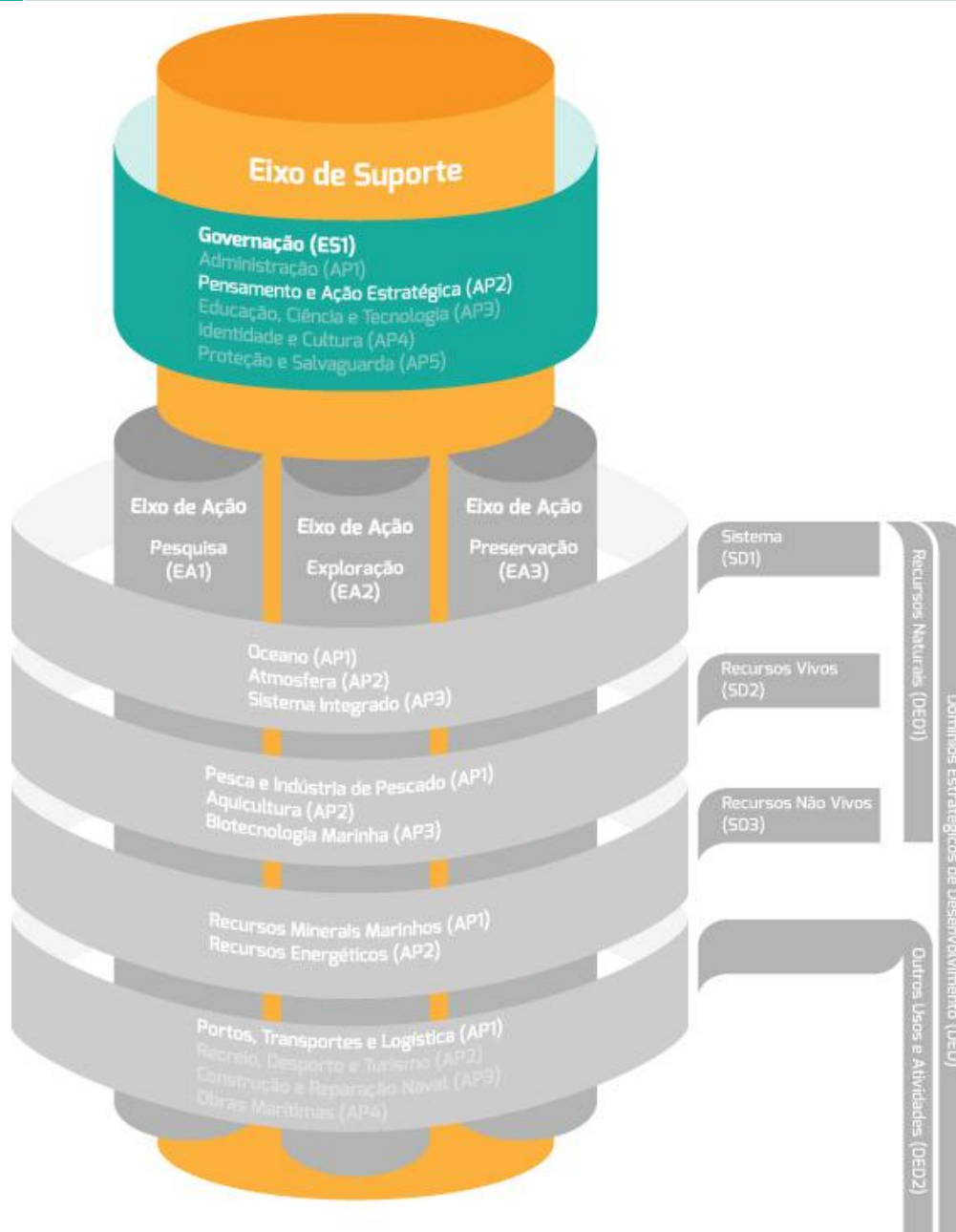
Efeito(s)

#1 – Monitorização da Estratégia Nacional para o Mar, envolvendo a avaliação sistemática das ações implementadas, do ambiente externo e da articulação e harmonização das diferentes iniciativas nacionais e internacionais em curso e em preparação.

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Análise Estratégica	
	Prospetiva e Planeamento
	Monitorização e Indicadores
	Conta Satélite



Programa de Ação

Análise Estratégica

P1207012 – prospetiva e Planeamento
P1207013 – Monitorização e Indicadores
P1207014 - Conta Satélite

Objetivos

- Assegurar os instrumentos de apoio ao acompanhamento, atualização e avaliação da Estratégia Nacional para o Mar (ENM), bem como das medidas e políticas transversais com impacto no mar e com elas relacionadas.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Direção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Justiça (MJ)

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Turismo de Portugal (TP)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE) / Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Agência de Inovação (Adi)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Nacional de Estatística (INE)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Banco de Portugal (BdP)
- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEM)
- OCEANO XXI

- EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa
- Instituto Superior Técnico (IST)
- Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FC-UL)
- Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE – IUL)

Grupo de Conselheiros do Mar

- Peritos de reconhecido mérito da sociedade civil, com interesse em matérias da economia como setor estratégico para Portugal

Resultados Esperados

- Piloto de uma Conta Satélite da Economia do Mar no contexto das Contas Nacionais do Instituto Nacional de Estatística;
- Proposta de um conjunto de indicadores relevantes específicos para o domínio Oceano que envolva a análise das áreas socioeconómica e ambiental, e que permita uma análise da componente Oceanos em políticas transversais ou setoriais;
- Prospecção e análise crítica da monitorização da sócio-economia do mar e de outros indicadores de desenvolvimento sustentável, em Portugal;
- Constituição de um grupo informal de conselheiros do mar.

Calendarização

2013-2016

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE – orçamento DGPM

Financiamento Comunitário:

DG-MARE (IMP 2012-2013), FEAMP (para eventuais projetos/atividades de cooperação)

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1- PA1207-P1207012

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #1

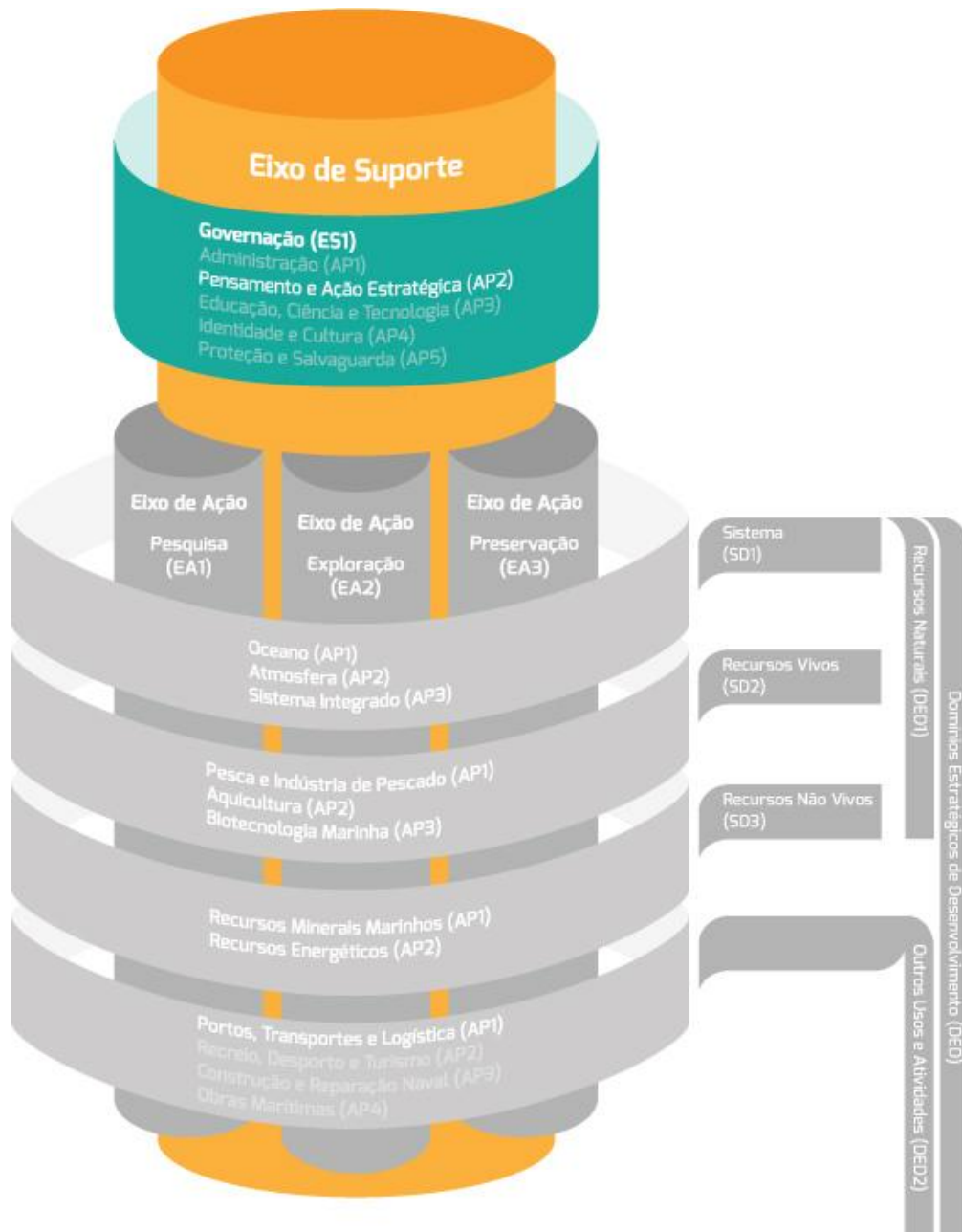
PA – Análise Estratégica

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Análise Estratégica

Prospetiva e Planeamento



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Prospetiva e Planeamento

Objetivos

- Implementar uma unidade de análise prospetiva, incluindo cenarização, e de análise crítica dos indicadores da economia do mar e de outros, numa lógica de contributo marítimo para o desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento: Num contexto de crescente complexidade e incerteza, há claros benefícios na constituição de uma unidade de análise prospetiva, como uma área dedicada à prospetiva estratégica de médio e longo prazo, horizonte presente em muitos dos objetivos dos assuntos do mar, e apoiada por um grupo de reflexão e aconselhamento a constituir. Nesta lógica, a criação e implementação desta unidade deverá ser promovida pela Direção-Geral de Política do Mar, atendendo à sua missão de desenvolver, avaliar e atualizar a Estratégia Nacional para o Mar. Esta unidade deverá funcionar a três planos, designadamente:

- Em estreita colaboração com as instituições públicas de referência na economia portuguesa, designadamente o Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE) do Ministério da Economia e Emprego, e o Banco de Portugal, e em articulação com os Governos Regionais dos Açores e da Madeira. Sempre que se afigure necessário, pode recorrer a outros organismos da Administração para efeitos de análise de políticas públicas setoriais;
- Em parceria direta com os representantes setoriais, nomeadamente o Fórum Empresarial para a Economia do Mar e a Oceano XXI;
- Com o aconselhamento de um grupo de peritos da sociedade civil de reconhecido mérito e com interesse em matérias estratégicas da economia portuguesa (Grupo de Conselheiros do Mar).

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Núcleo da equipa de cenários prospetivos:

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)
- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – Coordenação

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Banco de Portugal (BdP)
- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEM)
- OCEANO XXI

Equipa a ser consultada para o desenvolvimento dos cenários, sempre que se justificar:

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Direção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED)

Ministério da Administração Interna (MAI)
- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Justiça (MJ)
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Turismo de Portugal
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE) / Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Agência de Inovação (Adi)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)
- Instituto Nacional de Estatística (INE)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- EMPORDEF- Empresa Portuguesa de Defesa

GRUPO DE CONSELHEIROS DO MAR:

- Peritos de reconhecido mérito da sociedade civil, com interesse em matérias da economia como setor estratégico para Portugal

Tarefas

1. Elaboração de uma base de dados de atores;
2. Elaboração de uma base de dados de documentos de apoio à análise estratégica;
3. Análise do contexto nacional na dinâmica internacional;
4. Análise crítica da monitorização da Estratégia Nacional para o Mar;
5. Elaboração de cenários para a economia do mar em Portugal;
6. Preparação e apoio às reuniões do Grupo de Conselheiros do Mar.

Resultados Esperados

- Relatório bienal de prospetiva e análise crítica da monitorização da sócio-economia do mar e de outros indicadores de desenvolvimento sustentável, em Portugal.

Calendarização

2013, 2015, 2017, 2019:

Relatório de contexto nacional na dinâmica internacional e análise crítica da monitorização da Estratégia Nacional para o Mar

2014:

Cenários para a Economia do Mar em Portugal

Reuniões trianuais do grupo de Conselheiros do Mar (promovidas pela DGPM)

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE – orçamento DGPM

Patrocínios

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1- PA1207-P1207013

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #1

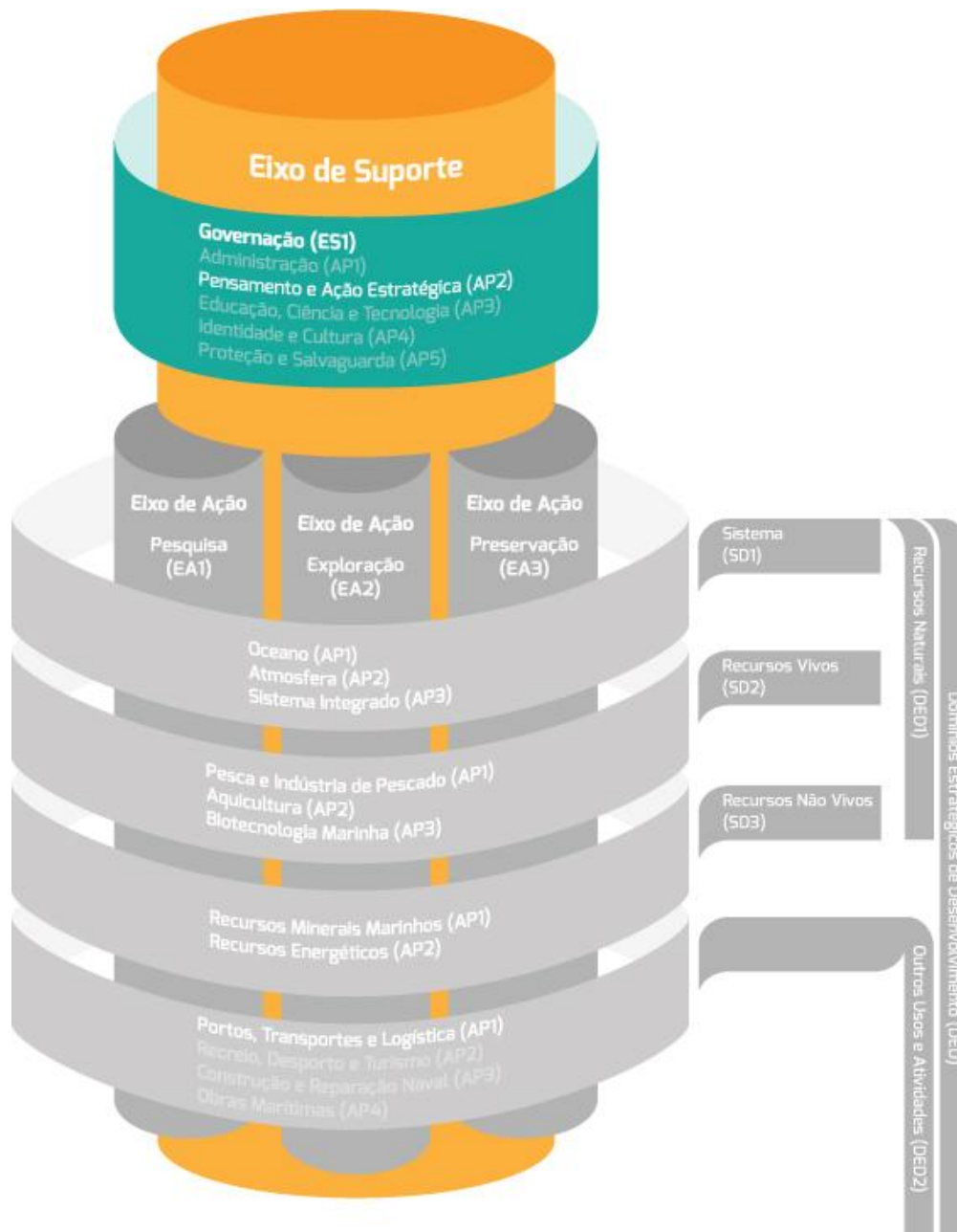
PA – Análise Estratégica

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Análise Estratégica

Monitorização e Indicadores



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Monitorização e Indicadores

Objetivos

- Implementar um conjunto de indicadores para aferir os resultados da Estratégia Nacional para o Mar, numa lógica de desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento: Atualmente há um conjunto de princípios comumente aceites pela comunidade internacional e espelhados em muitos dos documentos de política, designadamente o princípio do desenvolvimento sustentável, assente num equilíbrio de objetivos de carácter económico, social e ambiental, e a abordagem ecossistémica. Ainda que muitos destes documentos de política não sejam específicos dos assuntos do mar, eles têm uma componente marítima ou marinha. Destacam-se designadamente:

- Estratégia “Europa 2020”
- Estratégia “Horizonte 2020”
- Diretiva Quadro Estratégia Marinha
- Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável
- Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2020
- “*The Future we want*” – Rio+20
- *Roadmap for maritime spatial planning in the UE*
- “*Step-by-Step Approach for Marine Spatial Planning toward Ecosystem-based Management*”, UNESCO
- Ordenamento do espaço marítimo na UE – Balanço e Perspectivas COM (2010) 771 final
- Documento orientador *Green Growth* da OCDE
- Livro Branco “Roteiro do espaço único europeu dos transportes – Rumo a um sistema de transportes competitivo e económico em recursos”

Neste projeto ter-se-á em consideração a expressão nacional destas políticas.

Uma abordagem de desenvolvimento sustentável deverá assegurar uma análise integrada da componente ambiental e socioeconómica, constatando-se que os valores ambientais não são devidamente integrados na tomada de decisão porque não passam pelo sistema de mercado convencional. Nesse sentido é objetivo complementar neste projecto, integrar a experimentação da valoração da biodiversidade e dos serviços prestados pelos ecossistemas marinhos e costeiros, bem como a análise da sua compatibilização/integração no sistema estatístico. Esta análise deverá ser desenvolvida em articulação e na sequência do trabalho internacional já desenvolvido no contexto TEEB – *The Economics of Ecosystem and Biodiversity*, pela unanimidade que colhe junto da comunidade científica. O reconhecimento do valor e da análise dos serviços dos ecossistemas está hoje presente em documentos relevantes da política do mar, ou com esta relacionada, ou nas metodologias de trabalho desenvolvidas ao seu abrigo, como sejam a Diretiva Quadro Estratégia Marinha e a Declaração de Limassol (Declaração dos Ministros do Mar em 2012, no contexto da Política Marítima Integrada), ou a Convenção da Diversidade Biológica.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – Coordenação
- Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)
- Instituto Nacional de Estatística (INE)

Equipa a ser consultada em função da temática abordada:

Ministério das Finanças (MF)
- Observatório do QREN

Ministério da Defesa Nacional (MDN)
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Justiça (MJ)

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Turismo de Portugal (TP)
- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Instituto Superior Técnico (IST)
- Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FC-UL)
- Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Tarefas

1. Identificação dos indicadores existentes e das áreas temáticas chave a considerar;
2. Análise comparativa de indicadores dentro de dada área temática chave;
3. Identificação da componente marítima em indicadores existentes e proposta de novos indicadores quando se justifique;
4. Teste aos indicadores;
5. Promoção de discussão do pacote chave de indicadores selecionados.
6. Estabilização de um conjunto de indicadores que monitorizem a Estratégia Nacional para o Mar, numa lógica de desenvolvimento sustentável;
7. Estimativas e definição de indicadores para os serviços dos ecossistemas marinhos e costeiros, teste da sua aplicabilidade em políticas relevantes para o mar e análise da sua viabilidade no contexto do sistema estatístico nacional.

Resultados Esperados

Publicação anual

Calendarização

2013-2020:

Publicação com os resultados anuais

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE – orçamento DGPM

Patrocínios

custos a determinar pela ETE (Equipa Técnica Especializada)

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1- PA1207-P1207014

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #1

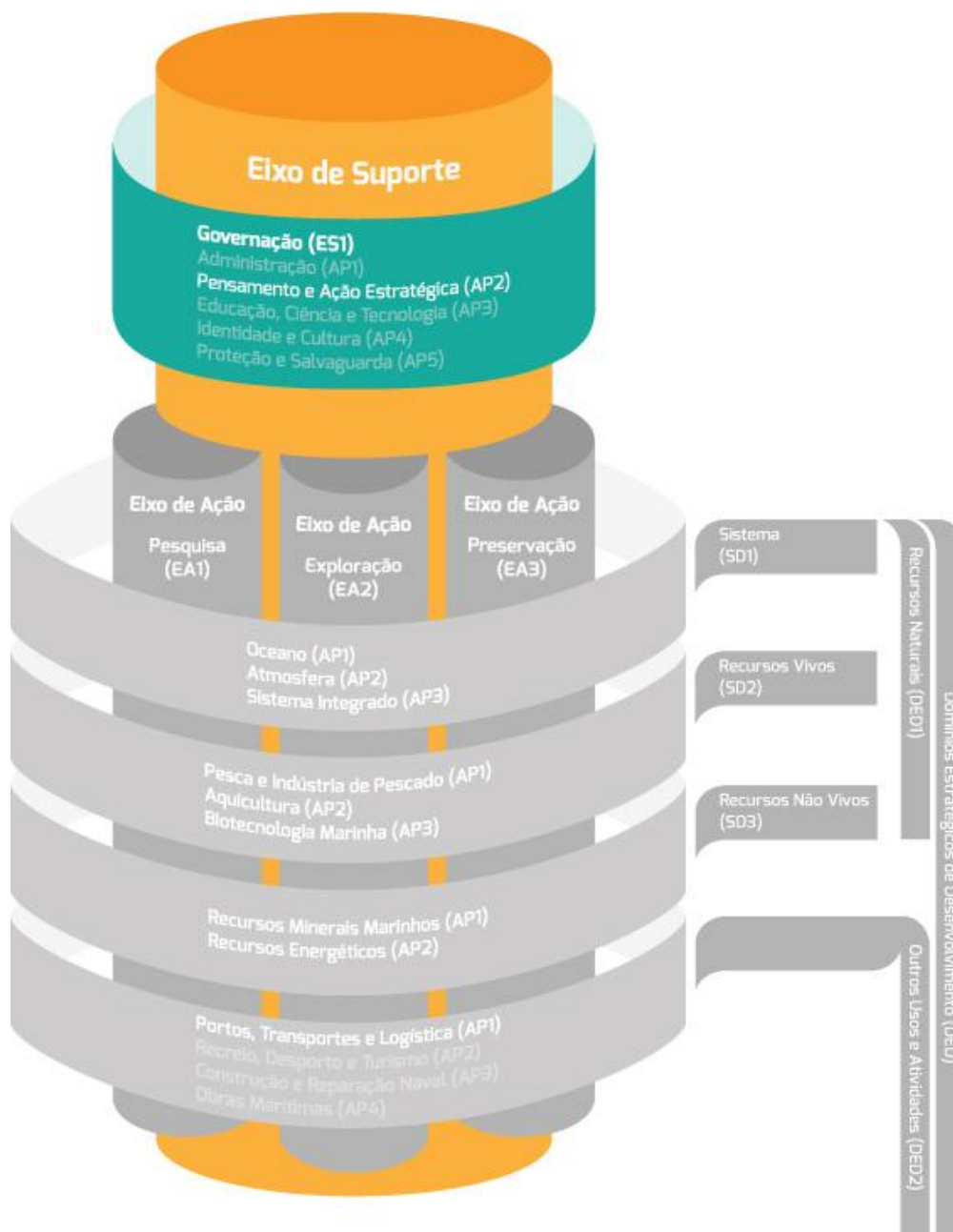
PA – Avaliação Estratégica

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Análise Estratégica

Conta Satélite



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Conta Satélite

Objetivos

- Desenvolver um projeto-piloto de uma Conta Satélite para a Economia do Mar que constitua um instrumento estatístico para avaliação integrada, em termos macro, dos setores mercantis cuja atividade, ou processo produtivo, dependa de forma direta ou indireta, da utilização de recursos do mar.

Desenvolvimento: Este projeto baseia-se nas Contas Nacionais do Instituto Nacional de Estatística, devendo ser desenvolvida uma matriz *input-output* para a economia do mar por forma a avaliar não só os efeitos diretos mas também os efeitos indiretos na economia. Faz parte do projeto a avaliação das vantagens de instituir a Conta Satélite para a Economia do Mar como instrumento estatístico sistemático, face a outros instrumentos estatísticos pré-existentes, bem como os recursos necessários e o formato administrativo a ser adoptado.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Núcleo da equipa da conta satélite:

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)
- Instituto Nacional de Estatística (INE)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação em articulação com Instituto Nacional de Estatística (INE)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)
- Turismo de Portugal (TP)

Outras Entidades

- Fórum Empresarial da Economia do Mar/ Oceano XXI

Equipa a ser consultada para o desenvolvimento da conta satélite, sempre que se justificar:

Ministério das Finanças (MF)
- Instituto de Seguros de Portugal

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Direção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED)

Ministério da Administração Interna (MAI)
- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Justiça (MJ)
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)

- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE) / Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Agência de Inovação (Adi)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)

- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Português Desporto e Juventude (IPDJ)

- Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa

Tarefas

1. Levantamento dos setores e atividades da economia do mar;
2. Levantamento de fontes estatísticas disponíveis para proceder à determinação dos agregados económicos (produção, Valor Acrescentado, emprego, exportações e importações) e da necessidade de inquéritos;
3. Construção de uma matriz *input-output*;
4. Determinação dos multiplicadores e subsequente cálculo dos efeitos diretos e indiretos sobre a economia.

Resultados Esperados

- Relatório de conceção do projeto-piloto (no final da tarefa 2);
- Relatório final com análise dos resultados e propostas de ação futura (no final da tarefa 4).

Calendarização

2013:

Tarefas 1 e 2

2013-2016:

Tarefas 3 e 4

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE – orçamento DGPM

custos a determinar pela ETE (Equipa Técnica Especializada)

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1208

Eixo de Suporte – ES1 – Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

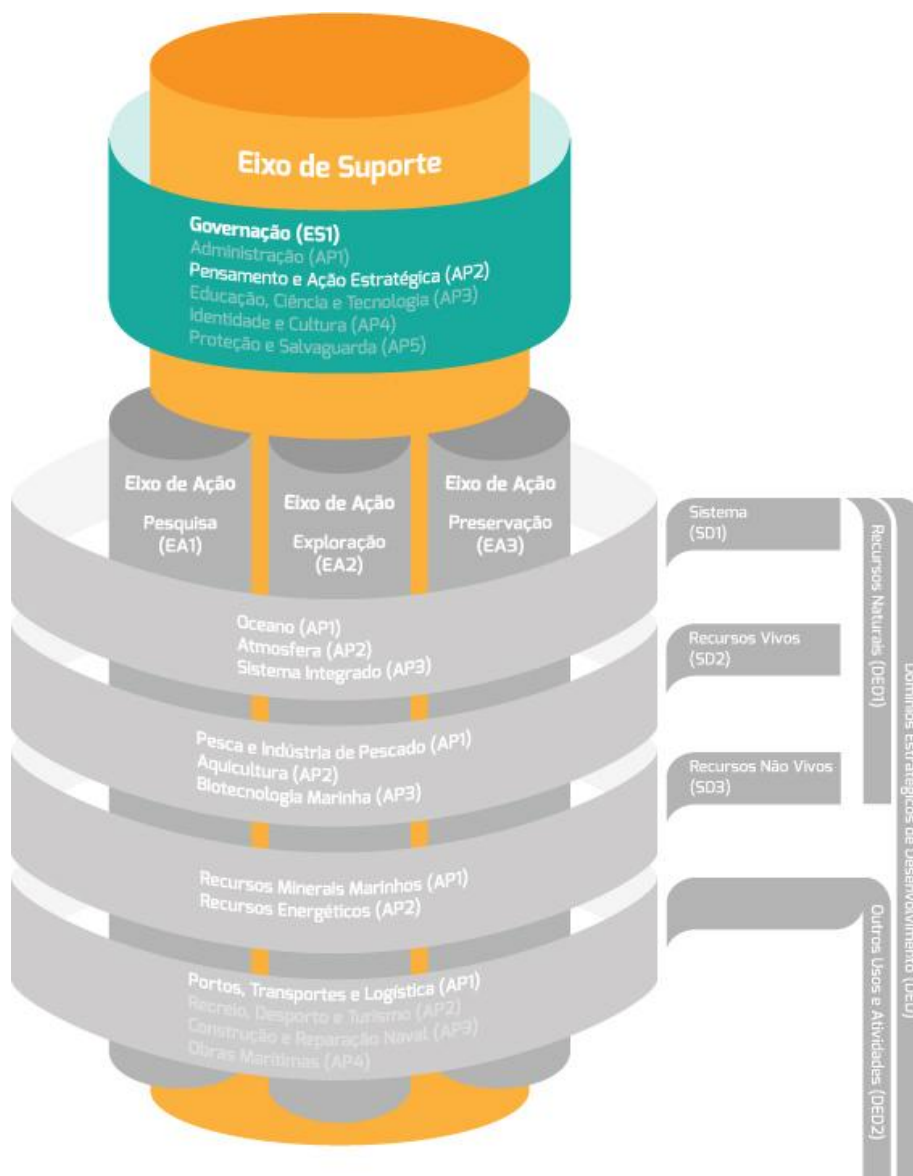
Efeito(s)

#1 - Monitorização da Estratégia Nacional para o Mar, envolvendo a avaliação sistemática das ações implementadas, do ambiente externo e da articulação e harmonização das diferentes iniciativas nacionais e internacionais em curso e em preparação.

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

UE/EEA	
	Política Marítima Integrada
	Política Comum de Pescas
	Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico (EMUEAA)
	Cooperação PT-EEA



Programa de Ação

EU / EEA

P1208015 - Política Marítima Integrada (PMI)
P1208016 - Política Comum de Pescas (PCP)
P1208017 - Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico (EMUEAA)
P1208018 - Cooperação PT-EEA

Objetivos

- Assegurar o acompanhamento dos desenvolvimentos da Política Marítima Integrada (PMI) do EU, designadamente nos seguintes âmbitos:
 - Grupo de Pontos Focais de Alto-Nível da PMI;
 - Grupo e Sub-grupos técnicos da Comissão Europeia para a PMI dirigidos pela DG-Mare;
 - Estratégia da UE Marítima da UE para a Área do Atlântico no quadro da implementação da PMI nas bacias oceânicas;
- Preparação e acompanhamento da participação ministerial nacional no âmbito da PMI;
- Promover a cooperação no quadro do Espaço Europeu Alargado (EEA) nas actividades relacionadas com o mar.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Gabinete do Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação
- Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (que coordena)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve (CCDRs)
- Gabinete de Planeamento e Prospectiva (Gabinete das Relações Internacionais)

Ministério da Educação e da Ciência (MEC)

- Secretaria de Estado da Educação
- Secretaria de Estado do Desporto e Juventude

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Fórum Empresarial da Economia do Mar
- OCEANO XXI
- WAVEC/ENERGYIN
- Conselho económico e social
- Agência Independente do Desporto e do Mar
- Representante do Chefe da Delegação Portuguesa no Comité das Regiões da UE

Resultados Esperados

- Garantir, no quadro da PMI, a coerência dos objectivos estratégicos relacionados com o mar e das concretizações alcançadas com base na ENM, na EMUEAA e no instrumento de cooperação *EEA Grants*.

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Fundos Nacionais:

Identificam-se necessidades de co-financiamento dos projectos comunitários e do EEA, a suportar pelo OE

Fundos Comunitários:

Um novo quadro financeiro para a UE será iniciado para o período 2014-20 cobrindo o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e do futuro Fundo Europeu dos Assuntos do Mar e Pescas (FEAMP), estando aberta a possibilidade dos projetos poderem concorrer a mais que uma fonte e financiamento, devem ainda ser considerados os apoios do programa de pesquisa Horizonte 2020, e COSME.

Banco Europeu de Investimento

Fundos de cooperação:

EEA Financial Mechanism 2009-2014

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1208-P1208015

Eixo de Suporte – ES1 – Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) #1

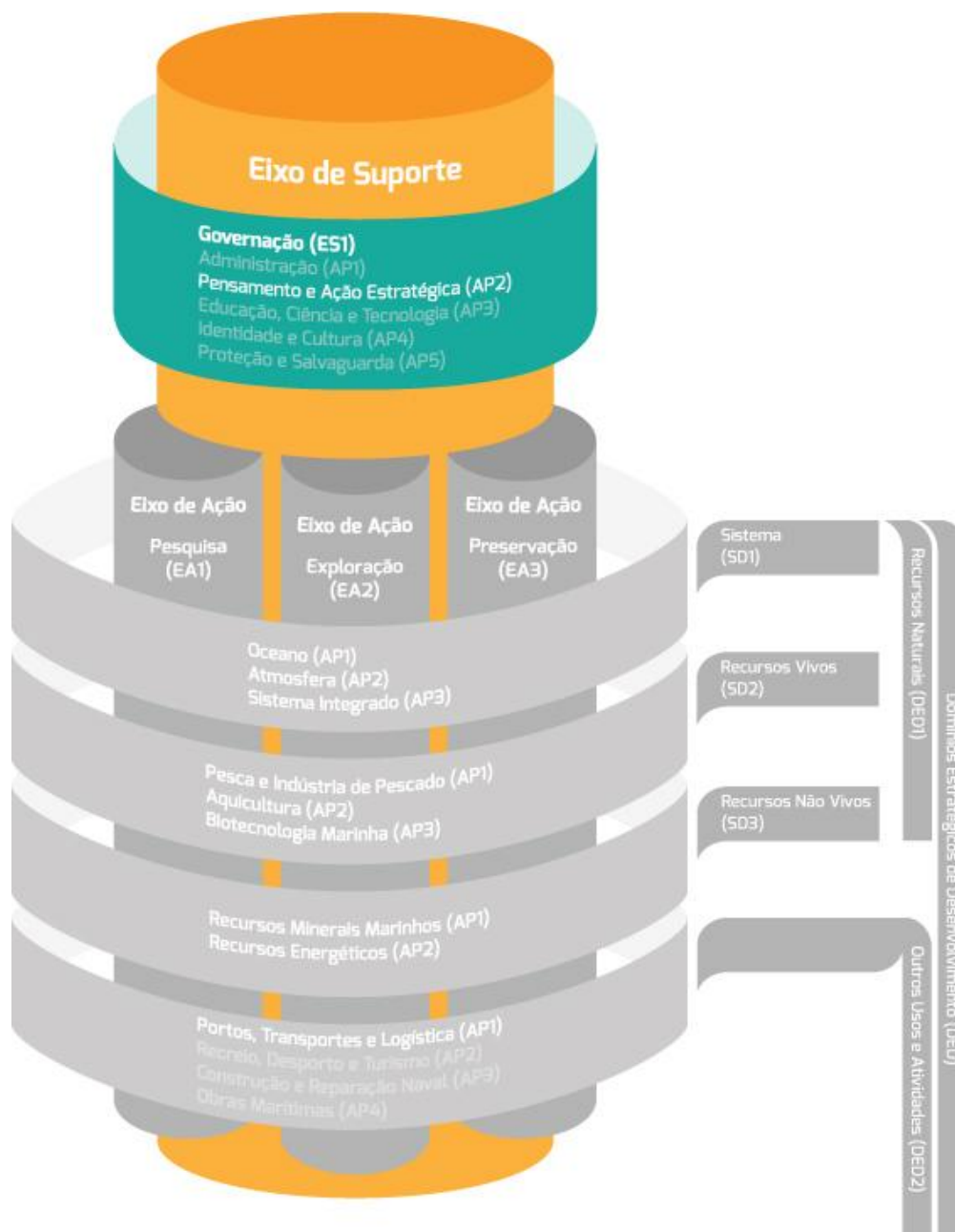
PA – UE / EEA

ES1 – GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

UE/EEA

Política Marítima Integrada



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Política Marítima Integrada

Objetivos

- Harmonização das políticas públicas para o mar dos Estados Membros em articulação com a Política Comum de Pescas
- Harmonização dos instrumentos de gestão (Vigilância marítima integrada e desenvolvimento de um Ambiente Comum de Partilha de Informação (CISE) Ordenamento do espaço marítimo e
- Conhecimento do Meio Marinho
- Coerência de execução das estratégias das Bacias Oceânicas (ex. Estratégia Marítima da União Europeia para a área do Atlântico – EMUEAA e Plano de Ação)
- Desenvolvimento socioeconómico relacionado com o Crescimento Azul
- Articulação de meios (recursos humanos, fundos e infraestruturas e equipamentos).

Desenvolvimento: A Política Marítima Integrada estabeleceu uma nova abordagem destinada a reforçar o desenvolvimento sustentável das atividades potenciais utilizadoras do espaço marítimo. A Europa poderá conseguir um crescimento azul, baseado num desenvolvimento sustentável se articular as políticas relativas ao Mar. As diferentes instituições a nível comunitário e a nível nacional organizaram-se de forma a poder dar uma resposta articulada permitindo uma maior integração e tirar partido das sinergias que se podem criar. Matérias transversais como o ordenamento do espaço marítimo, a vigilância integrada ou o conhecimento do meio marinho são também referidos como parte essencial para a concretização da PMI salientando-se o seu papel ao nível das regiões e das bacias oceânicas. As regiões, que tem território, costeiro são fundamentais para a implementação da PMI em articulação com a autoridade nacional e promovendo a integração com as regiões dos outros Estados Membros.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (que coordena)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve (CCDRs)
- Gabinete de Planeamento e Prospectiva (Gabinete das Relações Internacionais)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Tarefas

Assegurar o acompanhamento da PMI designadamente nos seguintes âmbitos:

1. Grupo de Pontos Focais de Alto-Nível da PMI;
2. Grupo e Sub-grupos técnicos da Comissão Europeia para a PMI dirigidos pela DG-Mare;
3. Estratégia da UE Marítima da UE para a Área do Atlântico no quadro da implementação da PMI nas bacias oceânicas;

Resultados Esperados:

- Alcançar crescimento numa lógica do conhecimento, da integração e da inclusão social

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Fundos Nacionais:

Identificam-se necessidades de co-financiamento dos projectos comunitários e do EEA, a suportar pelo OE

Fundos Comunitários:

FEDER, FSE, FC, ETC, CEF, FEAMP, HORIZON 2020, LIFE+

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1208-P1208016

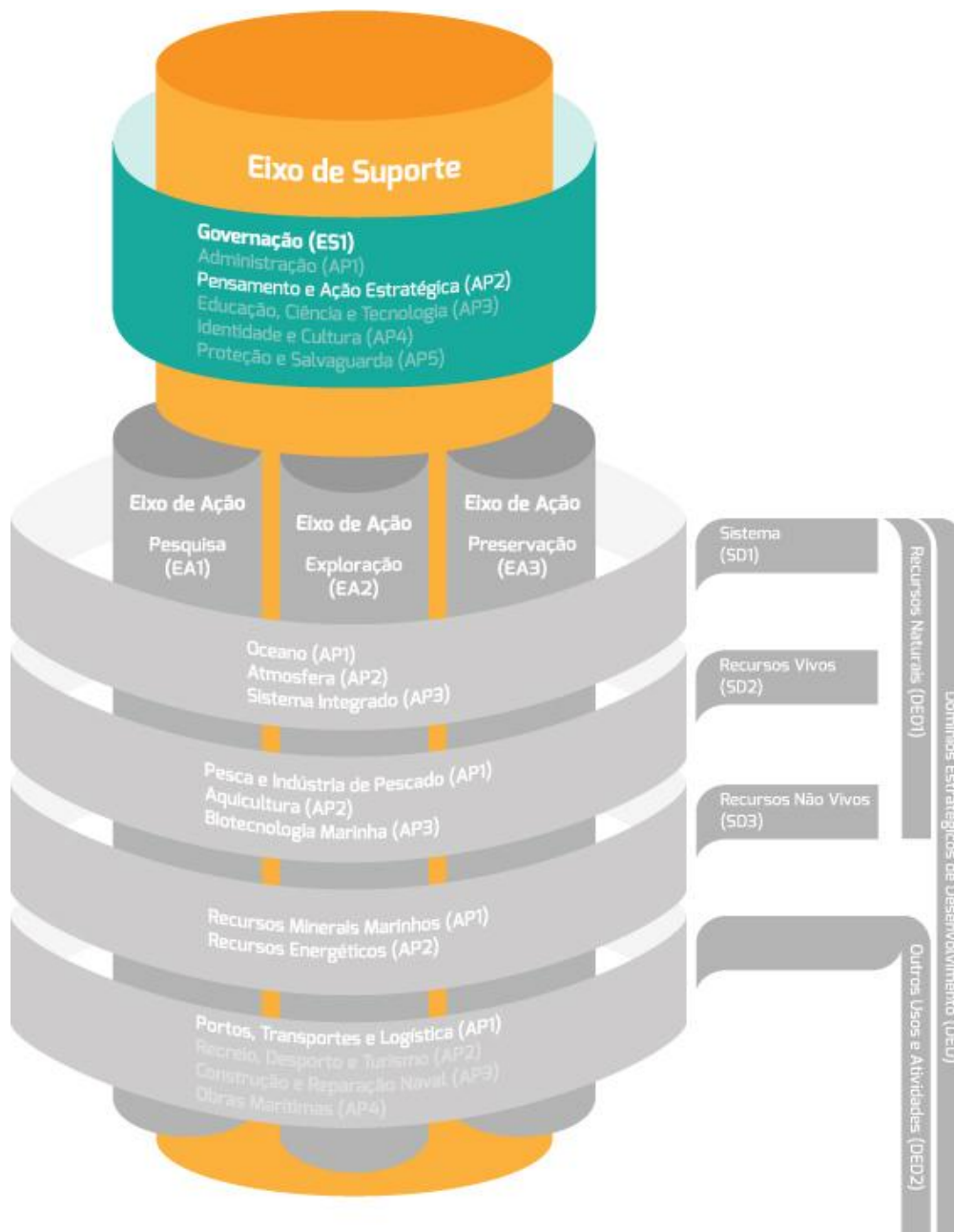
Eixo de Suporte – ES1 - Governação
AP - Pensamento e Ação Estratégica
Efeito(s) - #1
PA – EU / EEA

ES1 – GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

UE/EEA

Política Comum das Pescas (PCP)



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Política Comum das Pescas

Objetivos

- Eliminar, progressivamente, as devoluções de acordo com abordagem caso a caso, e atendendo aos melhores pareceres científicos disponíveis, reduzindo as capturas indesejadas, e assegurando que todas as capturas são descarregadas;
- Criar condições para tornar o setor das capturas e da transformação no domínio da pesca mais viável e competitivo do ponto de vista económico.
- Promover o desenvolvimento das actividades aquícolas sustentáveis na União, a fim de contribuir para a abastecimento alimentar e para o emprego;
- Contribuir para assegurar um nível de vida adequado às populações que dependem das actividades de pesca, tendo em conta, as especificidades da pesca costeira e os aspectos socio-económicos;
- Garantir um mercado interno dos produtos da pesca e da aquicultura, eficiente e transparente, atendendo aos interesses, dos produtores e dos consumidores;
- Promover a igualdade de condições de concorrência no domínio da transformação e do comércio dos produtos da pesca e da aquicultura;
- Assegurar a coerência com a legislação da União em matéria de ambiente, nomeadamente o objectivo de se atingir, até 2020, um bom estado ambiental, bem como com as outras políticas da União.

Entidade Coordenadora

Direcção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direcção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direcção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (que coordena)

- Direcção-Geral de Política do Mar (DGPM)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades Participantes – a envolver sempre que se jufique

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Gabinete de Planeamento e Prospectiva (Gabinete de Relações Internacionais)

Tarefas da equipa técnica especializada

Assegurar o acompanhamento da PCP, designadamente nos seguintes âmbitos:

1. Grupo de Política Interna e Externa das Pescas do Conselho da União Europeia;
2. Grupos e Subgrupos, Técnicos da Comissão Europeia dirigidos pela DG-MARE;
3. Comitês da pesca e da aquicultura;

Contribuir para a aplicação da Política Comum das Pescas, e garantir a sua execução, controlo e fiscalização, nomeadamente:

1. Assegurar, através de métodos de gestão e ordenamento, o quadro de conhecimento dos recursos naturais marinhos disponíveis nas áreas sob soberania ou jurisdição nacional e garantir a execução das políticas de preservação dos recursos marinhos;

2. Preparar, coordenar e executar os Programas Plurianuais e os Planos Anuais relativos à recolha de dados da PCP;
3. Programar, coordenar e executar a fiscalização, a vigilância e o controlo das atividades da pesca e conexas;
4. Assegurar o cumprimento das regras da Organização Comum de Mercado dos produtos da pesca e da aquicultura
5. Gerir o sistema de informação das pescas nas diversas componentes e ligações aos órgãos nacionais, europeus e internacionais.

Resultados Esperados

Garantir que as actividades de pesca e de aquicultura proporcionem condições sustentáveis, a longo prazo, do ponto de vista ambiental, económico e social e contribuem para a segurança do abastecimento de produtos alimentares.

Calendarização

2013-2020

Custos e Fontes de Financiamento

Fundos Nacionais:

Identificam-se necessidades de co-financiamento para programas de incentivos ao investimento e para o desenvolvimento de programas europeus, a serem suportados pelo OE;

Fundos Comunitários:

FEAMP (Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e Pesca) podendo ser complementados por outros Fundos do Quadro Estratégico Comum.

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1208-P1208017

Eixo de Suporte – ES1 – Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) #1

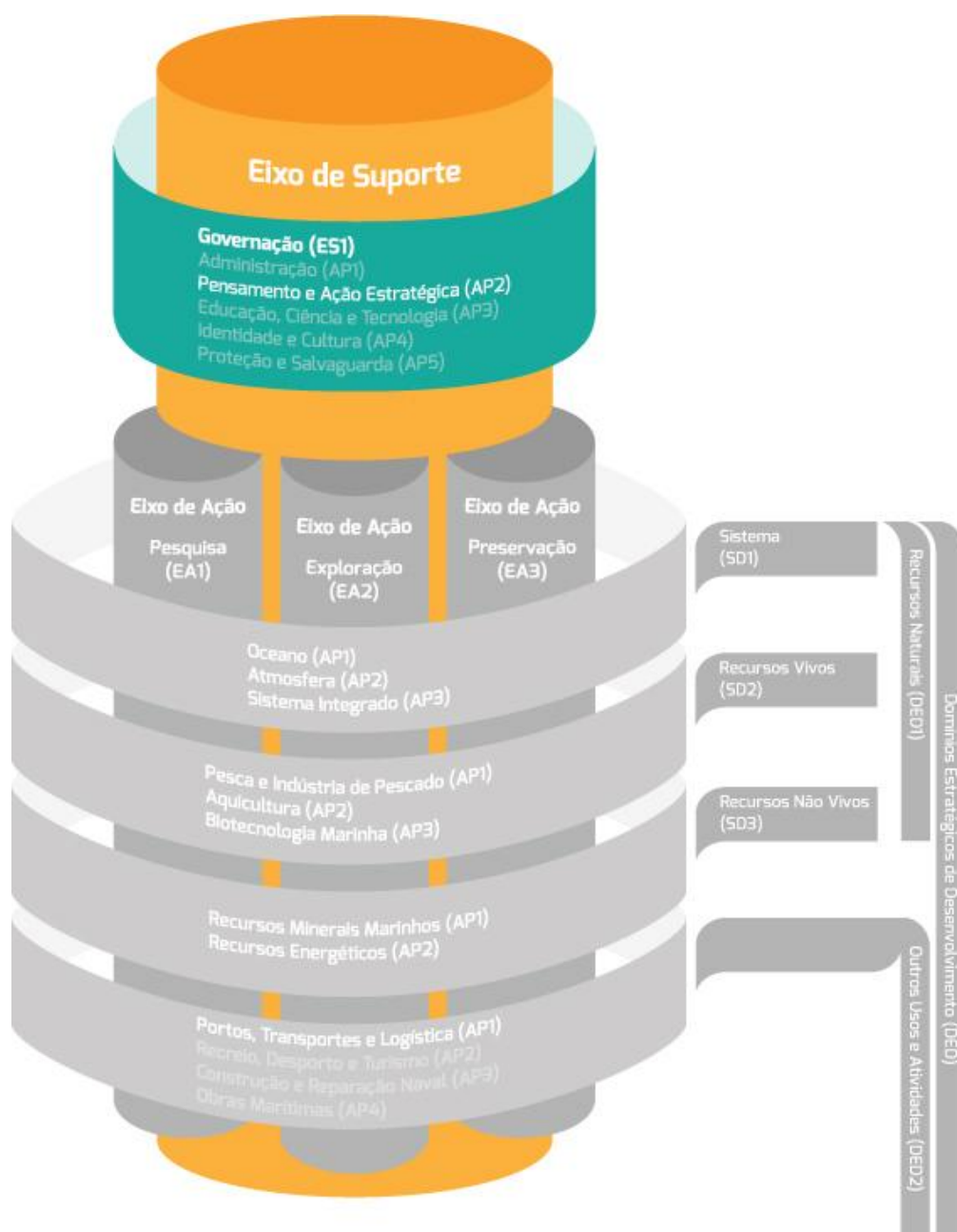
PA – EU / EEA

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

UE/EEA

Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico (EMUEAA)



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico (EMUEAA)

(Contribuição para o Plano de Ação da Estratégia Marítima da UE para a área do Atlântico)

Objetivos

- Assegurar o acompanhamento dos desenvolvimentos da Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico (EMUEAA).

Desenvolvimento:

Este documento, apresentado em novembro de 2011 em Lisboa, expressa a vontade e a prioridade em proteger o Oceano e em explorar, de forma sustentável, o seu potencial de longo prazo favorecendo um modelo de desenvolvimento assente na promoção do Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo (CISI). Tal implica um amplo compromisso para promover, por um lado, o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e na inovação, possibilitando um uso mais eficiente dos recursos e, por outro lado, uma economia mais competitiva e sustentável, geradora de crescimento e de emprego, e capaz de assegurar coesão social e territorial. Foram definidas cinco áreas temáticas e cada Estado-Membro da fachada atlântica - Irlanda, Reino Unido, França, Espanha e Portugal, tem que identificar os projetos nacionais (de âmbito nacional, regional ou mesmo local) que podem integrar o Plano de Ação da Estratégia Marinha do Atlântico, a apresentar em 2013 pela Comissão Europeia.

O Fórum Atlântico, criado na sequência da aprovação da Estratégia Marítima, integra representantes dos cinco Estados-Membros, e deverá criar e dinamizar uma rede de informação e interesse que permita apresentar, até março de 2013, as ações prioritárias e projetos que irão integrar o Plano de Ação. Para permitir dinamizar este projecto a nível nacional foi constituído um grupo de trabalho, de âmbito nacional, para a Estratégia do Atlântico que integra representantes das diferentes tutelas, das Regiões e dos stakeholders com a missão de identificar os projetos, e ações prioritárias, alinhados com as cinco áreas temáticas estabelecidas.

Todo o território de Portugal é litoral, ligando a fachada atlântica com o interior de uma forma integrada, ou insular. Este aspeto constitui um fator diferenciador que pode e deve ser reconhecido no estabelecimento de uma estratégia nacional, integrada no contexto Atlântico, privilegiando a complementaridade entre as regiões, favorecendo a coesão territorial, promovendo a acessibilidade e a mobilidade funcional e sistémica.

O enorme potencial económico do Mar Portugal permanece largamente inexplorado. A energia oceânica, a mineração dos fundos marinhos, a biotecnologia marinha e outros sectores emergentes, bem como atividades tradicionais como a pesca, aquicultura, turismo e transporte marítimo podem contribuir para o desenvolvimento de um crescimento azul na Europa, permitindo gerar empregos e estimular o crescimento económico. A inovação, a tecnologia e o incremento do conhecimento, bem como a preservação ambiental, são aspetos fundamentais para a promoção do crescimento azul.

Está assim constituída uma janela única de oportunidade para promover a utilização sustentada o espaço marítimo, dinamizando o desenvolvimento de projetos integrados que concorrem para as cinco grandes áreas temáticas estabelecida (redução da pegada de carbono, abordagem ecossistémica, crescimento social inclusivo, ameaças e emergências e exploração sustentada do fundo marinho e dos recursos naturais) que permitirá reforçar a coesão territorial, favorecendo a cooperação entre as Regiões.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)
- Instituto de Seguros de Portugal

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Direção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED)

Ministério da Administração Interna (MAI)
- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Justiça (MJ)

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Turismo de Portugal (TP)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE) / Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Agência de Inovação (Adi)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação em estreita articulação com o Instituto Nacional de Estatística (INE)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Nacional de Estatística (INE)
- Instituto Português Desporto e Juventude (IPDJ)
- Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa
- Fórum Empresarial da Economia do Mar
- OCEANO XXI
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Articular as entidades nacionais da administração central e regional, e os stakeholders económicos e sociais em torno deste tema;
2. Promover a discussão pública alargada envolvendo os Estados-Membros da Bacia do Atlântico - Irlanda, Reino Unido, França, Espanha e Portugal;
3. Identificar os potenciais projetos nacionais (de âmbito nacional, regional ou mesmo local) que podem integrar o Plano de Ação da Estratégia Marinha do Atlântico, a apresentar em 2013 pela Comissão Europeia;
4. Apresentar as ações prioritárias e projetos que irão integrar o Plano de Ação.

Resultados Esperados

- Elaborar um Plano de Ação com a identificação das ações prioritárias e projectos nacionais evidenciando as grandes tendências;
- Criar projectos a candidatura aos fundos europeus promovendo a integração e cooperação entre regiões e entre Estados-Membros;
- Harmonizar o Plano de Ação da EMUEAA com os regulamentos dos fundos, tendo por objectivo o alinhamento com as áreas temáticas e as áreas prioritárias definidas;
- Promover o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo (CISI);
- Reafirmar a maritimidade nacional.

Calendarização

2013

Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE – orçamento DGPM

Custos a determinar pela ETE (Equipa Técnica Especializada)

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1208-P1208018

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #1

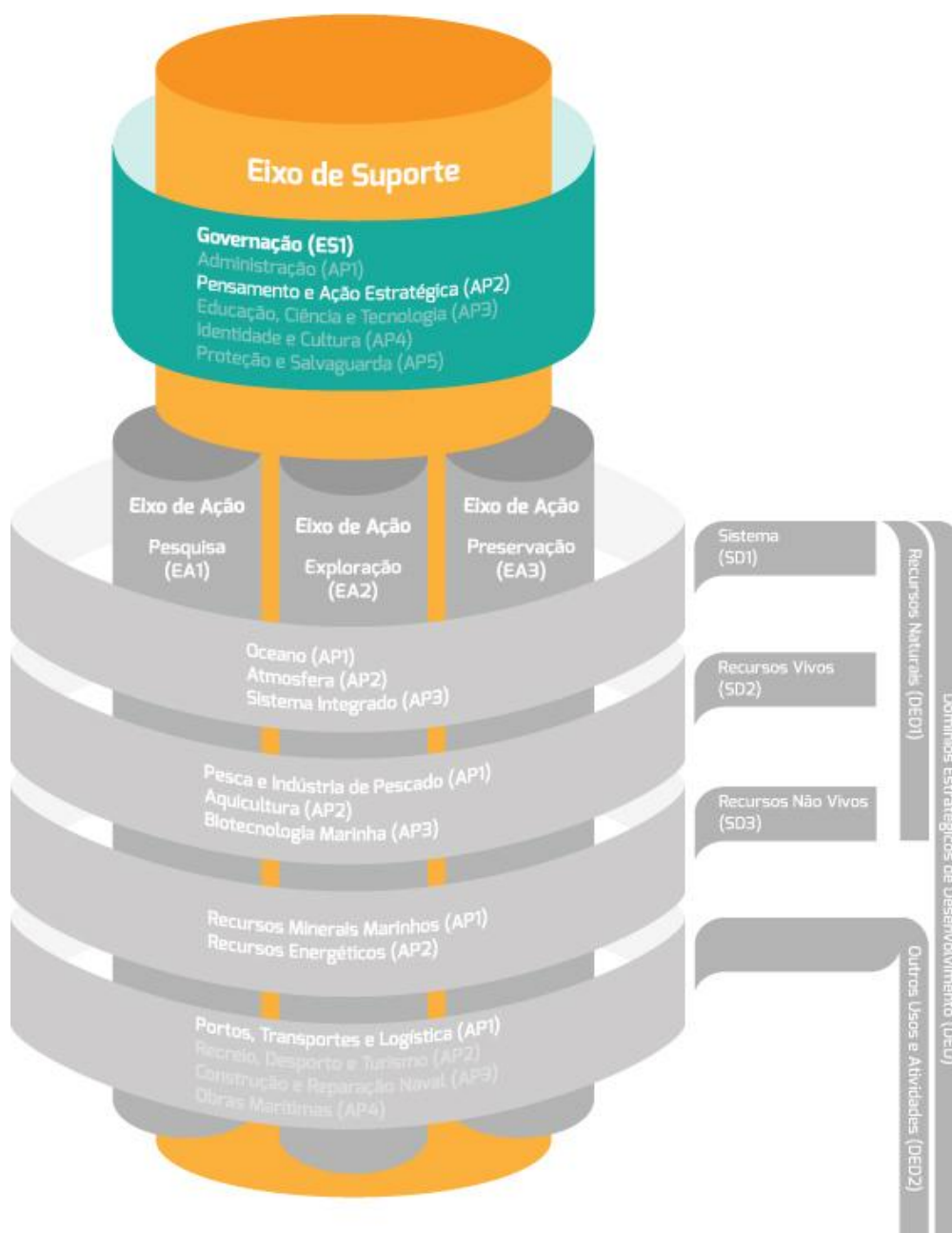
PA – EU / EEA

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

UE/EEA

Cooperação PT-EEA



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Cooperação PT-EEA

Objetivos

- Promover a cooperação bilateral entre Portugal e os países que integram o Espaço Europeu Alargado (EEA), designadamente, a Noruega, a Islândia e o Liechtenstein, através de iniciativas relacionadas com o mar;
- Enquadrar estrategicamente o empenhamento dos meios para a execução do quadro de programação e do respectivo instrumento financeiro (*EEA Financial Mechanism 2009-2014*), nas iniciativas relacionadas com o mar.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação

Tarefas

1. Identificar os potenciais projetos nacionais (de âmbito nacional, regional ou mesmo local) que podem integrar projectos de cooperação bilateral entre Portugal e o EEA;
2. Apresentar as ações prioritárias e projetos que irão integrar o Plano de Ação.

Resultados Esperados

- Elaborar um Plano de Ação com a identificação das ações prioritárias e projectos nacionais evidenciando as grandes tendências;
- Criar projectos a candidatura aos fundos EEA.

Calendarização

2013-2017

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:
OE – orçamento DGPM

Financiamento da cooperação:
EEA Financial Mechanism 2009-14

custos a determinar pela ETE (Equipa Técnica Especializada)

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1209

Eixo de Suporte – ES1 – Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s)

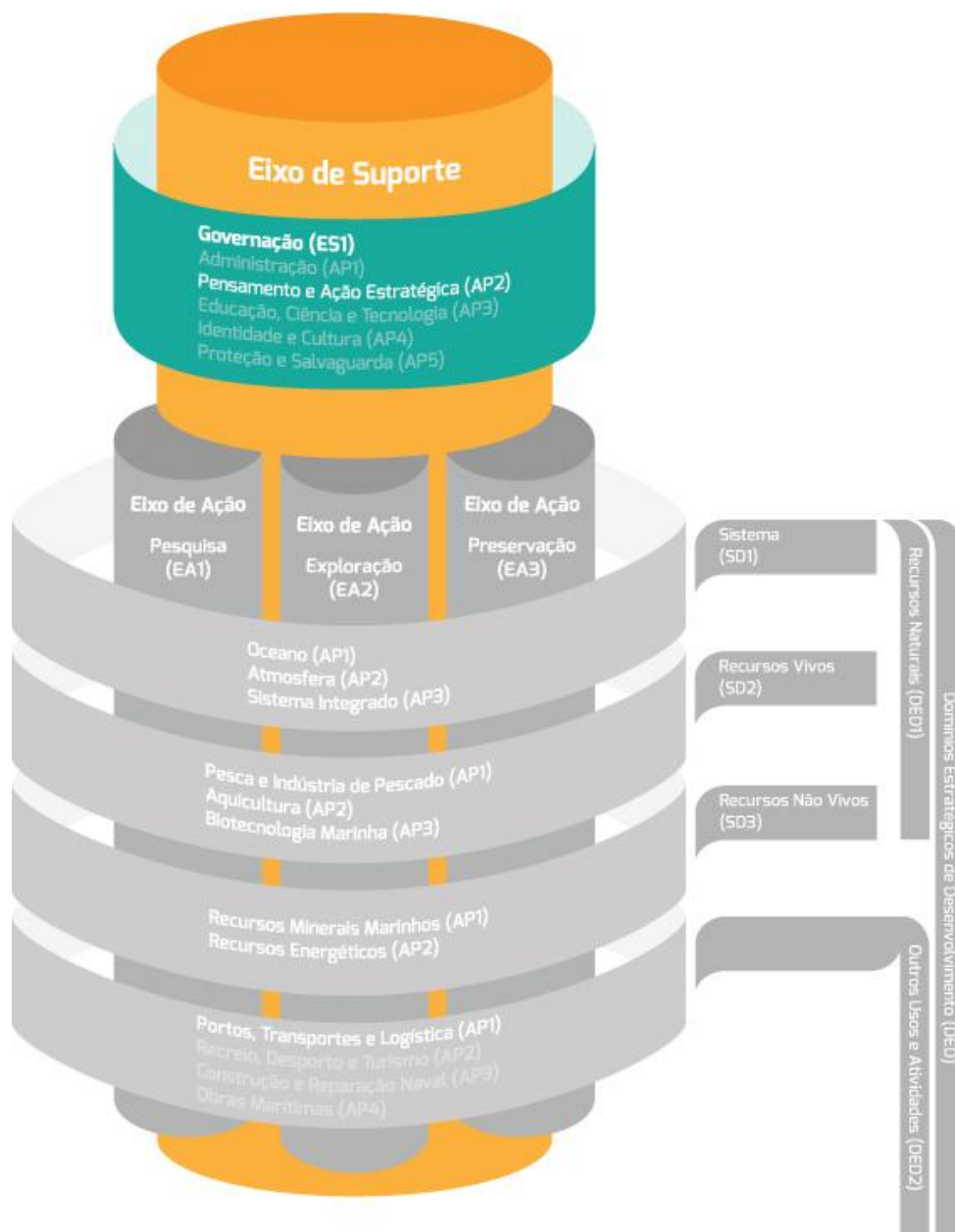
#3 - Cooperação internacional que privilegia os *fora* sobre os Oceanos.

#4 - Cooperação científica que promove parcerias entre os principais parceiros, públicos e privados.

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Internacional	
	Nações Unidas
	União Africana
	CPLP
	Convenção OSPAR
	União Europeia (Ação Externa)
	Cooperação Bilateral com Países Amigos



Programa de Ação

Internacional

P1209019 - Nações Unidas
P1209020 - União Africana – Assistência Técnica para o Mar
P1209021 – CPLP
P1209022 - Convenção OSPAR
P1209023 – União Europeia (Ação Externa)
P1209024 – Cooperação Bilateral com Países Amigos

Objetivos

- Assegurar o acompanhamento dos assuntos internacionais relacionados com o Mar nos diversos *fora*, de uma forma articulada e integrada entre os diferentes serviços e organismos intervenientes;
- Assegurar o apoio técnico e científico a países terceiros no âmbito dos trabalhos de extensão da plataforma e o acompanhamento dos desenvolvimentos nos *fora* internacionais.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
- Direção-Geral de Política Externa (DGPE)
- Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (CICL)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Ministério da Economia e Emprego (MEE)
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)

Ministério da Justiça (MJ)
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Instituto Superior Técnico (IST) /Instituto Tecnológico Nuclear (ITN)

Outras entidades:
- Laboratórios de Estado e Universidades
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Resultados Esperados

- Assegurar o acompanhamento dos assuntos do Mar nos *fora* internacionais sobre os Oceanos de uma forma articulada e integrada;
- Promover a cooperação internacional com especial destaque para os países africanos e da CPLP.

Calendarização

2013-2015

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE

Fundos Comunitários:

Instrumento de Estabilidade (Serviço de Ação Externa da UE)

Fundos de Cooperação

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1209-P1209019

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #3

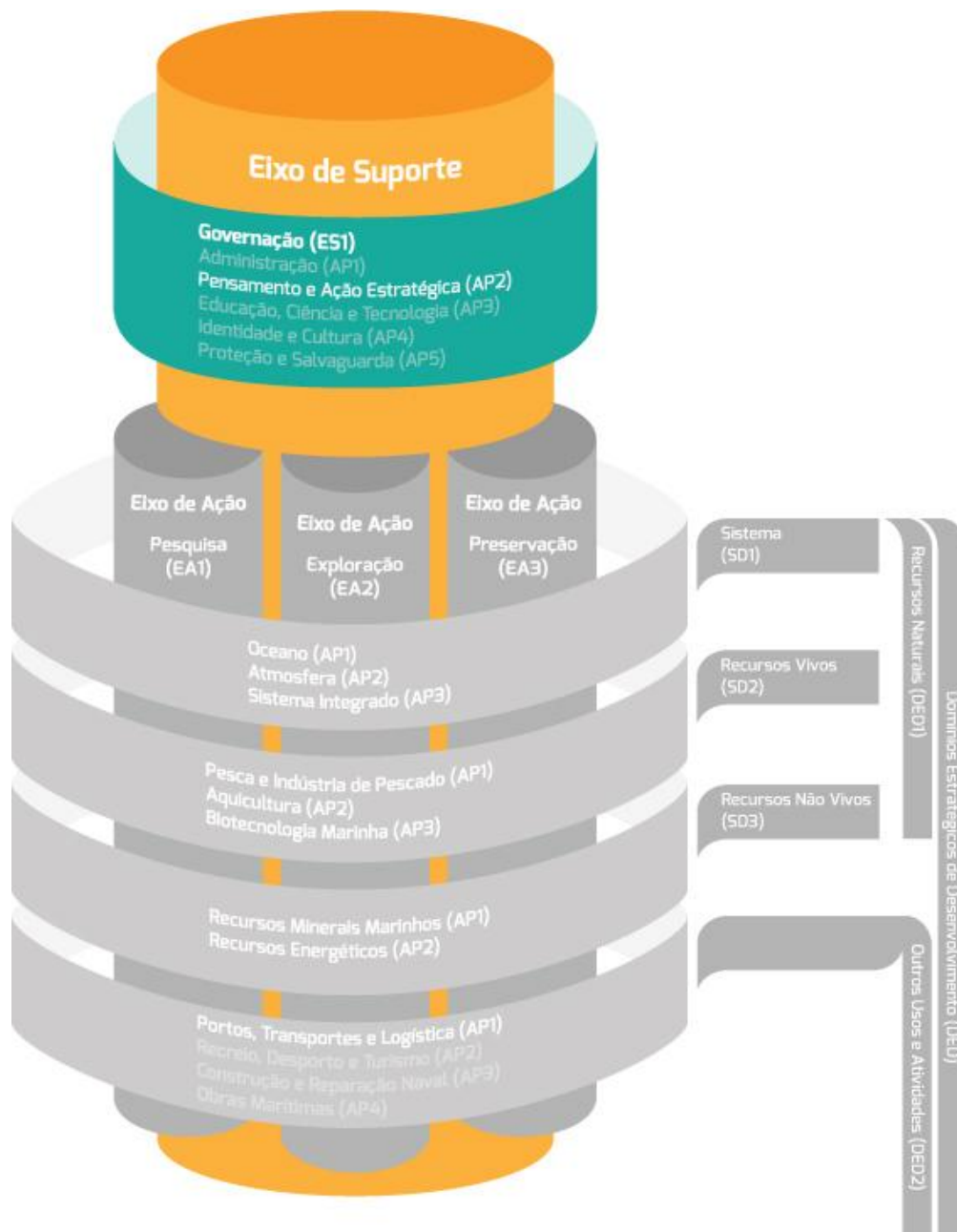
PA – Internacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Internacional

Nações Unidas



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Nações Unidas

Objetivos

- Promover a reflexão estratégica e a ação executiva sobre o mar, formulando os principais objetivos a alcançar e implementando os respetivos planos de ação, internos e externos. Prevê-se como efeito contribuir para uma cooperação internacional que privilegia os *fora* sobre os Oceanos;
- Acompanhar o desenvolvimento do processo de extensão da plataforma continental nas reuniões sobre os Oceanos nas Nações Unidas;
- Consolidar a posição nacional fundamentada nas matérias relacionadas com o processo de extensão da plataforma continental e com os fundos marinhos e seus recursos;
- Promover a reafirmação da soberania dos Estados, em particular sobre os recursos da plataforma continental, e da importância do conhecimento, prospeção, preservação e utilização sustentável dos seus recursos (incluindo os recursos genéticos).

Entidade Coordenadora

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Ministério da Justiça (MJ)

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério da Agricultura, Mar Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) - Coordenação

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Outras entidades

- Institutos públicos e Laboratórios do Estado

- Universidades e Centros de Investigação

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Participação na reunião dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
2. Acompanhamento e análise do desenvolvimento dos processos de extensão de plataforma continental de outros Estados e da respetiva tramitação junto da Comissão de Limites da Plataforma Continental;
3. Acompanhamento e análise da implementação a nível dos outros Estados do disposto no artigo 77º da Convenção, relativo aos direitos sobre os recursos da plataforma continental;
4. Participação nas *BBNJ Intersessional workshops*, no âmbito do *Ad Hoc Open-ended Informal Working Group to study issues relating to the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction*
5. Preparação da participação nas reuniões do *Ad Hoc Open-ended Informal Working Group to study issues relating to the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction*;
6. Apoio a projetos de investigação diretamente relacionados com o projeto de extensão da plataforma continental e os recursos dos fundos marinhos, nomeadamente em geologia, geofísica, oceanografia, biologia e direito internacional público;
7. Desenvolvimento de ações de cooperação com outras instituições de investigação, em defesa dos princípios do interesse público e da eficiência da Administração;
8. Participação em outros *fora* internacionais relativos aos fundos marinhos e seus recursos, em particular no âmbito da Autoridade Internacional sobre os Fundos Marinhos, Convenção sobre a Biodiversidade, Diretiva Quadro Estratégia Marinha e Convenção OSPAR (integrando o projecto específico), entre outros.

Resultados Esperados

- Acompanhamento das diferentes temáticas relacionadas com o Mar no contexto da cooperação internacional privilegiando o envolvimento nos diferentes *fora*;
- Acompanhamento e conhecimento atualizado do contexto internacional relativo aos projetos apresentados junto das Nações Unidas e respetiva análise pela Comissão de Limites da Plataforma Continental;
- Melhor caracterização e conhecimento do desenvolvimento do processo de extensão da plataforma continental e do exercício de direitos ao abrigo do previsto no artigo 77º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
- Contribuição para a consolidação da posição nacional fundamentada nas matérias relacionadas com os fundos marinhos e seus recursos;
- Reafirmação, no âmbito das reuniões sobre os Oceanos, nas Nações Unidas, da soberania dos Estados, em particular sobre os recursos da plataforma continental, e da importância do conhecimento, prospeção, preservação e utilização sustentável dos seus recursos (incluindo os recursos genéticos);
- Publicação de trabalhos científicos relacionados com o desenvolvimento do processo internacional de extensão da plataforma continental e exercício de direitos sobre os seus recursos;
- Sensibilização nacional para as oportunidades do processo de extensão da plataforma continental, nos termos do disposto no artigo 76º e 77º da Convenção.

Calendarização

2013:

Tarefa 4

Análise dos resultados dos *workshops* e possíveis contributos para a criação de um acordo de implementação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;

2013 – 2018:

Tarefas 1, 2, 3 e 5 a 8

Avaliação das conclusões da Assembleia dos Estados Partes e do *working group*, em face dos direitos dos Estados relativamente aos seus recursos e do processo de Extensão da Plataforma Continental em curso.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - 180.000,00€ (orçamento EMEPC incluído no projeto de Extensão da Plataforma Continental)

Custo total previsto 2013-2018:

- 2013: 30.000,00€
- 2014: 30.000,00€
- 2015: 30.000,00€
- 2016: 30.000,00€
- 2017: 30.000,00€
- 2018: 30.000,00€

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1209-P1209020

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #3

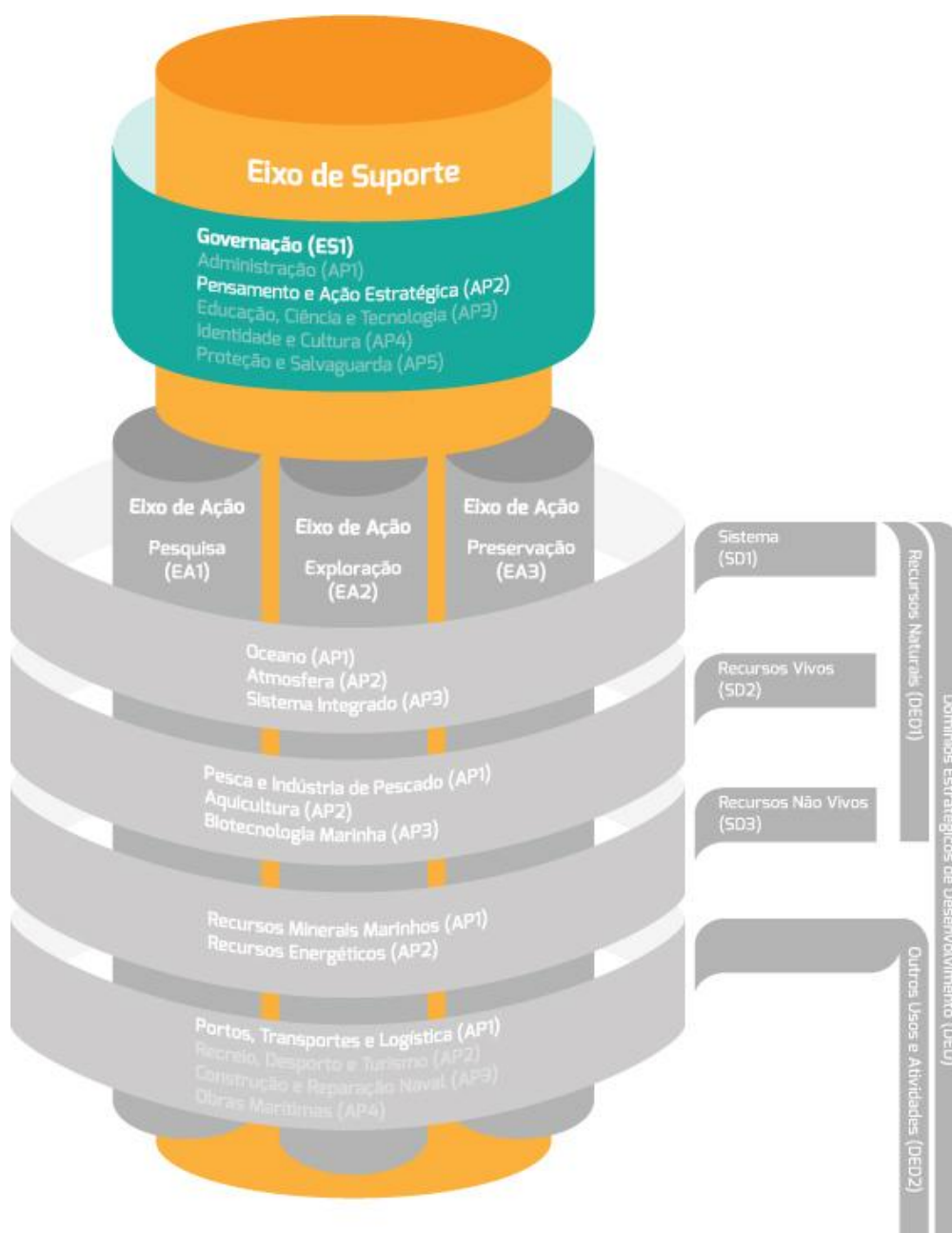
PA – Internacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Internacional

União Africana



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

União Africana

Objetivos

- Assegurar o acompanhamento dos assuntos internacionais relacionados com o Mar nos diversos *fora*, de uma forma articulada e integrada entre os diferentes serviços e organismos intervenientes;
- Promover a cooperação em matéria dos assuntos do mar com âmbito da União Africana, através de um instrumento de assistência técnica entre a DGPM e o futuro Departamento dos Assuntos do Mar da Comissão Africana e a ligação ao órgão de consulta de alto-nível para a *African Union - 2050 Africa's Integrated Maritime Strategy (AIM-Strategy)*.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Ministério de Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Outras entidades:

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Concretização do acordo de parceria;
2. Criar o plano de ação de suporte à assistência;
3. Executar o plano de ação;
4. Promover o fortalecimento da cooperação e a influência, através de visitas e eventos dedicados.

Resultados Esperados

- Reforçar o papel de Portugal no quadro da agenda internacional dos Oceanos;
- Afirmar a visão estratégica de Portugal para a política marítima integrada.

Calendarização

2013:

Tarefas 1, 2

2013-2020:

Tarefas 3, 4

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE (orçamento da DGPM)

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1209-P1209021

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #3

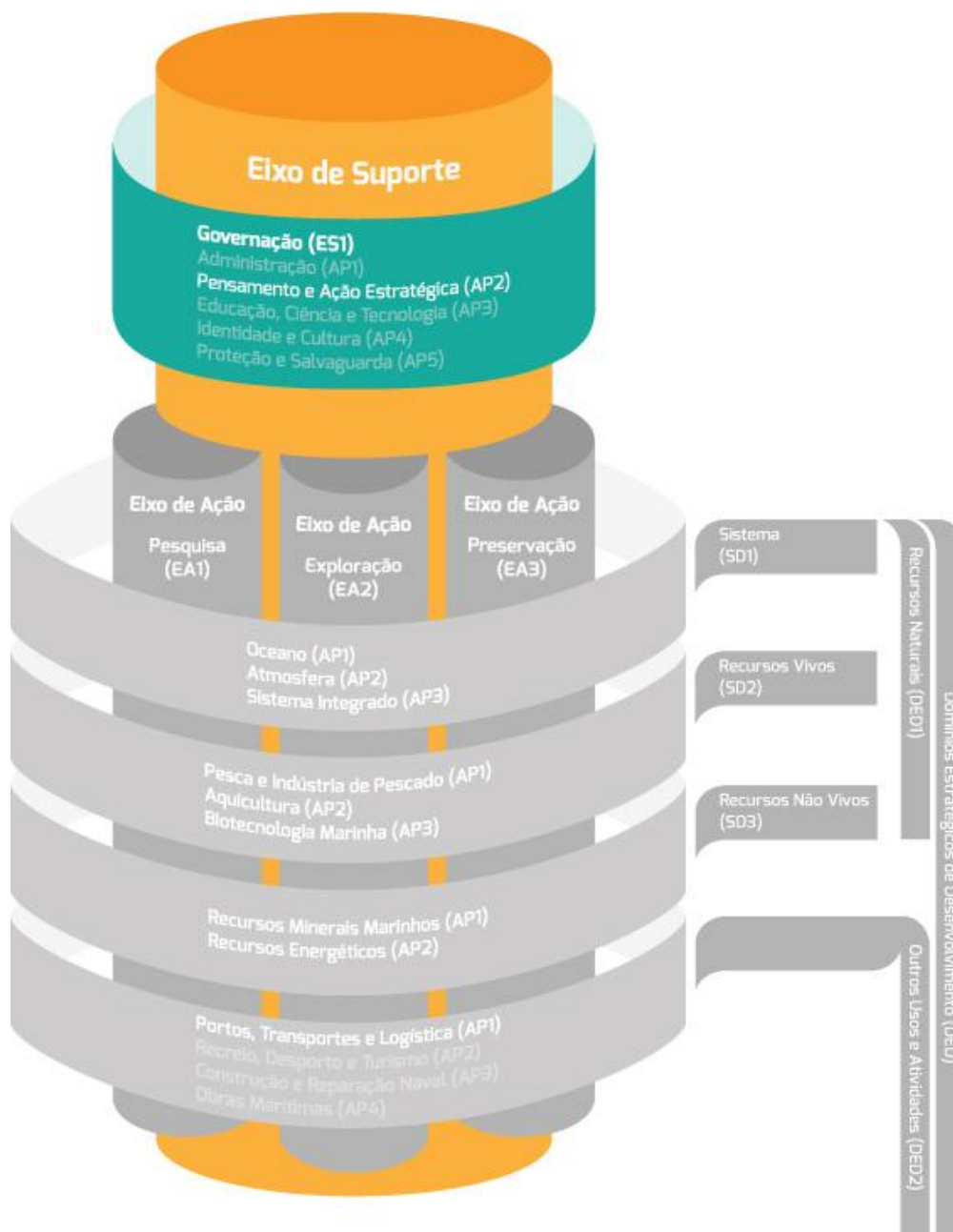
PA – Internacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Internacional

CPLP



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

CPLP

Objetivos

- Desenvolver a cooperação multilateral relevante em matéria dos assuntos do mar no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), assegurando a representação nacional, promovendo as acções programadas e apoiando os serviços e organismos envolvidos.

Desenvolvimento: Participar na concertação de esforços para a implementação e actualização da Estratégia da CPLP para os Oceanos que concretize uma visão integrada que promova o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as respetivas jurisdições nacionais.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Ministério de Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa: Portugal, Angola, Moçambique, Timor-Leste, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné Bissau, Brasil.
Grupo de Pontos Focais constituído para o efeito.

Tarefas

1. Assegurar a participação no Secretariado Técnico Permanente da CPLP para os assuntos do mar;
2. Participar nos grupos de trabalho criados para a implementação das iniciativas específicas aprovadas no âmbito das reuniões de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, nomeadamente:
 - Elaboração do Atlas dos Oceanos da CPLP;
 - Desenvolvimento dos projectos de Extensão da Plataforma Continental e de investigação científica e proteção ambiental;
 - Pesquisa sobre recursos minerais nos fundos marinhos;
 - Observatório de Informação e Estratégia Marinha (Segurança e Vigilância Marítima);
 - Projeto pedagógico para a mobilização de professores, alunos e sociedade civil para a importância dos assuntos do mar;
 - Feira do Mar da CPLP;
 - Cooperação no domínio das atividades de Transporte Marítimo e Portuário.

Resultados Esperados

- Estreitar as relações com os países da CPLP;
- Concretizar as diversas iniciativas elencadas.

Calendarização

2014:

Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar – Moçambique

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE

Financiamento de Cooperação:

Custos eventuais resultantes da participação no Secretariado Técnico Permanente, e nos grupos de trabalho para implementação das iniciativas específicas, a suportar pelos OE próprios dos Estados-membros da CPLP.

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1209-P1209022

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP -Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #3

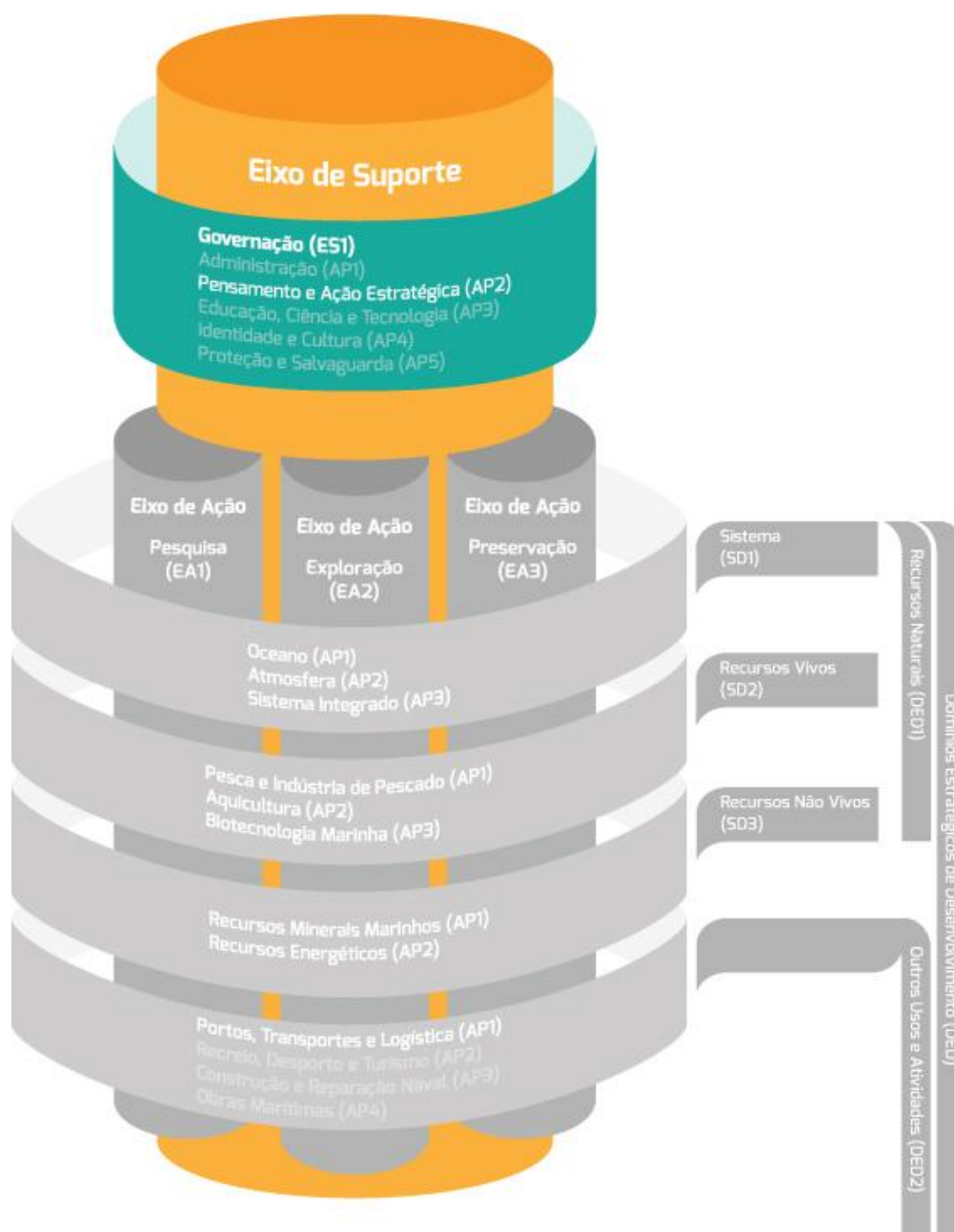
PA – Internacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Internacional

Convenção OSPAR



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Convenção OSPAR

Objetivos

A convenção para a proteção do ambiente marinho do Atlântico Nordeste – Convenção OSPAR é um mecanismo através do qual, os representantes dos 15 Estados que ratificaram a convenção e a Comissão Europeia, desenvolvem um conjunto de iniciativas e projetos de cooperação para a proteção do ambiente marinho no Atlântico Nordeste.

A Convenção de Oslo celebrada em 1972 incide sobre a rejeição em meio marinho, marca o início desta cooperação entre Estados, tendo o seu âmbito vindo a ser alargado com a Convenção de Paris, passando a abranger as questões ligadas às origens provenientes de terra e ainda a indústria *off-shore*. Estas duas Convenções vieram, mais tarde a ser atualizadas e unificadas através da Convenção OSPAR em 1992. A áreas da biodiversidade e ecossistemas vieram a ser consideradas apenas em 1998, permitindo, desta forma, considerar a atividade antrópica, não poluente e, desta forma, procurar avaliar em que termos esta pode afetar o estado do Oceano.

Assegurar as obrigações de Portugal, enquanto parte contratante e promover uma participação nacional articulada através da representação nos diversos Comitês e Grupos constituídos no âmbito da OSPAR com os seguintes objetivos:

- Assegurar o acompanhamento nacional de uma forma integrada dos diferentes Comitês e Grupos de Trabalho, afirmando a posição de Portugal como uma nação marítima;
- Assegurar a articulação com as obrigações do Estado português no âmbito da Diretiva Quadro Estratégia Marinha e em especial no acompanhamento Grupo de Correspondência Intersectorial para a implementação da DQEM;
- Promover a reafirmação da soberania dos Estados e da importância do conhecimento, prospeção, preservação e utilização sustentável dos seus recursos;
- Reafirmar e dar continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito da classificação de Áreas Marinhas Protegidas, designadamente na Plataforma Continental Estendida.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
Comité da Indústria *offshore* – OIC

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
Grupo de Correspondência Intersectorial sobre impactes cumulativos (Coordenação)
Grupo de Correspondência Intersectorial sobre análise socioeconómica (Coordenação)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – Chefia da Delegação
Grupo de Coordenação (Coordenação)
Grupo de Correspondência Intersectorial sobre Áreas Marinhas Protegidas (Coordenação)
Comité dos Impactes Ambientais das Atividades Humanas - EIHA
Grupo de Correspondência Intersectorial sobre o lixo marinho
Grupo de Correspondência Intersectorial sobre impactes cumulativos
Grupo de Correspondência Intersectorial sobre análise socioeconómica
Grupo de Trabalho sobre a monitorização e sobre tendências e efeitos das substâncias no Ambiente Marinho
Grupo de Correspondência Intersectorial para a implementação da DQEM - ICG MSFD
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
Grupo dos Juristas / Linguistas
Grupo de Correspondência Intersectorial sobre Áreas Marinhas Protegidas
Grupo de Correspondência Intersectorial sobre a avaliação da biodiversidade e monitorização
- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)
Comité dos Impactes Ambientais das Atividades Humanas -EIHA (Coordenação)
Grupo de Correspondência Intersectorial sobre o lixo marinho (Coordenação)

Grupo de Correspondência Intersectorial sobre análise socioeconómica
Grupo de Trabalho sobre entradas no ambiente marinho
Grupo de peritos DYNAMEC (substâncias perigosas)
Grupo de Correspondência Intersectorial para a revisão do procedimento comum
Grupo de Correspondência Intersectorial sobre modelos de eutrofização

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
 - Grupo de Coordenação
 - Comité da Biodiversidade – BDC (Coordenação)
 - Grupo de Correspondência Intersectorial sobre a avaliação da biodiversidade e monitorização (Coordenação)
 - Comité das Substâncias Perigosas e da Eutrofização - HASEC
 - Grupo de Trabalho sobre a monitorização e sobre tendências e efeitos das substâncias no Ambiente Marinho (Coordenação)
 - Grupo de Correspondência Intersectorial sobre modelos de eutrofização (Coordenação)
 - Grupo de Correspondência Intersectorial para a implementação da DQEM - ICG MSFD

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
 - Comité da Biodiversidade - BDC
 - Grupo de Correspondência Intersectorial sobre Áreas Marinhas Protegidas
 - Grupo de Correspondência Intersectorial sobre a avaliação da biodiversidade e monitorização
 - Grupo de Correspondência Intersectorial sobre o lixo marinho

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Instituto Superior Técnico (IST) / Instituto Tecnologia e Nuclear (ITN)
 - Comité das Substâncias Radioativas - RSC

Governo Regional dos Açores (GRA)

Tarefas

1. Identificar, nos termos das obrigações de Parte Contratante, a informação contida em bases de dados relativas ao estado das águas marinhas, aos sistemas e às atividades ou medidas que a afetam ou que são suscetíveis de a afetar;
2. Assegurar que os dados a reportar à Comissão OSPAR, relativos às diferentes temáticas, são enviados, em articulação com a posição nacional, através do elemento coordenador de cada Comité e Grupo, garantindo a sua recolha junto das instituições competentes para a produção ou gestão dos mesmos;
3. Produção dos relatórios periódicos e outros, inserindo os dados recolhidos, nos termos das obrigações estabelecidas para as Partes Contratantes;
4. Preparação da participação nos grupos de trabalho, emitindo contributos compatíveis com a posição nacional em cada matéria, sob coordenação do Grupo de Coordenação e em estreita articulação com o Chefe de Delegação (*Head of Delegation*);
5. Desenvolvimento de ações de cooperação com instituições de investigação, em defesa dos princípios do interesse público e da eficiência da Administração.

Resultados Esperados

- Responder aos compromissos nacionais no âmbito da Convenção OSPAR;
- Proceder à classificação de novas Áreas Marinhas Protegidas no âmbito da OSPAR;
- Assegurar a defesa dos interesses de Portugal no âmbito da Convenção OSPAR, através de uma posição nacional harmonizada.

Calendarização

2013-2020:

- Participação nas reuniões dos chefes de delegação e na sua preparação em articulação com o grupo de coordenação e nas reuniões previstas de acordo com as prioridades nacionais;
- Assegurar a participação nos grupos de trabalho, privilegiando a discussão e colaboração *on-line*.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1209-P1209023

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #3

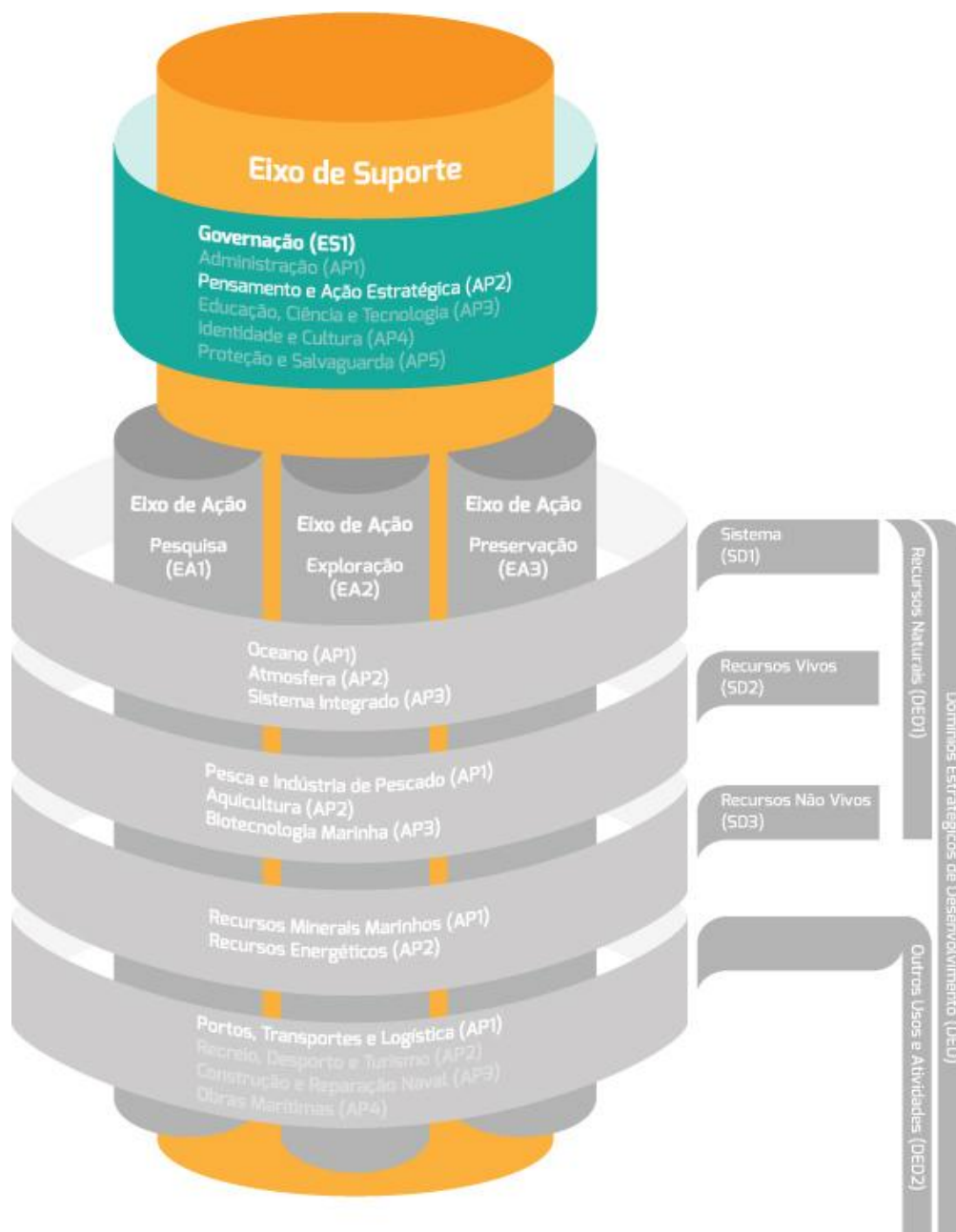
PA – Internacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Internacional

União Europeia (Ação Externa)



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

União Europeia (Ação Externa)

Objetivos

- Apoiar os países da região do Golfo da Guiné na implementação de medidas visando a melhoria da segurança marítima na região, principalmente nos aspectos relacionados com o Combate à Pirataria Marítima e o Roubo Armado no Mar, inserido no contexto do Programa das Rotas Marítimas Críticas e tendo em consideração:
 - A Resolução 2039 do CSNU;
 - A contribuição para a melhoria da gestão dos assuntos do mar.
- Desenvolver a Fase III – “Implementação” do projecto;

Desenvolvimento:

O objectivo geral do Programa é incrementar a segurança e protecção marítimas e desta forma contribuir para tornar mais seguras as vias de comunicação marítimas em zonas consideradas críticas para os interesses da EU (i.e. o Estreito de Malaca e Singapura, e o Oceano Índico Ocidental, mais particularmente o Golfo de Aden e o Corno de África, e o Golfo da Guiné).

Em relação à criação de um mecanismo de treino ao nível regional, o projecto já identificou na sua FASE II dois institutos marítimos regionais existentes no Golfo da Guiné, um dedicado aos países francófonos - a Academia Regional de Ciências e Técnicas do Mar, localizada em Abidjan, Costa do Marfim e outro para os países anglófonos, - a Universidade Marítima Regional, localizada em Acra, no Gana, ambos vocacionados para a formação e treino na área dos assuntos do mar.

A intenção é priorizar estas duas instituições regionais reforçando as suas capacidades na área da segurança marítima através da proposta de cursos regionais, respectivo currículo e apoiando a sua implementação. Será ainda analisada a possibilidade a utilização de outras instituições nacionais na área da formação e treino marítimo, sob a coordenação da Academia Marítima de Abidjan e/ou da Universidade Marítima de Acra.

Em termos gerais, a principal lacuna em termos de formação e treino já foi identificada e está relacionada com a necessidade de se dispor de pessoal qualificado e experiente para poder operar nos centros marítimos de comando e controlo, nacionais e regionais, tais como MRCCs, MRSCs, VTSs, VTMSs, centros de coordenação de movimentação portuária, centros de coordenação marítima.

No campo da partilha de informação marítima, está previsto a criação de uma plataforma que vai permitir o funcionamento da Rede Regional de Partilha de Informação Marítima do Golfo da Guiné, a “GoGMIS Network”.

Cada país beneficiário vai participar na rede com o seu centro nacional de coordenação da informação marítima representado por um nó/centro.

Este nó/centro vai ficar ligado à plataforma e ser capaz de inserir/extrair informação marítima e permitir a compilação/disponibilização do panorama da situação marítima ao nível regional (*regional white picture*).

Realça-se o facto de que a rede vai incluir uma lista de Pontos Focais para a região do Golfo da Guiné, incorporando os procedimentos já em uso noutras regiões por outros centros de partilha de informação marítima tais como o ReCAAP, no Sudeste de Ásia e o ReMISC, no Oceano Índico Ocidental.

Está prevista uma participação relevante de ambas as Comunidades Económicas Regionais – CEDEAO e CEEAC.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

A participação da Direcção-Geral de Política do Mar (DGPM) no projecto fica a dever-se a um convite endereçado pela *France Expertise Internationale* (FEI) para integrar o Consórcio formado para concorrer a esta fase do projecto. O consórcio liderado pela FEI integra também:

- A “*Direction de la Coopération de Sécurité et de Défense – (DCSD)*”, do Ministério dos Negócios Europeus e Estrangeiros Francês
- A “*Fundación Internacional y para Iberoamérica de Administración y Políticas Públicas (FIIAPP)*”, de Espanha,
- “*Foreign and Commonwealth Office (FCO)*”, do Reino Unido,

bem como os seguintes estabelecimentos de ensino de assuntos marítimos de reconhecido valor:

- A “*Satakunta University of Applied Sciences (SAMK)*”, da Finlândia,
- A “*International Maritime Safety Security Environment Academy (IMSSEA)*”, da Itália, e
- A “*Szczecin Maritime University (AMS)*”, da Polónia.

Tarefas

1. Determinar a vontade dos países da região em participar no projecto (correspondente à Primeira Fase “exploração inicial” já concluída);
2. Preparar e detalhar a implementação (correspondente à Segunda Fase “preparação detalhada” já concluída);
3. Implementar as ações e medidas que concretizam os objectivos do projeto (correspondente à Terceira Fase “implementação final”, a ter o seu início em Janeiro de 2013).

Resultados Esperados

- Aumentar do nível de partilha de informação, a coordenação e cooperação no campo da segurança e protecção marítimas e em especial no combate à pirataria marítima e roubo armado no mar na região, através das seguintes acções:
 - Estabelecer um mecanismo regional de formação e treino que materialize o “Projecto Educacional” e que responda às necessidades regionais na área da segurança marítima;
 - Incrementar o nível de partilha de informação marítima e as capacidades estabelecidas, quer ao nível da região quer ao de cada um dos países beneficiários;
 - Implementar um mecanismo visando a coordenação inter-agência na acção de Estado no mar;
 - Apoiar as Organizações Regionais na definição e implementação das suas estratégias para o mar.

Calendarização

2013-2016

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento comunitário:

Instrumento de Estabilidade (Serviço de Acção Externa da UE)

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1209-P1209024

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #3

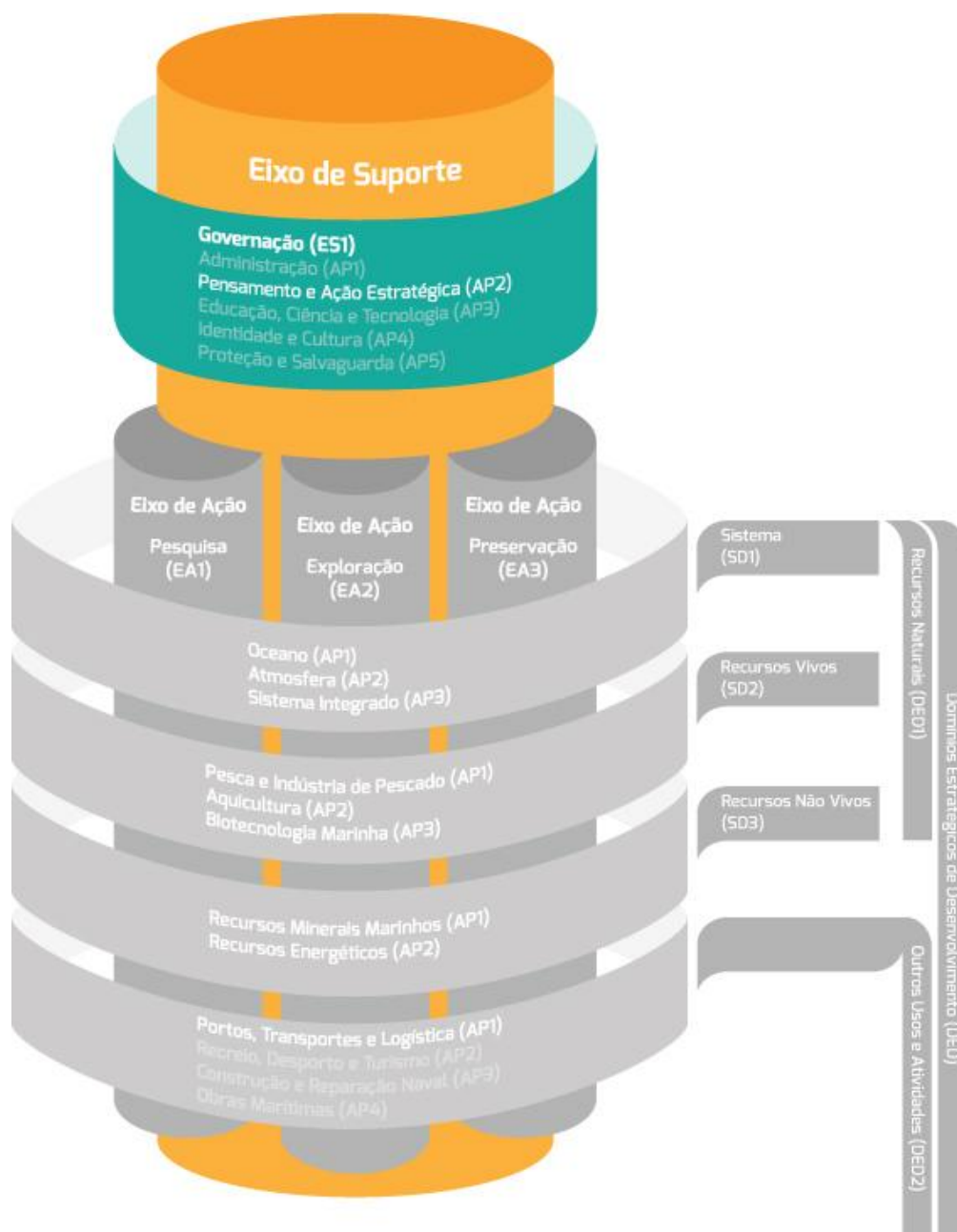
PA – Internacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Internacional

Cooperação bilateral com países amigos



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Cooperação bilateral com países amigos

Objetivos

- Identificar e promover acções de cooperação bilateral com países amigos, abordando a reflexão estratégica e a ação executiva sobre o mar, formulando os principais objetivos a alcançar e implementando os respetivos planos de ação, internos e externos;
- Contribuir para uma cooperação internacional que privilegia os fora sobre os Oceanos;
- Promover a especialização de recursos humanos e a capacitação tecnológica para apoio à investigação científica orientada para o mar profundo;
- Aplicar o potencial dos recursos humanos formados no Projeto de Portugal, para apoio na preparação da Proposta de Extensão da Plataforma Continental, nos termos do artigo 76º da CNUDM, de países com os quais o Estado Português celebre acordos de cooperação;
- Utilizar os equipamentos oceanográficos adquiridos no âmbito do Projeto de Extensão da Plataforma Continental (PEPC) de Portugal em benefício de outros países, com os quais Portugal estabeleça acordos de cooperação.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) em articulação com a Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar (EMEPC) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Núcleo da equipa:

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (CICL)
- Direcção Geral de Política Externa (DGPE)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direcção-Geral de Política do Mar (DGPM) (que coordena)
- Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP)

Outras Entidades

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Desenvolvimento de trabalhos preparatórios com vista à identificação de oportunidades de cooperação futura, em áreas estratégicas, com países amigos;
2. Apoio na definição da componente marítima em declarações e outros documentos a elaborar no contexto de cimeiras com países amigos
3. Preparação de documentos enquadramentos da cooperação entre Portugal e países amigos no âmbito marítimo, no contexto civil, e respectivos planos de acção;
4. Monitorização das acções de cooperação estabelecidas;
5. Divulgação do projeto português de extensão da plataforma continental, resultados e desenvolvimentos, nomeadamente, através das seguintes tarefas:
 - Realização de palestras e participação em conferências internacionais;
 - Realização de *workshop* sistemáticos sobre o processo de extensão da plataforma continental, numa perspetiva interdisciplinar, destinados em particular a outros países da CPLP;
 - Apoio a Estados com os quais Portugal estabeleça acordos de cooperação, no processo de estabelecimento das respetivas linhas de base;
 - Cooperação no planeamento e realização de ações de conhecimento das características geológicas e hidrográficas do fundo submarino ao largo de Estados com os quais Portugal estabeleça acordos de cooperação;
 - Colaboração no planeamento e realização de campanhas oceanográficas dedicadas a colmatar as lacunas de informação identificadas, por forma a caracterizar cartograficamente os fundos marinhos ao largo de Estados com os quais Portugal estabeleça acordos de cooperação;

- Auxílio de Estados com os quais Portugal estabeleça acordos de cooperação na criação e/ou atualização da estrutura de base de dados de apoio ao projeto de extensão da plataforma continental criando a base de um sistema nacional de monitorização e gestão integrada do oceano;
- Apoio de Estados com os quais Portugal estabeleça acordos de cooperação, no processo de preparação da negociação e estabelecimento de fronteiras com outros Estados;
- Assessoria para a participação nos fora internacionais relativos aos fundos marinhos e seus recursos, em particular no âmbito das Nações Unidas e organizações regionais.

Resultados Esperados

- Declarações conjuntas entre Portugal e países amigos;
- Documentos enquadradores da cooperação bilaterais, em áreas estratégicas, e respectivos planos de acção;
- Respostas a inquéritos relativos a pontos de situação da cooperação entre Portugal e países amigos, na área marítima;
- Sensibilização para a oportunidade de extensão da plataforma continental, nos termos do disposto no artigo 76º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.
- Melhor caracterização e conhecimento dos fundos marinhos pelos Estados com os quais se desenvolva este projeto de cooperação, especialmente nas zonas para as quais a informação atualmente disponível é reduzida ou inexistente;
- Estabelecimento de linhas de base pelos Estados com os quais se desenvolva este projeto de cooperação;
- Desenvolvimento de projetos nacionais por estes Estados para a apresentação de informação preliminar e proposta de extensão da plataforma continental, nos termos do disposto no artigo 76º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.
- Desenvolvimento dos processos de delimitação dos espaços marítimos;
- Utilização pela comunidade científica, nacional e internacional, dos resultados do processo de cooperação internacional para o PEPC;
- Treino de estudantes universitários de outros países da área da geologia, geofísica, oceanografia, hidrografia e direito do mar, em laboratório e gabinete, através de workshops dedicados, *in situ*, durante as campanhas oceanográficas realizadas e durante as reuniões e conferências internacionais sobre o processo de extensão da plataforma continental.

Calendarização

2013-2018

Relativamente à divulgação do projeto português de extensão da plataforma continental:

2013 – 2018:

- Realização de apresentações e palestras para divulgação do projeto de extensão da plataforma continental de Portugal e sensibilização para esta oportunidade junto de outros países, em particular da CPLP;
- Participação em conferências internacionais no âmbito do processo de extensão da plataforma continental e dos recursos dos fundos marinhos;
- Realização de um conjunto de *workshop* temáticos sobre o processo de extensão da plataforma continental, numa perspetiva interdisciplinar;
- Planeamento e desenvolvimento das ações a desenvolver em resposta a pedidos de cooperação, que sejam dirigidos à EMEPC pela tutela para o desenvolvimento da cooperação para o projeto de extensão da plataforma continental.

2017:

- Edição de uma publicação, reunindo conclusões dos workshops temáticos realizados;
- Apresentação dos resultados deste projeto de cooperação em pelo menos uma conferência nacional e uma conferência internacional.

2018:

- Edição de uma publicação com a avaliação do desenvolvimento deste projeto de cooperação;
- Apresentação dos resultados deste projeto de cooperação em pelo menos uma conferência nacional e uma conferência internacional.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - A suportar internamente pelas entidades que integram a ETE (Equipa Técnica Especializada).

A serem identificadas, caso a caso, pela equipa sempre que se revele necessário, para além dos inerentes custos de funcionamento das instituições envolvidas.

Relativamente à divulgação do projeto português de extensão da plataforma continental:

Financiamento Nacional:

OE - 600.795,97€ (orçamento EMEPC)

Custo total previsto 2013-2018:

- 2013: 167.795,97€
- 2014: 100.000,00€
- 2015: 100.000,00€
- 2016: 100.000,00€
- 2017: 100.000,00€
- 2018: 33.000,00€

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1210

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Acção Estratégica

Efeito(s)

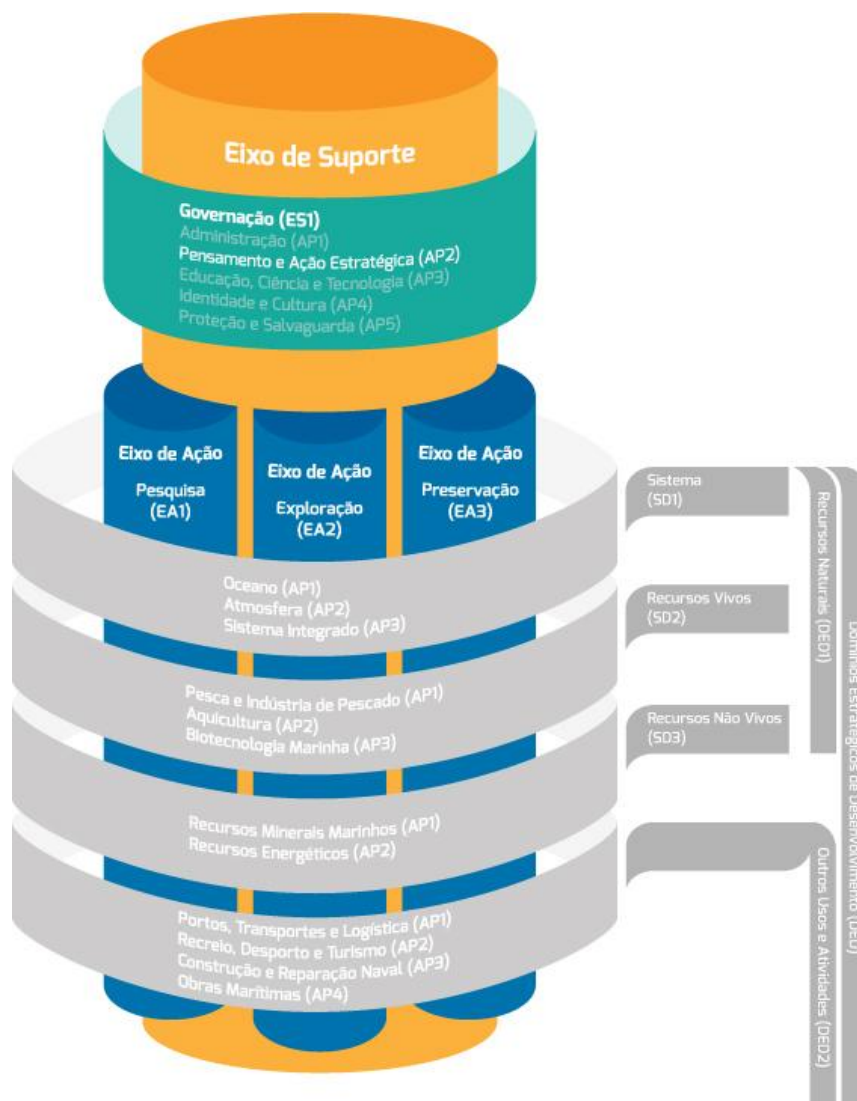
#1 – Monitorização da Estratégia Nacional para o Mar, envolvendo a avaliação sistemática das acções implementadas, do ambiente externo e da articulação e harmonização das diferentes iniciativas nacionais e internacionais em curso e em preparação.

#2 - Lei do Mar atualizada com os limites das zonas marítimas nacionais que decorrerão do reconhecimento da plataforma continental estendida, Pela Comissão de Limites das Nações Unidas, e com a correspondente atribuição de competências no quadro do exercício da autoridade do Estado no mar.

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Nacional	
	Estratégia Nacional para o Mar
	Extensão da Plataforma Continental
	Linhas de Base de Portugal
	Plano Estratégico Nacional para as Pescas 2014-20
	Plano Estratégico Nacional para os Portos de Pesca 2014-20
	Plano Estratégico Nacional para a Aquicultura 2014-20



Programa de Ação

Nacional

P1210025 - Estratégia Nacional para o Mar
P1210026 - Extensão da Plataforma Continental
P1210027 - Linhas de Base de Portugal
P1210028 - Plano Estratégico Nacional para as Pescas 2014-20
P1210029 - Plano Estratégico Nacional para os Portos de Pesca 2014-20
P1210030 - Plano Estratégico Nacional para a Aquicultura 2014-20

Objetivos

- Promover a reflexão estratégica e a ação executiva sobre o mar, formulando os principais objetivos a alcançar e implementando os respetivos planos de ação, internos e externos.
- Promover a pesquisa, disponibilidade de serviços de monitorização e avaliação de riscos, e ativação de medidas de preservação, envolvendo o conjunto das interações no Oceano.

Desenvolvimento: Prevê-se como efeito contribuir para uma cooperação científica que promova parcerias entre os principais parceiros, públicos e privados.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral de Política Externa (DGPE)
- Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (CICL)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Instituto Hidrográfico (IH)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Direção-Geral do Território (DGT)
- Docapesca

Ministério da Economia e Emprego (MEE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)

Ministério da Justiça (MJ)

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Instituto Superior Técnico (IST) /Instituto Tecnológico Nuclear (ITN)

Outras Entidades

- Institutos públicos
- Laboratórios do Estado
- Universidades
- Centros de Investigação
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Resultados Esperados

- Enriquecimento da proposta de extensão da plataforma continental de Portugal;
- Caracterização e conhecimento dos fundos marinhos, especialmente nas zonas para as quais a informação atualmente disponível é inexistente ou de reduzida qualidade;
- Acompanhamento e conhecimento atualizado do contexto internacional relativo aos projetos apresentados junto das Nações Unidas e respetiva análise pela Comissão de Limites da Plataforma Continental;
- Utilização pela comunidade científica, nacional e internacional, dos resultados do Projeto de Extensão da Plataforma Continental (PEPC);
- Publicação de trabalhos científicos relacionados com o projeto de extensão da plataforma continental, nomeadamente em sistemas de informação geográfica (SIG), geologia, geofísica, biologia e direito internacional público;
- Treino de estudantes universitários da área da geologia, geofísica, hidrografia, biologia e direito do mar, em laboratório e gabinete, através de *workshops* dedicados, *in situ*, durante as campanhas oceanográficas realizadas e durante as reuniões e conferências internacionais sobre o processo de extensão da plataforma continental;
- Sensibilização nacional para a oportunidade de extensão da plataforma continental, nos termos do disposto no artigo 76º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
- Afirmação internacional de Portugal, no âmbito do processo de extensão da plataforma continental;
- Determinação da linha de costa para efeitos de determinação dos pontos de apoio das linhas de base;
- Aperfeiçoamento do conhecimento e das estratégias nacionais para os setores da pesca, aquicultura e portos, num contexto nacional.

Calendarização

2013-2015

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - orçamento das entidades envolvidas

Financiamento Comunitário:

FEAMP, Horizon 2020 (a identificar)

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1210-P1210025

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP – Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #2

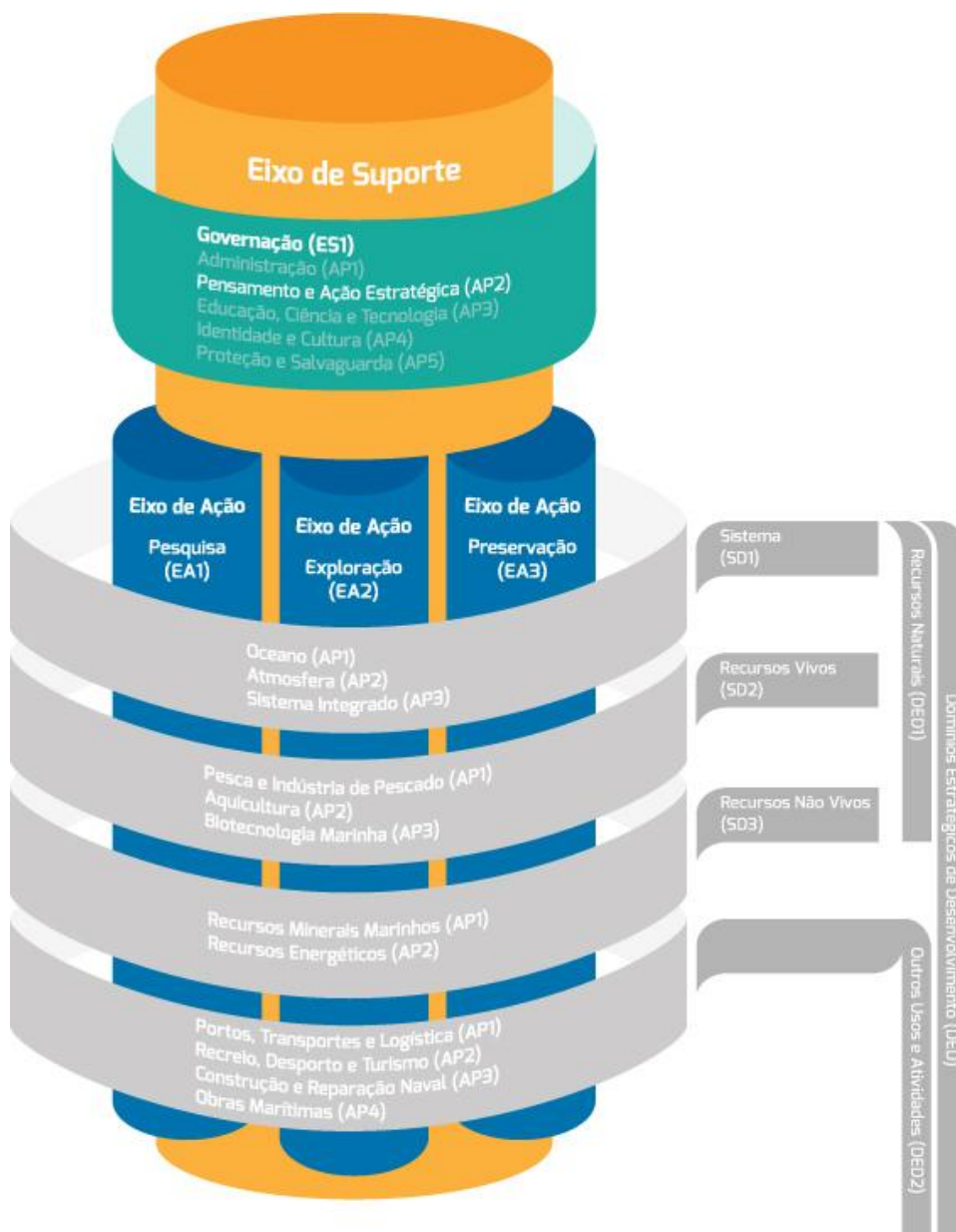
PA – Nacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Nacional

Estratégia Nacional para o Mar



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Estratégia Nacional para o Mar

Objetivos

- Garantir a implementação e o funcionamento eficaz e eficiente do modelo de desenvolvimento da Estratégia Nacional para o Mar (ENM), incluindo as ações de monitorização da concretização e dos resultados desta Estratégia.

Desenvolvimento: A ENM, orientada para o crescimento azul, em alinhamento com os objectivos da Estratégia Europa 2020, será implementada segundo um modelo de intervenção que prevê a definição de prioridades de ação numa plena articulação das políticas públicas.

A atuação será realizada a vários níveis geográficos (internacional, nacional, regional ou local), a nível público e privado, numa intervenção que se pretende sustentável e que, portanto, envolverá uma atuação simultânea segundo os eixos da pesquisa, da exploração e da preservação, em cada um dos domínios considerados estratégicos para o desenvolvimento.

A moldura de intervenção deverá ser garantida a dois planos distintos: a) o alinhamento entre os agentes públicos e privados, e assim, entre as políticas públicas e as oportunidades de concretização do potencial do Mar-Portugal; b) a priorização e coordenação na definição das políticas públicas para o Oceano, ao nível da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar (CIAM), e da respetiva concretização pelas tutelas, de uma forma concertada.

Entidade Coordenadora

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Núcleo da equipa:

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT) (coordenação do projeto) - com o suporte técnico da Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)

Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar:

Primeiro-Ministro
Ministro de Estado e das Finanças
Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros
Ministro da Defesa Nacional
Ministro da Administração Interna
Ministro da Economia e do Emprego
Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
Ministro da Saúde
Ministro da Educação e Ciência
Membro do Governo Regional dos Açores
Membro do Governo Regional dos Madeira
Secretário de Estado do Mar
Outros membros do Governo que venham a ser convocados por indicação do Primeiro-Ministro

Em articulação com as instituições da orgânica das tutelas que intervenham na CIAM, com atuação a nível nacional, regional ou local.

Outras entidades:

- Representantes dos sectores da economia do mar e outras organizações não governamentais
- Academia, laboratórios ou outras instituições privadas vocacionadas para a ciência e a inovação no Oceano
- Agentes económicos, ou outros, que desenvolvam projectos e outras ações que se enquadrem no Plano Mar Portugal

Tarefas

1. Preparação das reuniões da CIAM e apoio à actividade desta Comissão;
2. Compilação de informação relevante para apoio à reflexão estratégica da CIAM;
3. Promover a participação da sociedade civil no debate dos temas estratégicos;
4. Garantir uma Base de Dados de atores no espaço Mar-Portugal, públicos e privados, representantes sectoriais ou outros, no garante da facilitação do diálogo.

Resultados Esperados

- Regular funcionamento da CIAM;
- Pontos de situação da concretização dos projectos do Plano Mar-Portugal;
- Pontos de situação da monitorização de apoio à Estratégia Nacional para o Mar para suporte à decisão;
- Pontos de situação da participação da sociedade civil na elaboração das políticas públicas.

Calendarização

2013 e anos subsequentes

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - A suportar internamente pelas entidades que integram a ETE (Equipa Técnica Especializada).

Patrocínios

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1210-P1210026

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP – Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #2

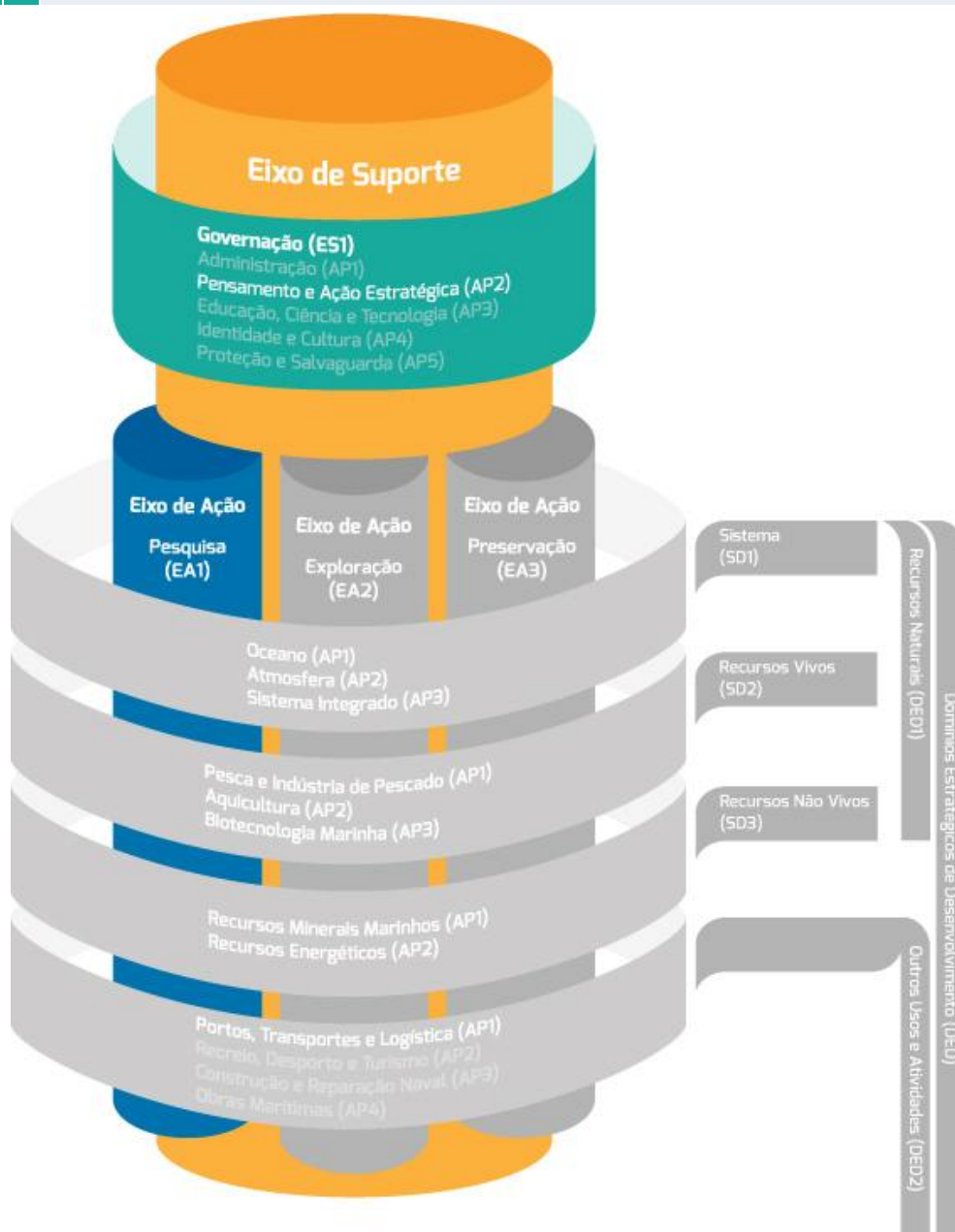
PA – Nacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Nacional

Extensão da Plataforma Continental



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Extensão da Plataforma Continental

Objetivos

- Promover a prospeção de recursos naturais marinhos no âmbito dos projetos a levar a cabo pela EMEPC, nomeadamente nos cruzeiros científicos realizados no quadro do Projeto de Extensão da Plataforma Continental;
- Acompanhar e analisar os processos de extensão de plataforma continental de outros Estados e da respetiva tramitação junto da Comissão de Limites da Plataforma Continental;
- Dar apoio na preparação de propostas de extensão da plataforma continental dos Estados com os quais o Governo Português venha a estabelecer acordos de cooperação neste domínio;
- Manter e atualizar a estrutura de base de dados de apoio ao projeto de extensão da plataforma continental criando a base do sistema nacional de monitorização e gestão integrada do oceano;
- Promover o desenvolvimento de projetos de investigação e desenvolvimento orientados para a exploração dos dados e informação obtidos no desenvolvimento do projeto de extensão da plataforma continental;
- Desenvolver a capacidade tecnológica nacional no âmbito do mar profundo;
- Reforçar o corpo científico nacional promovendo a realização de programas de doutoramento diretamente relacionados com o projecto de extensão da plataforma continental, nomeadamente em sistemas de informação geográfica (SIG), geologia, geofísica, biologia e direito internacional público;
- Promover a participação de jovens estudantes e investigadores nos projectos promovidos pela EMEPC, nomeadamente através da sua participação nos cruzeiros científicos a realizar para o efeito como contribuição para o esforço nacional de regresso ao oceano.

Entidade Coordenadora

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) – MAMAOT

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) – Coordenação

Outras Entidades

- Institutos públicos
- Laboratórios do Estado
- Universidades
- Centros de Investigação

Tarefas

1. Realização de campanhas oceanográficas dedicadas a colmatar as lacunas de informação identificadas, por forma a completar a caracterização cartográfica dos fundos marinhos;
2. Cooperação com outras áreas científicas, nomeadamente Oceanografia e Ecologia, para dar resposta a compromissos internacionais, e robótica e veículos e instrumentos submarinos, para potenciar a capacidade nacional no Mar;
3. Acompanhamento e análise dos processos de extensão de plataforma continental de outros Estados e da respetiva tramitação junto da Comissão de Limites da Plataforma Continental;
4. Prestação de apoio na preparação de propostas de extensão da plataforma continental dos Estados com os quais o Governo Português venha a estabelecer acordos de cooperação neste domínio;
5. Apoio a projetos de investigação diretamente relacionados com o projeto de extensão da plataforma continental, nomeadamente em sistemas de informação geográfica (SIG), geologia, geofísica, biologia e direito internacional público;
6. Divulgação do projeto português, resultados e desenvolvimentos, através da realização de palestras e participação em conferências internacionais;
7. Desenvolvimento de ações de cooperação com outras instituições de investigação, em defesa dos princípios do interesse público e da eficiência da Administração;
8. Participação nos *fora* internacionais relativos aos fundos marinhos e seus recursos, em particular no âmbito das Nações Unidas, Autoridade Internacional sobre os Fundos Marinhos, Convenção sobre a Biodiversidade e Convenção OSPAR.

Resultados Esperados

- Melhor caracterização e conhecimento dos fundos marinhos, especialmente nas zonas para as quais a informação atualmente disponível é inexistente ou de reduzida qualidade;
- Acompanhamento e conhecimento atualizado do contexto internacional relativo aos projetos apresentados junto das Nações Unidas e respetiva análise pela Comissão de Limites da Plataforma Continental;
- Utilização pela comunidade científica, nacional e internacional, dos resultados do Projeto de Extensão da Plataforma Continental (PEPC);
- Publicação de trabalhos científicos relacionados com o projeto de extensão da plataforma continental, nomeadamente em sistemas de informação geográfica (SIG), geologia, geofísica, biologia e direito internacional público;
- Treino de estudantes universitários da área da geologia, geofísica, hidrografia, biologia e direito do mar, em particular, através de *workshops* dedicados e, *in situ*, durante as campanhas oceanográficas realizadas;
- Sensibilização nacional para a oportunidade de extensão da plataforma continental, nos termos do disposto no artigo 76º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
- Afirmação internacional de Portugal, no âmbito do processo de extensão da plataforma continental.

Calendarização

2013 - 2018:

- Realização de Campanhas Oceanográficas de recolha de dados de geologia, geofísica e hidrografia;
- Processamento dos dados recolhidos;
- Atualização da informação para a defesa da proposta de extensão da plataforma continental de Portugal;
- Análise das propostas já apresentadas e das recomendações emitidas pela Comissão de Limites da Plataforma Continental;
- Publicação de trabalhos científicos relacionados com o projeto de extensão da plataforma continental;
- Realização de apresentações e palestras para divulgação do projeto de extensão da plataforma continental de Portugal e sensibilização nacional para esta oportunidade;
- Participação em conferências internacionais no âmbito do processo de extensão da plataforma continental e dos recursos dos fundos marinhos.

2014 - 2017:

- Apresentação dos resultados deste projeto em conferências nacionais e internacionais.

2018:

- Edição de uma publicação com a atualização da avaliação do desenvolvimento deste projeto.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE 16.814.666,70€ (orçamento EMEPC – constitui, igualmente, base de suporte a outros projetos)

Custo total previsto 2013-2018:

- 2013: 2.314.66,70€
- 2014: 3.500.000,00€
- 2015: 3.500.000,00€
- 2016: 3.500.000,00€
- 2017: 2.500.000,00€
- 2018: 1.500.000,00€

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1210-P1210027

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #2

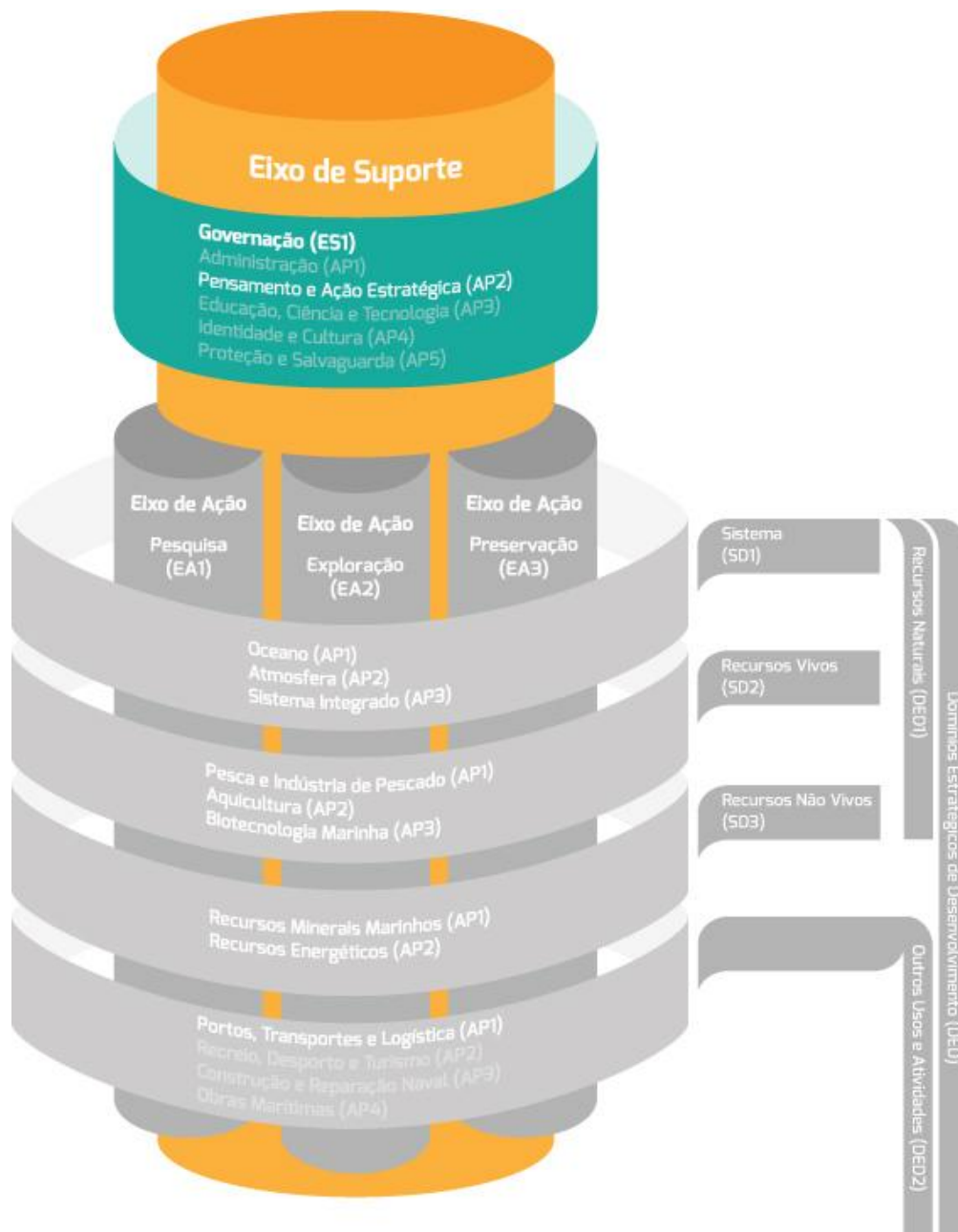
PA – Nacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Nacional

Linhas de Base de Portugal



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Linhas de Base de Portugal

Objetivos

- Determinar a linha de costa relativa ao plano do Zero Hidrográfico para efeitos de determinação dos pontos de apoio das linhas de base reta;
- Determinar a linha de costa relativa ao nível médio do mar;
- Determinação da linha de costa correspondente ao plano da máxima preia-mar de águas vivas equinociais para definição do limite do leito das águas do mar.

Entidade Coordenadora

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) - MAMAOT

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)
- Instituto Hidrográfico (IH)

Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) - Coordenação
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Direção-Geral do Território (DGT)

Tarefas

1. Coligir a informação existente a nível nacional relativa à região intertidal;
2. Georreferenciação da informação nos sistemas de referência oficiais de Portugal Continental e Regiões Autónomas;
3. Construção dos modelos numéricos do terreno na região intertidal;
4. Extração da linha de costa;
5. Definição dos pontos de apoio das linhas de base reta oficiais considerando os sistemas de referência oficiais em vigor;
6. Atualização e publicação do sistema de linhas de base reta revisto para Portugal.

Resultados Esperados

- Obtenção de uma linha de costa de referência oficial para Portugal para servir os diversos propósitos da espacialização do uso e gestão do mar;
- Atualização do Decreto-Lei que define o sistema de linhas de base reta de Portugal quer no âmbito dos sistemas de georreferenciação em vigor, quer na exatidão espacial dos seus pontos de apoio.

Calendarização

2013
Tarefas 1 a 6

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
-Mecanismo Financeiro do EEA 2009-2014: 100.000,00€

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1211

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Acção Estratégica

Efeito(s)

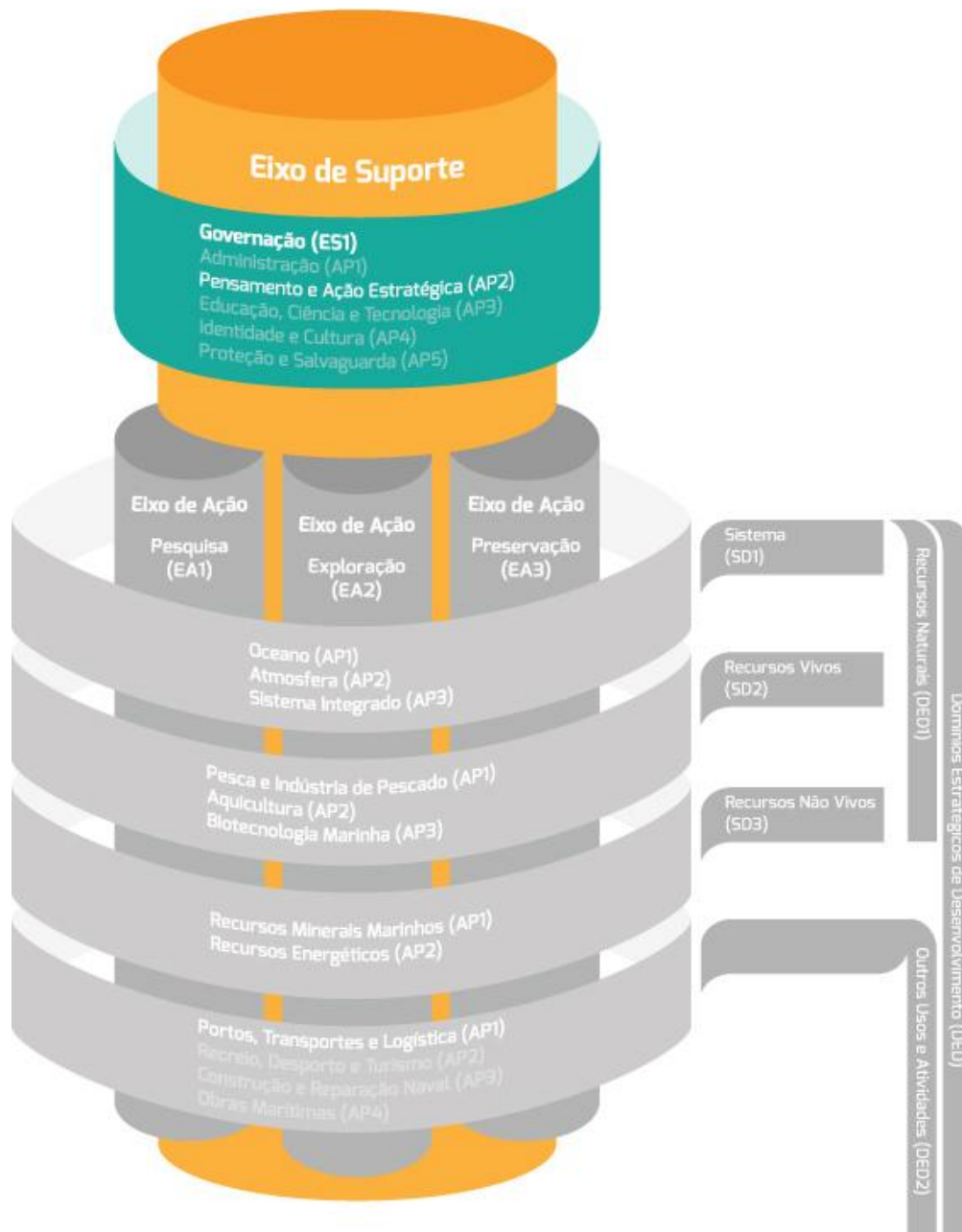
#1 - Monitorização da Estratégia Nacional para o Mar, envolvendo a avaliação sistemática das ações implementadas, do ambiente externo e da articulação e harmonização das diferentes iniciativas nacionais e internacionais em curso e em preparação.

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Regional/Local

Polos de Mar



Programa de Ação

Regional / Local

P1211031 – Polos de Mar

Objetivos

- Promover a reflexão estratégica e a programação operacional multi-nível (integração vertical), formulando os principais objectivos a alcançar e implementando os respectivos planos de ação;
- Estabelecer um modelo de governação orientado para a ação, salientando-se o papel da governação regional e a articulação com o nível local que deve ser contemplada por uma dimensão de governação integrada, promovendo uma maior coerência e solidez estratégica e a estruturação e integridade do território (i.e. política integrada de base territorial).

Entidade Coordenadora

Direção Geral de Política do Mar (MAMAOT)

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Turismo de Portugal (TP)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (que coordena)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Direção-Geral do Território (DGT)
- Direção-Regional de Agricultura e Pescas (DRAP)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve)
- Docapesca

Ministério da Educação e da Ciência (MEC)

- Secretaria de Estado da Educação (SEE)

Presidência do Conselho de Ministros

- Secretaria de Estado do Desporto e Juventude (SEDJ)
- Comunidades intermunicipais
- Municípios

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEM)
- Agência Independente do Desporto e do Mar (AIDEM)
- Escola Náutica Infante D. Henrique (ENIDH)
- Universidades e outros centros de investigação
- FOR-MAR - Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar

Resultados Esperados

- Promover a criação de Polos de Mar assentes nas comunidades estuarinas e litorais, enquanto entidade supramunicipal e numa rede de aglomerados urbanos e as suas frentes ribeirinhas.
- Estabelecer uma rede de iniciativas capazes de integrar, a diferentes escalas, os níveis internacional, nacional, regional e intermunicipal, com o envolvimento das comunidades locais concorrendo para a promoção da coerência, solidez estratégica e a estruturação do território necessária à matriz de ação;
- Contribuir para a qualificação e reestruturação do tecido urbano e para a ligação com o espaço marítimo, facilitando o acesso ao mar e criando condições para a consciência colectiva acerca da importância do Mar, permitindo, desde os primeiros níveis da formação, a aquisição de competências transversais nas diferentes áreas;
- Reconhecer os fatores de força e a identidade do território e ser capaz de mobilizar os seus agentes. O conhecimento e a inovação, a formação, o património e os recursos são os elementos que devem ser considerados e compreendidos como peças desta matriz de modo a evidenciar e fortalecer as realidades locais num contexto supramunicipal, regional e nacional;
- Criar de uma rede de serviços e indústria que contribuem para a economia do Mar sustentada em polos essencialmente de génese urbana que são por natureza locais de troca (distribuição e recepção).

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - orçamento das entidades envolvidas

Financiamento Comunitário:

FEAMP, FEDER, PROMAR

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1211-P1211031

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #2

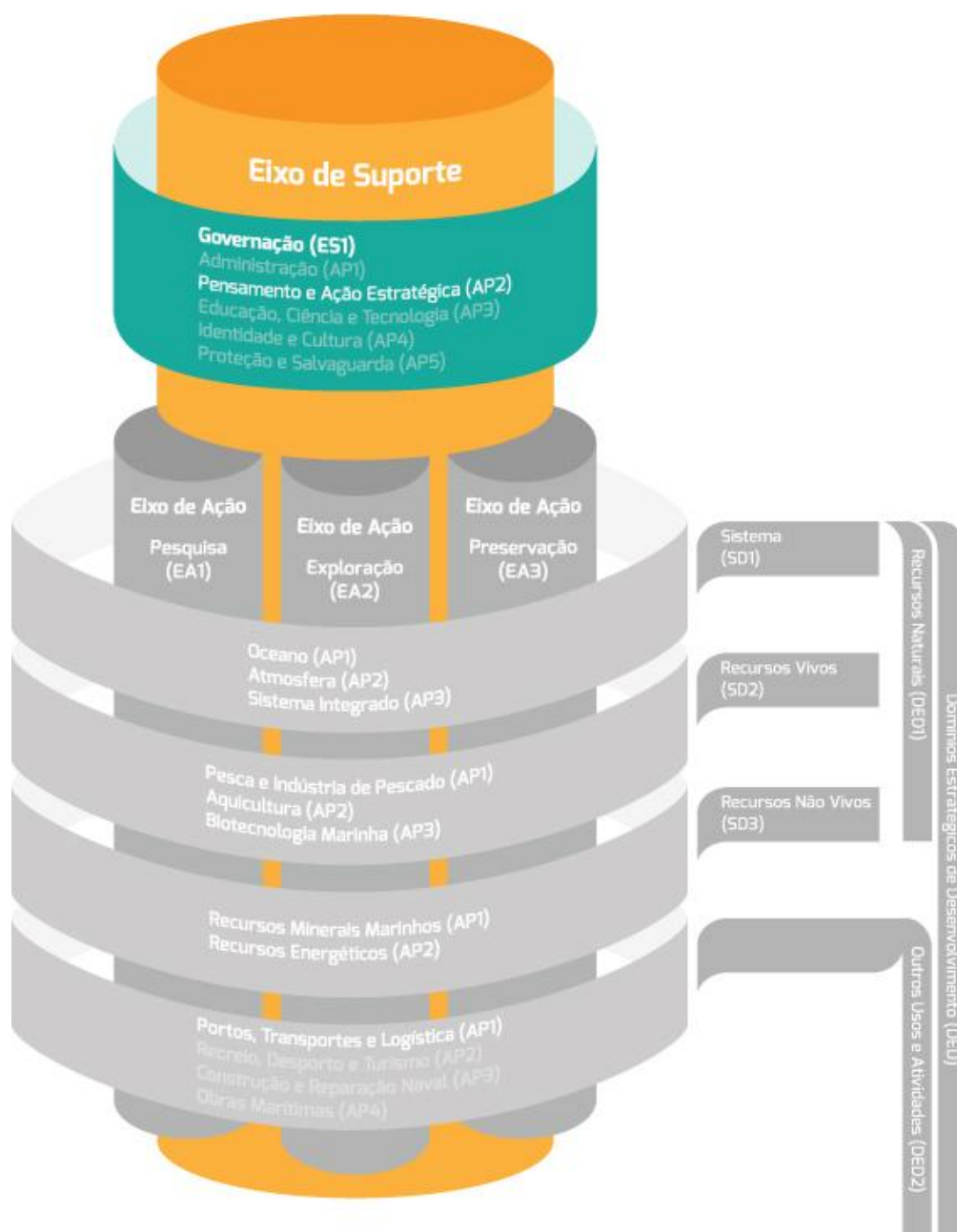
PA – Regional / Local

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Regional / Local

Polos de Mar



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Polos de Mar

Objetivos

- Promover a criação de uma rede de Polos de Mar sustentada num conjunto de centros nevrálgicos distribuídos ao longo do território nacional, com uma localização privilegiada na zona costeira, orientada para o fortalecimento da ligação entre cidades e frentes urbanas e ribeirinhas e núcleos piscatórios que se operacionalize através de temáticas e incidências territoriais variáveis (ex. o Urbanismo Azul);
- Promover de uma forma complementar e integrada as componentes de cada Polo de Mar, refletindo a identidade e as potencialidades de cada unidade e promovendo uma intensa cooperação entre os agentes de ação (integração horizontal).

Desenvolvimento:

Criar ao nível operacional, através dos Polos do Mar e da sua dinamização, um espaço integrado de gestão orientado para a programação e ação, potenciando a complementaridade e a integração de dinâmicas sustentadas na identidade do território, considerando a natureza do tecido social e privilegiando a sua coesão. Estas iniciativas devem atender à promoção do desenvolvimento sustentável num contexto regional e local que permita a criação de um rede de interface Mar/Terra.

Entidade Coordenadora

Direção Geral de Política do Mar (MAMAOT)

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Turismo de Portugal (TP)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (que coordena)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Direção-Geral do Território (DGT)
- Direção-Regional de Agricultura e Pescas (DRAP)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve)
- Docapesca

Ministério da Educação e da Ciência (MEC)

- Secretaria de Estado da Educação (SEE)

Presidência do Conselho de Ministros

- Secretaria de Estado do Desporto e Juventude (SEDJ)
- Comunidades intermunicipais
- Municípios

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEM)
- Agência Independente do Desporto e do Mar (AIDEM)
- Escola Náutica Infante D. Henrique (ENIDH)
- Universidades e outros centros de investigação
- FOR-MAR - Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar

Tarefas

1. Identificação da “comunidade” (território de referência, potencial e identidade);
2. Modelo de desenvolvimento para o pensamento estratégico e a acção local;
3. Formulação da estratégia local;
4. Articulação de recursos e meios;
5. Edificação de capacidade de monitorização e avaliação;
6. Elaboração do plano de acção local (programas e projetos).

Resultados Esperados

- Promover o papel da Regiões em torno das comunidades intermunicipais, permitindo que a sua afirmação seja feita em complemento ao papel das frentes urbanas ribeirinhas que são, por inerência da sua localização geográfica, e características demográficas (zonas de maior concentração populacional) os pontos de interface e distribuição entre o espaço marítimo e o interior.
- Promover a criação de Polos de Mar assentes nas comunidades estuarinas e litorais, enquanto entidade supramunicipal e numa rede de aglomerados urbanos e as suas frentes ribeirinhas.

Calendarização

2013-2014

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - orçamento das entidades envolvidas

Financiamento Comunitário:

FCP (PROMAR), FEAMP, FEDER

ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA D GOVERNAÇÃO - EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA



GOVERNAÇÃO

GOVERNAÇÃO (EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1312

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Educação, Ciência e Tecnologia

Efeito(s)

#1 - Sociedade que educa as gerações futuras acerca dos valores do oceano, em todas as fases de ensino e nos planos curricular e extra curricular

#2 - Sociedade que prepara a população ativa para as profissões do mar, nos curricula do ensino superior e no ensino técnico-profissional, que promove a massa crítica dos setores público e privado, a fixação local/regional do emprego e a sua flexibilidade e mobilidade, em alinhamento com as necessidades do mercado de trabalho.

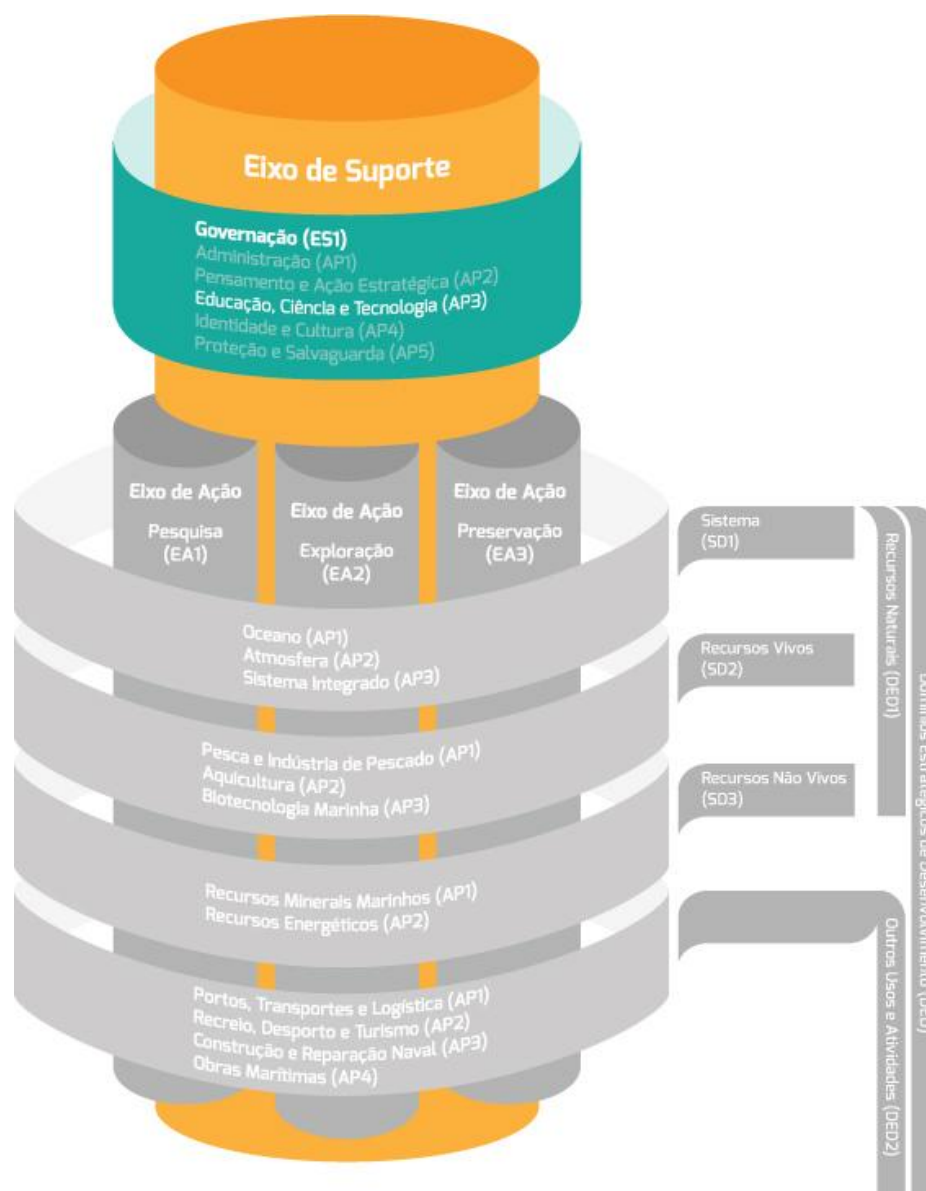
ES1 - GOVERNAÇÃO

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Educação

Literacia do Mar

Formação Profissional



Programa de Ação

Educação

P1312032 - Literacia do Mar
P1312033 – Formação Profissional

Objetivos

- Promover a literacia do mar, o seu conhecimento e o emprego nas suas profissões, atendendo às realidades sociais e do território;

Desenvolvimento: Desenvolvimento: Pretende-se promover a educação das gerações futuras acerca dos valores do oceano, em todas as fases de ensino nos planos curricular e contribuir para uma sociedade azulconhece a importância e o papel que o mar teve na História de Portugal. Procura-se dar a conhecer a importância que o mar representa para a identidade nacional e para afirmação de Portugal como nação marítima no contexto actual e futuro e formar uma sociedade consciente do valor potencial da parcela marítima do seu território e da importância crucial que é conhecer e preservar este recurso nacional.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) em articulação com a estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Turismo de Portugal (TP)
- Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)

Ministério Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Docapesca
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Direção-Geral de Educação
- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)
- Plano Nacional de Leitura (PNL)
- Agência Ciência Viva (ACV)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
- Secretaria de Estado da Cultura

Governo Regional da Madeira (GRM)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Outras Entidades

- Agência Cascais Atlântico
- Agência Ciência Viva
- ALIF - Associação da Indústria Alimentar pelo Frio
- AMAP — Associação Mútua dos Armadores do Centro
- ANAQUA – Associação Nacional de Aquicultores
- ANICP - Associação Nacional dos Profissionais de Conservas de Peixe
- ANOPCERCO - Associação Nacional das Organizações de Produtores da Pesca
- Aporvela
- Aquário Vasco da Gama

- Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE)
- Associação das Indústrias Navais
- Associação de Empresas Turísticas Portuguesas
- Associação dos Armadores da Marinha de Comércio
- Associação dos Armadores de Tráfego Fluvial
- Associação dos Portos de Portugal
- Associação dos Armadores Pesca Norte
- Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe
- Associação Turismo do Algarve
- Câmaras Municipais
- Centro de Ciência Viva
- Colégio Pedro Arrupe
- Douro Azul
- EDP
- Escola de Pesca e Marinha do Comércio
- Escola Náutica Infante D. Henrique (ENIDH)
- Escola Profissional de Gestão e Tecnologias Marítimas
- Escola Superior de Tecnologia do Mar
- Esri Portugal
- Federação dos Sindicatos do sector da Pesca
- FOR-MAR - Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar centro de formação participada do IEFPI,IP
- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEM)
- GALP Energia
- Instituições de ensino públicas e privadas
- Instituições e empresas de desportos náuticos
- Instituto de Tecnologias Náuticas
- Instituto de Educação da Universidade de Lisboa
- Marina Parque das Nações
- NTM Creoula
- Oceanário de Lisboa
- Olhão Pesca
- SINDEPESCAS — Sindicato Democrático das Pescas
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares do Norte
- Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA)
- Wave Energy Centre (WavEC)
- WaveEc – Centro de Energia das Ondas
- Universidade do Algarve
- Zoomarine
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projecto

Resultados Esperados

- Uma sociedade mobilizada para os assuntos do mar através da interiorização no conhecimento comum dos valores e da potencialidade do Mar Portugal
- Integração das temáticas relacionadas com o mar no currículo nacional permitindo o “ensino do Mar”
- Preparação da população ativa para as profissões do mar, conferindo-lhe flexibilidade e mobilidade no mercado de emprego que promova o “crescimento azul”.

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE

Fundos Comunitários:

Programa Espaço Atlântico, QEC 2014-2020

Financiamento da cooperação:

EEA Financial Mechanism 2009-14 (strengthen the bilateral relations)

Financiamento Privado

GOVERNAÇÃO (EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1312-P1312032

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Educação, Ciência e Tecnologia

Efeito(s) - #1

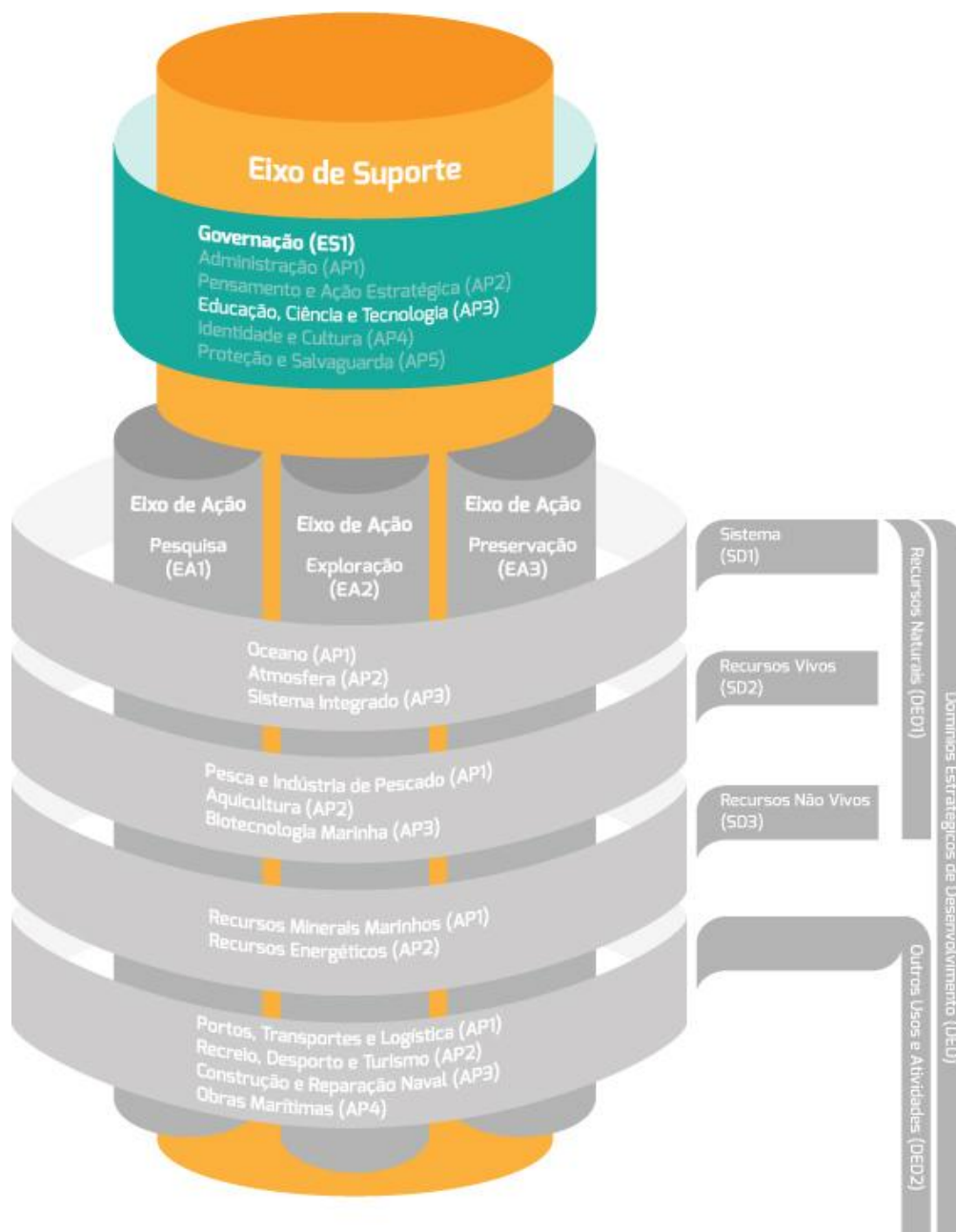
PA – Educação

ES1 - GOVERNAÇÃO

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Educação

Literacia do Mar



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Literacia do Mar

Objetivos

- Sensibilizar crianças e jovens, bem como restante comunidade educativa, para o conhecimento dos oceanos, contribuindo para a promoção de cidadãos mais informados, responsáveis e participativos com maior consciência para a importância estratégica que o Mar tem para Portugal.

Este objetivo geral será executado através de diferentes projetos educativos e de formação de professores:

- 1- “ Kit do Mar”
- 2- “ A ponte entre a escola e a ciência azul”
- 3- “ Professores a bordo”
- 4- “ Aulas a bordo”
- 5- “ Integração do mar no currículo nacional”

Desenvolvimento:

1 - O Kit do Mar é um recurso educativo composto por um conjunto de fichas de projeto adaptadas aos diferentes ciclos de ensino e enquadradas nas orientações curriculares.

Sugere atividades de pesquisa e participação ativa dos jovens na sociedade abrangendo diversas áreas do conhecimento. Os conteúdos do kit do mar constituem uma ferramenta de apoio a educadores, professores e técnicos de educação, para o desenvolvimento de atividades sobre temas dos oceanos em áreas curriculares disciplinares ou em qualquer atividade educativa não formal.

2 - “ A ponte entre a escola e a ciência azul resulta da parceria entre o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, IP e a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental. Os principais objetivos do projeto são a sensibilização dos jovens para a importância estratégica do mar, a promoção de um melhor conhecimento das ciências do mar e, conseqüentemente, um maior grau de literacia dos oceanos nas camadas mais jovens da sociedade portuguesa. Propomos a implementação de estratégias de ensino de natureza investigativa, com a imersão de estudantes em contextos reais de investigação científica na área das ciências do mar. As propostas apresentadas adequam-se às orientações curriculares e competências a atingir no ensino secundário, permitindo aos jovens em final do ensino obrigatório uma escolha mais esclarecida em relação a uma formação superior na área das ciências, nomeadamente das ciências do mar.

3 - O programa “Professores a Bordo” tem como objectivo proporcionar aos professores do ensino básico e secundário o contacto directo com as Ciências do Mar, através da sua participação nas campanhas oceanográficas da EMEPC.

Os principais objectivos do projecto são:

Promover a participação dos professores em campanhas oceanográficas, trabalhando lado-a-lado com cientistas de diferentes especialidades das Ciências do Mar, acompanhando a utilização das actuais técnicas e métodos de investigação científica no mar, permitindo adquirir, em contextos reais, variados conhecimentos científicos, técnicas de amostragem e métodos de estudo específicos. Através da experimentação e colaboração com os investigadores, os professores poderão desenvolver novas competências científicas que poderão utilizar, através de práticas pedagógicas em contexto escolar.

Facultar aos professores novos dados e informação científica como fonte de material didáctico para enriquecimento do material curricular suportando o desenvolvimento profissional dos professores na área das Ciências do Mar.

Promover a disseminação, entre os demais professores, do conhecimento adquirido a bordo.

Assegurar aos alunos dados científicos e informação, passíveis de serem trabalhados em diferentes áreas disciplinares.

4 - O projeto “Aulas a bordo” visa promover aulas a bordo de uma réplica de caravela quinhentista no Barlavento Algarvio com o principal objetivo de promover a imagem e a cultura marítimas na sociedade; disseminar o mar e o oceano nas suas vertentes histórica, cultural, social, económica, científica e ambiental, através da realização de atividades educativas em articulação com o currículo, os contextos de sala de aula, nos centros de ciência e a bordo de um navio.

- A promoção do conhecimento do Mar, nas suas mais diversas vertentes, de uma forma apelativa e de acesso fácil à população em geral, pode ser feita através de jogos, com objectivos distintos e públicos-alvo diferenciados, designadamente:

O “Passaporte do Mar”: permite aos seus titulares obter entradas a preços reduzidos ao longo do ano, e visitar gratuitamente as instituições aderentes, directamente ligadas ao património natural e cultural marítimo português nos dias comemorativos do Mar;

A “Régua – O Peixe Certo”: fornece informação relativa ao tamanho mínimo legal de captura das espécies de pescado mais consumidas em Portugal;

O “Brinquedo - A Ciência do Mar”: consiste num kit científico que vem acompanhado de instruções e contém todo o material adequado para as crianças desenvolverem 10 experiências que permitem a aprendizagem de conceitos simples relacionados com as ciências do mar;

O “Quiz do Mar” - consiste num baralho de cartas com perguntas acessíveis a crianças, permitindo uma aprendizagem de conceitos simples relacionados com o mar;

- O “Puzzle do Mar” - dá a conhecer o novo mapa de Portugal, que com a plataforma continental estendida tem cerca de 4 milhões de km² de fundo do mar.

Entidade Coordenadora

Direcção-Geral de Política do Mar em articulação com a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (MAMAOT).

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Docapesca

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Direcção-Geral de Educação
- Plano Nacional de Leitura (PNL)
- Agência Ciência Viva (ACV)
- Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Outras Entidades

- PT
- Colégio Pedro Arrupe
- Empresa Municipal de Ambiente de Cascais
- Oceanário de Lisboa
- Aporvela
- Aquário Vasco da Gama
- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEM)
- Esri Portugal
- Zoomarine
- Marina Parque das Nações
- Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE)
- NTM Creoula
- Wave Energy Centre
- Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA)
- Centro de Ciência Viva de Estremoz
- Centro de Ciência Viva de Tavira
- Centro de Ciência Viva do Algarve
- Universidade do Algarve

Tarefas

- Divulgação/gestão/inação do “Kit do Mar”
- Ações de formação para professores no âmbito do kit do mar
- Promoção de dinâmica entre parceiros com vista a desenvolver outros projetos de educação para o mar
- Implementação e acompanhamento nas escolas aderentes ao projeto “A ponte entre a escola e a ciência azul”
- Desenvolvimento do projeto “Aulas a bordo” e “ler+Mar”
- Criação de marca “umbrella” que integre os variados projetos educativos
- Criação de nova página web
- Articulação dos conteúdos kit do mar nos princípios da literacia dos oceanos e site “Conhecer o Oceano”

- Acompanhamento do projeto “Kit do Mar” junto dos municípios com protocolo
- Integração dos conteúdos kit do mar no programa eco-escolas
- Atualização dos conteúdos do “Kit do Mar”
- Criação de novos conteúdos “Kit do Mar”
- Acompanhamento e avaliação da implementação do kit do mar no Colégio Pedro Arrupe
- Levantamento de todos os conteúdos programáticos do pré-escolar ao 12º ano que se relacionem com o tema mar e relação destes com a literacia dos oceanos
- Criação de conteúdos adaptados às estratégias de ensino atuais - transposição para o currículo nacional
- Integração de todos os projetos educativos nas ações de sensibilização no âmbito da divulgação e promoção do conhecimento do Mar
- Integração do “Passaporte do mar” num canal de distribuição externo à DGPM
- Integração da “Régua” nos canais de distribuição da Docapesca – CCL
- Integração do “Brinquedo Científico” e “Quiz do Mar” nos canais de distribuição da Science4you

Resultados Esperados

- Implementação dos recursos educativos disponíveis através do projeto “kit do mar” em todos os agrupamentos escolares dos concelhos litorais de Portugal Continental e Arquipélagos dos Açores e da Madeira até ao final do ano letivo 2014/2015;
- Aumento do número de parcerias com outras instituições para desenvolver novos conteúdos educativos;
- Implementação do projeto piloto “ A ponte entre a escola e a ciência azul” no ano letivo 2012/2013 com três escolas; alargamento do projeto a mais duas regiões no ano letivo 2014/2015 e à escala nacional em 2015/2016 Implementação do projeto “ Aulas a bordo” no ano letivo 2014/2015, alargamento do projeto à escala nacional em 2016.
- Aproximação dos estudantes do mundo da investigação científica
- Promoção de uma escolha mais esclarecida em relação a cursos na área do mar.
- Promoção de uma melhoria da literacia científica dos jovens portugueses, nomeadamente no que se refere à literacia dos oceanos.
- Promoção do empreendedorismo azul
- Envolvimento de 4000 alunos por ano no projeto aulas a bordo
- Implementação dos projetos educativos disponíveis através da sua distribuição e comercialização a pelo menos 1500 crianças/ano, a nível nacional

Calendarização

2013:

Elaboração e lançamento do Puzzle do Mar;
Acompanhamento do projeto *kit do mar* e *kit do mar* secundário (ver etapas anteriores);
Acompanhamento da distribuição e comercialização dos projetos educativos, avaliação dos resultados obtidos, calendarização e desenvolvimento de novos projetos;
Elaboração e lançamento de novo projeto educativo.

Março 2013 – maio 2013, 2014 e 2015:

Preparação do concurso nacional anual *kit do mar*

Junho-agosto 2013, 2014, 2015:

Acompanhamento dos vencedores do concurso nacional, balanço e avaliação do projeto e revisão da calendarização

Janeiro 2013 – março 2013, 2014 e 2015:

Ações de formação para professores.

Custos e Fontes de Financiamento

Kit do Mar:

Financiamento Nacional:

OE - 400.000€* (orçamento da EMEPC – incluído no Projeto de Extensão da Plataforma Continental))

(* Possibilidade de co-financiamento do projeto através de candidatura a projeto da Ciência Viva “Da escola à ciência”. Pedido de financiamento de 63.000 €

Outros projetos educativos:

OE - Valor total estimado - 20.000* €/ano (orçamento DGPM)

(* Possibilidade de co-financiamento do projeto através de parcerias com outras entidades/ possibilidade de gerar receitas através da comercialização de alguns projetos educativos (quando aplicável).

GOVERNAÇÃO (EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1312-P1312033

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Educação, Ciência e Tecnologia

Efeito(s) - #2

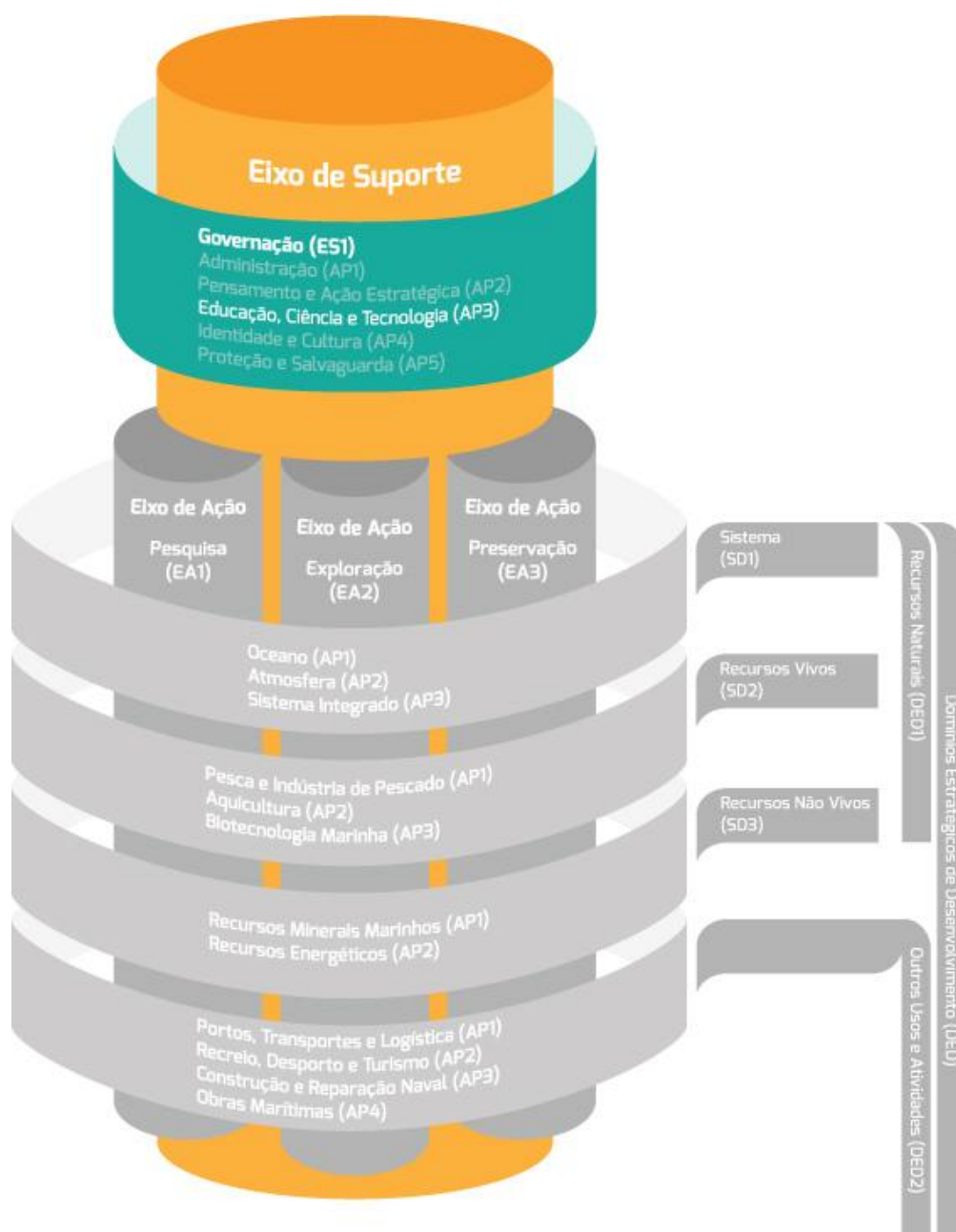
PA – Educação

ES1 - GOVERNAÇÃO

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Educação

Formação Profissional



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Formação Profissional

Objetivos

- Disponibilizar no sistema educativo e formativo de qualificações e formações adequadas às exigências atuais e futuras, apostando numa política de atratividade dos recursos humanos para esta área da economia.
- Harmonizar a oferta formativa e as reais necessidades das empresas do sector, bem como dar resposta a todos os tipos de público e respetivas características, capacitando os referenciais de qualificação de maior flexibilidade com vista a responder a necessidades regionais específicas e a certificações setoriais exigidas para o exercício de determinadas atividades profissionais

Desenvolvimento: No atual contexto a competitividade do setores ligados ao mar, designadamente, das pescas passa também pelo reforço das qualificações dos profissionais do setor e pelo rejuvenescimento da mão-de-obra. A oferta de formação do setor deverá ser reforçada tendo em vista o desenvolvimento de competências mais exigentes do ponto de vista técnico e uma maior capacitação destes profissionais em novas áreas de competência, de modo a captar o interesse da população mais jovem.

Entidade Coordenadora

Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Turismo de Portugal (TP)
- Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Docapesca

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)

Outras Entidades

- FOR-MAR - Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar centro de formação participada do IEFP,IP
- ANAQUA – Associação Nacional de Aquicultores
- AMAP — Associação Mútua dos Armadores do Centro
- Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares do Norte
- SINDEPESCAS — Sindicato Democrático das Pescas
- Federação dos Sindicatos do sector da Pesca
- Escola de Pesca e Marinha do Comércio
- Escola Profissional de Gestão e Tecnologias Marítimas
- Escola Superior de Tecnologia do Mar
- Associação dos Armadores da Marinha de Comércio
- Associação dos Armadores de Tráfego Fluvial
- Associação dos Portos de Portugal
- Instituto de Tecnologias Náuticas
- Associação das Indústrias Navais
- Olhão Pesca
- Associação dos Armadores Pesca Norte
- ANOPCERCO - Associação Nacional das Organizações de Produtores da Pesca
- ANICP - Associação Nacional dos Profissionais de Conservas de Peixe
- ALIF - Associação da Indústria Alimentar pelo Frio
- Associação de Empresas Turísticas Portuguesas
- Associação Turismo do Algarve
- WaveEc – Centro de Energia das Ondas

- EDP
- GALP Energia
- Douro Azul

Tarefas

1. Recolha e análise de documentação (iniciativas, estratégias, programas, estudos, quadros teóricos e metodológicos, normativos, etc.) já desenvolvida
2. Levantamento de toda a oferta educativa e formativa existente e disponível neste âmbito (de nível 2, 4, 5 e de nível superior).
3. Diagnóstico de necessidades de competências (levantamento das competências determinantes para a competitividade dos setores) através de um processo de auscultação a nível nacional, via questionário e/ou entrevista, a um conjunto de entidades (de tipologia variada) com relevância nesta área.
4. Desenho das qualificações (perfis profissionais, referenciais de formação e referenciais para o reconhecimento de competências profissionais) resultantes do cruzamento de toda a informação recolhida e analisada.
5. Validação e apreciação das qualificações pelos membros dos Conselhos Sectoriais para a Qualificação que contemplem as qualificações desenhadas (nomeadamente, Agroalimentar, Transportes e logística, Turismo e lazer...) bem como por outros peritos técnicos da área.
6. Integração e atualização do Catálogo Nacional de Qualificações:
7. Integração, reestruturação e eliminação de qualificações (perfis profissionais e referenciais de formação) de nível 2, 4 ou 5
8. Integração de Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) que pretendam dar resposta a necessidades regionais e/ou a certificações específicas exigidas para o exercício de determinadas atividades profissionais
9. Integração de referenciais e instrumentos de avaliação para o reconhecimento e a certificação de competências profissionais

Resultados Esperados

- Integração, exclusão e atualização de qualificações (perfis profissionais, referenciais de formação e referenciais para o reconhecimento de competências profissionais) no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).
- Disseminação dos resultados junto dos operadores de formação e do público-alvo em geral, através do site da ANQEP, IP, site do CNQ, redes sociais, folhetos e brochuras informativas

Calendarização

Março de 2013 a outubro de 2013

Custos e Fontes de Financiamento

OE - Orçamento das entidades envolvidas

GOVERNAÇÃO (EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1314

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Educação, Ciência e Tecnologia

Efeito(s)

#1 - Sociedade que educa as gerações futuras acerca dos valores do oceano, em todas as fases de ensino e nos planos curricular e extra curricular.

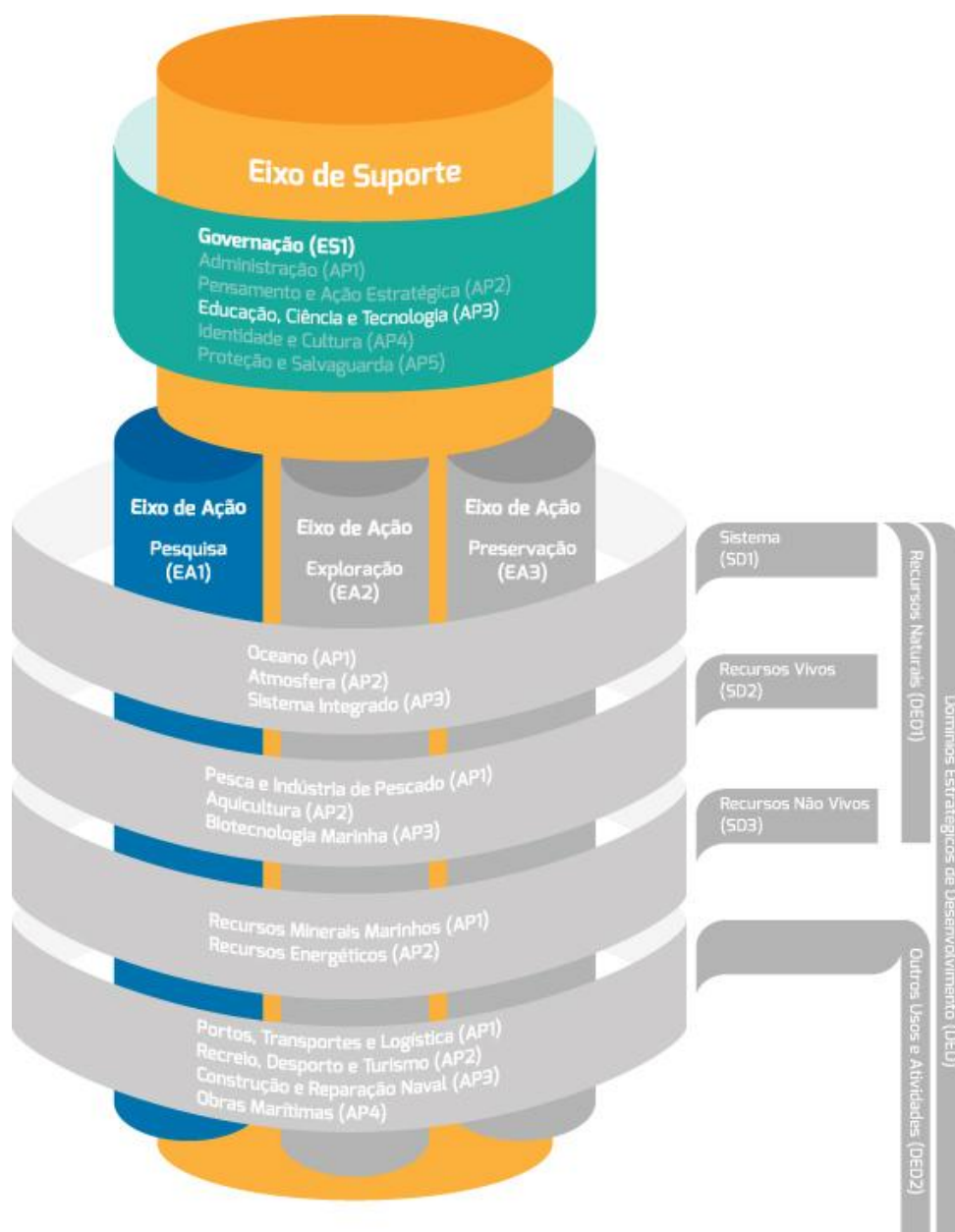
#2 - Sociedade que prepara a população ativa para as profissões do mar, nos curricula do ensino superior e no ensino técnico-profissional, que promove a massa crítica dos setores público e privado, a fixação local/regional do emprego e a sua flexibilidade e mobilidade, em alinhamento com as necessidades do mercado de trabalho.

#3 - Capacidade tecnológica, sustentável e efetiva de apoio à investigação científica do mar, persistente, orientada para o mar profundo e baseada numa rede desconcentrada e especializada.

ES1 – GOVERNAÇÃO

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Capacitação Tecnológica
Robótica, Sensores e Instrumentação
Plataformas de Investigação



Programa de Ação

Capacitação Tecnológica

P 1314035 - Robótica, Sensores e Instrumentação
P 1314036 – Plataformas de Investigação

Objetivos

- Garantir a realização de atividades de monitorização a longo prazo de águas pouco profundas, em locais designados, como sejam as Áreas Marinhas Protegidas;
- Aumentar a flexibilidade das operações marítimas e a cobertura de ecossistemas relevantes localizados em áreas marinhas sob jurisdição portuguesa;

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), em articulação com a Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) – Coordenação
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – Coordenação

Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Outras Entidades
Universidades e Centros de Investigação
Politécnicos
Escolas Profissionais
Pequenas e Médias Empresas (PMEs)

Resultados Esperados

- Educação das gerações futuras, em todas as fases de ensino.
- Preparação da população ativa para as profissões do mar, com fixação local/regional do emprego e sua flexibilidade.
- Capacidade tecnológica, sustentável e efetiva de apoio à investigação científica do mar.

Calendarização

2013-2017

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Fundos Comunitários:
Programa Espaço Atlântico, QEC 2014 – 2020, HORIZON 2020

Financiamento da cooperação:
EEA Financial Mechanism 2009-2014

Financiamento Privado

GOVERNAÇÃO (EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1314-P1314035

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP – Educação, Ciência e Tecnologia

Efeito(s) - #3

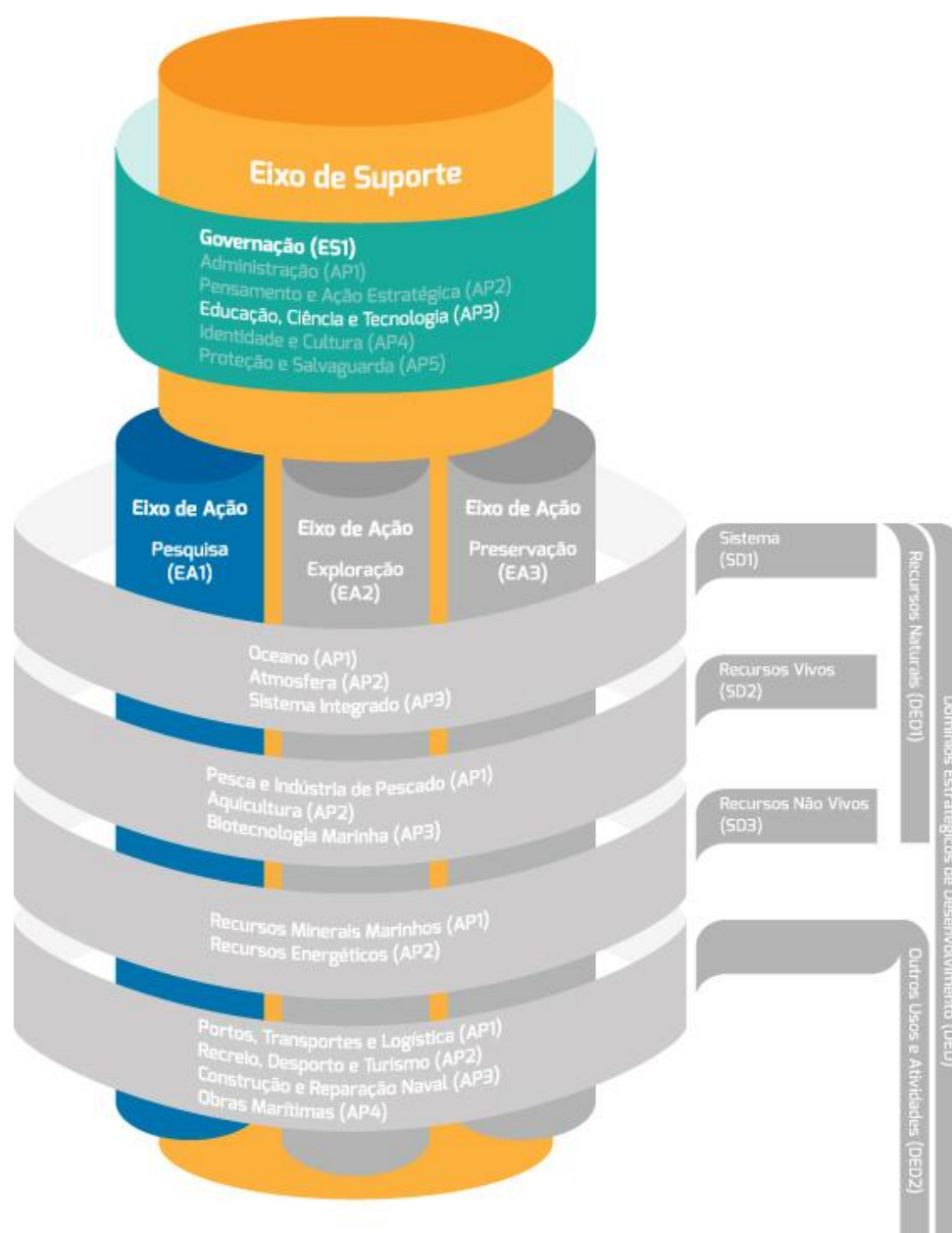
PA – Capacitação Tecnológica

ES1 - GOVERNAÇÃO

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Capacitação Tecnológica

Robótica, Sensores e Instrumentação



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Robótica, Sensores e Instrumentação

Objetivos

- Garantir a realização de atividades de monitorização a longo prazo de águas pouco profundas, em locais designados, como sejam as Áreas Marinhas Protegidas;
- Aumentar a flexibilidade das operações marítimas e a cobertura de ecossistemas relevantes localizados em áreas marinhas sob jurisdição portuguesa.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAMAOT

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - Coordenação

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Outras Entidades

- Universidades e Centros de Investigação
- Politécnicos
- Escolas Profissionais
- Pequenas e Médias Empresas (PMEs)

Tarefas

1. Atuar no quadro de um plano de monitorização
2. Produção de manuais técnicos para apoio à monitorização do Bom Estado Ambiental (BEA)
3. Disponibilização de informação técnico-científica, em centros de informação
4. Promoção de cursos de treino e formação

Resultados Esperados

Reforçar a capacidade das entidades públicas para alcançar e manter o Bom Estado Ambiental das águas marinhas portuguesas.

Calendarização

2013-2016

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - 70.588,00 €

Financiamento de Cooperação:

Mecanismo Financeiro do EEA 2009-2014: 400.000,00 €

Custo Total: 553.634,00 €

GOVERNAÇÃO (EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1314-P1314036

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP – Educação, Ciência e Tecnologia

Efeito(s) - #1, #2

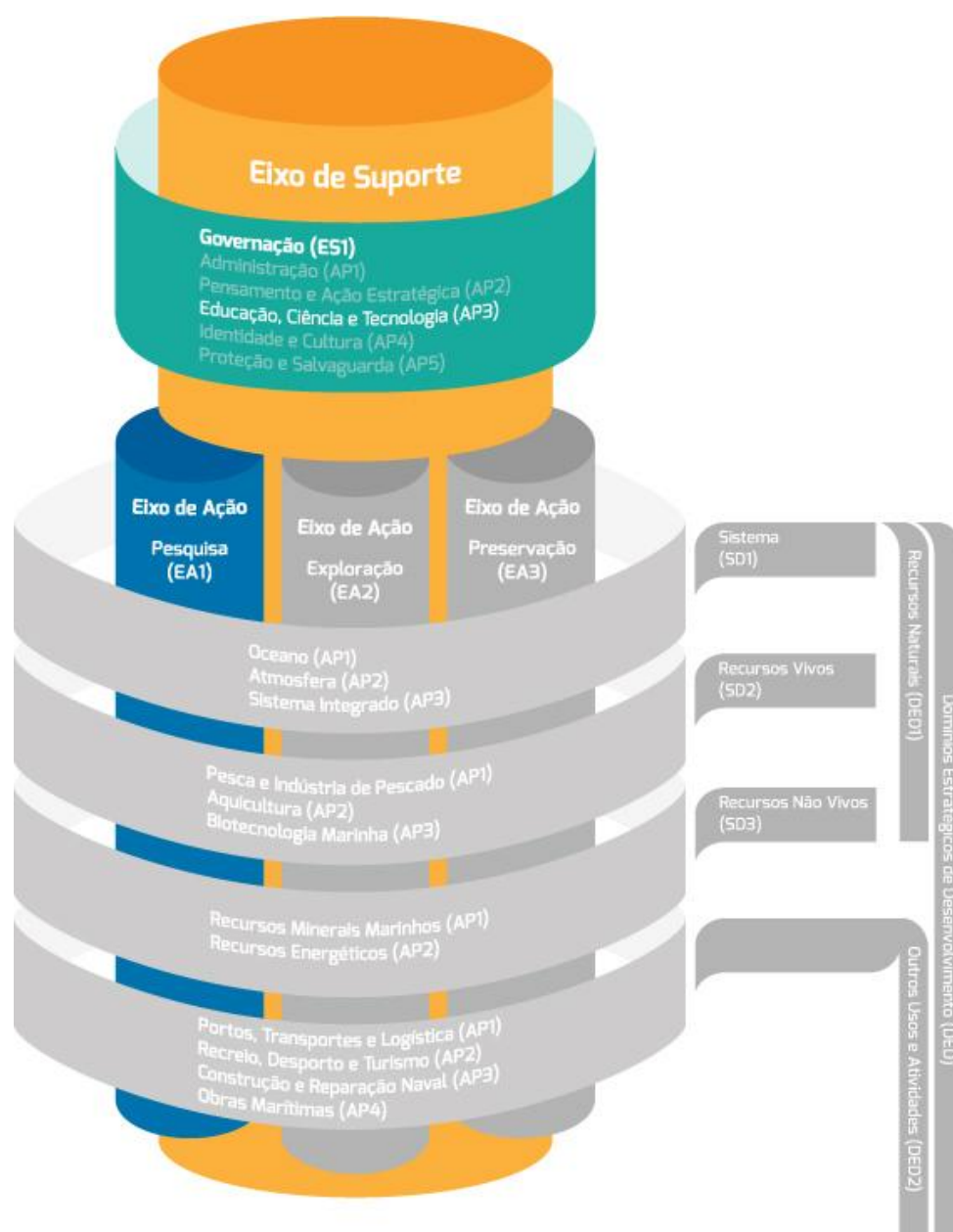
PA – Capacitação Tecnológica

ES1 - GOVERNAÇÃO

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Capacitação Tecnológica

Plataformas de Investigação



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Plataformas de Investigação

Objetivos

- Instalar competências ao nível do domínio dos componentes orgânicos da plataforma ROV;
- Instalar competências relativas aos sistemas associados a ROVs, nomeadamente de automação e comando/controlado;
- Instalar capacidade a nível nacional na área da mecatrónica subaquática;
- Integrar instituições de ensino superior (universidades e institutos politécnicos), de níveis intermédios (escolas profissionais), bem como PME's, a fim de constituir um consórcio a nível nacional para a conceção, desenvolvimento e construção de um ROV-PT, bem como para os sistemas orgânicos do mesmo, nas respetivas áreas de competência;
- Desenvolvimento do ROV Luso, integrando novas soluções e melhorando as soluções instaladas de forma a maximizar a extração de informação do meio marinho;
- Conceber e construir soluções tecnológicas, ampliando as capacidades ROV, para extração de amostras no mar profundo;
- Criar um projeto de construção e operação de um observatório submarino;
- Promover a focalização do esforço I&D relativo ao Mar e Atmosfera e a concentração de recursos materiais e humanos;
- Promover a inclusão dos vários grupos de I&D nacionais, com valências em robótica submarina, em torno de um objetivo nacional comum permitindo:
 - Maior complementaridade e articulação entre esses grupos;
 - Orientação do esforço de I&D desses grupos para a operação em águas profundas (atualmente inexistente, em termos práticos).

Desenvolvimento:

O Mar Portugal é, essencialmente constituído por mar profundo ultra-profundo e é, portanto, em profundidade que se encontram os seus maiores recursos. Por outro lado, a dimensão deste mar obriga a que, no levantamento desses recursos, sejam utilizados meios capazes de massificar o esforço de pesquisa. Uma das formas de atingir essa massificação com custos controlados é o recurso à robótica submarina, a qual desempenhará um papel importante.

Nenhum dos grupos I&D nacionais produz tecnologia de mar profundo, necessária para enfrentar esses desafios das próximas décadas. Embora existam vários grupos nacionais de I&D com valências de nível internacional em tecnologias marinhas, existe excessiva fragmentação e incapacidade real de apoio às necessidades crescentes de monitorização e operação em ambientes marinhos extremos. Isto resulta, por um lado, de um insuficiente grau de alinhamento da I&D com a estratégia nacional, e, por outro, de uma excessiva dispersão de recursos.

Entidade Coordenadora

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) em articulação com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAMAOT

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) – Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - Coordenação

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Outras Entidades

- Universidades e Centros de Investigação
- Institutos Politécnicos
- Escolas Profissionais
- PME na área da mecatrónica, automação e comando/controlado;
- ARGUS (NO)

Pela sua natureza, que se pretende agregadora e orientadora das capacidades e valências tecnológicas do tecido I&D nacional, o projeto deverá agregar de forma aberta todos os grupos nacionais com valências em operação e robótica submarina.

Foram estabelecidos alguns contactos iniciais com os grupos de investigação mais relevantes nesta área no panorama nacional, mas pretende-se que a entrada no projeto seja feita de forma competitiva, com a abertura de *calls* para cada *WP* particular. Assim, não é possível definir a lista de participantes de forma apriorística. Ela incluirá, naturalmente, os Centros de Investigação e Laboratórios que, no panorama nacional, operam na área da robótica submarina, mas incluirá outras entidades (nomeadamente empresas), que possam trazer as valências tecnológicas e industriais necessárias ao projeto.

Tarefas

1. Elaboração do plano para o desenvolvimento de soluções tecnológicas para aumentar a atual capacidade submarina existente ao nível ROV;
2. Definição da *framework* estrutural adequada às necessidades de exploração do mar de Portugal;
3. Desenvolvimento do sistema associado ao ROV Luso, nomeadamente no que diz respeito ao incremento da estabilidade na navegação e controlo, ao aumento da versatilidade do *skid* inferior do ROV, ou à inclusão de uma câmara HD dedicada à equipa científica;
4. Definição da configuração do sistema de propulsão do ROV-PT;
5. Definição dos sistemas de comando/controlo e automação do ROV-PT;
6. Definição dos sistemas de execução de tarefas no mar médio-profundo;
7. Implementação física da solução ROV-PT;
8. Construção de ferramentas de corte e extração no mar profundo;
9. Especificação funcional, técnica, e desenvolvimento de um observatório submarino, para acostagem, reabastecimento, controlo e recolha de dados de veículos autónomos submarinos, capaz de operação até aos 2000m de profundidade;
10. Especificação funcional, técnica e desenvolvimento de veículos autónomos capazes de operação cooperativa e autónoma aos 2000m de profundidade, a partir da experiência e plataformas dos grupos nacionais com produção na área;
11. Instalação do observatório a 200m de profundidade (1ª fase) e testes de operação;
12. Recolha, *upgrade* e incorporação de lições aprendidas;
13. Instalação do observatório a 1500m de profundidade (2ª fase) e testes de operação;
14. Comunicação e divulgação;
15. Gestão e coordenação técnica e financeira do projecto.

Resultados Esperados

- Aumento da capacidade submarina, ao nível do mar profundo, relacionada com as operações com o ROV Luso;
- Instalação de competências e capacidades tecnológicas ao nível da mecatrónica subaquática;
- Instalação de capacidade para construir um ROV-PT de águas pouco profundas, como protótipo, e de águas intermédias para produção;
- Operacionalização de um observatório submarino de profundidade, capaz de servir de hub de controlo para a operação de redes de veículos autónomos para recolha de dados;
- Incremento da capacidade tecnológica nacional para operação em mar profundo;
- Melhoria do conhecimento base sobre o sistema Oceano;
- Suporte à economia do mar;
- Suporte ao programa de avaliação de recursos do Mar Portugal;
- Afirmação internacional de Portugal na investigação do ambiente marinho.

Calendarização

2013:

Desenvolvimento do ROV Luso, com o incremento da estabilidade do sistema de navegação e controlo;
Definição do consórcio para o desenvolvimento do protótipo do ROV-PT;
Desenvolvimento e teste de soluções para o corte de amostras no mar profundo;
Desenho conceptual da plataforma submersível;
Aquisição ou construção dos sistemas propulsor e de comando.

2014:

Desenvolvimento do ROV Luso;

Construção da plataforma submersível associada ao ROV-PT;
Construção da plataforma submersível;
Implementação do sistema propulsor;
Implementação dos sistemas de comando e controlo remoto da plataforma;
Teste de imersão e navegabilidade.

2015:

Desenvolvimento do ROV Luso;
Implementação das funcionalidades técnicas associadas ao ROV-PT;
Teste de carga e performance do ROV-PT;
Início dos trabalhos para produção.

2013-2017 com o seguinte detalhe:

01.09.2013 – 31.02.2016, 30 meses – Tarefa 1
01.09.2013 – 31.02.2016, 30 meses – Tarefa 2
01.09.2013 – 31.09.2017, 48 meses – Tarefas 6 e 7
01.03.2016 – 31.08.2016, 6 meses – Tarefa 3
01.09.2016 – 31.03.2017, 6 meses – Tarefa 4
01.04.2017 – 31.12.2017, 6 meses – Tarefa 5
01.09.2013 – 31.07.2014, 10 meses – Tarefas 8 e 9
01.09.2014 – 31.09.2015, 12 meses – Tarefas 10 e 11
01.09.2015 – 31.12.2017, 27 meses – Tarefas 12 e 13
01.09.2013 – 31.12.2017, 51 meses – Tarefa 14

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:
OE

Financiamento de comunitário:
HORIZON 2020

Custo total estimado: 4.500.000,00€

A repartição entre fontes de financiamento nacionais e comunitárias depende do modelo de financiamento que vier a ser escolhido. Tratando-se de um projeto de potenciação e alinhamento das capacidades nacionais, que naturalmente forçará a uma participação quase exclusiva de grupos nacionais, a capacidade de obtenção de fundos europeus apresenta algumas limitações.



GOVERNAÇÃO

**ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA E
GOVERNAÇÃO - IDENTIDADE E CULTURA**

GOVERNAÇÃO (IDENTIDADE E CULTURA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1416

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP – Identidade e Cultura

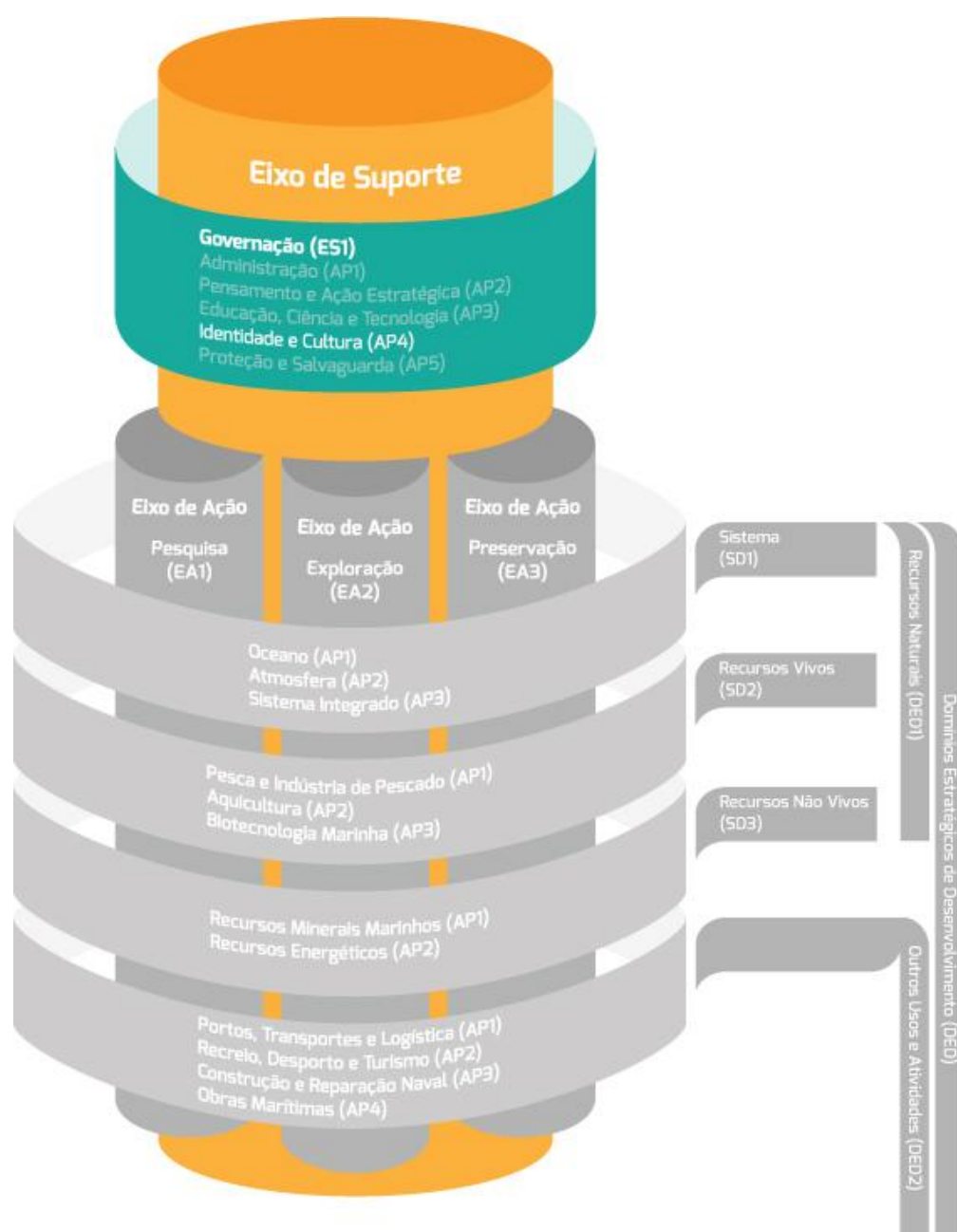
Efeito(s)

#1 – Sociedade que conhece a importância do mar na História portuguesa e a sua influência no Portugal de hoje.

ES1 - GOVERNAÇÃO

IDENTIDADE E CULTURA

	Identidade Marítima
	Eventos Mar-Portugal
	Agenda para o Mar



Programa de Ação

Identidade Marítima

P1416040 – Eventos Mar Portugal
P1416041 – Agenda para o Mar

Objetivos

- Consciencialização nacional acerca da importância do mar na nossa História, e para o Portugal de hoje e do futuro;
- Reforço da identidade Marítima da população e do seu território;
- Promoção e valorização internacional do Mar-Portugal.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)
- Turismo de Portugal (TP)

Ministério Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral de Política do Mar (MAMAOT)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Docapesca
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Direção-Geral de Educação
- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)
- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
- Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)
- Municípios

Governo Regional da Madeira (GRM)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Outras Entidades

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projecto

Resultados Esperados

Maior visibilidade para Portugal e para o potencial do seu mar

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE

Fundos Comunitários:

Programa Espaço Atlântico, QEC 2014-2020

Financiamento da cooperação:

EEA Financial Mechanism 2009-14 (strengthen the bilateral relations)

Financiamento Privado

GOVERNAÇÃO (IDENTIDADE E CULTURA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1416-P1416040

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP – Cultura e Comunicação

Efeito(s) - #1

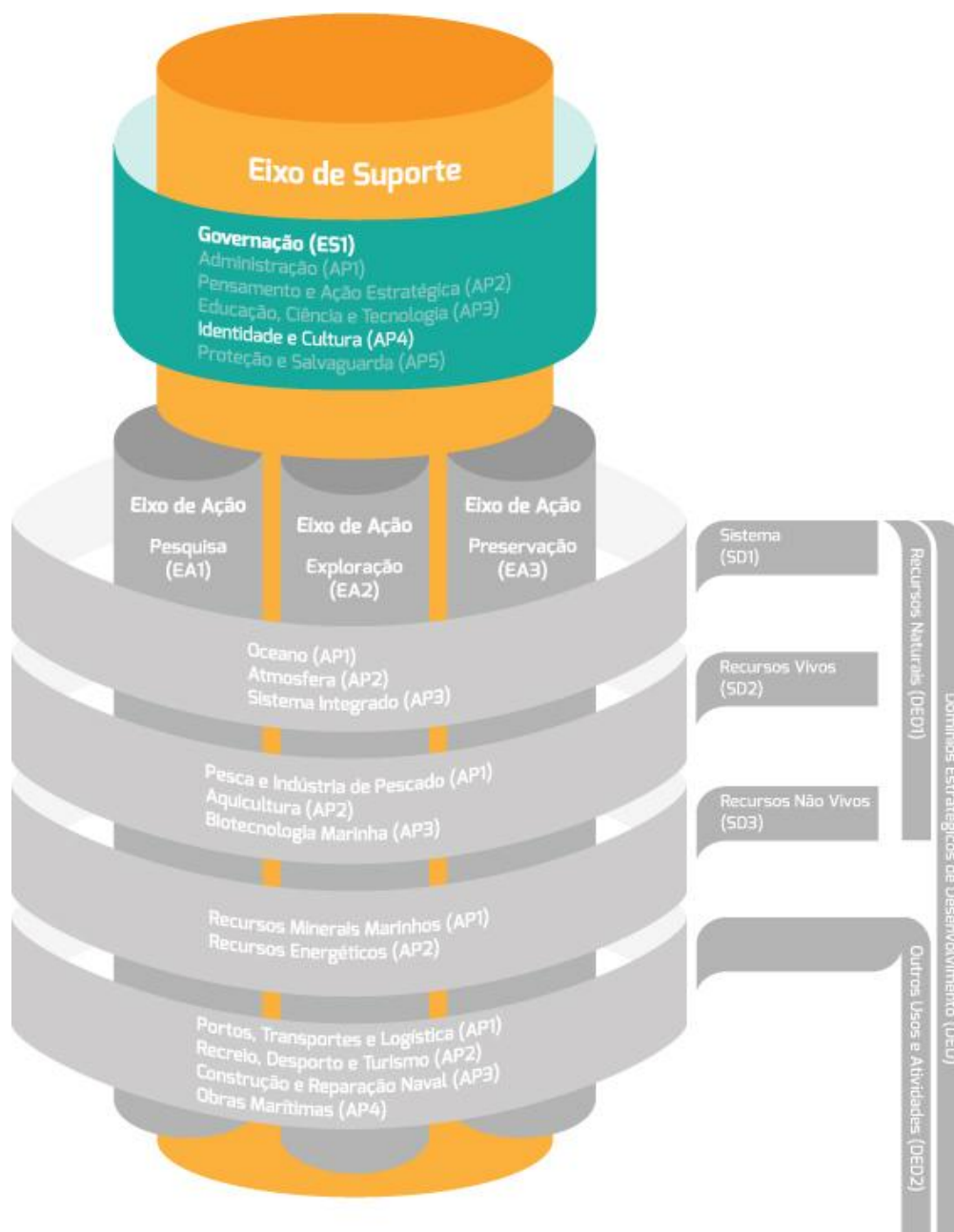
PA – Identidade Marítima

ES1 - GOVERNAÇÃO

CULTURA E COMUNICAÇÃO

Identidade Marítima

Eventos Mar-Portugal



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Eventos Mar Portugal

Objetivos

- Dinamizar eventos desportivos e culturais, a realizar em Portugal, estimulando o envolvimento e a participação dos cidadãos.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)
- Turismo de Portugal (TP)

Ministério Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral de Política do Mar (MAMAOT)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Docapesca
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Direção-Geral de Educação
- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)
- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
- Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)
- Municípios

Governo Regional da Madeira (GRM)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Outras Entidades

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

Organização de eventos, divulgação e promoção de iniciativas de carácter desportivo e cultural relacionadas com o mar.

Resultados Esperados

Maior visibilidade para Portugal e para o potencial do seu mar

Calendarização

2013-2020

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE

Fundos Comunitários:

Programa Espaço Atlântico, QEC 2014-2020

Financiamento Privado

GOVERNAÇÃO (IDENTIDADE E CULTURA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1416-P1416041

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP – Cultura e Comunicação

Efeito(s) - #1

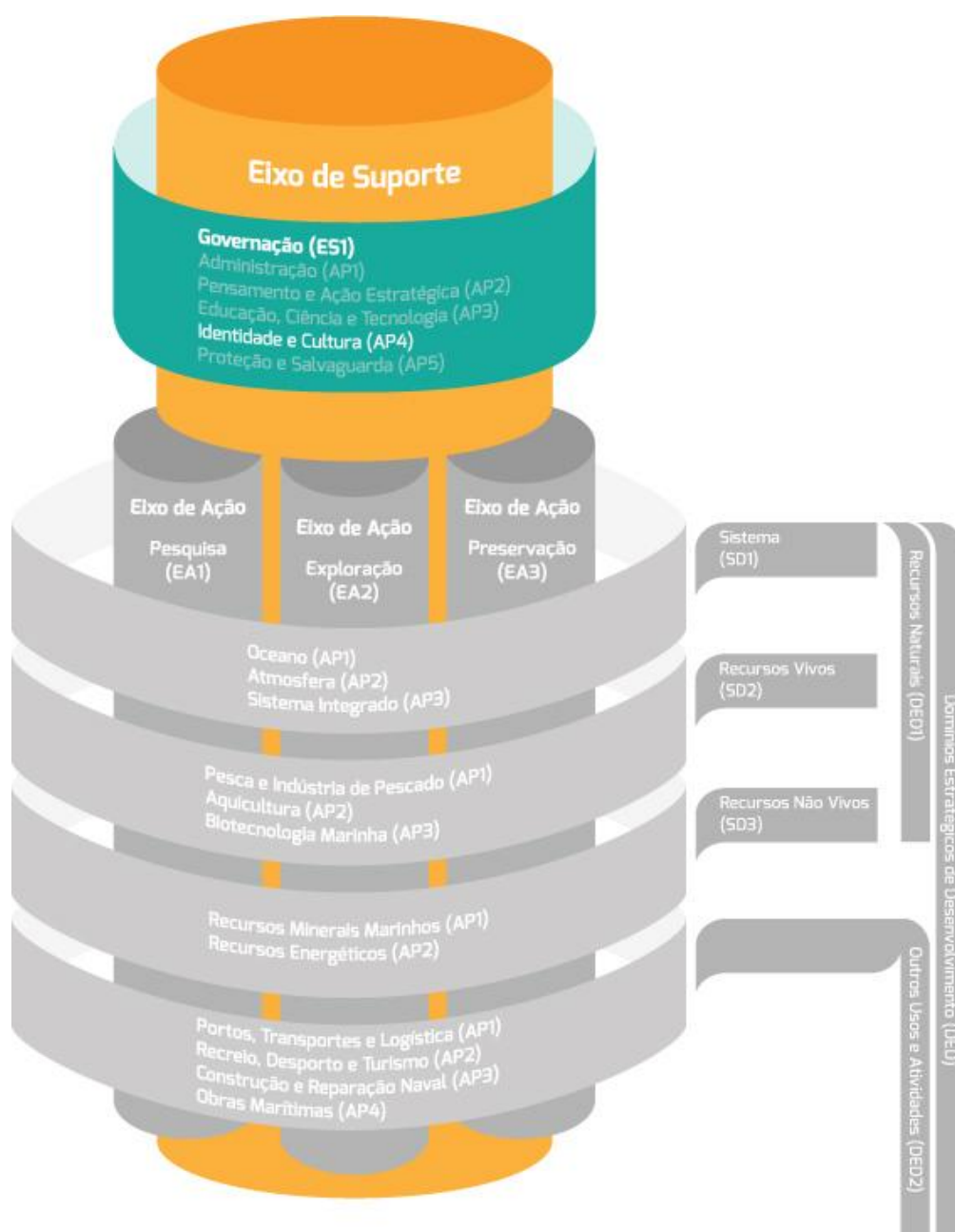
PA – Identidade Marítima

ES1 - GOVERNAÇÃO

CULTURA E COMUNICAÇÃO

Identidade Marítima

Agenda para o Mar



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Agenda para o Mar

Objetivos

- Disponibilizar uma plataforma colaborativa com o calendário de eventos temáticos relacionados com o mar.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)
- Turismo de Portugal (TP)

Ministério Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral de Política do Mar (MAMAOT)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Docapesca
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Direção-Geral de Educação
- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)
- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
- Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)
- Municípios

Governo Regional da Madeira (GRM)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Outras Entidades

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projecto

Tarefas

Criar, manter e atualizar um calendário de eventos temáticos relacionados com o mar.

Resultados Esperados

Melhorar a informação a disponibilizar sobre os eventos temáticos.

Calendarização

2013-2020

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE

Fundos Comunitários:

Programa Espaço Atlântico, QEC 2014-20

Financiamento Privado

GOVERNAÇÃO (IDENTIDADE E CULTURA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1417

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP – Identidade e Cultura

Efeito(s)

#2 - Sociedade consciente do valor potencial da parcela marítima do seu território e da importância crucial que é a de preservar, para o futuro, este recurso nacional.

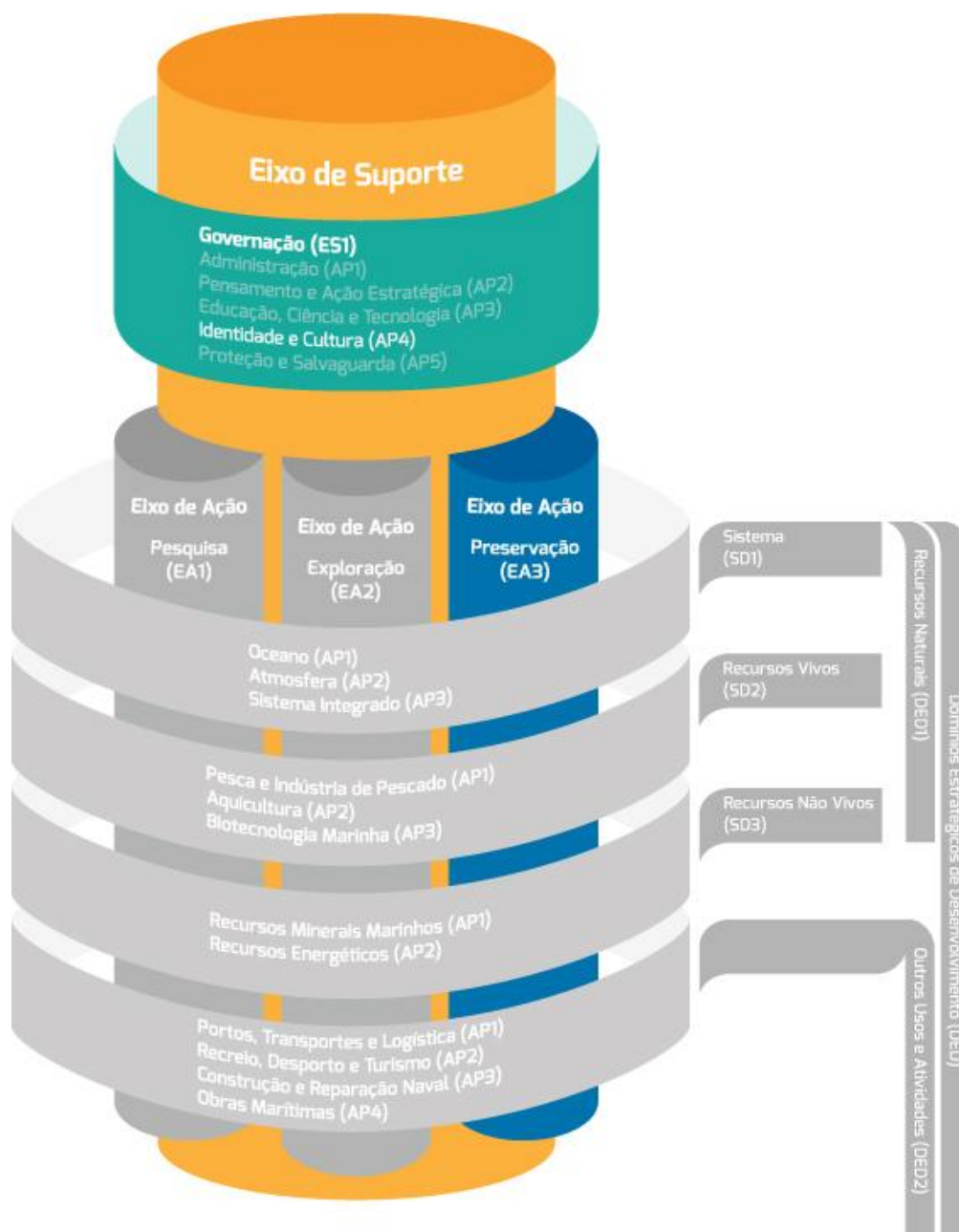
#3 – Divulgação do património subaquático português, internamente e no estrangeiro, como forma da sua valorização e de promoção turística nacional.

PA – Património

ES1 - GOVERNAÇÃO

IDENTIDADE E CULTURA

Património	
Cultural	
Natural	



Programa de Ação

Património

P1417042 – Cultural
P1417043 – Natural

Objetivos

- Garantir que o importante património cultural marítimo e, em particular, o subaquático português seja devidamente salvaguardado, protegido, investigado e difundido em termos nacionais e internacionais, estimulando o envolvimento e a participação dos cidadãos na sua salvaguarda;
- Promover uma capacidade efetiva de acesso aos dados sobre o Património Cultural Subaquático por parte da comunidade científica e o público em geral, num ambiente comum de partilha de informação;
- Aumentar a sensibilização da sociedade para a gestão das águas marinhas e costeiras e a importância em alcançar e manter o seu Bom Estado Ambiental (BEA).

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (MAMAOT)

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (MAMAOT)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Docapesca
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Direção-Geral de Educação
- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
- Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Outras Entidades

- Agência Cascais Atlântico
- Oceanário de Lisboa
- Centro de Ciência Viva
- Aporvela
- Aquário Vasco da Gama
- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEM)
- Esri Portugal
- Zoomarine
- Agência Ciência Viva
- Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE)
- NTM Creoula
- Wave Energy Centre (WavEC)
- Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA)
- Instituições e empresas de desportos náuticos
- Instituições de ensino públicas e privadas
- Câmaras Municipais
- FOR-MAR- Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar centro de formação participada do IEFPIP

- Escola Náutica Infante D. Henrique (ENIDH)
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Resultados Esperados

- Colaborar na preservação do Património Cultural Subaquático (PCS) português ou em espaço de jurisdição nacional;
- Apetrechar os organismos competentes com as ferramentas necessárias para a tomada de medidas consideradas oportunas com vista a sensibilizar o público para o valor e o significado do PCS e para a importância da sua proteção nos termos da Convenção da UNESCO;
- Encorajar o acesso responsável e não intrusivo do público ao património cultural subaquático *in situ* para fins da sua observação e documentação, de modo a promover quer a sensibilização do público para esse património, quer a valorização e a proteção deste (exceto se tal acesso se mostrar incompatível com a proteção e a gestão do referido património);
- Criar, manter e atualizar um inventário do património cultural subaquático, de modo a garantir de forma eficaz a proteção, a preservação, a valorização e a gestão de tal património, assim como a investigação científica e o ensino pertinentes;
- Sociedade mais consciente acerca da preservação do património marinho.

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Fundos Comunitários:
Programa Espaço Atlântico, QEC 2014-2020

Financiamento da cooperação:
EEA Financial Mechanism 2009-14 (strengthen the bilateral relations)

Financiamento Privado

GOVERNAÇÃO (IDENTIDADE E CULTURA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1417-P1417042

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP – Cultura e Comunicação

Efeito(s) - #3

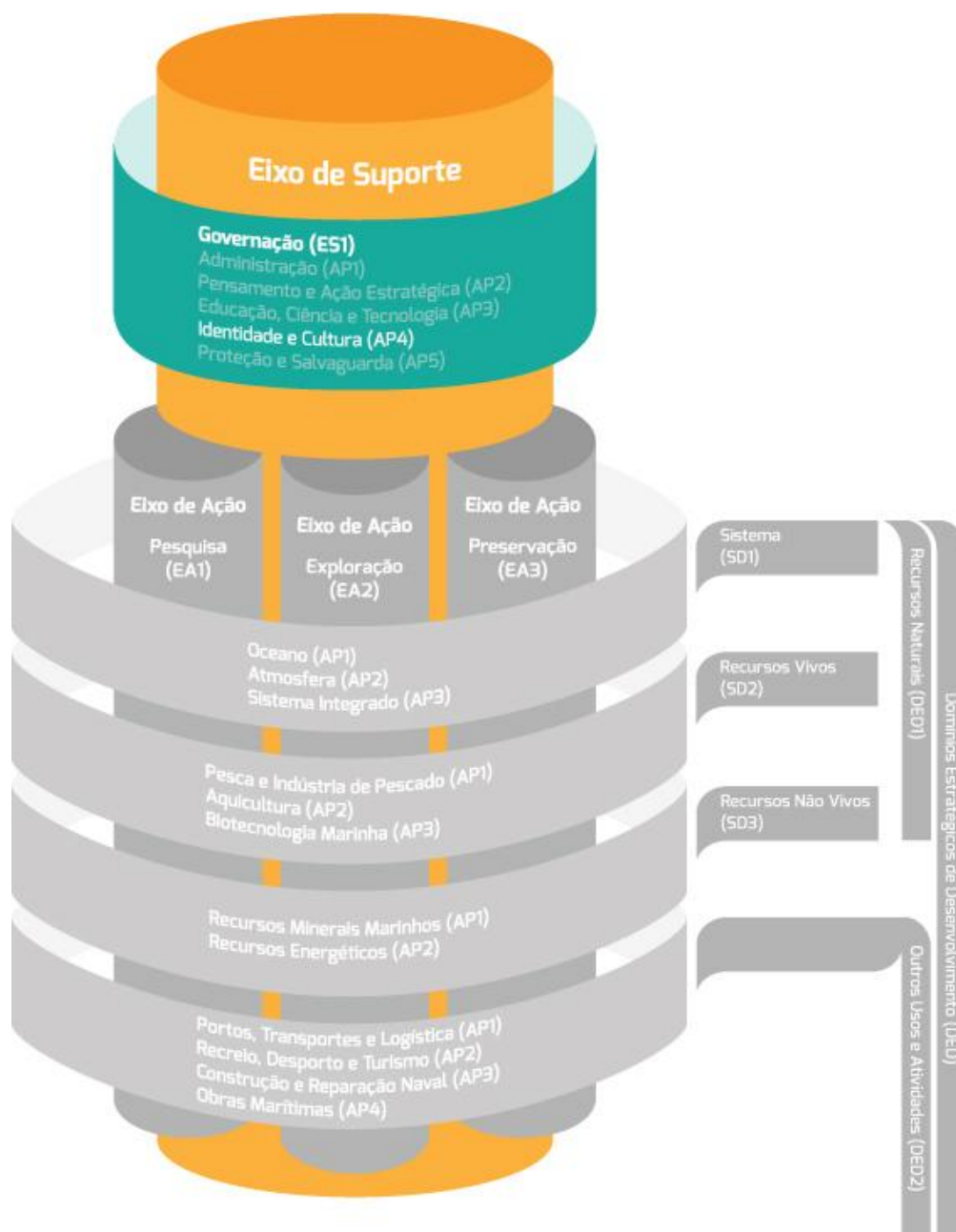
PA – Património

ES1 - GOVERNAÇÃO

CULTURA E COMUNICAÇÃO

Património

Cultural



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Cultural

Objetivos

- Garantir que o importante património cultural marítimo e, em particular, o subaquático português seja devidamente salvaguardado, protegido, investigado e difundido em termos nacionais e internacionais, estimulando o envolvimento e a participação dos cidadãos na sua salvaguarda;
- Promover uma capacidade efetiva de acesso aos dados sobre o Património Cultural subaquático por parte da comunidade científica e o público em geral, num ambiente comum de partilha de informação.

Entidade Coordenadora

Centro de Investigação Naval (CINAV) - MDN, em articulação com a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) – PCM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Centro de Investigação Naval (CINAV) (Marinha Portuguesa) - Coordenação
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM) (Marinha Portuguesa)
- Comando Naval (Marinha Portuguesa)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Portuguesa (EMEPC)

Ministério da Educação e da Ciência (MEC)

Presidência do Conselho de Ministros

- Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)

Outras Entidades

- Universidade Nova de Lisboa (UNL)

Tarefas

1. Definição das contribuições e fixar objetivos de partilha de informação;
2. Identificar e quantificar a informação a disponibilizar;
3. Definição dos direitos de acesso à informação;
4. Identificar e quantificar as possíveis ligações a outros projetos;
5. Gestão do projeto;
6. Recolha, avaliação e carregamento de dados no projeto.

Resultados Esperados

- Colaborar na preservação do Património Cultural Subaquático (PCS) português ou em espaço de jurisdição nacional;
- Apetrechar os organismos competentes com as ferramentas necessárias para a tomada de medidas consideradas oportunas com vista a sensibilizar o público para o valor e o significado do PCS e para a importância da sua proteção nos termos da Convenção da UNESCO;
- Encorajar o acesso responsável e não intrusivo do público ao património cultural subaquático *in situ* para fins da sua observação e documentação, de modo a promover quer a sensibilização do público para esse património, quer a valorização e a proteção deste (exceto se tal acesso se mostrar incompatível com a proteção e a gestão do referido património);
- Criar, manter e atualizar um inventário do património cultural subaquático, de modo a garantir de forma eficaz a proteção, a preservação, a valorização e a gestão de tal património, assim como a investigação científica e o ensino pertinentes.

Calendarização

2013: Tarefas 1, 2, 3

2014: Tarefa 4

2013-2018: Tarefas 5-6

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE (orçamento próprio das entidades envolvidas)

GOVERNAÇÃO (IDENTIDADE E CULTURA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1417-P1417043

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP – Cultura e Comunicação

Efeito(s) - #2

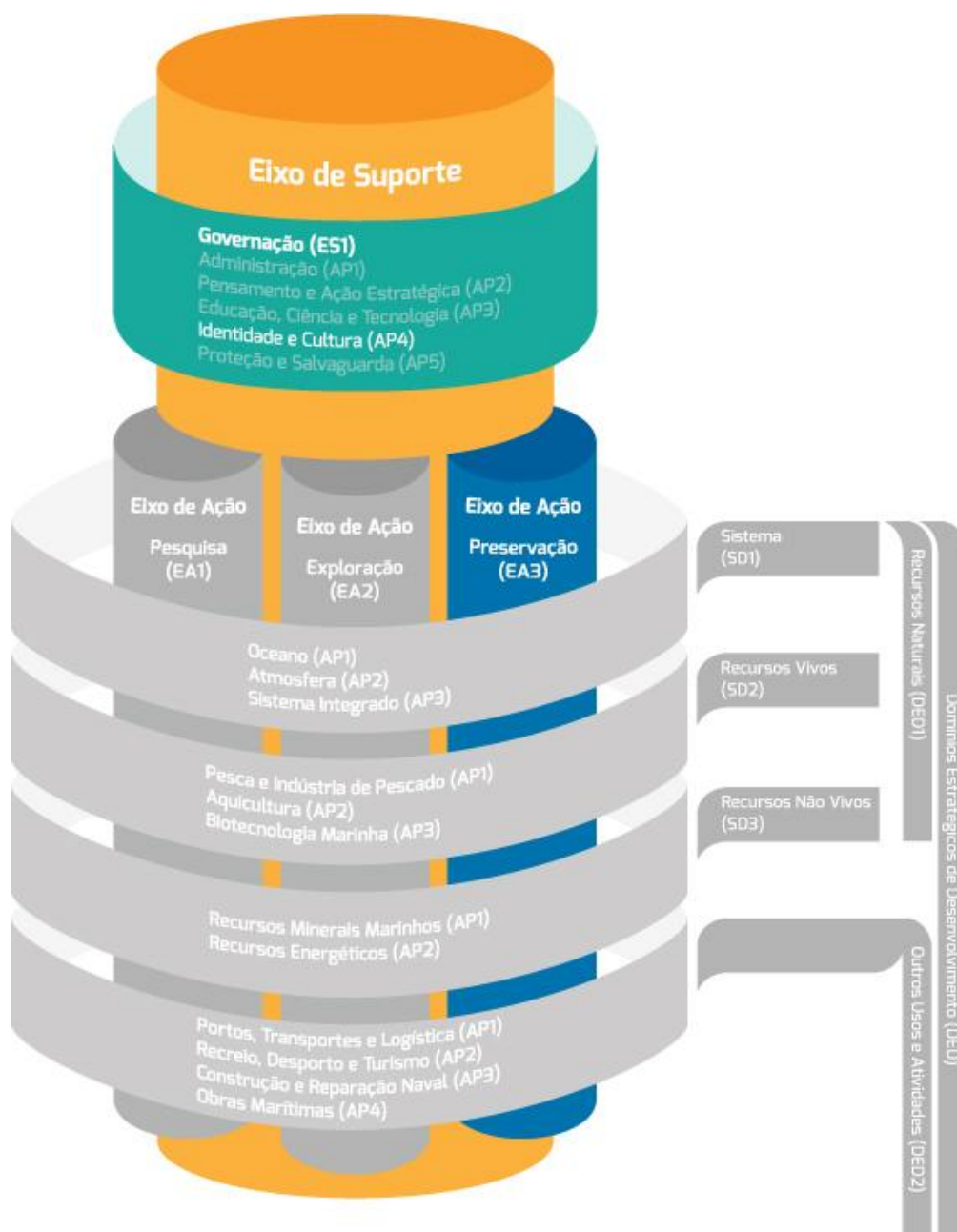
PA – Património

ES1 - GOVERNAÇÃO

CULTURA E COMUNICAÇÃO

Património

Natural



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Natural

Objetivos

- Aumentar a sensibilização da sociedade para gestão das águas marinhas e costeiras e a importância em alcançar e manter o seu Bom Estado Ambiental (BEA).

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) em articulação com a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação do Desenvolvimento Regional CCDR)

Ministério da Saúde (MS)

- Administração Regional de Saúde (ARS)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Municípios

Outras entidades

- Administrações Portuárias
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projecto

Tarefas

Efetuar acções de sensibilização nacional, regional e local à população de acordo com um programa a elaborar.

Resultados Esperados

Sociedade mais consciente acerca da preservação do património marinho.

Calendarização

2013-2015

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE – 77.337,00€ (Orçamento IPMA)

Financiamento de Cooperação:

Mecanismo Financeiro do EEA 2009-2014 – 201.353,00€

Custo Total: 278.690,00€

Custo total previsto ao longo do quadriénio 2013-2015:

2013: 92.897,00€

2014: 92.897,00€

2015: 92.896,00€



GOVERNAÇÃO

**ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA F
GOVERNAÇÃO – PROTEÇÃO E SALVAGUARDA**

GOVERNAÇÃO (PROTEÇÃO E SALVAGUARDA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1518

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP – Proteção e Salvaguarda

Efeito(s)

#1 - Coordenação reforçada do sistema de autoridade do Estado no mar que tem em consideração a abrangência das funções marítimas.

#2 - Capacidade efetiva de resposta às ameaças e emergências, baseada na subsidiariedade dos parceiros e na complementaridade da aplicação dos meios.

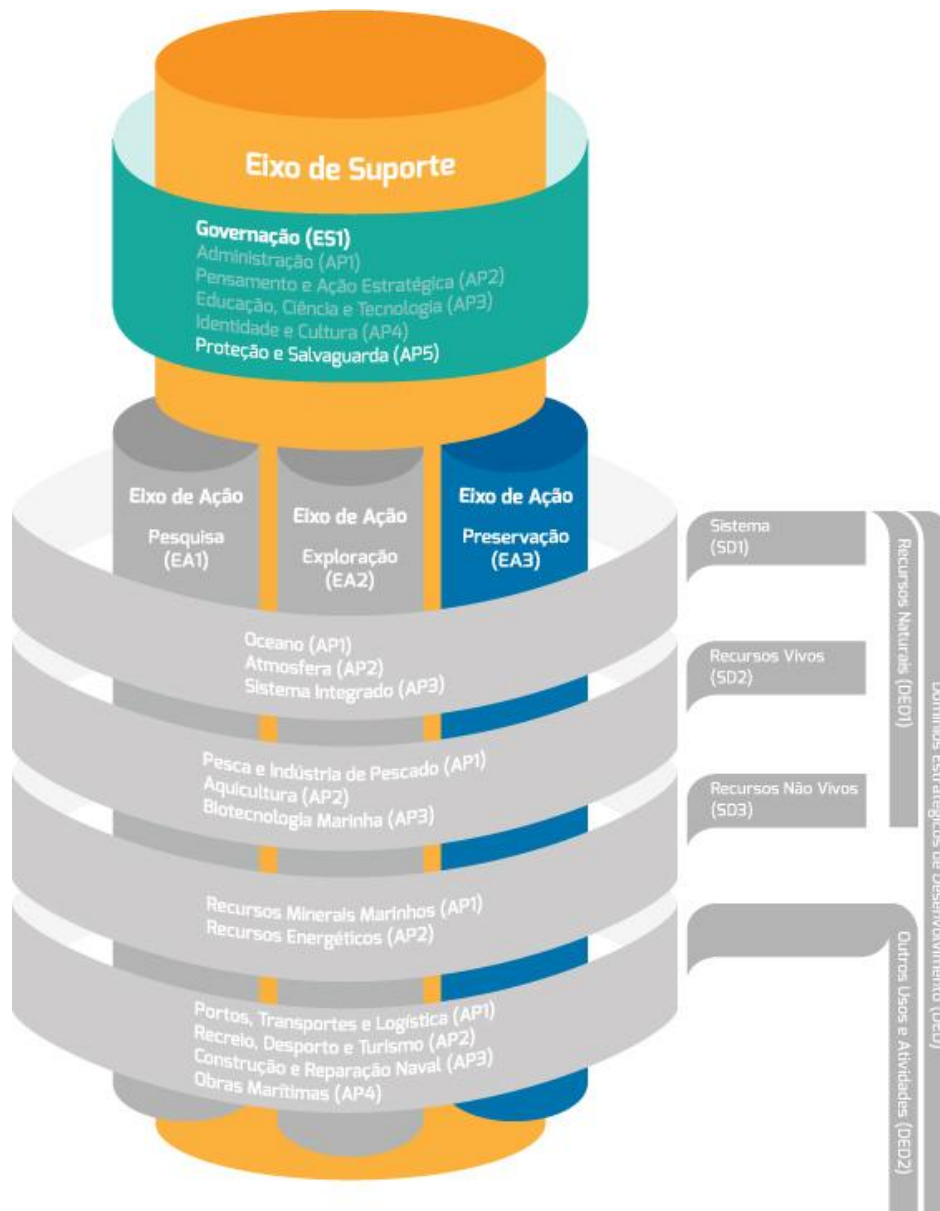
ES1 - GOVERNAÇÃO

PROTEÇÃO E SALVAGUARDA

Monitorização e Vigilância Integrada

Common Information Sharing Environment – CISE

Centro Internacional de Luta Contra a Poluição do Atlântico Nordeste - CILPAN



Programa de Ação

Monitorização e Vigilância Integrada

P1518044 – Common Information Sharing Environment – CISE

P1518045 – Centro Internacional de Luta Contra a Poluição do Atlântico Nordeste - CILPAN

Objetivos

- Implementar um sistema nacional de dados do mar coerente, persistente e eficiente que integra o conjunto dos instrumentos de espacialização (i.e. vigilância e monitorização das atividades humanas, e do sistema integrado oceano-atmosfera), num ambiente comum de partilha de informação;
- Contribuir para a elaboração e estabelecimento conjunto de linhas directivas, sobre os aspectos práticos, operacionais e técnicos de uma acção conjunta e reforçar a capacidade de assistência recíproca no combate à poluição marinha por hidrocarbonetos e outras substâncias nocivas, em particular nos casos de urgência, quando o perigo para o meio marinho é considerado grave.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)

- Autoridade Tributária e Aduaneira (AT)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Marinha portuguesa (MP)

- Força Aérea Portuguesa (FAP)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

- Polícia Marítima (PM)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR)

- Sistema de Segurança Interna (SSI)

- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)

- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

Ministério da Justiça (MJ)

- Polícia Judiciária (PJ)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação

- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

- Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)

Ministério da Saúde (MS)

- Autoridade Nacional de Saúde (ANS)

Resultados Esperados

- Uma melhor integração das políticas públicas do mar e dos respectivos instrumentos de gestão, conferindo coerência, eficiência e eficácia ao sistema de autoridade do Estado no mar.

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE – (investimento PIDDAC da DGPM)

Financiamento comunitário:

DG-MARE, FEAMP

GOVERNAÇÃO (PROTEÇÃO E SALVAGUARDA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1518-P1518044

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP – proteção e Salvaguarda

Efeito(s)- #1

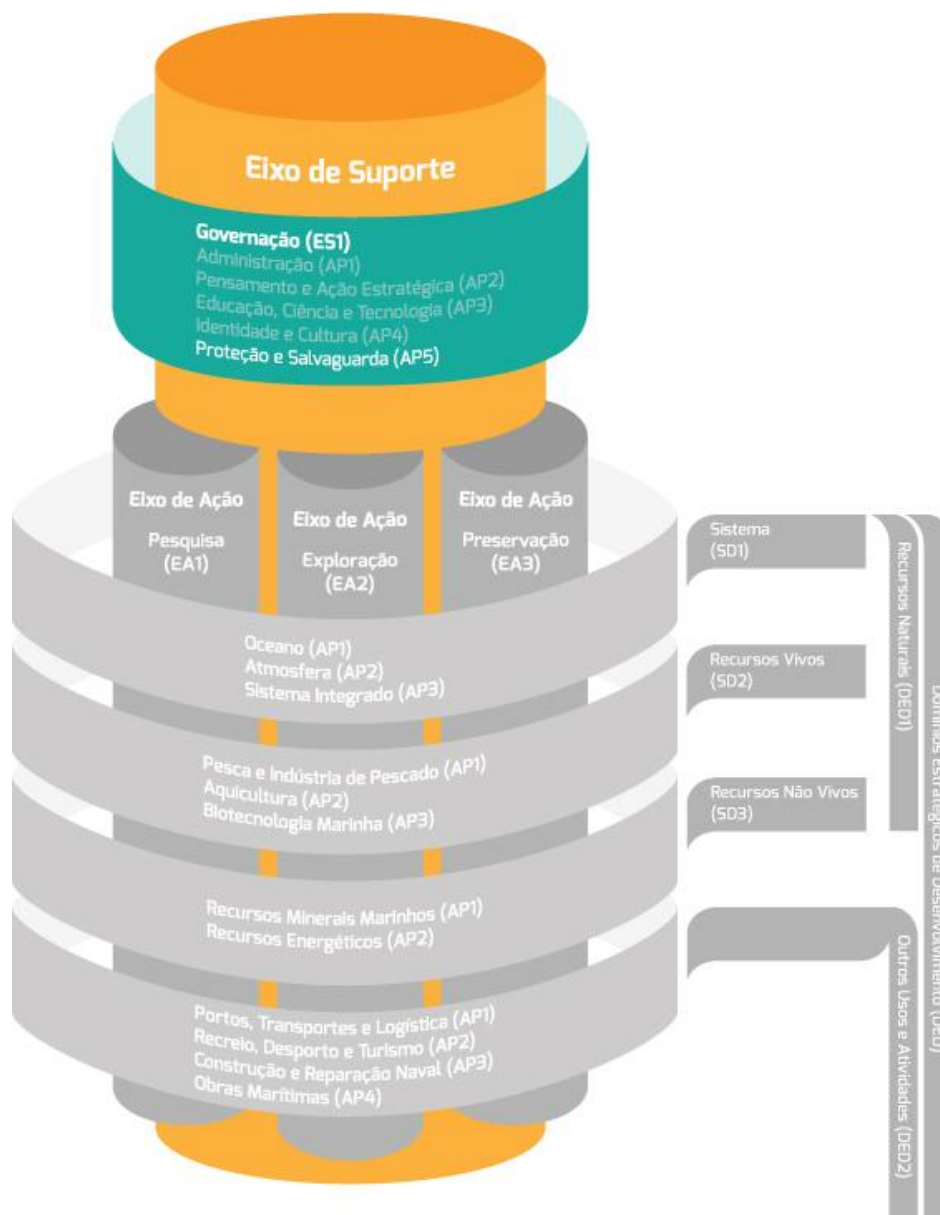
PA – Monitorização e Vigilância Integrada

ES1 - GOVERNAÇÃO

PROTEÇÃO E SALVAGUARDA

Monitorização e Vigilância Integrada

Common Information Sharing Environment – CISE



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Common Information Sharing Environment – CISE

Objetivos

- Conseguir uma maior integração intersectorial e transfronteiriça na partilha de informação de vigilância marítima transnacional entre entidades e países da UE, com enfoque na definição de funcionalidades marítimas;
- Aumentar a segurança dos cidadãos e a competitividade da indústria, através da pré-validação operacional de uma solução tecnológica de vigilância marítima que implemente o CISE (*Common Information Sharing Environment*).

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – MAMAOT

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)

- Autoridade Tributária e Aduaneira (AT)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Marinha portuguesa (MP)
- Força Aérea Portuguesa (FAP)
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Polícia Marítima (PM)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR)
- Sistema de Segurança Interna (SSI)
- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

Ministério da Justiça (MJ)

- Polícia Judiciária (PJ)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)

Ministério da Saúde (MS)

- Autoridade Nacional de Saúde (ANS)

Tarefas

1. Gestão do projeto;
2. Definir um conjunto de casos para identificação de serviços comuns de informação, respetivas características e parâmetros. Fixar objetivos de partilha de informação;
3. Definir direitos de acesso à informação;
4. Quantificar o acréscimo a longo prazo da melhoria na vigilância marítima integrada, devido ao uso dos serviços de informação definidos;
5. Compilação dos dados económicos relevantes para a análise custo-benefício;
6. Calcular o valor acrescentado de cada um dos casos seleccionados para cada um dos participantes no projecto;
7. Especificar um formato de dados e uma semântica comum.

Outras tarefas serão definidas no âmbito do POV-CISE.

Resultados Esperados

- Conjunto de casos de partilha de informação de vigilância marítima intersectorial e transfronteiriça, bem documentado e classificado;
- Descrição funcional de serviços de partilha de informação que suporte os casos identificados;
- Lista de propósitos para a partilha de informação;
- Matriz de direitos de acesso À informação genérica que cubra quer os casos, quer as funcionalidades identificadas;
- Descrição completa (semântica e de forma) de todos os dados necessários aos serviços identificados;
- Análise do valor acrescentado para os casos identificados;
- Contributo para a análise do impacto económico da Vigilância Marítima Integrada.
- Pré-validação operacional de uma solução de vigilância marítima comum a todas as entidades da UE com responsabilidades na área

Calendarização

2013:

Tarefas 2,3,4,5 e 6

2013-2014:

Tarefa 1

2013-2014:

Tarefa 7

2014-2017

(tarefas a calendarizar no âmbito do POV-CIVE)

Custos e Fontes de Financiamento

Cooperação IMS:

Financiamento Nacional:

Sem custos OE (a contribuição nacional será através do empenhamento de recursos humanos)

Financiamento Comunitário:

DG-MARE (IMP 2012-2013) - Até 1.000.000,00€ (distribuído proporcionalmente pelo esforço dos parceiros)

POV-CISE:

Financiamento Nacional:

OE – até 250.000,00€ (investimento PIDDAC – DGPM)

Financiamento Comunitário:

DG-Research & Industry (FP-7) – até 7.000.000,00€ (distribuído proporcionalmente pelo esforço dos parceiros)

GOVERNAÇÃO (PROTEÇÃO E SALVAGUARDA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1518-P1518045

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP – Proteção e Salvaguarda

Efeito(s)- #1

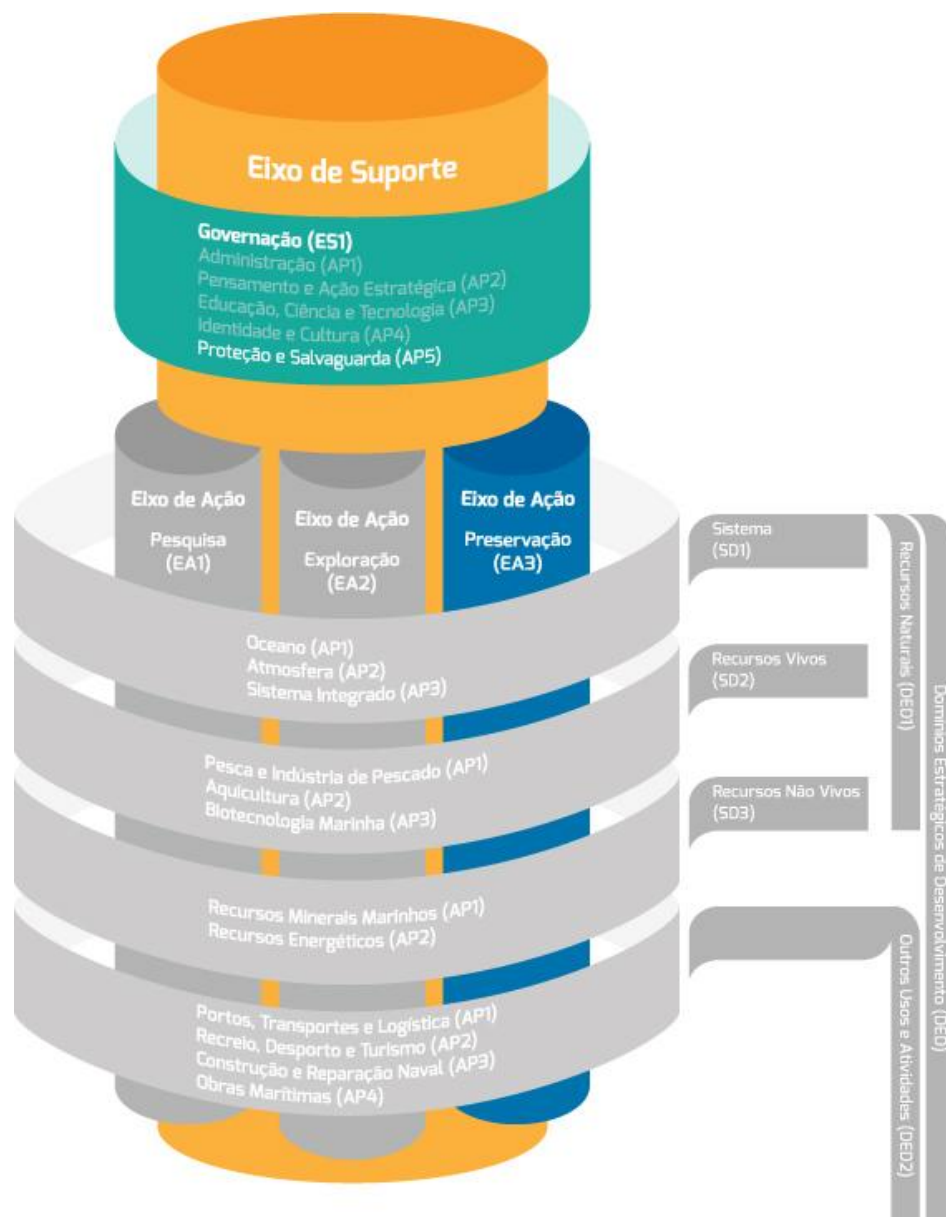
PA – Monitorização e Vigilância Integrada

ES1 - GOVERNAÇÃO

PROTEÇÃO E SALVAGUARDA

Monitorização e Vigilância Integrada

Centro Internacional de Luta Contra a Poluição do Atlântico Nordeste - CILPAN



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Centro Internacional de Luta Contra a Poluição do Atlântico Nordeste - CILPAN

Objetivos

- Criação do Centro Internacional de Luta Contra a Poluição do Atlântico Nordeste (CILPAN), com a finalidade de ajudar as Partes Contratantes a reagir, de uma forma rápida e eficaz, em caso de incidente de poluição.
- Contribuir para a elaboração e estabelecimento conjunto de linhas directivas, sobre os aspectos práticos, operacionais e técnicos de uma acção conjunta contra a poluição do meio marinho, por hidrocarbonetos e outras substâncias nocivas, na zona abrangida pelo Acordo, ou no seu exterior, se for caso disso.
- Reforçar a capacidade de assistência recíproca e facilitar a cooperação entre as Partes Contratantes do Acordo, no combate à poluição marinha por hidrocarbonetos e outras substâncias nocivas, em particular nos casos de urgência, quando o perigo para o meio marinho é considerado grave.
- Contribuir e assistir as Partes Contratantes de maneira a instalar e equipar Centros de combate à poluição capazes de agir rapidamente e de forma eficaz no caso de se dar um incidente de poluição, de acordo com os planos estabelecidos e treinados previamente.
- Dar assistência às Partes Contratantes do Acordo, quando estas dela necessitem, para estabelecerem uma forma de agir rápida e eficaz para combater a poluição causada por hidrocarbonetos e outras substâncias nocivas.
- Criar meios técnicos de comunicação e de operação de forma a facilitar a troca de informações, de cooperação técnica e de formação entre as Partes Contratantes.
- Contribuir, se solicitado pelas Partes Contratantes, para equipar os cais de carga e descarga de hidrocarbonetos, bem como os portos de reparação, situados nas costas abrangidas pelo Acordo, com instalações próprias de recepção e tratamento das águas de lastro e das águas de limpeza dos tanques cisternas dos navios.
- Do mesmo modo, e se solicitado pelas Partes Contratantes, o CILPAN deverá cooperar no sentido de equipar os portos com instalações de recepção próprias à limpeza de misturas de hidrocarbonetos e de outros resíduos provenientes de navios. Estas instalações deverão ter capacidade suficiente para satisfazer as necessidades dos navios, sem lhes provocar atrasos.
- Sensibilizar as Partes Contratantes do Acordo, para que assegurem o cumprimento das restantes Convenções Internacionais, na área da poluição do meio marinho

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – MAMAOT

Coordenação internacional em articulação com as partes contratantes

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Partes contratantes de Espanha, França, Marrocos, Portugal e União Europeia

Tarefas

Criar o CILPAN segundo as seguintes linhas directrizes para a definição das funções deste centro internacional;
Estabelecer relações de trabalho estreitas com outros centros nacionais e internacionais na região abrangida pelo acordo e, se for caso disso, no exterior desta região;
Exercer coordenação, com base no princípio anterior e utilizando todas as competências existentes na região, nas acções nacionais e regionais de formação, cooperação técnica e peritagem em caso de urgência;
Recolher e difundir a informação relativa a incidentes de poluição (inventários, peritagens, relatórios de incidentes, estado da técnica para melhorar os planos de intervenção, etc.);
Elaborar sistemas de transmissão de informação, nomeadamente da informação a trocar em caso de urgência;
Proporcionar o local de troca de informação sobre as técnicas de vigilância da poluição marinha;
Exercer o papel do centro em caso de urgência;
Secretariar o acordo;
Gerir, em coordenação, a parte do *stock* português susceptível de ser colocado à disposição de outras partes ou outros Estados no exterior da região, e outros *stocks* nacionais análogos (em particular, esta função poderá ser encarada para *stocks* adicionais beneficiários de contribuição financeira comunitária ou internacional.

Resultados Esperados

- Reforço da coordenação e colaboração das Partes Contratantes na resposta, rápida e eficaz, em caso de incidente de poluição.

Calendarização

2013-2020

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE – orçamento DGPM

Financiamento Comunitário:

DG-ENV

An underwater photograph showing three divers in a blue ocean. The central diver is wearing a black wetsuit with 'Cressi' branding and is holding a large, clear, rectangular net. To the left, another diver is wearing a yellow and black wetsuit with 'SPIRO' on the tank. In the lower right, a third diver is visible, wearing a black wetsuit. The scene is filled with bubbles rising from the divers. A light blue rectangular box is overlaid on the right side of the image.

RECURSOS NATURAIS – SISTEMA

**ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA G
RECURSOS NATURAIS - OCEANO**

RECURSOS NATURAIS (OCEANO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP1-PA2121

DED1 – Recursos Naturais

Sd1 – Sistema

AP1 - Oceano

Efeitos:

#1 - Capacidade de investigação científica para o estudo fundamental dos ecossistemas marinhos e respectivos processos, funções e biodiversidade;

#2 - Capacidade de investigação, científica e tecnológica, para avaliar e adaptar às águas marinhas nacionais os descritores e indicadores de monitorização do Estado Ambiental (EA);

#3 - Sistema nacional de áreas classificadas coerente e que preserva áreas representativas de ecossistemas relevantes.

#4 – Sistema de controlo do BEA.

DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

OCEANO

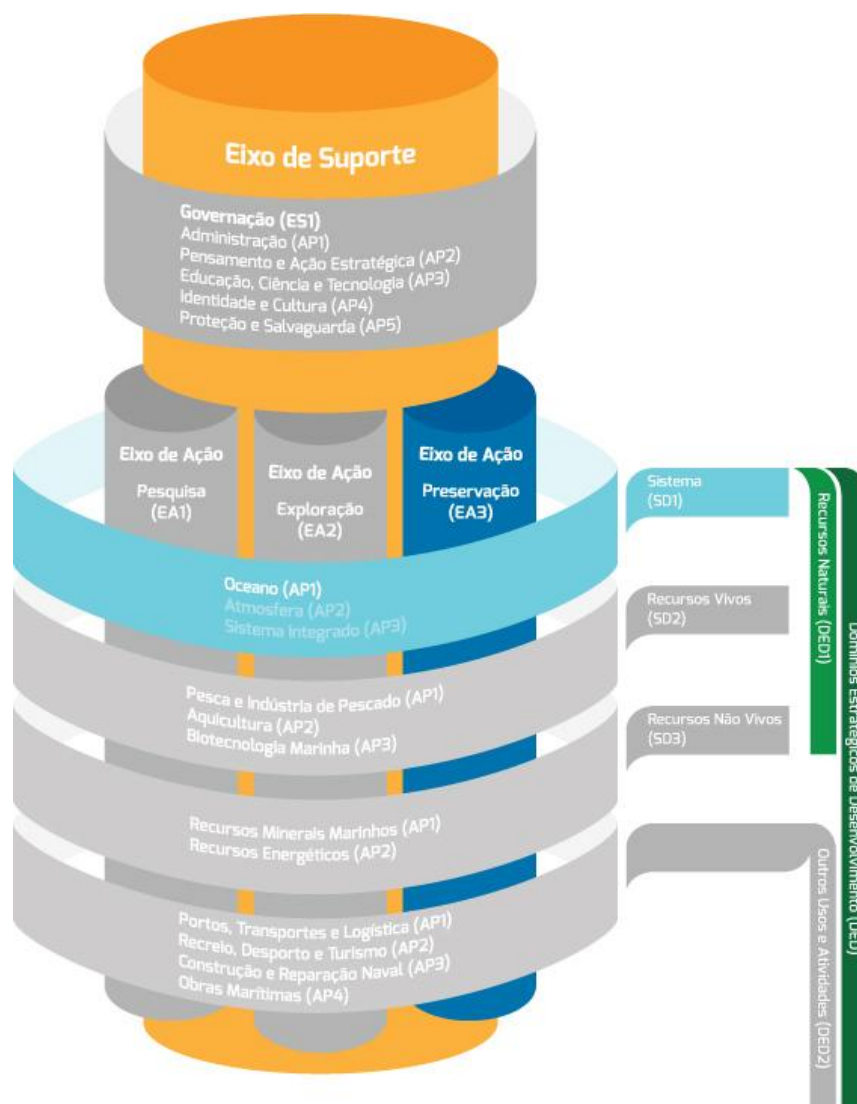
Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)

Gestão da Diretiva Quadro Estratégia Marinha

Indicadores Marinhos para o Bom Estado Ambiental (BEA)

Sistema de Apoio à Decisão

Lixo Marinho



Programa de Ação

Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)

P2121050 – Gestão DQEM
P2121051 - Indicadores para o Bom Estado Ambiental (BEA)
P2121052 - Sistema de Apoio à Decisão
P2121053 – Lixo Marinho

Objetivos

- Garantir o Bom Estado Ambiental das águas marinhas nacionais e europeias.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (MAMAOT)

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Instituto de Hidrográfico (IH)

Ministério da Administração Interna (MAI)
- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)
- Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional (SEEDR)
- Gabinete de Secretário de Estado da Competitividade, Empreendedorismo e da Inovação (SECEI)
- Instituto Português de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI)
- Agência de Inovação (Adi)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Gabinete da Secretária de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades
- Universidade de Aveiro
- FOR-MAR - Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar
- Centros Politécnicos de Formação
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Resultados Esperados

- Gestão mais integrada dos recursos marinhos;
- Reforço da monitorização das águas marinhas;
- Reforço da capacidade de avaliação e previsão do estado ambiental das águas marinhas;
- Reforço das ações de sensibilização e de formação no domínio da gestão marinha integrada.

Calendarização

2013-2016

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitario:
FEAMP, LIFE, HORIZON2020

Financiamento de Cooperação:
Mecanismo Financeiro do EEA 2009-2014

Financiamento Privado

RECURSOS NATURAIS (OCEANO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP1-PA2121-P2121050

DED1 – Recursos Naturais

Sd1 – Sistema

AP1 – Oceano

Efeito(s) - #2

PA - Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)

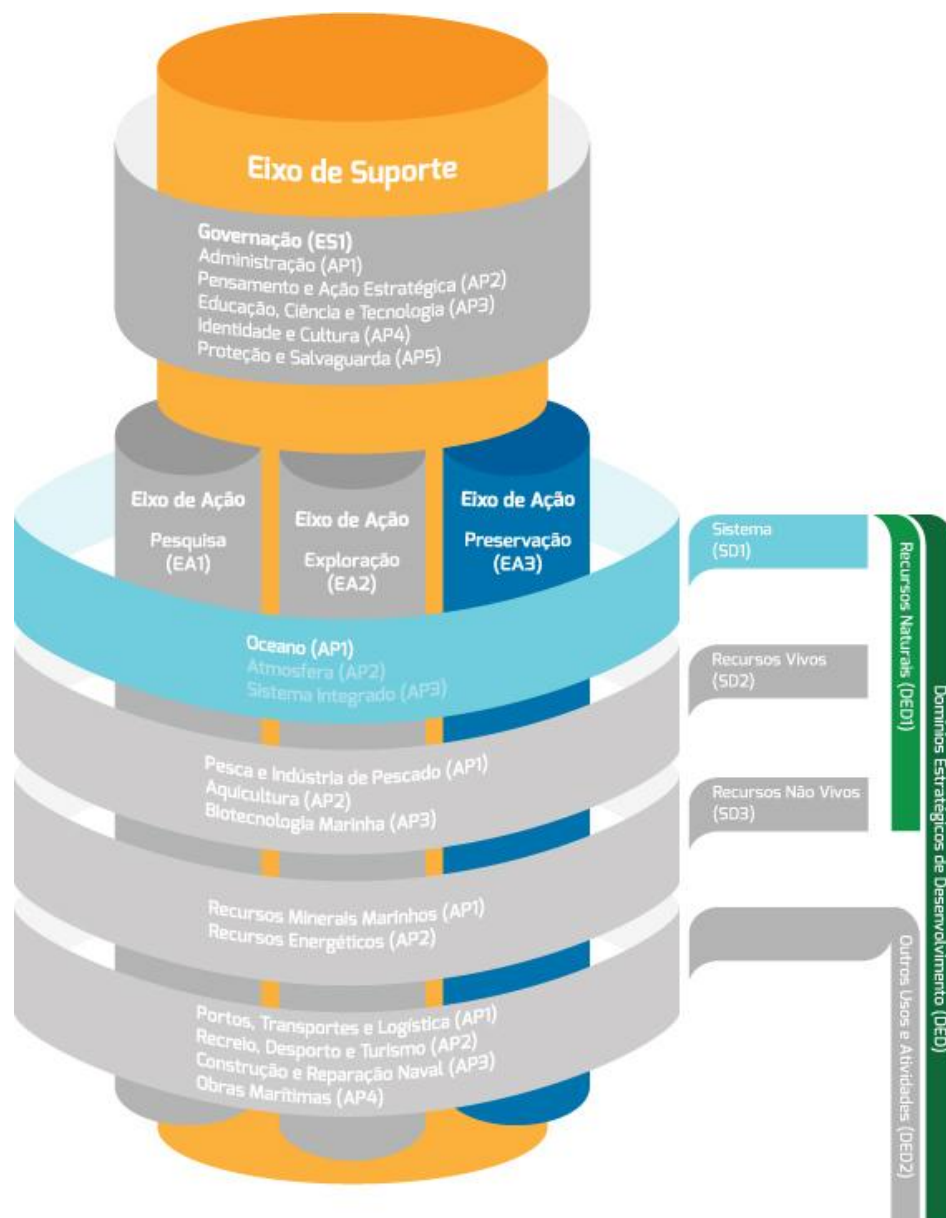
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

OCEANO

Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)

Gestão da Diretiva Quadro Estratégia Marinha



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Gestão da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM) - desenvolvimento e aplicação das Estratégias Marinhas para as águas marinhas nacionais.

Objetivos

- Garantir de forma coordenada a aplicação custo-eficaz dos recursos disponíveis para os trabalhos da Diretiva Quadro Estratégia Marinha em Portugal, com vista a obter ou manter o Bom Estado Ambiental das águas marinhas nacionais em 2020, atendendo aos ciclos de planeamento previstos;
- Articular a DQEM com outras diretivas, políticas, planos e estudos que contribuem para a elaboração das Estratégias Marinhas (Diretivas Aves e Habitats, Convenção da Biodiversidade, Política Comum de Pesca, Convenção OSPAR, Diretiva Quadro da Água – DQA - e toda a legislação que concorre para a gestão das águas interiores, Plano Mar Limpo, M@rBis e informação relacionada com os trabalhos de preparação da extensão da plataforma continental).

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

O Decreto-lei nº 108/2010, de 13 de outubro, alterado pelo Decreto-lei nº 201/2012, de 27 de agosto, estabelece as autoridades competentes para aplicação da diretiva quadro Estratégia Marinha. Importará, contudo, operacionalizar as equipas de trabalho à semelhança do que já anteriormente foi realizado ao abrigo do Despacho nº 3068/2012, de 1 de março, cujo mandato terminou a 15 de agosto de 2012.

A – Subdivisão do continente

A estrutura nacional adotada tem por referência a estrutura dos grupos de trabalho da Estratégia Comum de Implementação, da União Europeia, replicando-a internamente.

Grupo de Coordenação Geral

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Grupo ESA - *Economic and Social Assessment*

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Turismo de Portugal (TP)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE) / Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Agência de Inovação (Adi)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação e acompanhamento do grupo comunitário homólogo
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Grupo DIKE – *Data Information and Knowledge Exchange*

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Grupo GES – Good Environmental Status

Avaliação inicial, definição do Bom Estado Ambiental e metas ambientais

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Instituto Hidrográfico (IH) - coordenação dos descritores D6 e D11 (em discussão), caracterização oceanográfica

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação
- Instituto Português do Mar e Atmosfera (IPMA) - Coordenação dos descritores D1, D2, D3, D4, D5, D6, D8 e D9 (em discussão)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA) - Coordenação dos descritores D7 e D10 (em discussão) e articulação com toda DQA e outra legislação que concorre para a gestão das águas interiores

Programa de Monitorização física, química e biológica

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Instituto Hidrográfico (IH) - coordenação dos descritores D6 e D11 (em discussão), caracterização oceanográfica

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - coordenação geral e compatibilização entre sistemas de informação, incluindo com a vigilância marítima
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - apoiada nos aspetos de compatibilização entre sistemas de informação
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e Atmosfera (IPMA) – coordenação dos descritores D1, D2, D3, D4, D5, D6, D8 e D9 (em discussão)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA) - coordenação dos descritores D7 e D10 (em discussão) e articulação com toda DQA e outra legislação que concorre para a gestão das águas interiores

Programa de medidas

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – Ligação ao Grupo ESA - *Economic and Social Assessment*

Outras entidades:

Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

B - Subdivisão da Plataforma Continental Estendida

A DGRM, em articulação com a EMEPC, e com as entidades referidas no ponto A anterior, nomeadamente a DGPM, IH, DGAM, IPMA, APA e ICNF, e com as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, procede à elaboração da Estratégia Marinha para a Subdivisão da Plataforma Continental Estendida.

C- Subdivisão dos Açores

(a definir pelo Governo Regional dos Açores)

D- Subdivisão da Madeira

(a definir pelo Governo Regional da Madeira)

Tarefas

1. Desenvolvimento das Estratégias Marinhas, para as quatro subdivisões, considerando as várias fases e ciclos de planeamento;
2. Participação nos grupos europeus da DQEM.

Resultados Esperados

Elaboração das Estratégias Marinhas nacionais:

- Estratégia Marinha para a Subdivisão do Continente;
- Estratégia Marinha para a Subdivisão dos Açores;
- Estratégia Marinha para a Subdivisão da Madeira;
- Estratégia Marinha para a Subdivisão da Plataforma Continental Estendida;
- Revisões de acordo com os ciclos de planeamento de 6 anos definidos na DQEM.

Calendarização

Até 15 de Julho de 2014:

Estabelecimento e aplicação de um programa de monitorização para avaliação constante e atualização periódica das metas ambientais.

Até 2015:

Elaboração de um programa de medidas destinado à prossecução ou à manutenção do bom estado ambiental.

Até 2016:

Início da execução do programa de medidas.

De 6 em 6 anos (atualização de):

Avaliação inicial;
Definição do bom estado ambiental;
Metas ambientais;
Programas de monitorização;
Programas de medidas.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE (orçamento DGRM)

Financiamento Comunitário:

FEAMP, LIFE

RECURSOS NATURAIS (OCEANO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP1-P2111026

DED1 – Recursos Naturais

Sd1 – Sistema

AP1 – Oceano

Efeito(s) - #1, #2, #4

PA – Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)

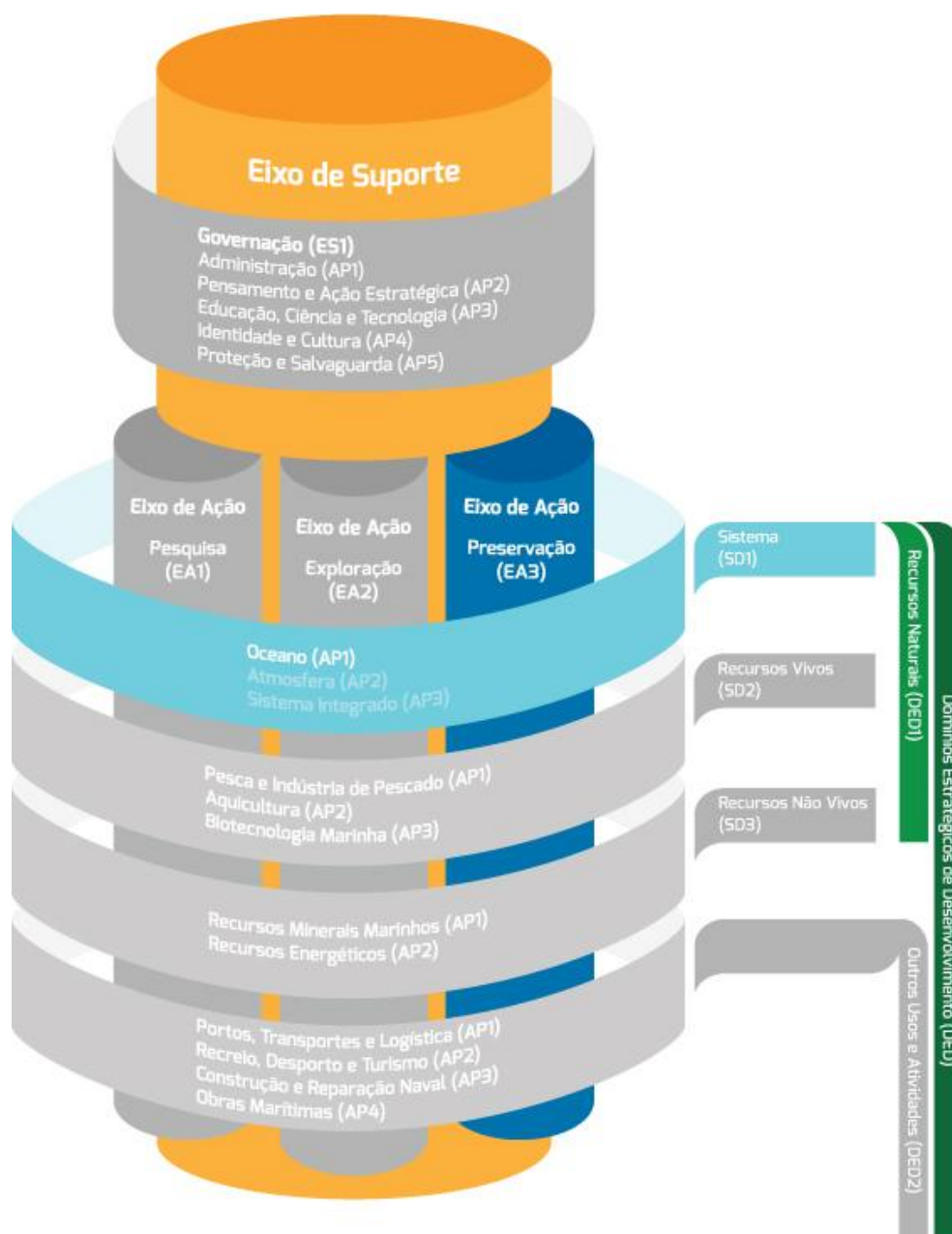
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

OCEANO

Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)

Indicadores Marinhos para o Bom Estado Ambiental (BEA)



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Indicadores Marinhos para o Bom Estado Ambiental (BEA)

Objetivos

- Definir e parametrizar o conjunto de indicadores de suporte à avaliação do Bom Estado Ambiental (BEA) das águas marinhas e costeiras Portuguesas.
- Aperfeiçoar as estratégias temporais, espaciais e tecnológicas de monitorização das águas marinhas e costeiras com base nos indicadores definidos;
- Melhorar a capacidade de avaliação e previsão do estado ambiental das águas marinhas e costeiras.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação do Desenvolvimento Regional CCDR)

Ministério da Saúde (MS)

- Administração Regional de Saúde (ARS)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Municípios

Outras entidades

- Administrações Portuárias
- Entidades do Sistema C&T nacional
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Definição de parâmetros e indicadores;
2. Série de Workshops temáticos com o envolvimento da comunidade científica;
3. Mapeamento e monitorização de áreas piloto para teste parâmetros DQEM;
4. Monitorização móvel remota do oceano e das águas costeiras;
5. Monitorização múltipla a longo prazo - por plataformas e sensores;
6. Modelação e simulação.

Resultados Esperados

Contribuir para o estudo dos ecossistemas, definição do Bom Estado Ambiental (BEA), valorização das funções e monitorização dos recursos e promoção e conservação do ambiente e da biodiversidade marinha.

Calendarização

2013-2016

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE – 2.320.115,00€ (Orçamento IPMA)

Financiamento de Cooperação:

Mecanismo Financeiro do EEA 2009-2014 – 6.040.650,00€

Custo Total: 8.360.765,00€

Custo total previsto ao longo do quadriénio 2013-2016:

2013: 735.000,00€

2014: 3.487.752,00€

2015: 3.445.971,00€

2016: 692.042,00€

RECURSOS NATURAIS (OCEANO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP1-PA2121-P2121052

DED1 – Recursos Naturais

Sd1 – Sistema

AP1 – Oceano

Efeito(s) - #2, #4

PA – Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)

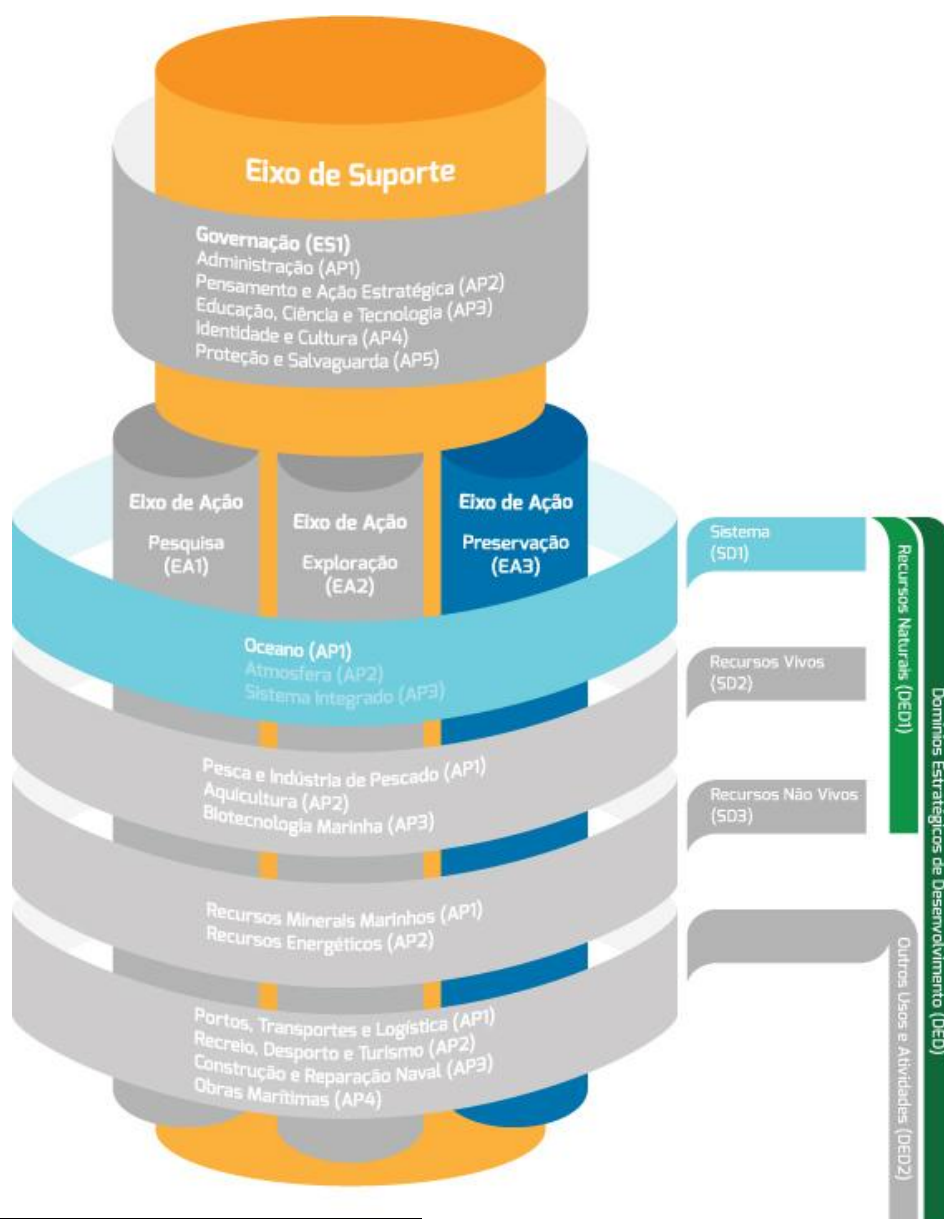
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

OCEANO

Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)

Sistema de Apoio à Decisão



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Sistema de Apoio à Decisão

Objetivos

- Desenvolver e adaptar de forma coerente a estratégia marinha para as águas marinhas nacionais que, embora específica, reflete a perspetiva global da região ou subdivisões em causa;
- Complementar e melhorar a avaliação contínua do estado ambiental das águas marinhas dentro de subdivisões nacionais no âmbito da DQEM, com referência aos objetivos ambientais;
- Implementar um Sistema de Monitorização do Meio Marinho (MEMS) fornecendo uma estrutura através da qual o desempenho ambiental pode ser monitorizado, controlado e melhorado;
- Implementar um sistema para responder a desastres naturais e/ou induzidos pelo homem que têm um impacto negativo sobre os seres humanos e/ou meio ambiente, incluindo o fornecimento de informações relevantes para as partes afetadas, e as medidas de resposta;
- Assegurar a coerência entre a Rede Natura 2000 e os objetivos da OSPAR em relação ao planeamento de gestão e sua contribuição para a avaliação nacional da DQEM;
- Promover procedimentos comuns.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Turismo de Portugal (TP)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação do Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Saúde (MS)

- Administração Regional de Saúde (ARS)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Municípios

Outras entidades

- Administrações Portuárias
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Implementação de medidas para melhorar / manter o estado ambiental das massas de água marinha;
2. Dar apoio à tomada de decisão;
3. Dar apoio à gestão.

Resultados Esperados

- Implementação da Estratégia Marinha para cada subdivisão;
- Criação de planos de contingência;
- Criação do Sistema de Gestão do Ambiente Marinho (SGAM) a nível Nacional;

Calendarização

2014-2016

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE - 307.268,00€ (orçamento DGRM / DGPM)

Financiamento de cooperação:

Mecanismo Financeiro do EEA 2009-2014 - 800.000,00€

Custo Total: 1.107.268,00€

Custo total previsto ao longo do triénio 2014-2016:

- 2014: 276.817,00€
- 2015: 553.634,00€
- 2016: 276.817,00€

RECURSOS NATURAIS (OCEANO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP1-PA2121-P2121053

DED1 – Recursos Naturais

Sd1 – Sistema

AP1 – Oceano

Efeito(s) - #3

PA – Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)

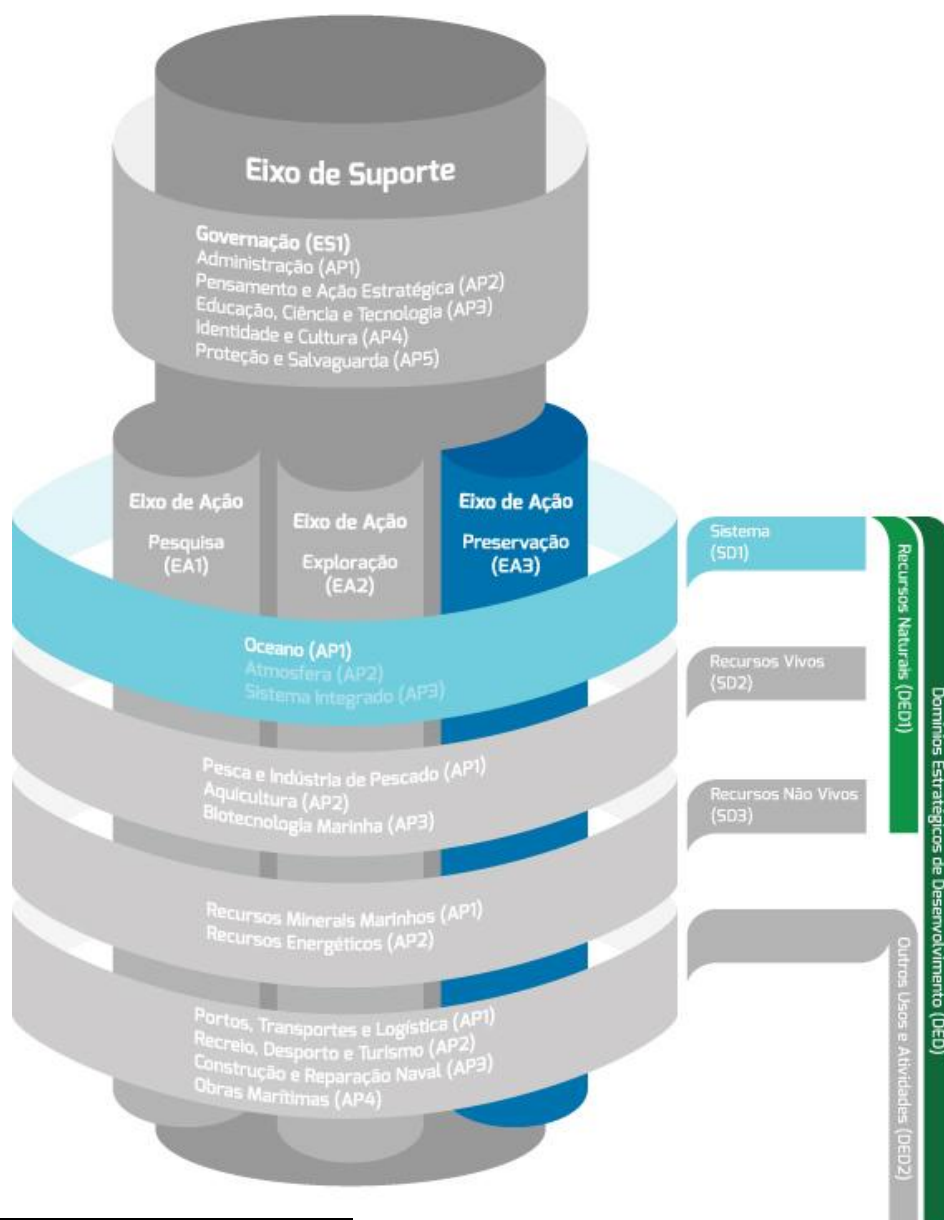
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

OCEANO

Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)

Lixo Marinho



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Lixo Marinho

Objetivos

- Criar um modelo de gestão integrada para a recuperação e reciclagem dos resíduos sólidos presentes no meio marinho, resultado das atividades humanas.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral de Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Direções-Regionais da Agricultura e Pescas (DRAP)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Municípios

Outras entidades

- *Waste Free Oceans Foundation*
- Empresas administradoras dos Portos
- Universidades (IMAR FCT/UNL)
- ONGs
- Associações de Pesca
- Escolas
- Associações dos Municípios abrangidos
- Empresas de Reciclagem
- Empresas de Transporte
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Tarefas

1. Escolha faseada das áreas a serem limpas ao longo do país;
2. Estabelecimento de contactos entre comunidade piscatória, municípios envolvidos, empresas de transporte de resíduos e de reciclagem, ONG e outras entidades pertinentes para estabelecimento do plano de recolha e tratamento de lixo recuperado em cada zona;
3. Implementar parcerias com outras entidades que tenham navios equipados com tecnologia capaz de detetar a existência de lixo depositado no fundo, permitindo ações direcionadas na recolha de lixo benthico;
4. Determinação do número viável e especificações dos navios a serem utilizados na recolha de lixo, que reduzam ao mínimo a necessidade de modificações a serem efetuadas na sua estrutura;
5. Estudar a viabilidade económico-social da retirada definitiva de navios da frota de pesca, que se passem a dedicar exclusivamente à tarefa de recolha de lixo benthico e pelágico;
6. Aquisição de redes de arrasto pelágico especiais dedicadas à recolha de lixo da coluna de água;
7. Estabelecer uma rede de deposição diferenciada dos resíduos em contentores nos portos e seu posterior transporte até aos locais determinados para a sua reutilização, reciclagem, recuperação de energia, ou eliminação definitiva em aterro sempre que os anteriores não sejam viáveis;
8. Estabelecer um regime específico de isenção fiscal para estes resíduos;
9. Conceber atividades que estimulem a participação dos residentes nos municípios abrangidos na recolha de lixo nas praias, incluindo escolas, estabelecendo na sociedade as bases de uma cultura de redução de

resíduos através de um consumo ecologicamente sustentável;
10. Promoção da utilização de materiais ecologicamente corretos nas artes de pesca utilizadas pelos pescadores.

Resultados Esperados

- Contribuir para a implementação do Bom Estado Ambiental no meio marinho até 2020, em observância do estabelecido na Diretiva Quadro Estratégia Marinha;
- Fornecer uma alternativa às comunidades piscatórias sempre que as quotas das espécies para as quais dirigem a sua atividade se encontrem esgotadas ou como modo de gerir estas quotas, e sempre que o Fundo de Compensação Salarial previsto para períodos de paragem prolongada não possa ser utilizado;
- Promover uma reconversão do setor, tendo em atenção as crescentes dificuldades estabelecidas pela Política Comum das Pescas em cumprimento dos pareceres científicos anuais sobre o estado dos recursos marinhos.

Calendarização

Em fase de programação

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:
OE

Financiamento comunitário:
FCP (PROMAR), FEAMP

Financiamento privado

RECURSOS NATURAIS (OCEANO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP1-PA2122-P2122054

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

DED1 – Recursos Naturais

Sd1 – Sistema

AP1 – Oceano

Efeito(s) - #3

PA – Áreas Classificadas - Marinhas

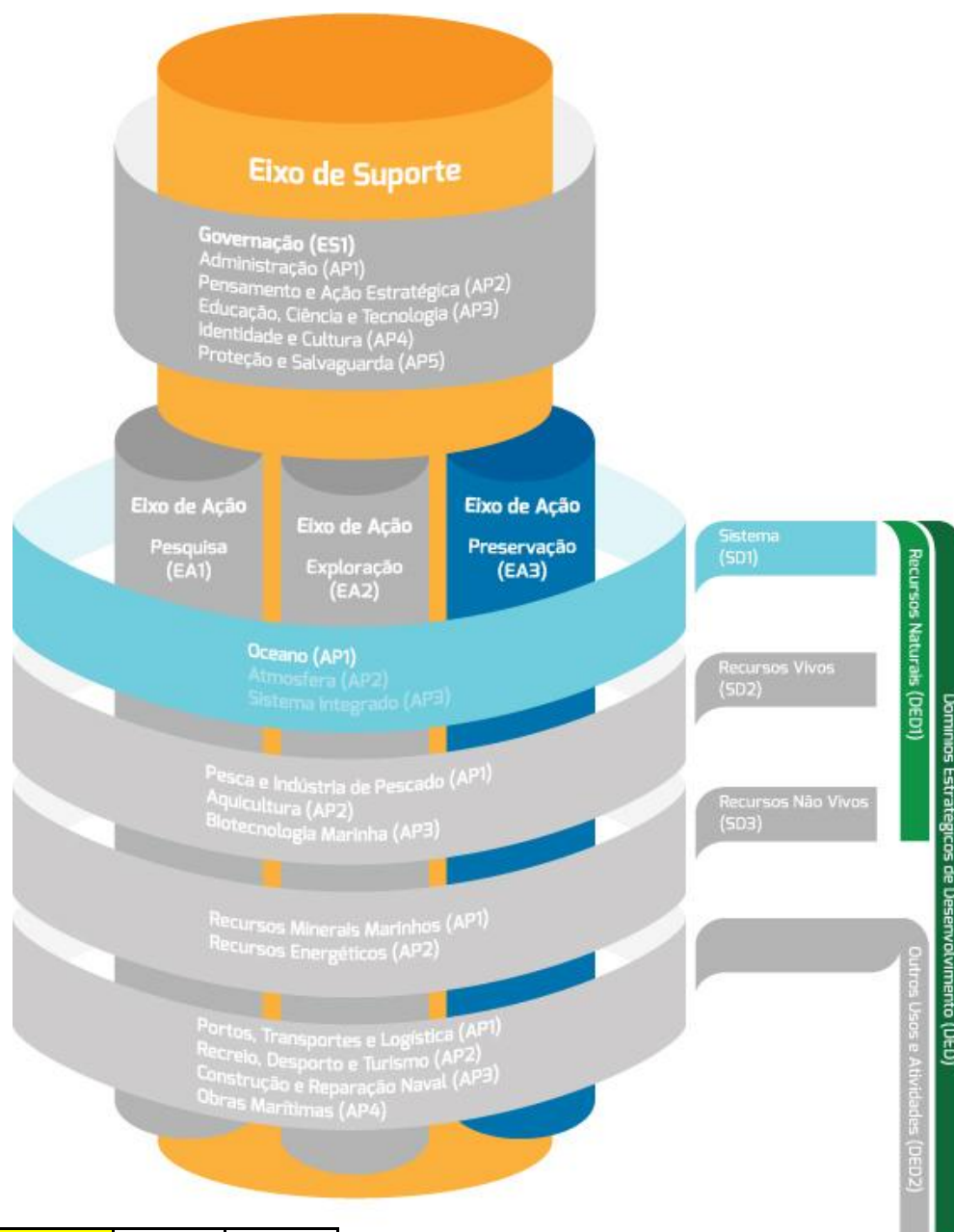
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

OCEANO

Áreas Classificadas - Marinhas

Sistema Nacional



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Sistema Nacional

Objetivos

- Implementar um Sistema Nacional de Áreas Classificadas - Marinhas ecologicamente coerente e eficazmente gerido e adaptado ao território nacional.

Desenvolvimento: No quadro dos principais acordos e convenções internacionais que enquadram as ações de Portugal orientadas para a designação de AMP elencados na ENM 2013-2020, o acordo internacional de maior relevo, por fornecer uma perspetiva genérica e global e integradora das várias ações a implementar, é a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) das Nações Unidas. Neste âmbito, destaca-se na CDB dos Objetivos para a Biodiversidade de Aichi acordados na COP 10 em 2010 no Japão, o Objetivo 11: “Conservar, pelo menos 17 por cento de áreas terrestres e 10 por cento de áreas marinhas e costeiras, através de uma gestão eficaz de sistemas de áreas ecologicamente representativos e bem conectados”, até 2020.

De referir também as metas da Convenção OSPAR:

- “Até 2012 constituir uma rede de AMP ecologicamente coerente, representativa de todas as regiões biogeográficas que ocorrem na área da Convenção, consistente com as metas da CDB” e
- “Até 2016 a rede é bem gerida (ou seja medidas de gestão coerentes foram postas em prática e estão a ser implementadas para aquelas AMP que foram designadas até 2012)”.

E a meta da Estratégia da União Europeia para a Biodiversidade até 2020 mais relevante neste contexto:

Meta 1: PLENA APLICAÇÃO DAS DIRETIVAS AVES E HABITATS

Ação 1: Completar o estabelecimento da rede Natura 2000 e garantir uma boa gestão

1a) Os Estados-Membros e a Comissão garantirão que, até 2012, esteja largamente completada a fase de estabelecimento da rede Natura 2000, incluindo no meio marinho.

1c) Os Estados-Membros assegurarão que os planos de gestão ou instrumentos equivalentes que estabelecem medidas de conservação e recuperação sejam desenvolvidos e executados de forma atempada em todos os sítios Natura 2000.

Entidade Coordenadora

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), em articulação com a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação

- Estrutura de Missão Extensão Plataforma Continental (EMEPC)

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) - Coordenação

- Instituto Português Mar e Atmosfera (IPMA)

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

- Direção-Geral de Políticas Externas (DGPE)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Tarefas

Sem prejuízo de outras tarefas relevantes que possam ser identificadas posteriormente pela ETE, serão desenvolvidas prioritariamente as seguintes tarefas:

1. Identificar os procedimentos em curso para a classificação de áreas marinhas em Portugal (âmbito, entidades envolvidas, atribuições, processos, etc.);
2. Identificar áreas marinhas prioritárias para classificação criando mecanismos de articulação e colaboração expeditos entre as entidades envolvidas;
3. Promover a criação de um grupo *ad-hoc* de investigadores para apoio à decisão nos processos de identificação, seleção e classificação de áreas marinhas no âmbito da presente ETE;
4. Definir uma estratégia para a harmonização de procedimentos de classificação de áreas marinhas em articulação com a implementação da DQEM em Portugal.

Resultados Esperados

- Classificar o monte submarino *Josephine* como Sítio Rede Natura 2000;
- Classificar o banco *Gorringe* como Sítio Rede Natura 2000 e como AMP OSPAR;
- Promover uma conferência internacional sobre a classificação de áreas marinhas em alto mar no âmbito dos processos de classificação do *Josephine* e do *Gorringe*.

Calendarização

2013-2015

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitário:
LIFE

(custos a determinar pela Equipa Técnica Especializada (ETE)).

RECURSOS NATURAIS (OCEANO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP1-PA2123

DED1 – Recursos Naturais

Sd1 – Sistema

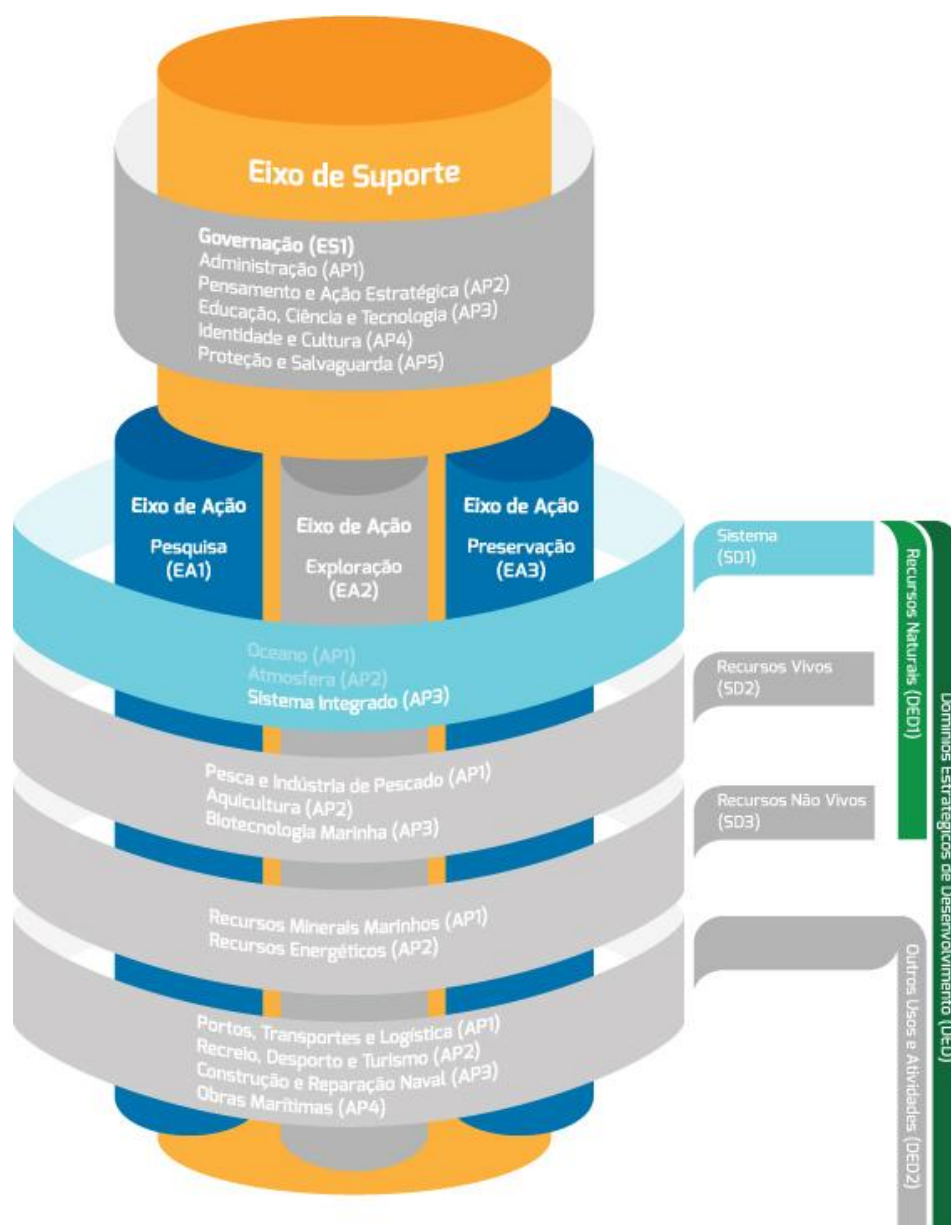
AP1 - Oceano

Efeitos:

#1 - Capacidade de investigação científica para o estudo fundamental dos ecossistemas marinhos e respetivos processos, funções e biodiversidade

#2 - Capacidade de investigação, científica e tecnológica, para avaliar e adaptar às águas marinhas nacionais os descritores e indicadores de monitorização do Estado Ambiental (EA).

DED1	RECURSOS NATURAIS
SD1	SISTEMA
AP1	OCEANO
	Observação e Conhecimento
	Biodiversidade Marinha – M@rBis
	Pressões Antropogénicas e Ambientais nos Sistemas Pesqueiros
	Caracterização das Capturas Acessórias e Rejeições



Programa de Ação

Observação e Conhecimento

P2123055 – Biodiversidade Marinha – M@rBis

P2123056 – Pressões Antropogénicas e Ambientais nos Sistemas Pesqueiros

P2123057 – Caracterização das Capturas Acessórias e Rejeições

Objetivos

- Avaliar a dinâmica das alterações ambientais nos ecossistemas e os seus impactos na estrutura dos sistemas pesqueiros.
- Proceder a uma análise ecossistémica de caracterização para a gestão de pescarias multiespecíficas. Fomentando uma pesca dirigida e seletiva que mantem a qualidade dos produtos da pesca;
- Construir um sistema de apoio à decisão para o processo de extensão da Rede Natura 2000 ao meio marinho que congregue informação dispersa por diferentes entidades;
- Promover o estudo dos ecossistemas marinhos, avaliando a sobreposição e conflitos existentes entre as áreas de atuação do setor pesqueiro e da aquacultura *offshore*, com alguns dos habitats de diversas espécies protegidas e sensíveis.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Gabinete da Secretária de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Resultados Esperados

- Minimizar os impactos da ação antrópica, direta ou indireta, nos sistemas Pesqueiros;
- Reconhecer os habitats sensíveis e a adaptação à natureza de espécies de aquicultura;
- Facilitação de uma mudança de paradigma de 'pescar cada vez mais, para pescar cada vez melhor', através de uma melhoria das condições de exploração;
- Incremento substancial do número de registos de espécies e habitats marinhos para as águas sob jurisdição nacional;
- Utilização do sistema M@rBis através da internet pela comunidade científica e pelo público em geral;
- Sensibilização para os valores da biodiversidade marinha nacional por parte dos estudantes dos vários graus de ensino e do grande público em geral.

Calendarização

2013-2016

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitario:
FEAMP, FP7

Financiamento de Cooperação:
Mecanismo Financeiro do EEA 2009-2014

RECURSOS NATURAIS (OCEANO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP1-PA2123-P2123055

Eixo de Suporte –
DED1 – Recursos Naturais
SD1 - Sistema
AP1 - Oceano
Efeito(s) - #2
PA – Observação e Conhecimento

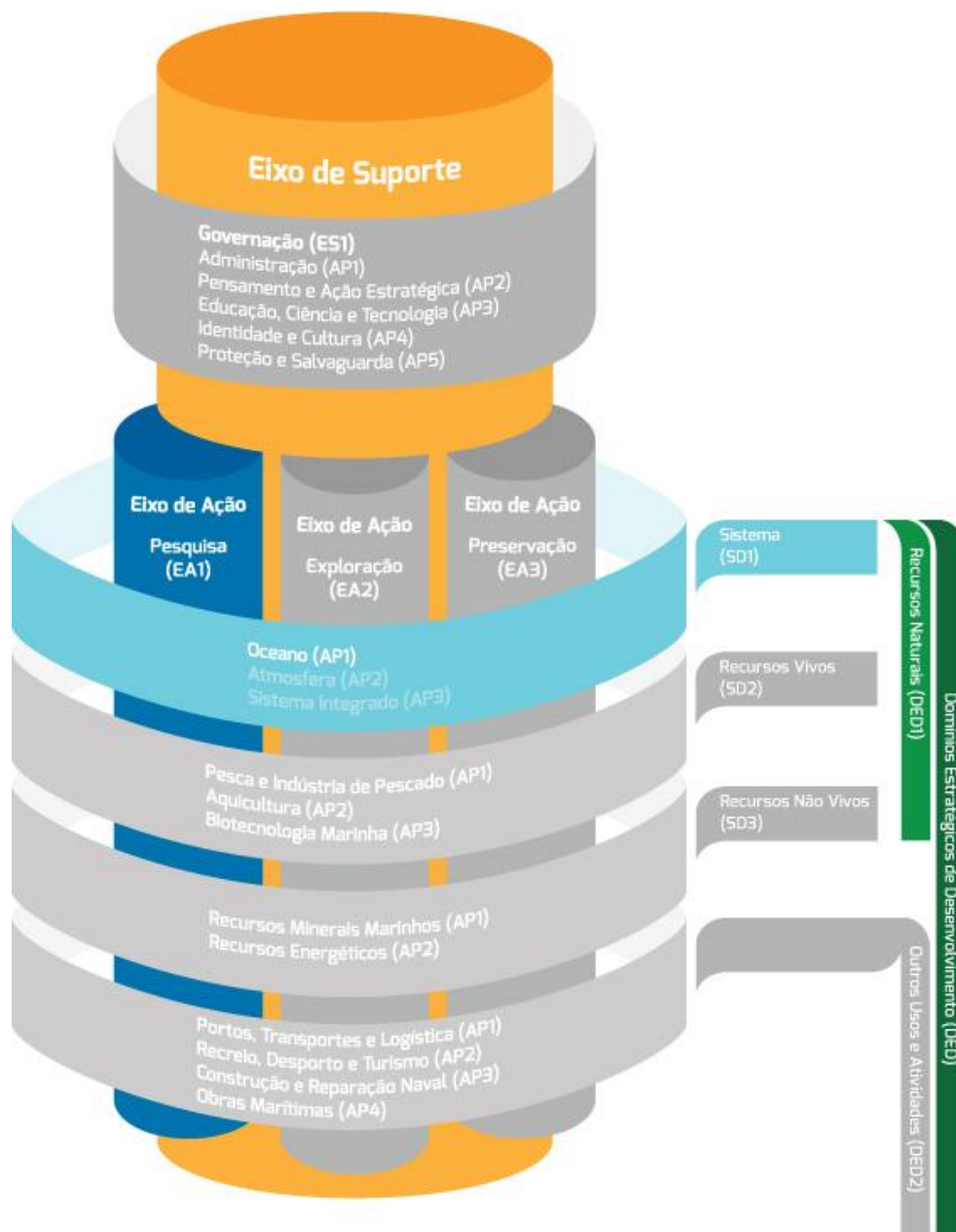
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

OCEANO

Observação e Conhecimento

Biodiversidade Marinha - M@rBis



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Biodiversidade Marinha - M@rBis

Objetivos

- Promover o estudo dos ecossistemas marinhos e a conservação do ambiente e da biodiversidade marinha.
- Construir um sistema de apoio à decisão para o processo de extensão da Rede Natura 2000 ao meio marinho;
- Construir um sistema de informação sobre a biodiversidade marinha com critérios internacionais, criando uma rede de partilha de informação entre investigadores e instituições;
- Compilar toda a informação existente dispersa por diversas entidades;
- Permitir a identificação das espécies e dos locais particularmente importantes para a conservação da biodiversidade marinha;
- Permitir avaliar as lacunas de conhecimento existentes;
- Colmatar lacunas de informação existentes através da realização de campanhas oceanográficas dedicadas à caracterização da biodiversidade marinha nacional;
- Promover e divulgar os valores da biodiversidade marinha junto dos estudantes dos vários graus de ensino e do grande público em geral.

Entidade Coordenadora

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) - MAMAOT

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) - Coordenação
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Outras Entidades

- Institutos públicos
- Laboratórios do Estado
- Universidades
- Centros de Investigação

Tarefas

1. Continuação do desenvolvimento das ferramentas de gestão, pesquisa e processamento de dados do sistema M@rBis;
2. Colocação *online* do sistema M@rBis;
3. Continuação da recolha e introdução no sistema M@rBis dos registos de biodiversidade marinha nacional existente na literatura científica e dispersos pelas várias instituições nacionais e internacionais;
4. Realização de campanhas oceanográficas de biodiversidade marinha dedicadas a colmatar as lacunas de informação identificadas, por forma a caracterizar espécies e habitats marinhos nacionais;
5. Divulgação do projeto M@rBis e sensibilização para os valores nacionais de biodiversidade marinha junto dos estudantes dos vários graus de ensino e do grande público em geral, através da realização de palestras e conferências;
6. Realização de *workshops* temáticos sobre biodiversidade marinha para estudantes universitários da área da biologia marinha e ciências do mar;
7. Edição de guias e publicações de divulgação relativos à biodiversidade marinha nacional;
8. Apresentação dos resultados e desenvolvimentos do projeto M@rBis em conferências nacionais e internacionais.

Resultados Esperados

- Incremento substancial do número de registos de espécies e habitats marinhos para as águas sob jurisdição nacional;
- Melhor caracterização e conhecimento (tanto ao nível da cobertura espacial, como ao nível do registo de espécies) da biodiversidade marinha nacional, especialmente nas zonas para as quais a informação

atualmente disponível é reduzida ou inexistente;

- Utilização do sistema M@rBis através da internet pela comunidade científica e pelo público em geral;
- Utilização pela comunidade científica, nacional e internacional, das amostras recolhidas durante as campanhas oceanográficas realizadas no âmbito do projeto M@rBis;
- Treino de estudantes universitários da área da biologia marinha e das ciências do mar quer em laboratório, através de *workshops* dedicados, quer *in situ*, durante as campanhas oceanográficas realizadas no âmbito do projeto M@rBis;
- Sensibilização para os valores da biodiversidade marinha nacional por parte dos estudantes dos vários graus de ensino e do grande público em geral.

Calendarização

2013:

Colocação *online* do sistema M@rBis.

2013 – 2015:

Continuação do desenvolvimento das ferramentas de gestão, pesquisa e processamento de dados do sistema M@rBis;

Continuação da recolha e introdução no sistema M@rBis dos registos de biodiversidade marinha nacionais existentes na literatura científica e dispersos pelas várias instituições nacionais e internacionais;

Realização de campanhas oceanográficas para caracterização e inventariação da biodiversidade marinha em locais para os quais estejam identificadas lacunas de informação;

Realização de apresentações e palestras para divulgação do projeto M@rBis e sensibilização para os valores nacionais de biodiversidade marinha junto dos estudantes dos vários graus de ensino e do grande público em geral;

Realização de um conjunto de *workshops* temáticos para estudantes universitários da área da biologia marinha e ciências do mar;

Edição de guias de espécies e de outras publicações relativas à biodiversidade marinha nacional;

Apresentação dos resultados do projeto M@rBis em conferências nacionais e internacionais.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - 935.000,00€ (orçamento da EMEPC incluído no Projeto de Extensão da Plataforma Continental)

RECURSOS NATURAIS (OCEANO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP1-PA2123-P2123056

DED1 – Recursos Naturais

SD1 - Sistema

AP1 - Oceano

Efeito(s) - #1, #2

PA – Observação e Conhecimento

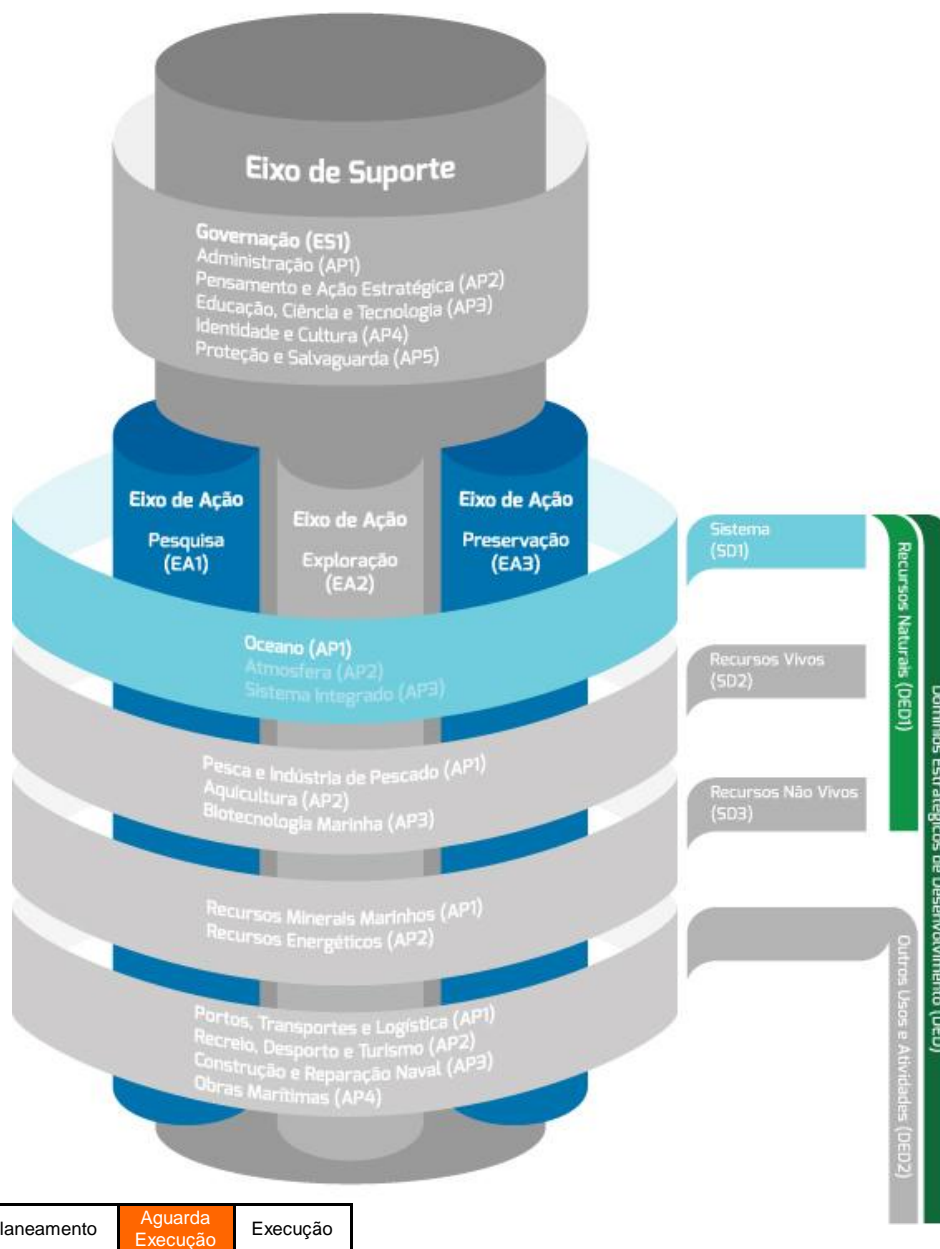
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

OCEANO

Observação e Conhecimento

Pressões Antropogénicas e Ambientais nos Sistemas Pesqueiros



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Pressões Antropogénicas e Ambientais nos Sistemas Pesqueiros

Objetivos

- Avaliar a sobreposição e conflitos existentes entre as áreas de atuação do setor pesqueiro com alguns dos habitats de diversas espécies protegidas e sensíveis, como são o caso dos mamíferos e aves marinhas.
- Avaliar os impactos da expansão para a faixa costeira de atividades tradicionalmente desenvolvidas no continente, como é o caso da aquacultura em mar-aberto.
- Avaliar a dinâmica das alterações ambientais nos ecossistemas e os seus impactos na estrutura dos sistemas pesqueiros.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Ministério da Saúde (MS)

- Administração Regional de Saúde (ARS)

Outras entidades

- Entidades do Sistema C&T nacional

Tarefas

1. Manuais de boas práticas para as pescarias do cerco, artesanal e arrasto que estabeleçam medidas de mitigação das interações entre a pesca e mamíferos e aves marinhas - espécies em perigo, ameaçadas e protegidas (*Endangered, Threatened and Protected*);
2. Identificação das melhorias necessárias à viabilização de uma rede eficiente e integrada para a gestão das rejeições e capturas acidentais na pesca com arrasto de fundo;
3. Determinação da extensão geográfica da única área de desova de *Loligo vulgaris* conhecida na Europa, localizada na costa continental portuguesa;
4. Avaliação do impacto da aquacultura em mar-aberto sobre o ambiente, os recursos e a comunidade piscatória local, bem como da adaptação do mero (*Epinephelus marginatus*, espécie protegida) produzido em cativeiro quando libertado na natureza;
5. Primeiras determinações de mudanças nas condições ambientais usando registos em concha do bivalve *Glycymeris glycymeris*; Determinação dos efeitos da acidificação e aquecimento dos oceanos nos estados ontogénicos iniciais da lula *Loligo vulgaris* baseados em estudos laboratoriais.

Resultados Esperados

- Minimizar os impactos da ação antrópica, direta ou indireta, nos sistemas Pesqueiros;
- Contribuir para a educação e informação das comunidades ribeirinhas, sobretudo aquelas ligadas à pesca;
- Reconhecer os habitats sensíveis e a adaptação à natureza de espécies de aquicultura

Calendarização

Em fase de Programação (2013-2015). Início Previsto 2013.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE

Financiamento comunitário:

FCP (PROMAR), FEAMP

Custo total: 388.354,00€ (Aguarda financiamento)

RECURSOS NATURAIS (OCEANO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP1-PA2123-P2123057

DED1 – Recursos Naturais

SD1 - Sistema

AP1 - Oceano

Efeito(s) - #1, #2

PA – Observação e Conhecimento

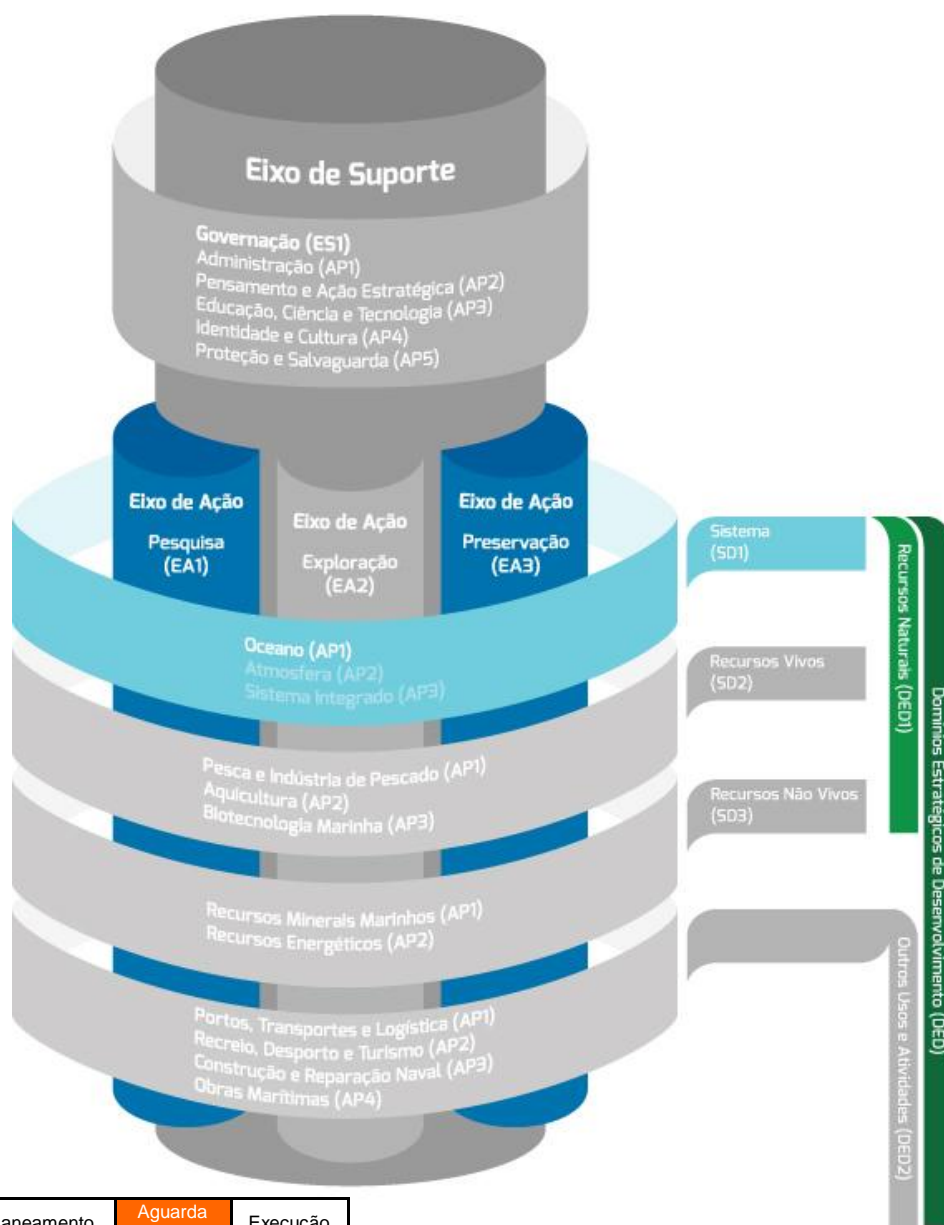
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

OCEANO

Observação e Conhecimento

Caracterização das Capturas Acessórias e Rejeições



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Caracterização das Capturas Acessórias e Rejeições

Objetivos

- Proceder a uma análise ecossistémica de caracterização para a gestão de pescarias multiespecíficas;
- Avaliação de novas tecnologias para monitorização e minimização de capturas acessórias e rejeições;
- Fomento de uma pesca dirigida e selectiva que mantem a qualidade dos produtos da pesca

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Direções Regionais de Agricultura e Pescas

Ministério da Saúde (MS)

- Administração Regional de Saúde (ARS)

Outras entidades

- Entidades do Sistema C&T nacional

Tarefas

1. Otimização das tecnologias dirigidas à exploração dos recursos vivos marinhos, direcionadas para uma melhoria da qualidade das capturas, maximização da eficiência da operação de pesca, minimização dos impactos ambientais, incluindo a redução de capturas acessórias e de rejeições ao mar, e aumento da eficiência energética das embarcações de pesca, numa perspetiva de promover a competitividade do sector através de reduções nos custos de operação e da valorização do produto final.
2. Utilização dos dados georreferenciados provenientes dos sistemas de monitorização contínua de navios (dados VMS e AIS do percurso das embarcações) na implementação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para a caracterização das atividades da pesca e quantificação da pressão exercida sobre os fundos.
3. Aplicação das tecnologias de prospeção baseadas na deteção remota de fundos marinhos por meios acústicos e equipamentos de observação visual, em conjugação com métodos tradicionais de amostragem, com o objetivo de caracterizar a natureza dos fundos e a estimação de densidades de organismos bentónicos tendo em vista o mapeamento de habitats e a avaliação dos impactos da pesca sobre os fundos marinhos, envolvendo ferramentas de análise e representação geográfica.

Resultados Esperados

- Facilitação de uma mudança de paradigma de 'pescar cada vez mais, para pescar cada vez melhor', através de uma melhoria das condições de exploração, permitindo assim a introdução de novos modelos de negócios onde a captura indiferenciada e em massa daria lugar à resposta orientada a procura específicas do mercado final.
- Desenvolvimento, de raiz ou a partir de modelo preexistente, de um sistema GIS integrando informação relativa à atividade dos navios de pesca. Este sistema funcionaria como apoio à investigação (distribuição da intensidade de pesca, pressão sobre os fundos), à administração (conhecimento pormenorizado da 'especialização' dos recursos) e ao setor (possibilidade de consulta expedita os resultados da sua atividade anterior, permitindo um melhor planeamento das opções futuras).
- Implementação de um programa de mapeamento de habitats bentónicos, a desenvolver nos projetos atualmente assumidos, tendo como objetivo a recolha e processamento de dados físicos e biológicos georreferenciados e a construção de mapas à escala nacional e local. Esta atividade constitui uma prioridade no âmbito das obrigações do estado português no quadro da DQEM e Diretiva Habitats.

Calendarização

Em fase de Programação (2013-2015). Início Previsto 2013.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE

Financiamento comunitário:

FP7 – Oceans

Custo total: 300.000€ (Aguarda resultado de candidatura ao FP7-Oceans)



RECURSOS NATURAIS – SISTEMA

**ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA H
RECURSOS NATURAIS - ATMOSFERA**

RECURSOS NATURAIS (ATMOSFERA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP2-PA2224

DED1 – Recursos Naturais

Sd1 – Sistema

AP1 - Atmosfera

Efeitos:

#1 - Capacidade de investigação científica e de apoio tecnológico para o estudo da evolução da alteração climática.

#2 - Capacidade do sistema nacional de serviços de meteorologia aeronáutica, marítima e terrestre, com a modelação das interações atmosfera-oceano-solo-vegetação.

#3 – Capacidade de investigação científica e de apoio tecnológico integrando sistemas de alerta precoce dos fenómenos extremos e mitigação de impactos.

DED1 - RECURSOS NATURAIS

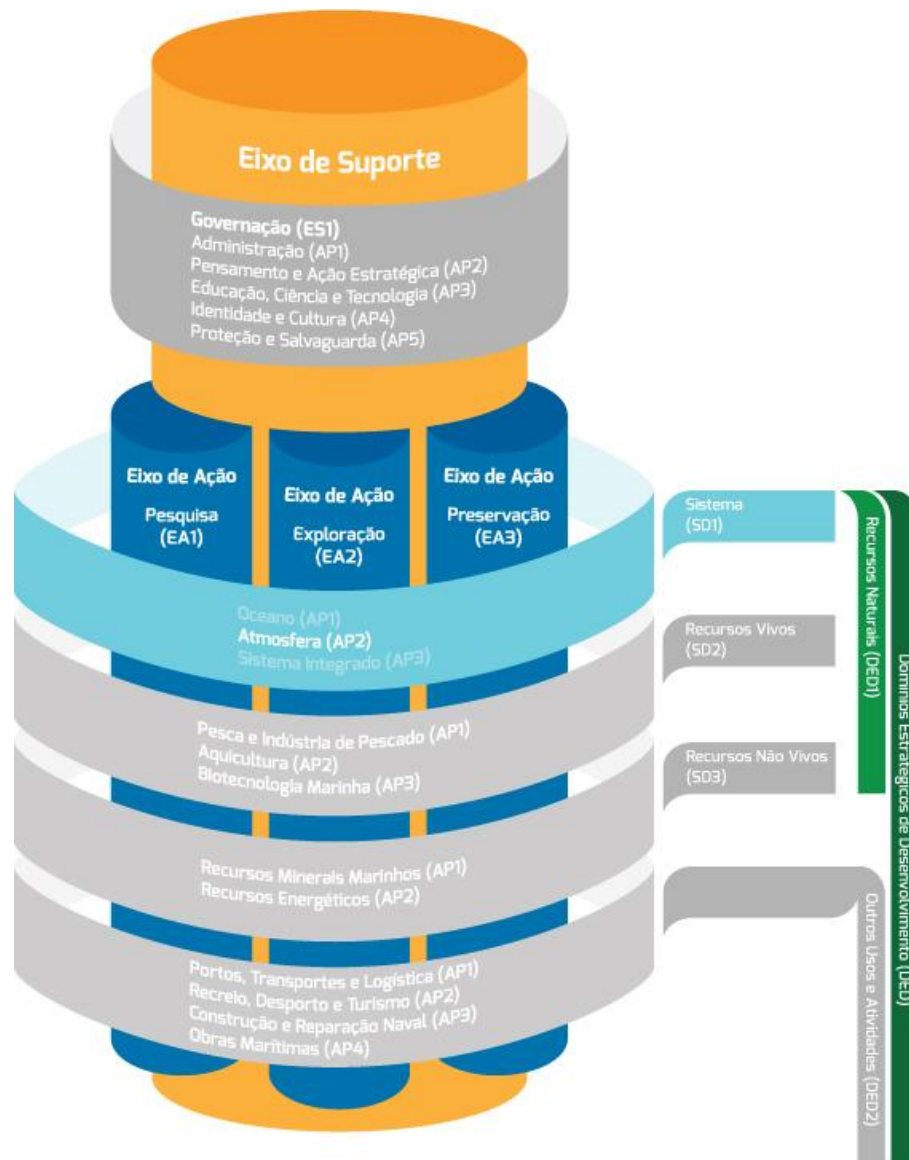
SD1 - SISTEMA

ATMOSFERA

Meteorologia

Now Cast de Fenómenos Meteorológicos Extremos

Processos Climáticos de Superfície



Programa de Ação

Meteorologia

P2224058 – “Now Cast de Fenómenos Meteorológicos Extremos
P2224059 - Processos Climáticos de Superfície

Objetivos

- Melhorar todos os indicadores de previsão meteorológica, com ênfase no curto prazo;
- Melhorar a previsão e deteção precoce de fenómenos meteorológicos extremos com integração de variáveis obtidas por radares meteorológicos;
- Assegurar o *LandSaf*, serviço operacional da *EUMETSAT* operado pelo IPMA, no quadro do *CDOP 2 (Continuous Development and Operations Phase)* entre 2011 e 2017;
- Fornecer à comunidade internacional informação satelitária, contribuindo para a modelos operacionais de previsão meteorológica e climática, gestão ambiental e uso de solo, perigos naturais e definição de indicadores de mudança climática.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) – MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Administração Interna (MAI)
- Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA);
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação;
- Universidades;
- Laboratórios Associados.

Resultados Esperados

- Melhoria do nível dos serviços de meteorologia com aumento da capacidade de previsão meteorológica para suporte aos sistemas de proteção civil e navegação aérea;
- Aumento da segurança da navegação aérea;
- Diminuição do tempo de “alerta precoce” para em situações meteorológicas extremas;
- Redução do impacto social e económico do tempo severo;
- Aumento da resiliência social à variabilidade meteorológica;
- Assegurar a participação nacional nos programas mundiais de meteorologia e clima;
- Desenvolvimento da capacidade nacional de previsão do tempo, e da cooperação entre o IPMA e o sistema de investigação.

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE - (orçamento IPMA)

Financiamento Internacional:
EUMESAT

Outras fontes de financiamento a identificar

RECURSOS NATURAIS (ATMOSFERA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP2-PA2224-P2224058

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

DED1 – Recursos Naturais

Sd1 – Sistema

AP1 – Atmosfera

Efeito(s) - #3

PA – Metereologia

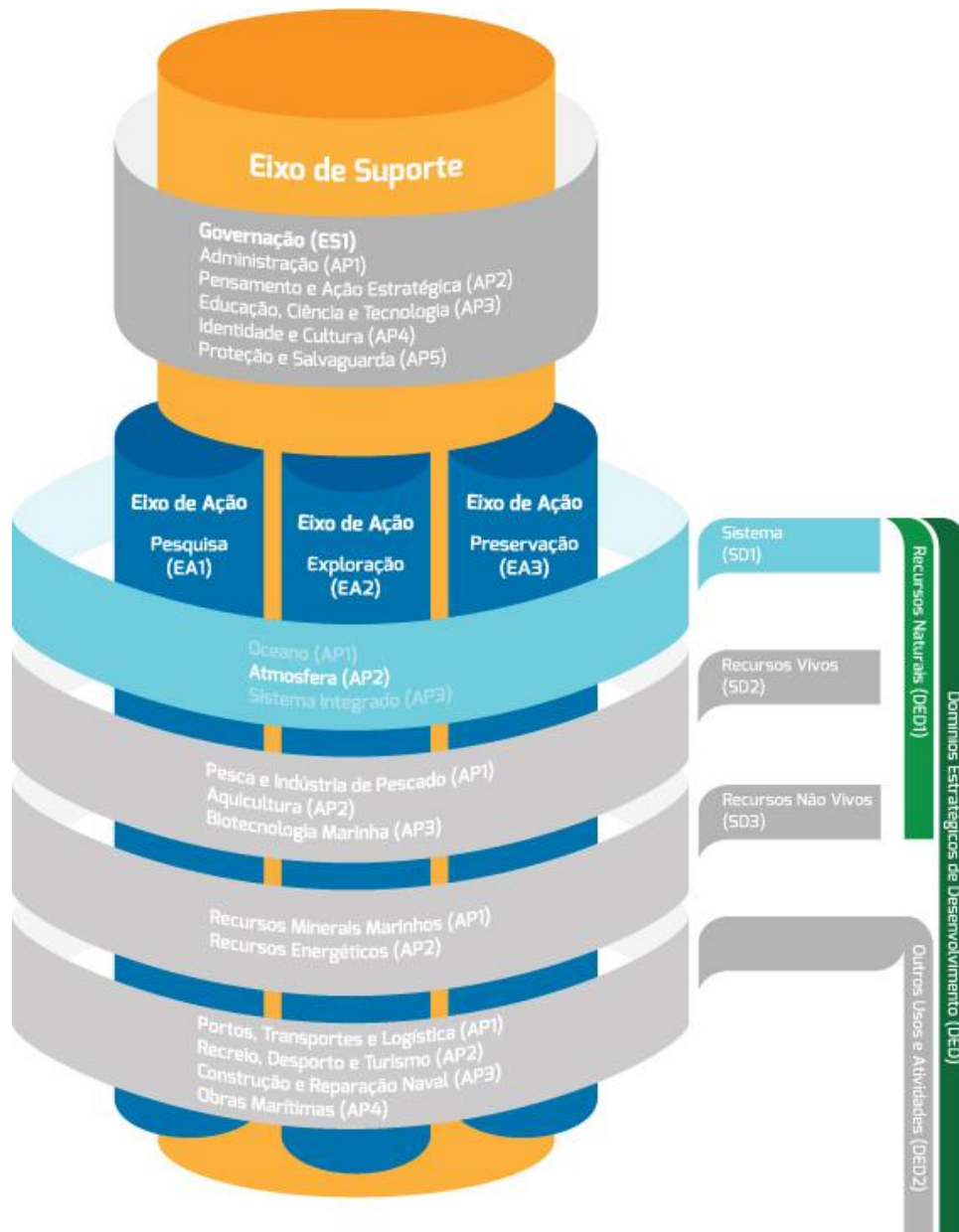
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

ATMOSFERA

Meteorologia

Now Cast de Fenómenos Meteorológicos Extremos



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Now Cast de Fenómenos Meteorológicos Extremos

Objetivos

- Melhorar os indicadores de previsão direcionados para a navegação aérea, com tempos de previsão entre 6 e 36 horas;
- Melhorar o *nowcast* de células convectivas/trovoadas ou de fenómenos extremos de vento para períodos inferiores a duas horas (exemplos: Madeira 2010 e Silves 2012);
- Optimizar a incorporação dos padrões de precipitação obtidos nos radares meteorológicos e da variação espacial da velocidade do vento na previsão;
- Desenvolver e aprofundar técnicas que melhorem no muito curto prazo a probabilidade de deteção de fenómenos meteorológicos extremos;
- Melhorar a *performance* do circuito previsão - alerta precoce - mitigação.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Administração Interna (MAI)
- Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA);
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação;
- Universidades;
- Laboratórios Associados.

Tarefas

1. Desenvolvimento de novas aplicações para previsão de muito curto prazo (*nowcast*) de ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos, a partir da combinação da previsão numérica de escala limitada e de informação radar;
2. Desenvolvimento de aplicações direcionadas para a deteção antecipada de condições de formação de gelo (*icing*), turbulência e trovoadas;
3. Definição de procedimentos com a ANPC para acompanhamento de situações meteorológicas de evolução rápida;
4. Estudo de condições de turbulência com implicações na navegação aérea;
5. Testes de utilização de novos sensores (incl. Lidar) em condições operacionais;
6. Estudo da relação entre a mudança climática e os fenómenos meteorológicos extremos.

Resultados Esperados

- Melhoria do nível de serviço de meteorologia aeronáutica;
- Aumento da segurança da navegação aérea;
- Diminuição do tempo de “alerta precoce” para em situações meteorológicas extremas;
- Aumento da capacidade de intervenção da proteção civil e focalização de recursos;
- Redução do impacto social e económico do tempo severo;
- Aumento da resiliência social à variabilidade meteorológica.

Calendarização

Até 31 de Dezembro de 2013:

Actualização do software de integração de resultados de modelos de área limitada;
Desenvolvimento de aplicação de integração entre os resultados dos modelos de área limitada e as observações da rede de radares doppler;
Definição de procedimentos com a ANPC para avisos de tempo severo.

Até 31 de Dezembro de 2014:

Desenvolvimento de aplicações direccionadas para a deteção de gelo (*icing*);
Desenvolvimento de aplicações direccionadas para a deteção antecipada de condições de formação de turbulência;
Estudo Piloto de condições de turbulência com implicações na navegação aérea na RAM;
Revisão dos procedimentos com a ANPC para avisos de tempo severo.

Até 31 de Dezembro de 2015:

Desenvolvimento de aplicações direccionadas para a deteção antecipada de formação de células convectivas/trovoadas;
Testes de utilização de novos sensores (incl. Lidar) em condições operacionais;
Revisão dos procedimentos com a ANPC para avisos de tempo severo;
Estudo da relação entre a mudança climática e os fenómenos meteorológicos extremos e suas implicações na rede de observação e alerta meteorológico.

Até 31 de Dezembro de 2020:

Implementação de observação complementar em aeroportos;
Redefinição dos protocolos de aviso meteorológico.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE (orçamento IPMA)

Financiamento Comunitário:
A identificar

Financiamento Internacional:
A identificar

RECURSOS NATURAIS (ATMOSFERA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP2-PA2224-P2224059

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

DED1 – Recursos Naturais

Sd1 – Sistema

AP1 – Atmosfera

Efeito(s) - #1, #2, #3

PA – Metereologia

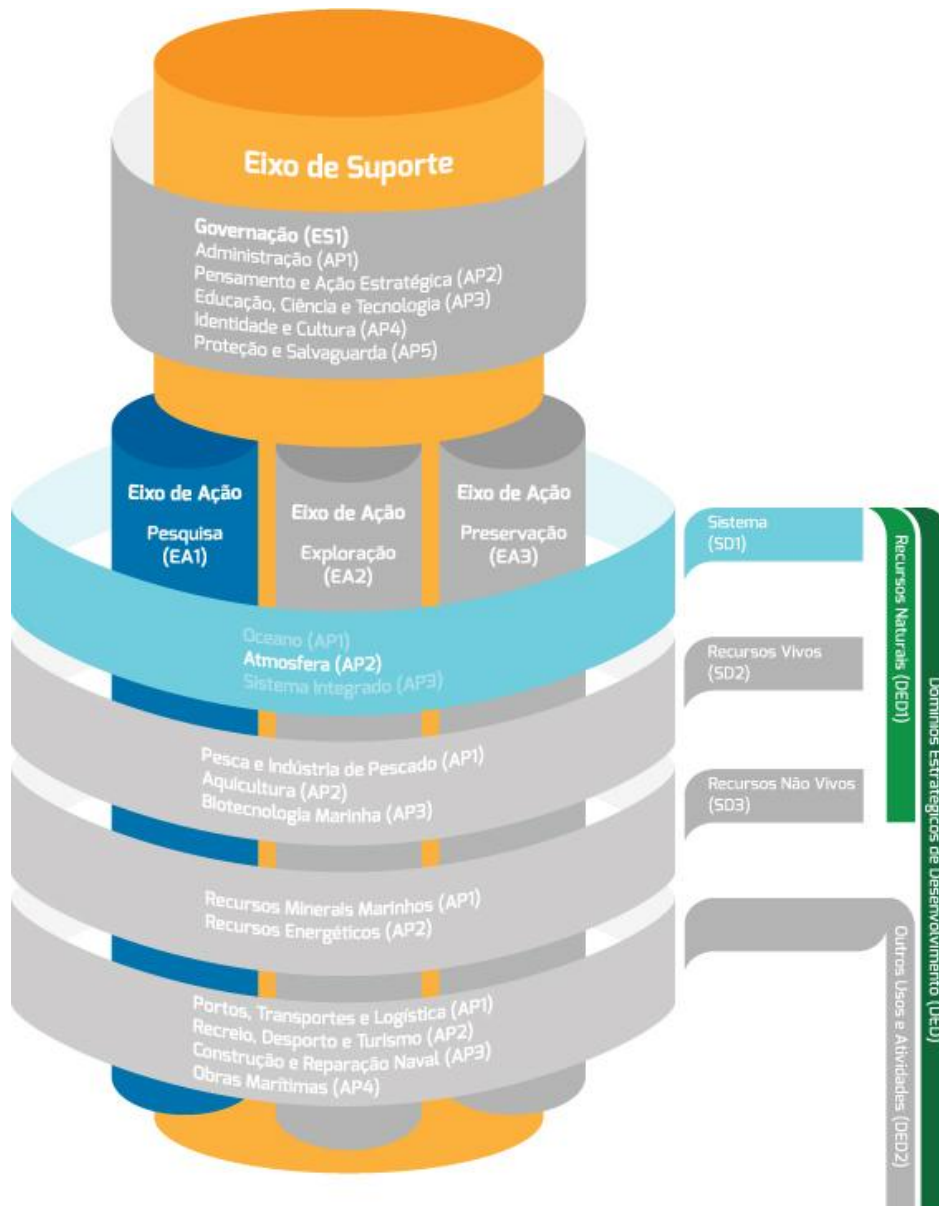
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

ATMOSFERA

Meteorologia

Processos Climáticos de Superfície



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Processos Climáticos de Superfície

Objetivos

- Assegurar o *LandSaf*, serviço operacional da *EUMETSAT* operado pelo IPMA, no quadro do *CDOP 2 (Continuous Development and Operations Phase)* entre 2011 e 2017;
- Fornecer à comunidade internacional informação satelitária relativa à superfície da Terra para assimilação nos modelos operacionais de previsão do tempo e do clima;
- Disponibilizar informação relevante para a gestão ambiental e uso do solo e os perigos naturais;
- Detetar indicadores de mudança climática.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA).

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
- Universidades;
- Laboratórios Associados.

Tarefas

1. Gestão do Serviço *LSA SAF* no quadro do *CDOP-2*;
2. Determinação de parâmetros de superfície por inversão de observações satelitárias nas categorias seguintes: (i) Temperatura e Emissividade do Solo; (ii) Albedo superficial; (iii) fluxos radiativos na superfície; (iii) Evapotranspiração e fluxos turbulentos de calor na superfície; (iv) parâmetros e índices vegetativos; (v) deteção, risco, áreas aridas, potência radiativa e emissões;
3. Disseminação e arquivo dos produtos operacionais;
4. Apoio a utilizadores através de um sistema de *help desk* e do *site web*.
5. Formação de utilizadores;
6. Desenvolvimento de novos produtos e ferramentas, incluindo a geração de um *dataset* completo para o *SEVIRI/MSG* e de uma *toolbox* para reprocessamento dos produtos *LANDSAF*.

Resultados Esperados

- Melhoria do nível de serviço do *LandSaf*;
- Alargamento progressivo dos serviços *LandSaf* no quadro da fase *CDOP2* do contrato com a *EUMETSAT*;
- Desenvolvimento da capacidade científica e tecnológica nacional do domínio da observação da Terra.

Calendarização

Até 31 de Dezembro de 2013:

Redesenho do Sistema de Processamento e Arquivo *LSA SAF*;
Definição de especificações do sistema de aquisição e processamento do *GMES Land Global*;
Desenho e montagem do sistema de aquisição e processamento do *GMES Land Global*;
Integração e teste do sistema *GMES Land Global*;

Até 31 de Dezembro de 2014:

Operacionalização de todos os módulos previstos no contrato com a EUMETSAT;
Novo sistema de disseminação de produtos;
Definição de novo serviços para a gestão territorial;
Estudo de indicadores de mudança climática.

Até 31 de Dezembro de 2017:

Fornecimento do serviço à comunidade de utilizadores.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - 820,000€ (orçamento IPMA)

Financiamento Internacional:

EUMESAT - 4,641,562€

RECURSOS NATURAIS (ATMOSFERA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP2-PA2225

DED1 – Recursos Naturais

Sd1 – Sistema

AP1 - Atmosfera

Efeitos:

#1 - Capacidade de investigação científica e de apoio tecnológico para o estudo da evolução da alteração climática.

#2 - Capacidade do sistema nacional de serviços de meteorologia aeronáutica, marítima e terrestre, com a modelação das interações atmosfera-oceano-solo-vegetação.

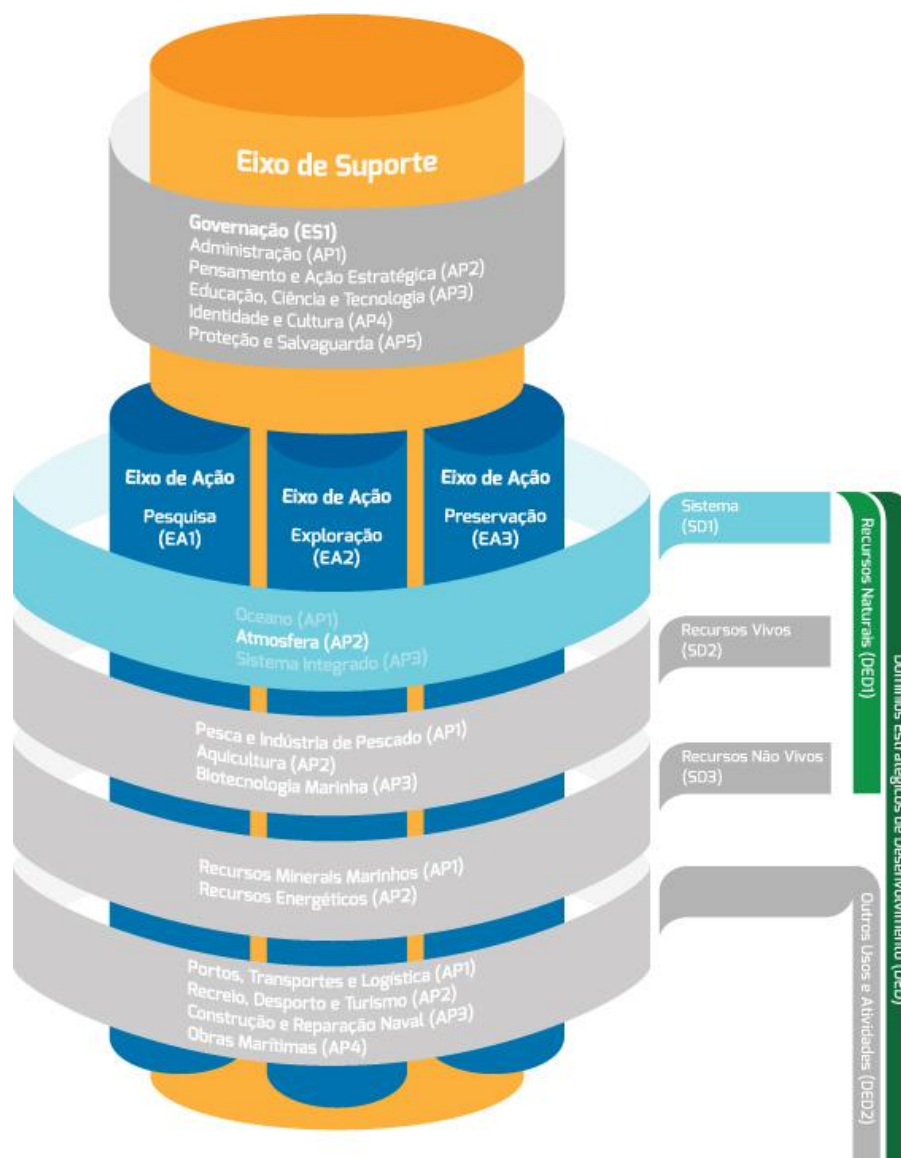
#3 – Capacidade de investigação científica e de apoio tecnológico integrando sistemas de alerta precoce dos fenómenos extremos e mitigação de impactos.

DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

ATMOSFERA

	Observação e Conhecimento
	Observação e Modelação Meteorológica e Climática
	Rede de Radars Meteorológicos



Programa de Ação

Observação e Conhecimento

P2225060 - Observação e Modelação Meteorológica e Climática
P2225061 - Rede de Radares Meteorológicos

Objetivos

- Manutenção da capacidade de observação nas redes meteorológica e climática e de sondagens meteorológicas, de acordo com as especificações da OMM;
- Cooperação internacional no quadro dos modelos AROME e ALADIN;
- Desenvolvimento de produtos operacionais para suporte aos serviços de previsão e à meteorologia aeronáutica.
- Completar a rede nacional de radares meteorológicos, com a extensão à região norte e à região autónoma da Madeira;
- Disponibilizar aos sistema de previsão de tempo informação essencial para a evolução de muito curto prazo ("nowcast").

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) – MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Administração Interna (MAI)
- Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA);
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação;
- Universidades;
- Laboratórios Associados.

Resultados Esperados

- Aumento da capacidade de previsão meteorológica para suporte aos sistemas de proteção civil e navegação aérea;
- Assegurar a participação nacional nos programas mundiais de meteorologia e clima;
- Desenvolvimento da capacidade nacional de previsão do tempo, e da cooperação entre o IPMA e o sistema de investigação;
- Melhorar os scoring da previsão numérica, particularmente no que diz respeito às condições de tempo severo;
- Disponibilizar previsão meteorológica para o sector económico, em particular nas áreas da produção de energia.
- Aumento da segurança da navegação aérea.

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE - orçamento IPMA

Financiamento Comunitário:
FEDER (QREN)

Outras fontes de financiamento a identificar

RECURSOS NATURAIS (ATMOSFERA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP2-PA2225-P2225060

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

DED1 – Recursos Naturais

Sd1 – Sistema

AP1 – Atmosfera

Efeito(s) - #2

PA – Observação e Conhecimento

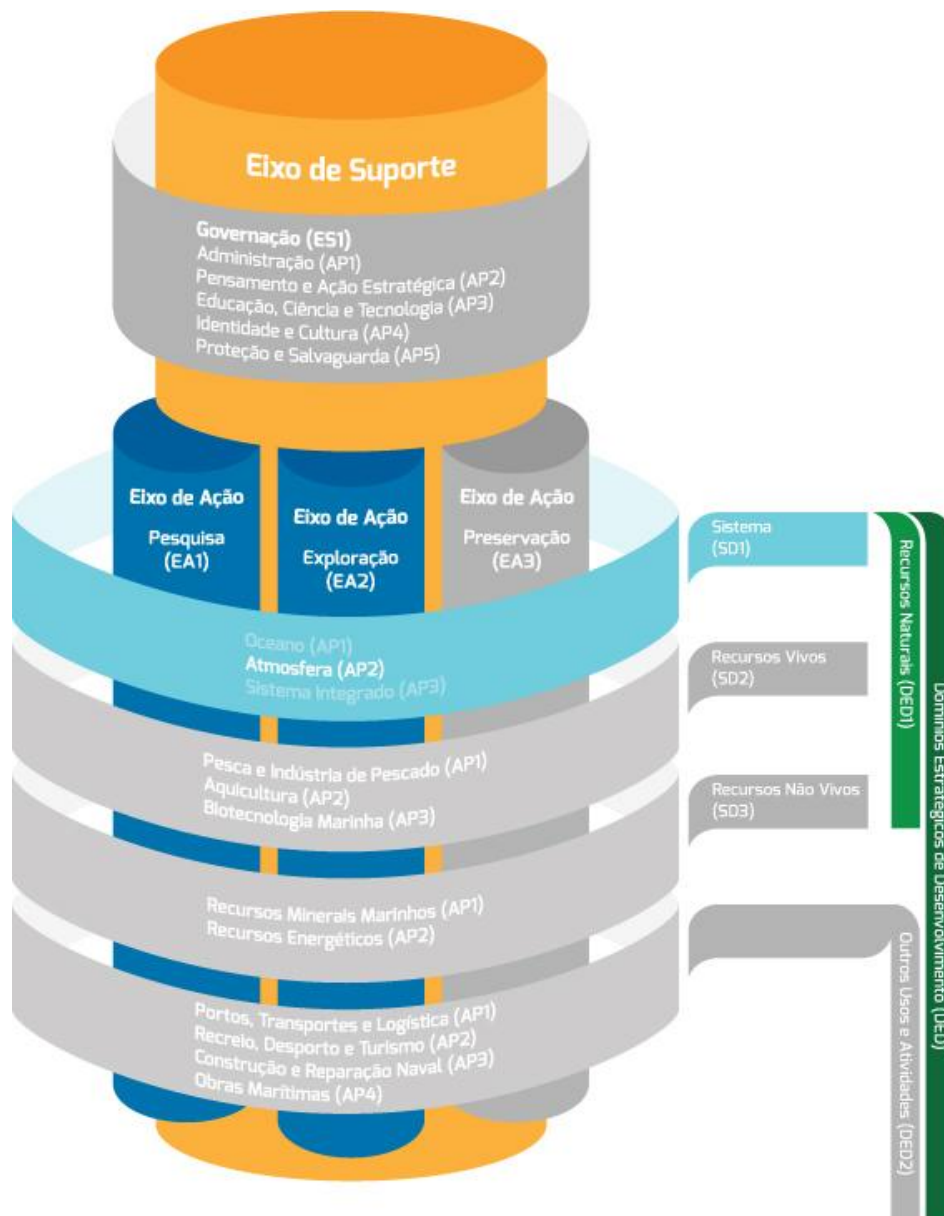
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

ATMOSFERA

Observação e Conhecimento

Observação e Modelação Metereológica e Climática



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Observação e Modelação Meteorológica e Climática

Objetivos

- Manutenção da capacidade de observação na rede meteorológica e climática, de acordo com as especificações da OMM;
- Manutenção da capacidade de observação de sondagens meteorológicas em particular nas zonas aeroportuárias;
- Realização de previsão numérica de área limitada e alta resolução para o território nacional;
- Cooperação internacional no quadro dos modelos AROME e ALADIN;
- Desenvolvimento de produtos operacionais para suporte aos serviços de previsão e à meteorologia aeronáutica.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA);
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC).

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação;
- Universidades;
- Laboratórios Associados.

Tarefas

1. Instalação e operacionalização dum sistema de área limitada no ECMWF, de forma a obter redundância;
2. Operacionalização de 4 integrações diárias a 2,5 km, com previsão a 78 horas, para o Continente e Ilhas;
3. Avaliação da exequibilidade e performance dum modelo de área limitada com resolução de 1 km;
4. Atualização Parcial dos Sistemas de Observação Remota;
5. Redesenho da disseminação da previsão meteorológica em áreas específicas (agricultura e mar);
6. Estudo de novos métodos de scoring de modelos de previsão;
7. Estudo dos limites de predictabilidade do sistema atmosférico.

Resultados Esperados

- Aumento da capacidade de previsão meteorológica para suporte aos sistemas de proteção civil e navegação aérea;
- Assegurar a participação nacional nos programas mundiais de meteorologia e clima;
- Desenvolvimento da capacidade nacional de previsão do tempo, e da cooperação entre o IPMA e o sistema de investigação;
- Melhorar os *scoring* da previsão numérica, particularmente no que diz respeito às condições de tempo severo;
- Disponibilizar previsão meteorológica para o sector económico, em particular nas áreas da produção de energia.

Calendarização

Até 31 de Dezembro de 2013:

Redundância do sistema de previsão numérica de escala limitada;
Sistema experimental de análise estatística de resultados de previsão multi-modelo;
Definição de requisitos de previsão para áreas específicas (agricultura e mar);
Incremento da resolução temporal da previsão meteorológica no *site web* do IPMA.

Até 31 de Dezembro de 2014:

Operação experimental de um modelo de área limitada com resolução de 1 km, com foco em zonas urbanas;
Novas aplicações em dispositivos móveis para segmentos de utilizadores;
Disponibilização pública de resultados de *scoring* de previsão;

Até 31 de Dezembro de 2015:

Disponibilização em tempo real de dados de observação;
Integração em tempo real de dados de observação e modelação.

Até 31 de Dezembro de 2020:

Operação do sistema de observação e previsão.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional: a identificar

Financiamento Internacional: a identificar

RECURSOS NATURAIS (ATMOSFERA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP2-PA2225-P2225061

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

DED1 – Recursos Naturais

Sd1 – Sistema

AP1 – Atmosfera

Efeito(s) - #1, #2

PA – Observação e Conhecimento

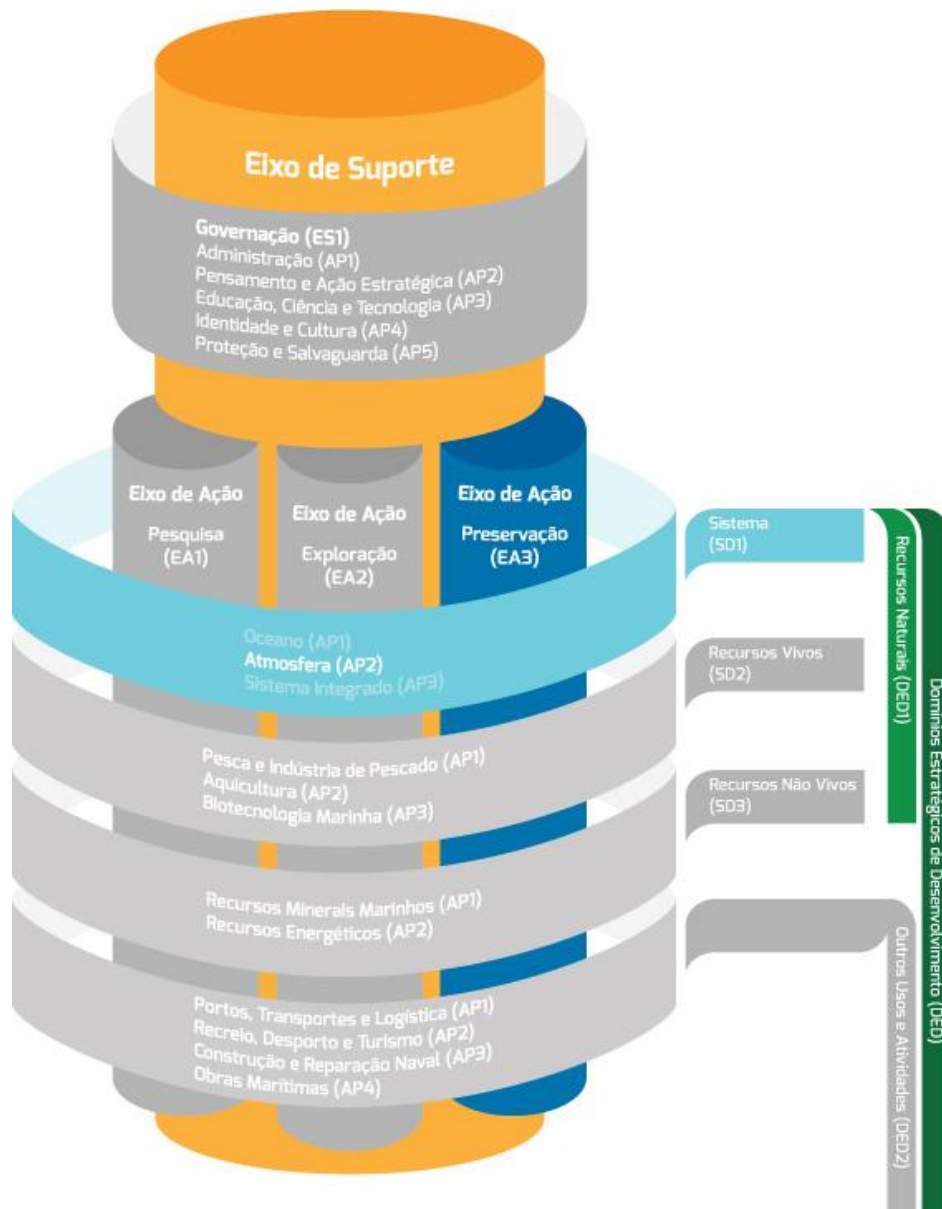
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

ATMOSFERA

Observação e Conhecimento

Rede de Radares Meteorológicos



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Rede de Radares Meteorológicos

Objetivos

- Completar a rede nacional de radares meteorológicos, com a extensão à região norte e à região autónoma da Madeira;
- Disponibilizar ao sistema de previsão de tempo informação essencial para a evolução de muito curto prazo ("now cast");
- Apoiar a meteorologia aeronáutica.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Tarefas

1. Conclusão da construção do Radar Meteorológico do Norte;
2. Execução do Projeto do Radar Meteorológico da Madeira;
3. Integração dos dados Radar no Sistema de Ajuda à Previsão de muito curto prazo.

Resultados Esperados

- Melhoria da qualidade da previsão meteorológica;
- Aumento da segurança da navegação aérea.

Calendarização

Até 31 de Dezembro de 2013:

Conclusão do radar do Norte;
Submissão do projecto do Radar da Madeira;
Construção do radar da Madeira.

Até 31 de Dezembro de 2014:

Introdução dos dados dos novos radares no sistema operacional de previsão do tempo;
Desenvolvimento de aplicação de pós-processamento para apoio à previsão.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE - 555.000,00€ (orçamento IPMA)

Financiamento Comunitário:
FEDER (QREN) - 2.000.000,00€

ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA I RECURSOS NATURAIS - SISTEMA INTEGRADO



RECURSOS NATURAIS – SISTEMA

RECURSOS NATURAIS (SISTEMA INTEGRADO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP3-PA2326

DED1 – Recursos Naturais

Sd1 – Sistema

AP3 – Sistema Integrado

Efeitos:

#1 - Capacidade tecnológica para apoio à investigação científica orientada para o mar profundo;

#2 - Capacidade de avaliação de riscos geológicos, geofísicos e meteorológicos, e a sua integração nos sistemas de mitigação de impactes no ambiente litoral e marinho;

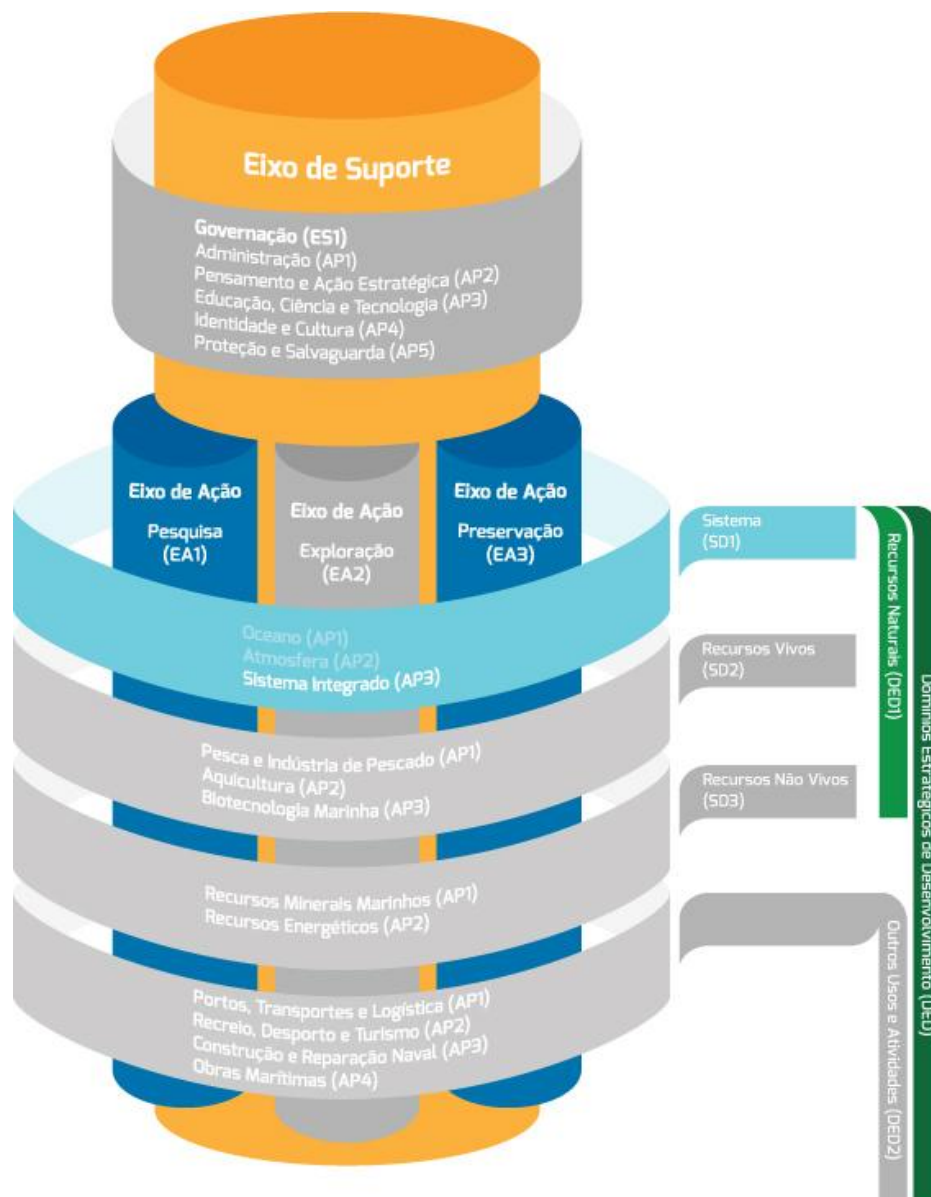
#3 - Capacidade de investigação, científica e tecnológica, de suporte aos usos e atividades marítimas, nos domínios da exploração e preservação, envolvendo recursos *in situ* e de deteção remota associada ao segmento espacial para observação da Terra;

DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

SISTEMA INTEGRADO

	Alteração Climática
	Previsão da Mudança Climática no Século XXI
	Variabilidade dos Ecossistemas Marinhos
	Variações climáticas e ambientais no Pliocénico e no Quaternário



Programa de Ação

Alteração Climática

P2326062 – Previsão da Mudança Climática no Século XXI

P2326063 – Variabilidade dos Ecossistemas Marinhos

P2326093 – Variações climáticas e ambientais no Pliocénico e no Quaternário

Objetivos

- Estabelecer cenários climáticos regionais no passado geológico e no século XX da mudança climática e seus impactos setoriais e nos ecossistemas marinhos;
- Compreender os mecanismos do sistema climático global e o seu impacto regional, em particular no Atlântico Nordeste;
- Estabelecer *proxies* entre a alteração climática e a dinâmica dos oceanos e seus ecossistemas.
- Desenvolvimento de novos serviços de clima, de acordo com as resoluções da OMM;
- Desenvolvimento de serviços de clima em cooperação com os Países de Língua Portuguesa.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera - IPMA (MAMAOT)

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)
- Instituto de Hidrográfico (IH)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)
- Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)
- Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia (LNEG)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação;
- Universidades;
- Laboratórios Associados.

Resultados Esperados

- Cenários paleoclimáticos e paleoambientais;
- Estimativas realistas dos parâmetros de mudança climática no século XXI, década a década;
- Disponibilização para especialistas e para os cidadãos de informação climática qualificada;
- Redução dos custos de mitigação da mudança climática por determinação objetiva dos seus impactos setoriais e nos sistemas naturais;
- Desenvolvimento da capacidade científica e tecnológica nacional;
- Identificação de fatores de *stress* ambiental sobre habitats sensíveis;
- Disponibilização de dados, avaliações, previsões e recomendações de suporte à gestão do território.

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE (incluindo FCT)

Financiamento Comunitario:
FP7, HORIZON2020

RECURSOS NATURAIS (SISTEMA INTEGRADO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP3-PA2326-P2326062

DED1 – Recursos Naturais

SD1 – Sistema

AP3 – Sistema Integrado

Efeito(s) - #2

PA – Alteração Climática

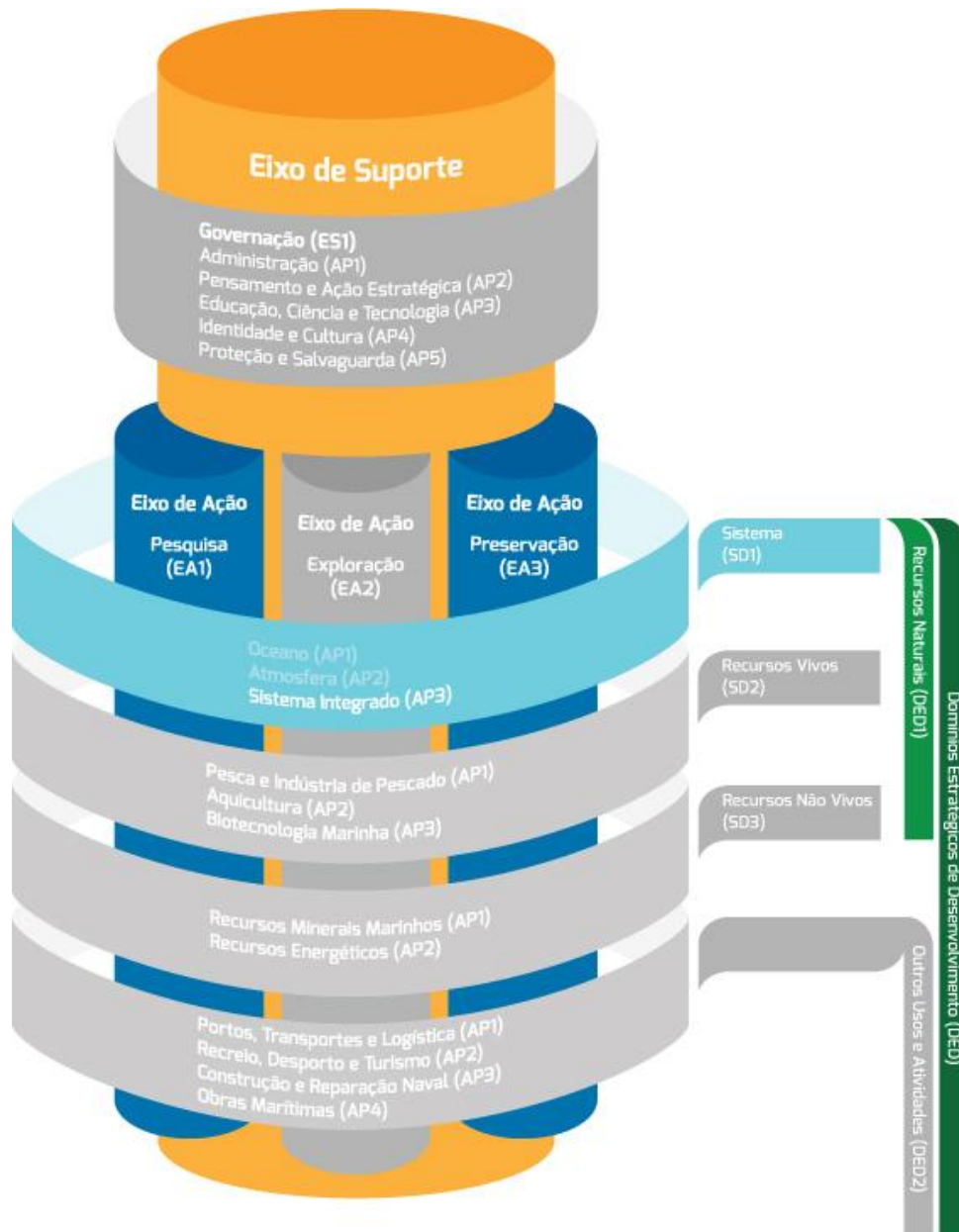
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

SISTEMA INTEGRADO

Alteração Climática

Previsão da Mudança Climática no Século XXI



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Previsão da Mudança Climática no Século XXI

Objetivos

- Participação na modelação numérica de suporte ao 5º Relatório do IPCC;
- Operação de um modelo numérico de previsão do clima no ECMWF;
- Criação dum portal do clima e alterações climáticas para disseminação de resultados de observações e modelos;
- Desenvolvimento de novos serviços de clima, de acordo com as resoluções da OMM;
- Análise de ensemble para o estabelecimento de cenários climáticos década a década, com ênfase no território nacional;
- Estudo da precisão das previsões climáticas;
- Estudo dos impactos sectoriais da mudança climática;
- Estabelecimento de cenários regionais de mudança climática;
- Desenvolvimento de serviços de clima em cooperação com os Países de Língua Portuguesa.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA);
- Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)
- Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia (LNEG)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação;
- Universidades;
- Laboratórios Associados.

Tarefas

1. Contribuição do IPMA para o consórcio *EcEARTH* e preparação do AR5 do IPCC;
2. Estabelecimento do Portal do Clima;
3. Início do Estudo dos Impactos Sectoriais;
4. Estabelecimento do programa nacional de serviços do Clima;
5. Estabelecimento de um acordo de cooperação com os PLOP na área do clima.
6. Publicação dos Impactos Sectoriais da Mudança Climática.
7. Estudo de Requisitos para cenários regionais de mudança climática;
8. Estabelecimento de cenários regionais de mudança climática;
9. Cenários regionais de mudança climática;
10. Manutenção do Portal do Clima;
11. Disponibilização de Cenários Regionais e Sectoriais para o Século XXI.

Resultados Esperados

- Estimativas realistas dos parâmetros de mudança climática no século XXI, década a década;
- Disponibilização para especialistas e para os cidadãos de informação climática qualificada;
- Determinação objectiva dos impactos da mudança climática estimados sector a sector (agricultura, pecuária, construção, água, etc.);
- Redução dos custos de mitigação da mudança climática;
- Desenvolvimento da capacidade científica e tecnológica nacional.

Calendarização

2013:
Tarefas 1 a 5

2014:
Tarefas 6 e 7

2015:
Tarefas 8 e 9

2020:
Tarefas 10 e 11

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE – 200.000,00€ (orçamento IPMA)

RECURSOS NATURAIS (SISTEMA INTEGRADO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP3-PA2326-P2326063

DED1 – Recursos Naturais

SD1 – Sistema

AP3 – Sistema Integrado

Efeito(s) - #1, #3

PA – Alteração Climática

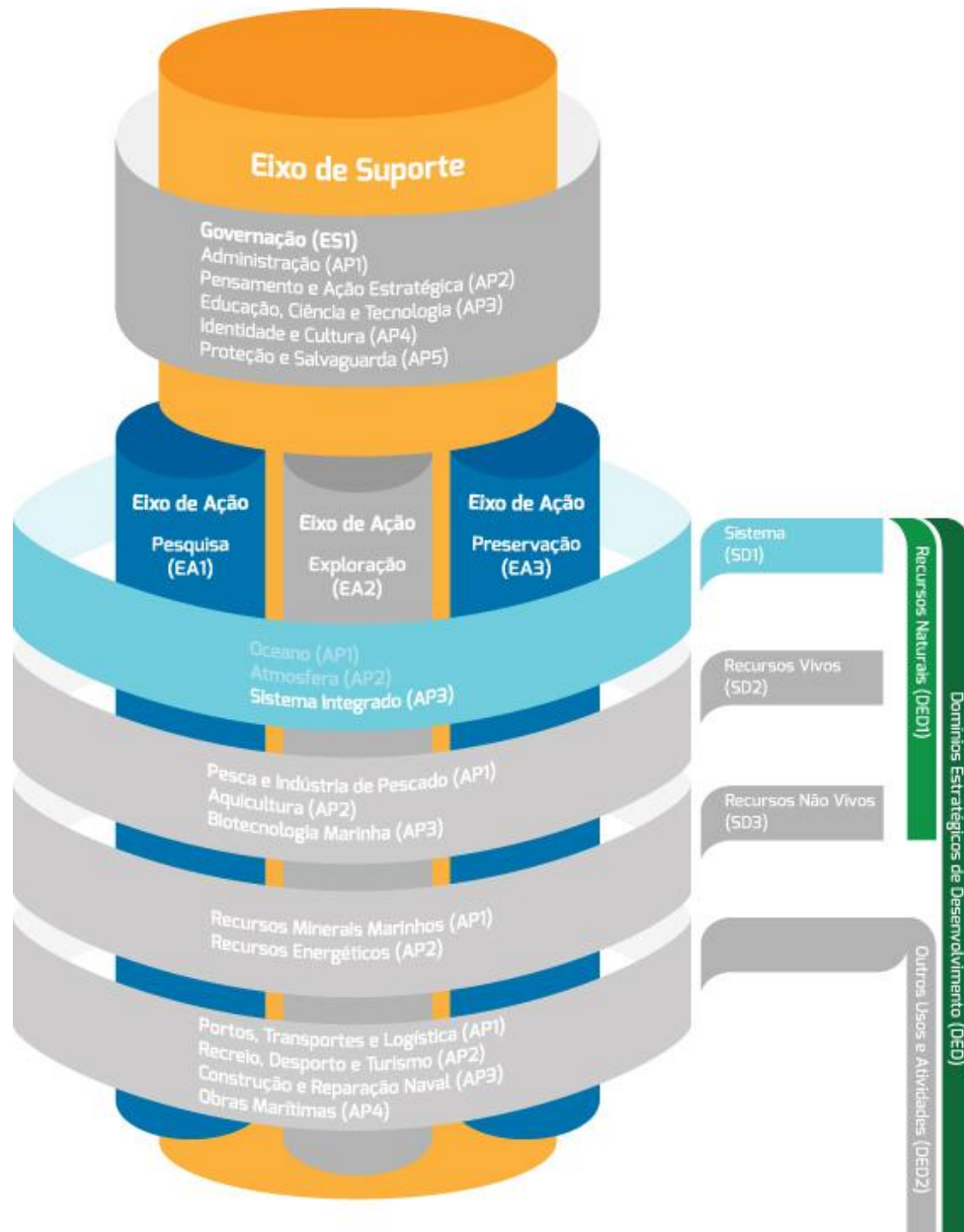
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

SISTEMA INTEGRADO

Alteração Climática

Variabilidade dos Ecossistemas Marinhos



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Variabilidade dos Ecossistemas Marinhos

Objetivos

- Conhecimento das pressões e da variabilidade natural dos ecossistemas marinhos, como contribuição para a implementação da DQEM;
- Avaliação do funcionamento e resposta dos ecossistemas marinhos face às pressões impostas pela mudança climática.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Gabinete da Secretária de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação

Outras entidades

- Entidades do sistema C&T nacional

Tarefas

1. Identificação de ecossistemas e espécies alvo na região da plataforma continental portuguesa;
2. Identificação de espécies de plâncton marinhas, e da distribuição e dinâmica das comunidades;
3. Avaliação da distribuição de ovos e larvas e estimação da sua produção para as principais espécies pelágicas;
4. Obtenção de séries temporais dos parâmetros físicos, químicos e biológicos tidos por relevantes (DQEM) para a caracterização do estado e variabilidade dos ecossistemas alvo.

Resultados Esperados

- Melhoria do conhecimento base sobre a dinâmica dos ecossistemas.
- Identificação de fatores de *stress* ambiental sobre habitats sensíveis.
- Disponibilização de dados, avaliações, previsões e recomendações que permitam suportar a gestão dos recursos haliêuticos por parte da Administração.

Calendarização

2013-2014

Custos e Fontes de Financiamento

A identificar

RECURSOS NATURAIS (SISTEMA INTEGRADO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP3-PA2326-P2326093

DED1 – Recursos Naturais

SD1 – Sistema

AP3 – Sistema Integrado

Efeito(s) - #3

PA – Alteração Climática

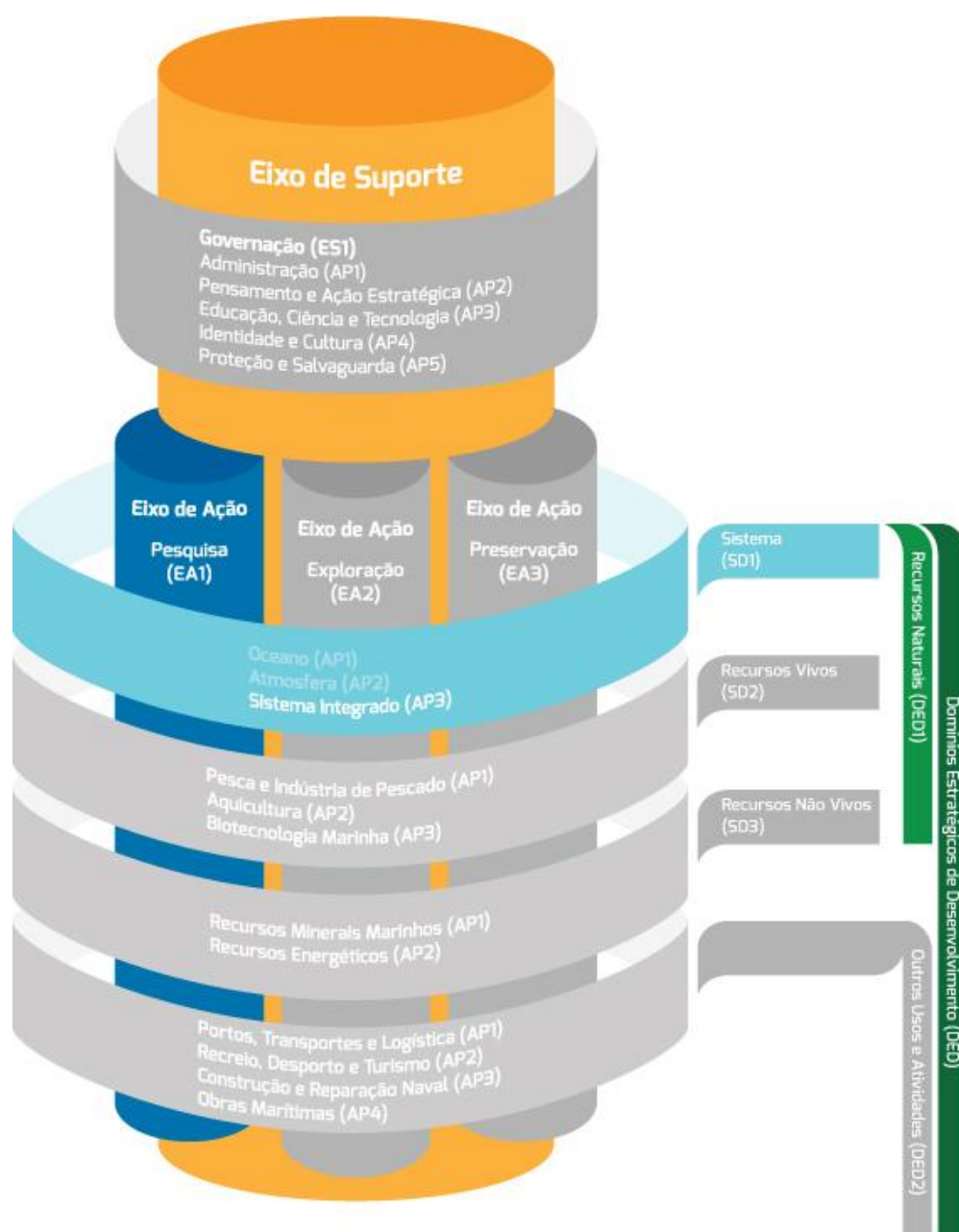
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

SISTEMA INTEGRADO

Alteração Climática

Variações climáticas e ambientais no Pliocénico e no Quaternário



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Variações climáticas e ambientais no Pliocénico e no Quaternário

Objetivos

- Compreender as condições extremas ocorridas no passado em períodos quentes (interglaciares do Plistocénico e o Pliocénico) ou em períodos frios (glaciares, eventos extremos que acoiteceram mesmo no Holocénico com evento 8.2 ka ou pequena idade do gelo);
- Compreender os mecanismos do sistema climático global que os geram e ainda o seu impacto regional, em particular no Atlântico Norte;
- Estudar os processos de mudança abrupta do clima e a sua relação com a dinâmica oceânica.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Gabinete da Secretária de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação

Outras entidades

- Entidades do sistema C&T nacional

Tarefas

1. Análise das variações climáticas no Pacífico Norte e Atlântico Norte durante o Pliocénico, um período quente que é visto como análogo para o clima de futuro;
2. Análise das variações climáticas no sistema Oceano-atmosfera-continente de períodos do Plistocénico, em particular daqueles em que as condições orbitais foram semelhantes às do interglacial em que vivemos;
3. Investigação do papel da Água Mediterrânica (*Mediterranean Outflow Water*) na *Atlantic Meridional Overturning Circulation (AMOC)* durante o Plistocénico;
4. Avaliação do progresso das condições de aquecimento durante as transições entre períodos glaciares e interglaciares;
5. Análise, com resolução plurianual e decadal em sedimentos ou mensal a anual em conchas, das condições climáticas durante o Holocénico;
6. Definição do impacto causado pelo aquecimento global no ciclo hidrológico e nos parâmetros oceânicos tendo como nível de base as condições climáticas anteriores à influência antropogénica;
7. Investigação de novos indicadores para avaliar as condições oceanográficas passadas e a calibração de indicadores globais para regiões particulares como a margem Portuguesa.

Resultados Esperados

- Melhoria do conhecimento sobre o plaeoclima e paleoambiente na região do Atlântico Nordeste.
- Disponibilização de dados, avaliações, previsões e recomendações que permitam suportar cenários de alteração climática e medidas de mitigação.

Calendarização

2013-2015

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - 410.000,00€ (orçamento IPMA)

Financiamento Internacional:

200.000,00€

RECURSOS NATURAIS (SISTEMA INTEGRADO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP3-PA2327

DED1 – Recursos Naturais

Sd1 – Sistema

AP3 – Sistema Integrado

Efeitos:

#2 - Capacidade de avaliação de riscos geológicos, geofísicos e meteorológicos, e a sua integração nos sistemas de mitigação de impactes no ambiente litoral e marinho;

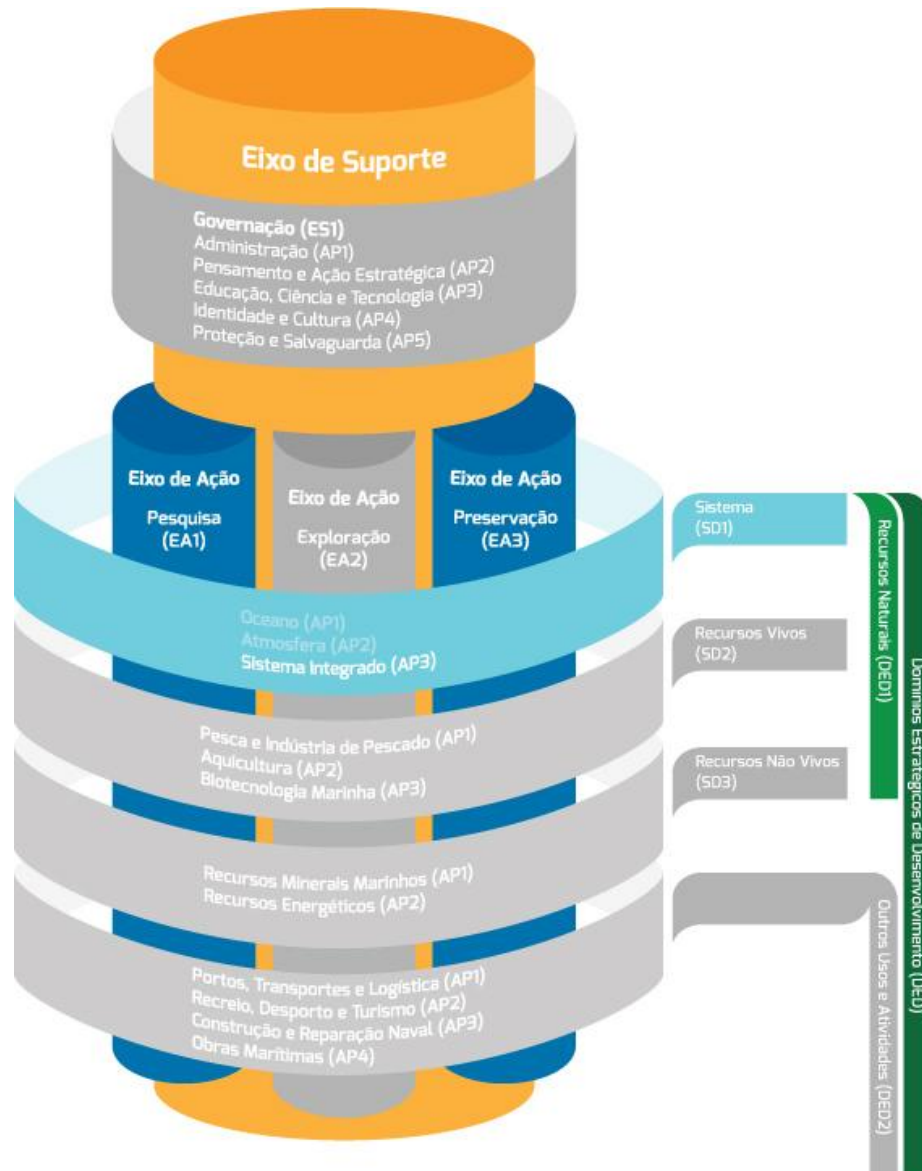
#3 - Capacidade de investigação, científica e tecnológica, de suporte aos usos e atividades marítimas, nos domínios da exploração e preservação, envolvendo recursos *in-situ* e de deteção remota associada ao segmento espacial para observação da Terra;

DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

SISTEMA INTEGRADO

	Riscos e Sistemas de Alerta Precoce
	Sobre-elevação da água do mar - SURGE
	Alerta Geofísico Precoce



Programa de Ação

Riscos e Sistemas de Alerta Precoce

P2327064 - Sobre-elevação da Água do Mar – SURGE

P2327066 - Alerta Geofísico Precoce

Objetivos

- Criar e operacionalizar uma infraestrutura de modelação numérica que permita representar a sobre-elevação da água do mar associado a eventos meteorológicos extremos e integração no sistema de previsão e vigilância meteorológicas do estado do mar nas zonas costeiras de responsabilidade nacional;
- Melhoria do nível de serviço de deteção de sismos em todo o território nacional;
- Caracterização neotectónica da Margem Portuguesa;
- Criar e Operar o Centro de Alerta Precoce de *Tsunamis* e determinação da perigosidade associada a sismos e *tsunamis* através da integração da observação sísmológica, acelerométrica, geodésica e maregráfica.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera - IPMA (MAMAOT)

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Administração Interna (MAI)
- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)
- Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)
- Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia (LNEG)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA);
- Direção Geral do Território (DGT).

Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
- Universidades;
- Laboratórios Associados.

Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projectos

Resultados Esperados

- Redução do impacto da sobre-elevação marinha nas zonas costeiras;
- Aperfeiçoamento da cooperação inter-institucional na área do mar e suporte à cooperação internacional no quadro do Atlântico NE.
- Melhoria do serviço de monitorização de desastres naturais, da sua caracterização rápida, e da transmissão da informação ao sistema nacional de proteção civil;
- Alargamento das variáveis monitorizadas, com relevo para a proteção das zonas costeiras (*tsunamis* e "*storm surges*") e estudo dos seus potenciais impactos nas estruturas edificadas.
- Desenvolvimento da resiliência social aos riscos naturais, através da transmissão de informação credível e qualificada aos cidadãos.

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitario:
HORIZON H2020

RECURSOS NATURAIS (SISTEMA INTEGRADO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP3-PA2327-P2327064

DED1 – Recursos Naturais
SD1 – Sistema
AP3 – Sistema Integrado
Efeito(s) - #2
PA – Riscos e Sistemas de Alerta Precoce

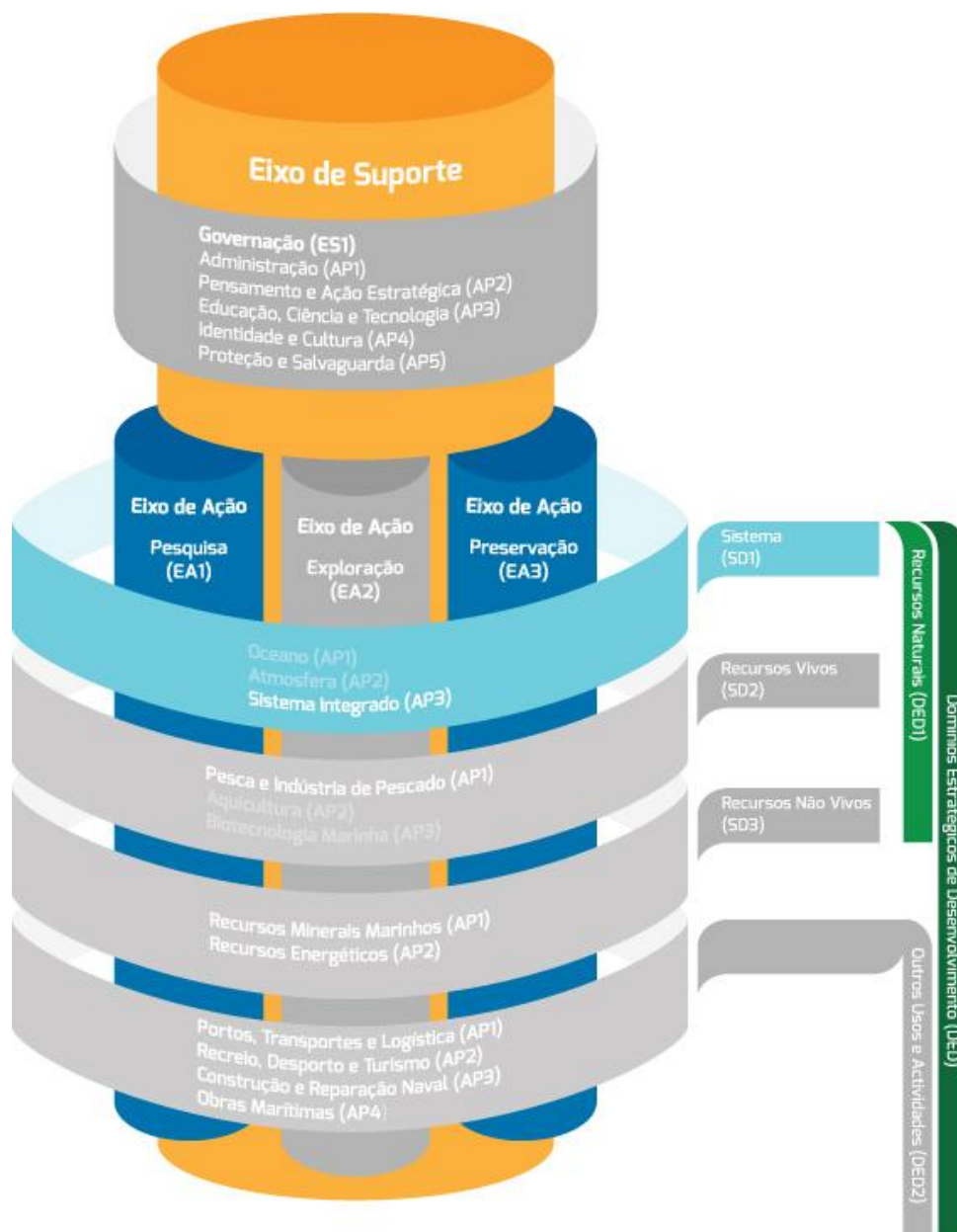
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

SISTEMA INTEGRADO

Riscos e Sistemas de Alerta Precoce

Sobre-elevação da água do mar - SURGE



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Sobre-elevação da Água do Mar - SURGE

Objetivos

- Criar e operacionalizar uma infraestrutura de modelação numérica que permita representar a sobre-elevação da água do mar pelo efeito combinado das variações da pressão à superfície, marés e agitação marítima, cobrindo a área da nova plataforma continental portuguesa;
- Processar imagem de altimetria de satélite de alta frequência para integração no sistema de previsão e vigilância meteorológicas do estado do mar nas zonas costeiras de responsabilidade nacional, através da elaboração de avisos e boletins de previsão de apoio à navegação.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa (MD)
- Instituto Hidrográfico

Ministério da Administração Interna (MAI)
- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC).

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA);
- Direção Geral do Território (DGT).

Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação;
- Universidades;
- Laboratórios Associados.

Tarefas

1. Constituição da equipa e definição de requisitos da modelação numérica;
2. Seleção dos Modelos Numéricos e Instalação no Sistema Informático do IPMA;
3. Aquisição dos dados maregráficos;
4. Desenvolvimento da Cadeia de processamento satélite;
5. Importação e integração das condições fronteira laterais e à superfície (pressão, maré, agitação marítima);
6. Validação do sistema de previsão de *storm surges*;
7. Determinação de níveis de perigosidade e das áreas costeiras em risco;
8. Desenvolvimento de critérios de ativação do sistema;
9. Teste operacional de *downscale*;
10. Definição dos protocolos do sistema de avisos;
11. Formação para os utilizadores de entidades relevantes;
12. Disponibilização dos resultados do modelo e dos produtos de validação;
13. Operação do sistema.

Resultados Esperados

- Redução do impacto da sobre-elevação marinha nas zonas costeiras;
- Aperfeiçoamento da cooperação inter-institucional na área do mar;
- Suporte à cooperação internacional no quadro do Atlântico NE.

Calendarização

Até 31 de Dezembro de 2013:

Tarefas 1 a 6

Até 31 de Dezembro de 2014:

Tarefas 7 a 9

Até 31 de Dezembro de 2015:

Tarefas 10 e 11

Até 31 de Dezembro de 2020:

Tarefas 12 e 13

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE: 80.000,00€ (orçamento IPMA)

Financiamento Internacional:

320.000,00€

RECURSOS NATURAIS (SISTEMA INTEGRADO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP3-PA2327-P2327066

DED1 – Recursos Naturais

SD1 – Sistema

AP3 – Sistema Integrado

Efeito(s) - #2, #3

PA – Riscos e Sistemas de Alerta Precoce

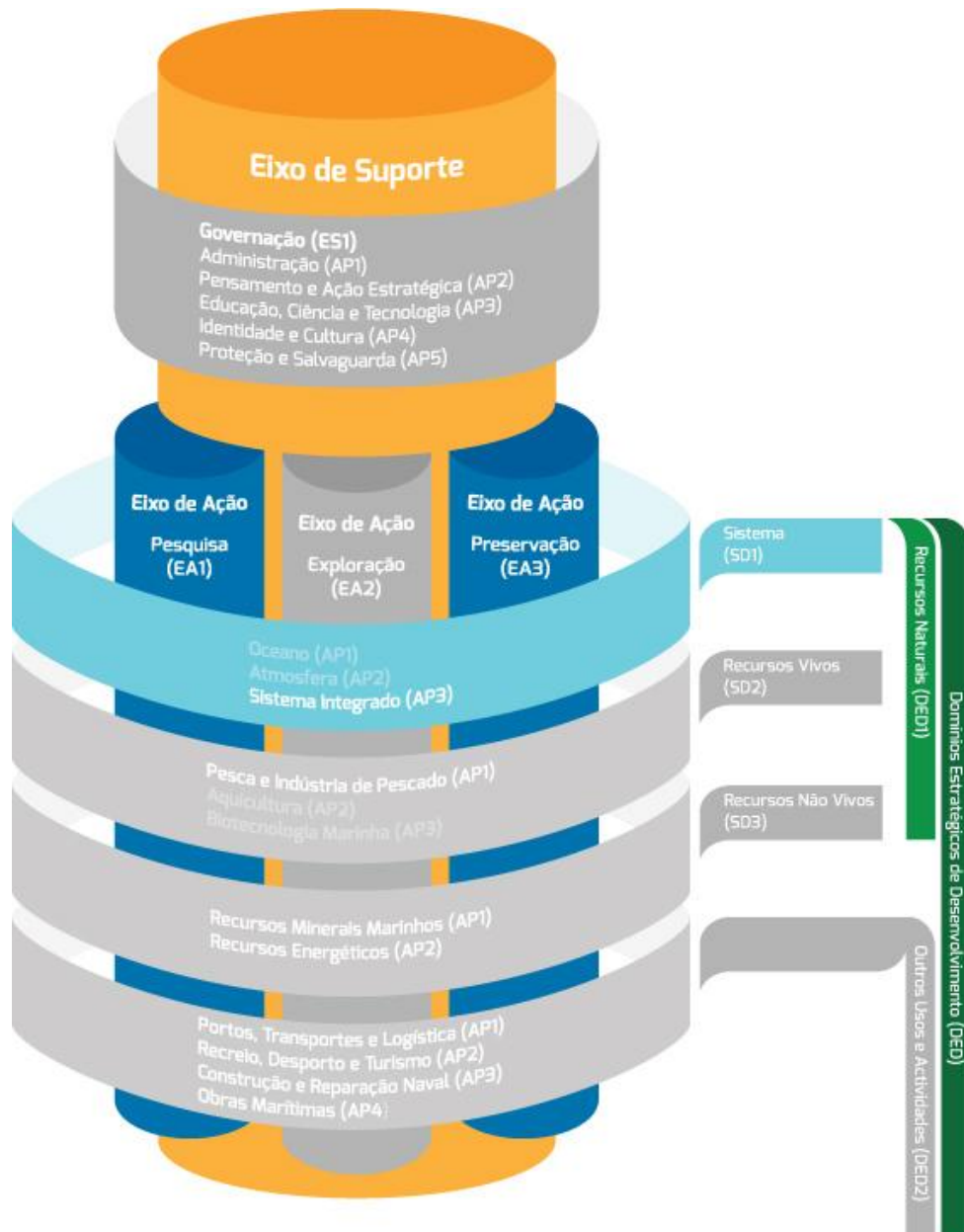
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

SISTEMA INTEGRADO

Riscos e Sistemas de Alerta Precoce

Alerta Geofísico Precoce



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Alerta Geofísico Precoce

Objetivos

- Melhoria do nível de serviço de deteção de sismos em todo o território nacional;
- Criação e Operação do Centro de Alerta Precoce de *Tsunamis*;
- Determinação da perigosidade associada a sismos e *tsunamis*;
- Integração da observação sísmológica, acelerométrica, geodésica e maregráfica;
- Caracterização Neotectónica da Margem Portuguesa;
- Determinação do Potencial de Geração de Sismos e *Tsunamis* na margem portuguesa;
- Instalação e Operação de um Observatório Geomagnético;
- Desenvolvimento do Alerta Precoce de Sismos.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) – MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)
- Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia (LNEG)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA);
- Direção Geral do Território (DGT).

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
- Universidades;
- Laboratórios Associados.

Tarefas

1. Homogeneização da rede de observação sísmológica, com integração progressiva de acelerómetros e receptores GNSS em três estações da rede do IPMA;;
2. Determinação operacional de mecanismos focais, *shakemaps* e previsão de impacto de sismos e sua disponibilização electrónica à comunidade científica e aos cidadãos, através do *site web* do instituto;
3. Escolha da localização do Observatório Geomagnético e observação experimental;
4. Estudo da estrutura profunda da crosta nas regiões submarinas relevantes para o risco sísmico em território nacional, foco na região SWIM;
5. Integração de acelerómetros e receptores GNSS em seis estações da rede do IPMA;
6. Determinação operacional de impactos esperados de sismos e disponibilização electrónica através do *site web* do instituto e de aplicações para dispositivos móveis;
7. Estudo da estrutura profunda da crosta nas regiões submarinas relevantes para o risco sísmico em território nacional, foco na região da Glória;
8. Estudo da estrutura profunda da crosta nas regiões submarinas relevantes para o risco sísmico em território nacional, e definição de um novo modelo sismo-tectónico;
9. Estudo dos mecanismos de rutura sísmica;
10. Estudo da interação *tsunamis*-estruturas;
11. Revisão dos mecanismos de rutura sísmica do catálogo português;
12. Revisão das regiões geradoras de deslizamentos *tsunamigénicos* no SW Ibérico;
13. Operação do Centro de Alerta Precoce de *Tsunamis* 24 x 7;
14. Instalação e Operacionalização do Observatório Geomagnético;
15. Caracterização de depósitos sedimentares associados a *tsunamis* na plataforma algarvia, e estudo do potencial de geração de *tsunamis* desencadeados por deslizamentos submarinos na margem SW

portuguesa;

16. Manutenção de informação neotectónica para a gestão dos riscos e os cidadãos;

17. Desenvolvimento de ações de informação junto das comunidades locais, visando o esclarecimento dos perigos naturais, o acesso à informação qualificada, a preparação, a gestão das situações de emergência e de recuperação.

Resultados Esperados

- Melhoria do serviço de monitorização de desastres naturais, da sua caracterização rápida, e da transmissão da informação ao sistema nacional de proteção civil;
- Alargamento das variáveis monitorizadas, com relevo para a proteção das zonas costeiras (*tsunamis* e “*storm surges*”) e das telecomunicações (variação geomagnética);
- Melhoria da capacidade de previsão do impacto dos sismos e *tsunamis* no edificado e nas populações;
- Desenvolvimento da resiliência social aos riscos naturais, através da transmissão de informação credível e qualificada aos cidadãos.

Calendarização

Até 31 de Dezembro de 2013:

Tarefas 1 a 4

Até 31 de Dezembro de 2014:

Tarefas 5 a 9

Até 31 de Dezembro de 2015:

Tarefas 10 a 12

Até 31 de Dezembro de 2020:

Tarefas 13 a 17

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE: 800.000,00€ (orçaeamento IPMA)

Financiamento Internacional:

2.500.000,00€

RECURSOS NATURAIS (SISTEMA INTEGRADO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP3-PA2328

DED1 – Recursos Naturais

SD1 – Sistema

AP3 – Sistema Integrado

Efeito(s)

#1 - Capacidade tecnológica para apoio à investigação científica orientada para o mar profundo.

#2 - Capacidade de avaliação de riscos geológicos, geofísicos e meteorológicos, e a sua integração nos sistemas de mitigação de impactes no ambiente litoral e marinho;

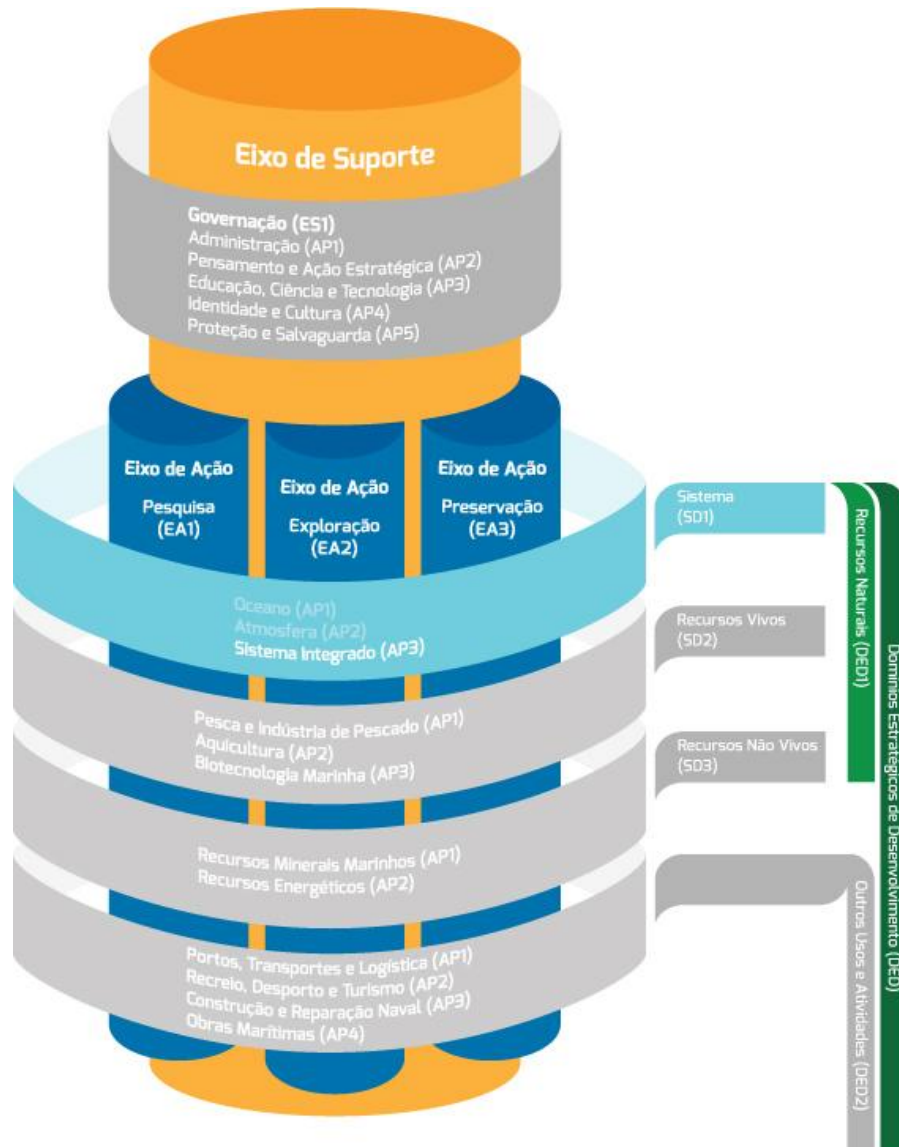
#3 - Capacidade de investigação, científica e tecnológica, de suporte aos usos e atividades marítimas, nos domínios da exploração e preservação, envolvendo recursos *in-situ* e de deteção remota associada ao segmento espacial para observação da Terra;

DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

SISTEMA INTEGRADO

Observação e Conhecimento	
	Informação Geográfica Integrada
	Estrutura de Modelação Oceânica - EMOCEAN
	Infraestruturas e Equipamentos Operacionais
	Projecto de Extensão da Plataforma Continental - PEPC



Programa de Ação

Observação e Conhecimento

P2328067 - Informação Geográfica Integrada
P2328068 - Estrutura de Modelação Oceânica - EMOCEAN
P2328069 - Infraestruturas e Equipamentos Operacionais
P2328070 - Projeto de Extensão da Plataforma Continental - PEPC

Objetivos

- Dotar o país de um navio multiusos, por forma a incrementar a capacidade instalada de investigação multidisciplinar no Atlântico, contemplando todos os domínios entre a zona costeira e o mar ultra-profundo;
- Desenvolver uma Infra-estrutura de Dados Espaciais Marítimos (MSDI), a qual será elaborada com base num ambiente comum de partilha de dados para integrar e partilhar todos os dados marinhos disponíveis e relacionados;
- Criar e disponibilizar serviços de dados para posterior integração no Serviço Nacional de Informação do Mar (SNIMar);
- Criar uma infra-estrutura de modelação numérica oceânica operacional, cobrindo a área da nova plataforma continental portuguesa (EMOCEAN);
- Desenvolver produtos baseados no processamento de imagem de satélite de alta frequência, destinados à pesca, ao ambiente marinho e à náutica de recreio.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera - IPMA (MAMAOT) e Estrutura de Missão Para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) – MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Administração Interna (MAI)
- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção Geral da Política do Mar (DGPM)
- Direção Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão Para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera - IPMA

Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
- Universidades;
- Laboratórios Associados.

Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Resultados Esperados

- Infra-estrutura de dados espaciais marinhos desenvolvida num ambiente comum de partilha;
- Redução significativa de custos associados à manutenção e utilização dos sistemas de informação na gestão dos dados do projeto de extensão da plataforma continental;
- Geração de produtos de valor acrescentado quer da parte pública, quer privada, com base na partilha de dados obtidos no decorrer do processo de extensão da plataforma continental.
- Disponibilização de previsão conjunta atmosfera-oceano;
- Novos produtos derivados de apoio à pesca (temperatura de superfície, salinidade, produção primária);
- Novos produtos derivados de apoio à proteção do ambiente litoral (incluindo impacto aquacultura);
- Aperfeiçoamento da cooperação na área do mar;
- Produtos derivados de apoio aos desportos náuticos (incluindo surf e vela);
- Operacionalização de um novo navio de investigação multiusos;
- Incremento da capacidade de investigação no mar;
- Melhoria do conhecimento base sobre o sistema Oceano;
- Afirmção internacional de Portugal na investigação do ambiente marinho.

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitario:
HORIZON 2020, PROMAR

Financiamento de Cooperação:
Mecanismo Financeiro do EEA 2009-2014

RECURSOS NATURAIS (SISTEMA INTEGRADO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP3-PA2328-P2328067

DED1 – Recursos Naturais

SD1 – Sistema

AP3 – Sistema Integrado

Efeito(s) - #2

PA – Observação e Conhecimento

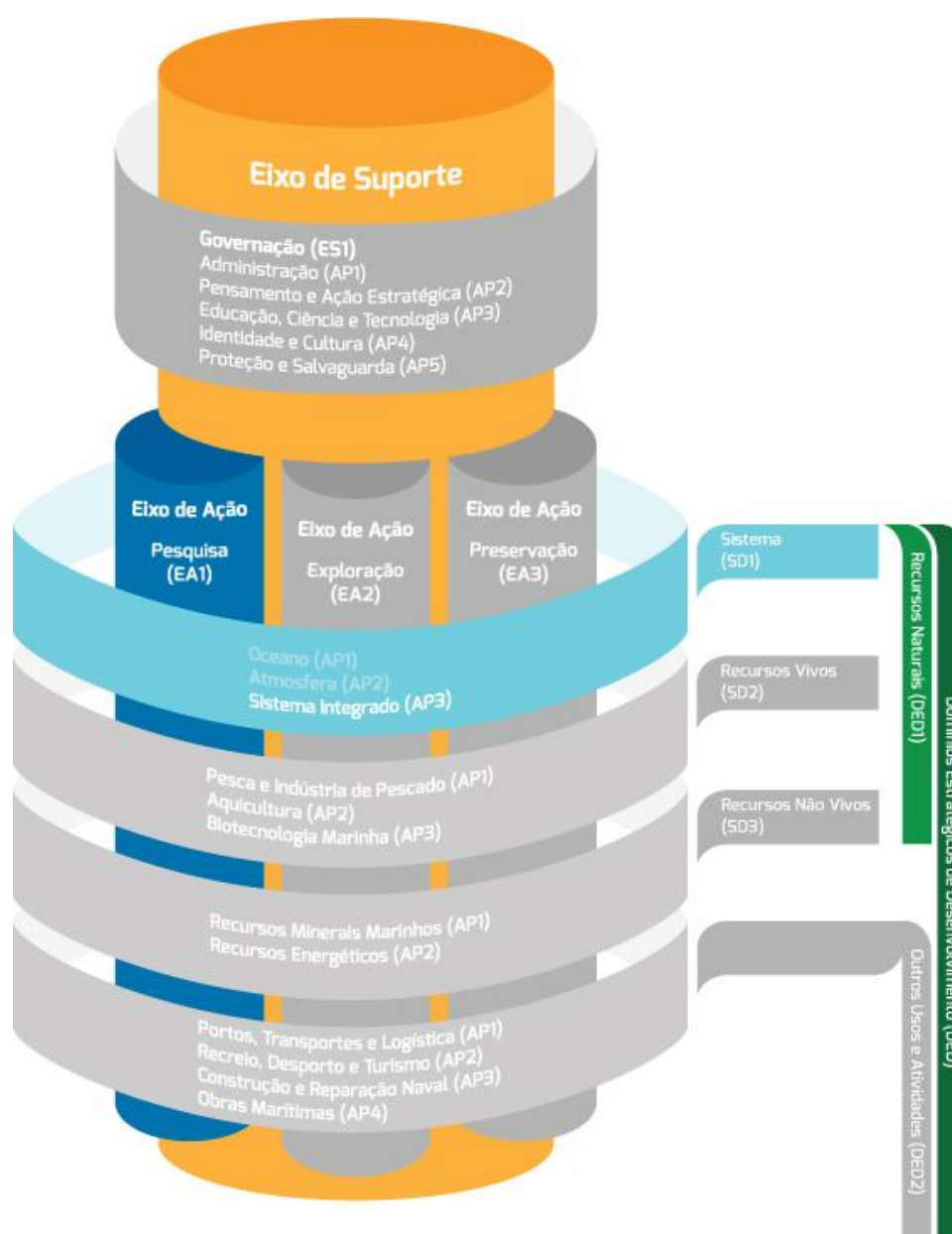
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

SISTEMA INTEGRADO

Observação e Conhecimento

Informação Geográfica Integrada



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Informação Geográfica Integrada

Objetivos

- Desenvolver uma Infra-estrutura de Dados Espaciais Marítimos (MSDI), a qual será elaborada com base num ambiente comum de partilha de dados para integrar e compartilhar todos os dados marinhos disponíveis e relacionados.

Desenvolvimento: Será adotado um modelo de dados marinhos comum para permitir assimilar a grande diversidade de dados que existe em todas as instituições que intervêm nesta área;

Os objetivos específicos do projeto são:

- Fortalecer a infra-estrutura de informação espacial e integração com registos de referência existentes (Serviço Nacional de Informação Geográfica);
- Reduzir significativamente o tempo de espera para a obtenção de informações de alta qualidade temática dos interessados que irá economizar tempo e custos de acesso à informação;
- Aumentar a disponibilidade dos serviços prestados *on-line* pela administração pública na área de bancos de dados espaciais sobre o ambiente natural;
- Aumentar o número de registos e serviços em zona de proteção ambiental e costeira em relação aos dados hidrográficos e temáticos disponíveis em plataformas eletrónicas;
- Assegurar a manutenção do actual sistema de forma a preservar os dados existentes e integrar os novos dados decorrentes das campanhas realizadas no mar;
- Assegurar a evolução do sistema implementado para ambiente de aplicações livre de licenças e de código aberto;
- Criar e disponibilizar serviços de dados para posterior integração no Serviço Nacional de Informação do Mar (SNIMar).

Entidade Coordenadora

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) – MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

As entidades participantes aqui elencadas, potenciais utilizadoras da plataforma, terão um papel de acompanhamento em sede de grupo trabalho de aconselhamento, um órgão consultivo, interlocutor da entidade coordenadora.

Ministério da Defesa Nacional (MDN)
- Instituto de Hidrográfico (IH)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) - Coordenação
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Outras entidades

- Autoridade Cartográfica da Noruega (NMA)
- Levantamento Topográfico Nacional da Islândia (observatório)
- Academias e instituições de pesquisa Nacional e Internacional
- Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa – Instituto Dom Luiz (IDL)

Tarefas

1. Coordenação e Gestão do Projeto;
2. Política - Acordos entre os parceiros, direitos de cópia, políticas de preços; documento-quadro (normas e componentes);
3. Quadro técnico - *Hardware* e configuração do *software*; rede; Protótipo da solução; Abordagem de solução nuvem; Implementação da solução técnica final;
4. Executar as ações de manutenção (recuperação e *backup*) do sistema de gestão de base de dados,

- subjacente ao InforM@r;
5. Desenvolver sistema de capacidade análoga ao atualmente implementado em ambiente *Open Source*, garantindo todas as funcionalidades implementadas;
 6. Gerar, numa primeira fase, serviços de dados *Web Map Services (WMS)* e, posteriormente, serviços de dados *Web Feature Services*, para partilhar parte dos dados desclassificados ao público em geral;
 7. Integração no SNIMar.

Resultados Esperados

- Infra-estrutura de dados espaciais marinhos desenvolvida num ambiente comum de partilha
- Redução significativa de custos associados à manutenção e utilização dos sistemas de informação na gestão dos dados do projeto de extensão da plataforma continental;
- Manutenção da qualidade e segurança do acesso aos dados da plataforma continental;
- Geração de produtos de valor acrescentado, quer da parte pública, quer privada, com base na partilha de dados obtidos no decorrer do processo de extensão da plataforma continental.

Calendarização

2013:

Tarefas 2 a 4

2014-2015:

Tarefas 5 a 7

2013-2015:

Tarefa 1

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - 352.950,00€ (orçamento IPMA e DGPM)

Financiamento de Cooperação:

Mecanismo Financeiro do EEA 2009-2014 (*predefined project PA2*) - 2.000.050,00€

Custo Total: 2.353.000,00€

Custo total previsto ao longo do triénio 2013-2015:

2013: 873.000,00€

2014: 1.005.000,00€

2015: 475.000,00 €

RECURSOS NATURAIS (SISTEMA INTEGRADO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP3-PA2328-P2328068

DED1 – Recursos Naturais

SD1 – Sistema

AP3 – Sistema Integrado

Efeito(s) - #2

PA – Observação e Conhecimento

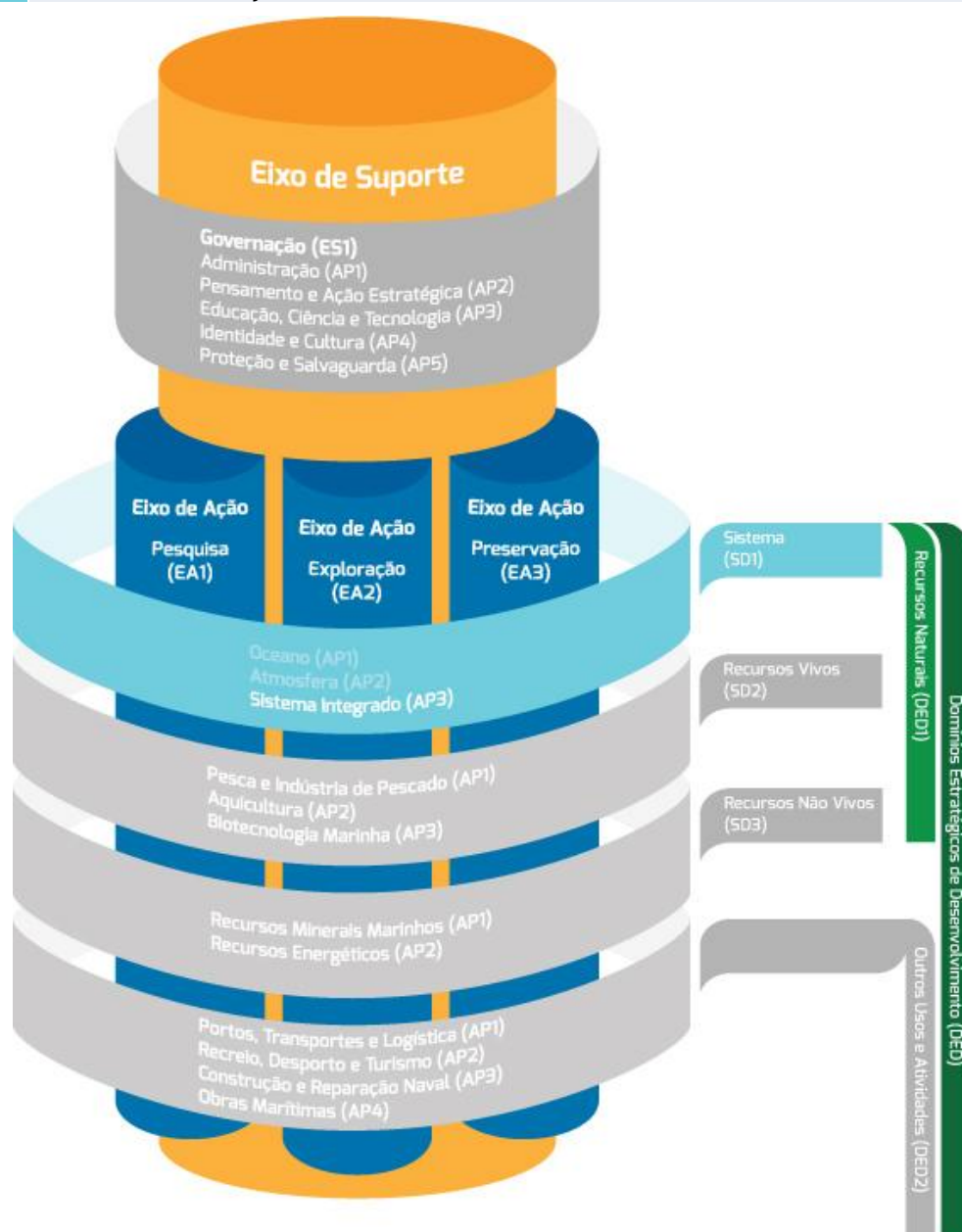
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

SISTEMA INTEGRADO

Observação e Conhecimento

Estrutura de Modelação Oceânica - EMOCEAN



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Estrutura de Modelação Oceânica - EMOCEAN

Objetivos

- Criar uma infraestrutura de modelação numérica oceânica operacional, cobrindo a área da nova plataforma continental portuguesa,
- Desenvolver produtos baseados no processamento de imagem de satélite de alta frequência, destinados à pesca, ao ambiente marinho, e à náutica de recreio.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)
- Instituto Hidrográfico (IH)

Ministério da Economia e Emprego (MEE)
- Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Universidades;
- Laboratórios Associados.

Tarefas

1. Constituição da equipa e definição de requisitos do sistema de modelação numérica;
2. Definição de requisitos da cadeia de processamento satélite;
3. Seleção e Instalação do Modelo Numérico, importação das condições fronteira e teste operacional;
4. Definição de requisitos do sistema de processamento;
5. Desenvolvimento da Cadeia de processamento satélite;
6. Aquisição do sistema de processamento;
7. Definição de requisitos dos produtos para a pesca e o ambiente marinho;
8. Seleção de áreas para *downscale* e aquisição de observações;
9. Articulação com modelos de dinâmica biológica;
10. Integração em tempo real de dados de observação e modelação.
11. Disponibilização do modelo dinâmico e dos produtos satélite;
12. Definição de requisitos dos produtos para a náutica de recreio;
13. Operação do EMOCEAN.

Resultados Esperados

- Disponibilização de previsão conjunta atmosfera-oceano;
- Novos produtos derivados de apoio à pesca (temperatura de superfície, salinidade, produção primária);
- Novos produtos derivados de apoio à protecção do ambiente litoral (incluindo impacto na aquicultura);
- Aperfeiçoamento da cooperação na área do mar;
- Produtos derivados de apoio aos desportos e náutica de recreio (incl. surf e vela)
- Suporte à cooperação internacional no quadro do Atlântico NE.
- Cooperação internacional na área de observação da Terra
- Aumento do impacto dos sistemas operacionais do IPMA com impacto internacional.

Calendarização

2013:

Tarefas 1 a 4

2014:

Tarefas 5 a 7

2016:

Tarefas 8 a 13

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - 240.000,00€ (orçamento IPMA)

Financiamento Comunitário:

FCP (PROMAR) - 960.000,00€

RECURSOS NATURAIS (SISTEMA INTEGRADO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP3-PA2328-P2328069

DED1 – Recursos Naturais

Sd1 – Sistema

AP3 – Sistema Integrado

Efeito(s) - #1, #2, #3

PA – Observação e Conhecimento

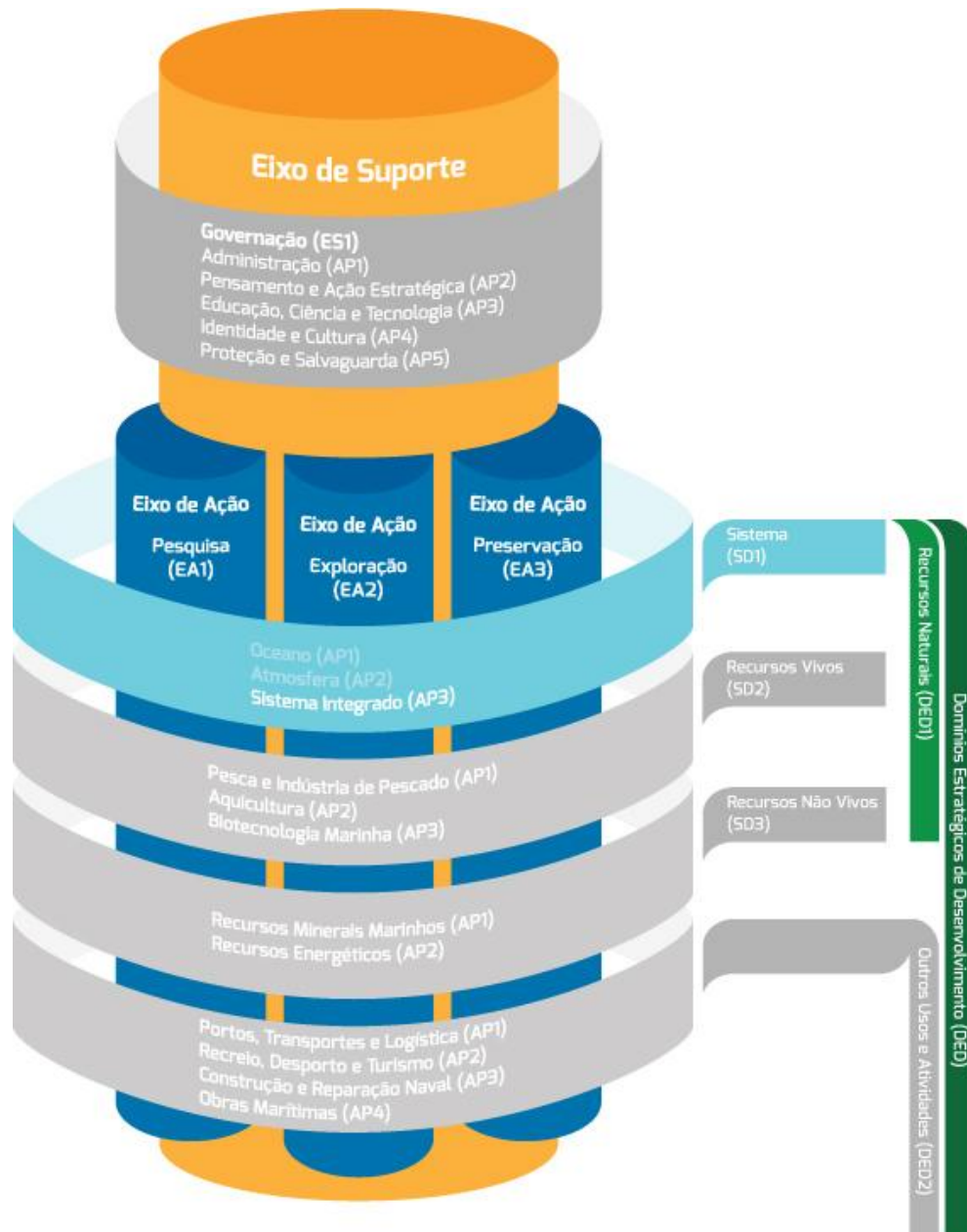
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

SISTEMA INTEGRADO

Observação e Conhecimento

Infraestruturas e Equipamentos Operacionais



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Infraestruturas e Equipamentos Operacionais

Objetivos

- Dotar o país de um navio multiusos, por forma a incrementar a capacidade instalada de investigação multidisciplinar no Atlântico, contemplando todos os domínios entre a zona costeira e o mar ultra-profundo.

Desenvolvimento: O navio, a adquirir em segunda mão, deverá ter capacidade oceânica e será transformado e equipado para acomodar dois modos principais de operação: haliêutica (capacidade de arrasto, utilização de outras artes de pesca e conservação do pescado) e com capacidade para operar com o ROV LUSO ou com outro sistema ROV, nomeadamente o futuro ROV-PT (equipado com posicionamento acústico e posicionamento dinâmico);

O navio será equipado com moderno equipamento de investigação, permitindo a aquisição de dados fundamentais em disciplinas como: oceanografia, geologia, geofísica, biologia, pescas, meteorologia, acústica, hidrografia, entre outras;

O navio será equipado com moderno equipamento de investigação, permitindo a aquisição de dados fundamentais em disciplinas como: oceanografia, geologia, geofísica, biologia, pesca, meteorologia, acústica, hidrografia, entre outras;

O navio suportará um significativo conjunto de objetivos e ações do Plano Mar-Portugal ou resultantes de compromissos internacionais de Portugal, de que são exemplo: Investigação no quadro da DQEM; suporte às políticas nacionais no quadro da Política Comum de Pescas; investigação de áreas marinhas protegidas (Convenção OSPAR) e de áreas da Rede Natura 2000; avaliação do potencial em matérias-primas nos fundos marinhos; e suporte a atividades e usos no quadro da economia do mar, entre outros.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

As entidades participantes aqui elencadas, potenciais utilizadoras da plataforma, terão um papel de acompanhamento em sede de grupo de trabalho de aconselhamento, um órgão consultivo, interlocutor da entidade coordenadora

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - Coordenação

Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Outras entidades
- Universidades e Laboratórios Associados a designar

Tarefas

1. Gestão e coordenação técnica e financeira do projeto;
2. Definição técnica da plataforma e dos equipamentos e aparelhos de força, estudos prospetivos no mercado internacional (casco), preparação e execução dos concursos internacionais;
3. Definição das especificações técnicas e desenho do projeto de modernização e alteração, definição das especificações técnicas do equipamento científico a instalar, estudos prospetivos de mercado (estaleiro, preparação e execução de concursos internacionais para serviços de modernização e aquisição de equipamento científico, execução dos trabalhos de estaleiro, testes de mar e treino da tripulação);
4. Comunicação e divulgação do projeto.

Resultados Esperados

- Operacionalização de um novo navio de investigação multiusos;
- Incremento da capacidade de investigação no mar;
- Melhoria do conhecimento base sobre o sistema Oceano,
- Suporte à economia do mar;
- Suporte à governação, às políticas sectoriais e aos requisitos de informação no quadro de compromissos europeus e outros compromissos internacionais;
- Suporte à cooperação internacional no Atlântico NE;
- Afirmação internacional de Portugal na investigação do ambiente marinho.

Calendarização

2013-2014

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - 1.535.295€ (orçamento IPMA)

Financiamento de Cooperação:

Mecanismo Financeiro do EEA 2009-2014 (WP1 – *Predefined project* PA2) - 8.500.000,00€

Custo Total: 10.035.295,00€

Custo total previsto ao longo do biénio 2013-2014:

2013: 9.000.000,00€

2014: 1.035.295,00€

RECURSOS NATURAIS (SISTEMA INTEGRADO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd1-AP3-PA2328-P2328070

DED1 – Recursos Naturais
Sd1 – Sistema
AP3 – Sistema Integrado
Efeito(s) - #1
PA – Observação e Conhecimento

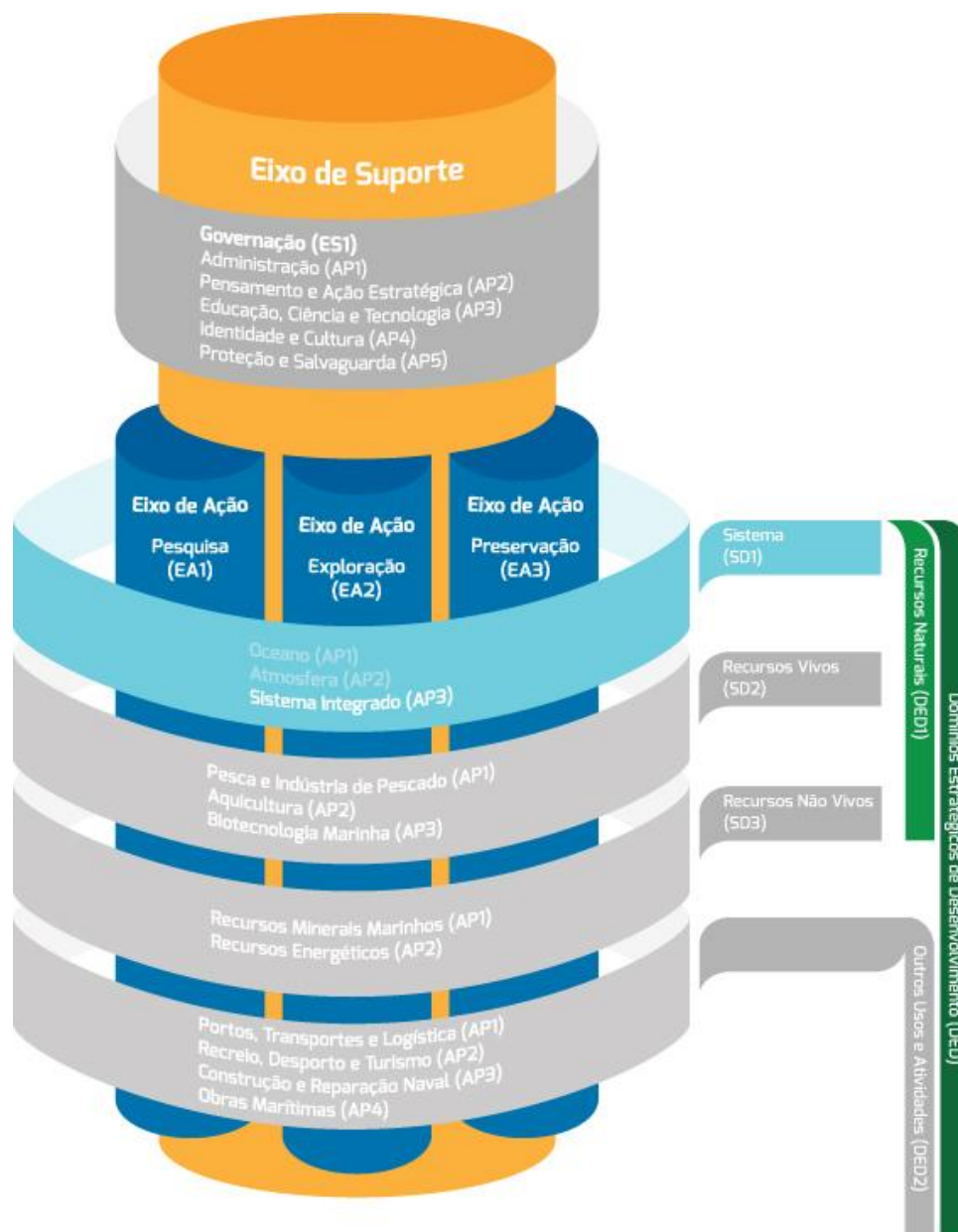
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD1 - SISTEMA

SISTEMA INTEGRADO

Observação e Conhecimento

Projeto de Extensão da Plataforma Continental - PEPC



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Projeto de Extensão da Plataforma Continental - PEPC

Objetivos

- Continuar a desenvolver o conhecimento das características geológicas e hidrográficas do fundo submarino ao largo, para enriquecimento da proposta portuguesa de extensão da plataforma continental para além das 200 milhas náuticas;
- Promover a prospeção de recursos naturais marinhos no âmbito dos projetos a levar a cabo pela EMEPC, nomeadamente nos cruzeiros científicos realizados no quadro do Projeto de Extensão da Plataforma Continental;
- Manter e atualizar a estrutura de base de dados de apoio ao projeto de extensão da plataforma continental criando a base para apoio ao projeto de extensão da plataforma continental;
- Reforçar o corpo científico nacional promovendo a realização de programas de doutoramento e formação avançada diretamente relacionados com o projeto de extensão da plataforma continental;
- Promover a participação de jovens estudantes e investigadores nos projectos promovidos pela EMEPC, nomeadamente através da seu envolvimento nos cruzeiros científicos a realizar para o efeito como contribuição para o esforço nacional de regresso ao oceano.

Entidade Coordenadora

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) – MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) – Coordenação

Outras Entidades

- Institutos públicos
- Laboratórios do Estado
- Universidades
- Centros de Investigação

Tarefas

1. Planeamento e realização de ações de conhecimento das características geológicas e hidrográficas do fundo submarino ao largo;
2. Realização de campanhas oceanográficas dedicadas a colmatar as lacunas de informação identificadas, por forma a completar a caracterização cartográfica dos fundos marinhos;
3. Atualização da estrutura de base de dados de apoio ao projeto de extensão da plataforma continental criando a base de um sistema nacional de monitorização e gestão integrada do oceano;
4. Apoio a projetos de investigação diretamente relacionados com o projeto de extensão da plataforma continental, nomeadamente em sistemas de informação geográfica (SIG), geologia, geofísica, biologia e direito internacional público.

Resultados Esperados

- Enriquecimento da proposta de extensão da plataforma continental de Portugal;
- Melhoria da caracterização e conhecimento dos fundos marinhos, especialmente nas zonas para as quais a informação atualmente disponível é inexistente ou de reduzida qualidade;
- Utilização pela comunidade científica, nacional e internacional, dos dados adquiridos no decurso do Projeto de Extensão da Plataforma Continental (PEPC);
- Publicação de trabalhos científicos relacionados com o projeto de extensão da plataforma continental, nomeadamente nas áreas de sistemas de informação geográfica (SIG), geologia, geofísica, biologia e direito internacional público.

Calendarização

2013 - 2018:

- Realização de Campanhas Oceanográficas de recolha de dados de geologia, geofísica e hidrografia;
- Processamento dos dados recolhidos;
- Atualização da informação para a defesa da proposta de extensão da plataforma continental de Portugal;
- Análise das propostas já apresentadas e das recomendações emitidas pela Comissão de Limites da Plataforma Continental;
- Publicação de trabalhos científicos relacionados com o projeto de extensão da plataforma continental;
- Realização de apresentações e palestras para divulgação do projeto de extensão da plataforma continental de Portugal e sensibilização nacional para esta oportunidade;
- Participação em conferências internacionais no âmbito do processo de extensão da plataforma continental e dos recursos dos fundos marinhos.

2014 - 2017:

- Apresentação dos resultados deste projeto em conferências nacionais e internacionais.

2018:

- Edição de uma publicação com a atualização da avaliação do desenvolvimento deste projeto.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

-
- OE (orçamento EMEPC incluído no projeto de extensão da Plataforma Continental)



RECURSOS NATURAIS – RECURSOS VIVOS

ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA J RECURSOS NATURAIS - PESCA E INDÚSTRIA DO PESCADO



RECURSOS NATURAIS (PESCA E INDÚSTRIA DO PESCADO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd2-AP1-PA3130-P3130072

DED1 – Recursos Naturais

Sd2 – Recursos Vivos

AP1 – Pesca e Indústria do Pescado

Efeito(s) - #1

PA - Valorização dos Recursos Pesqueiros

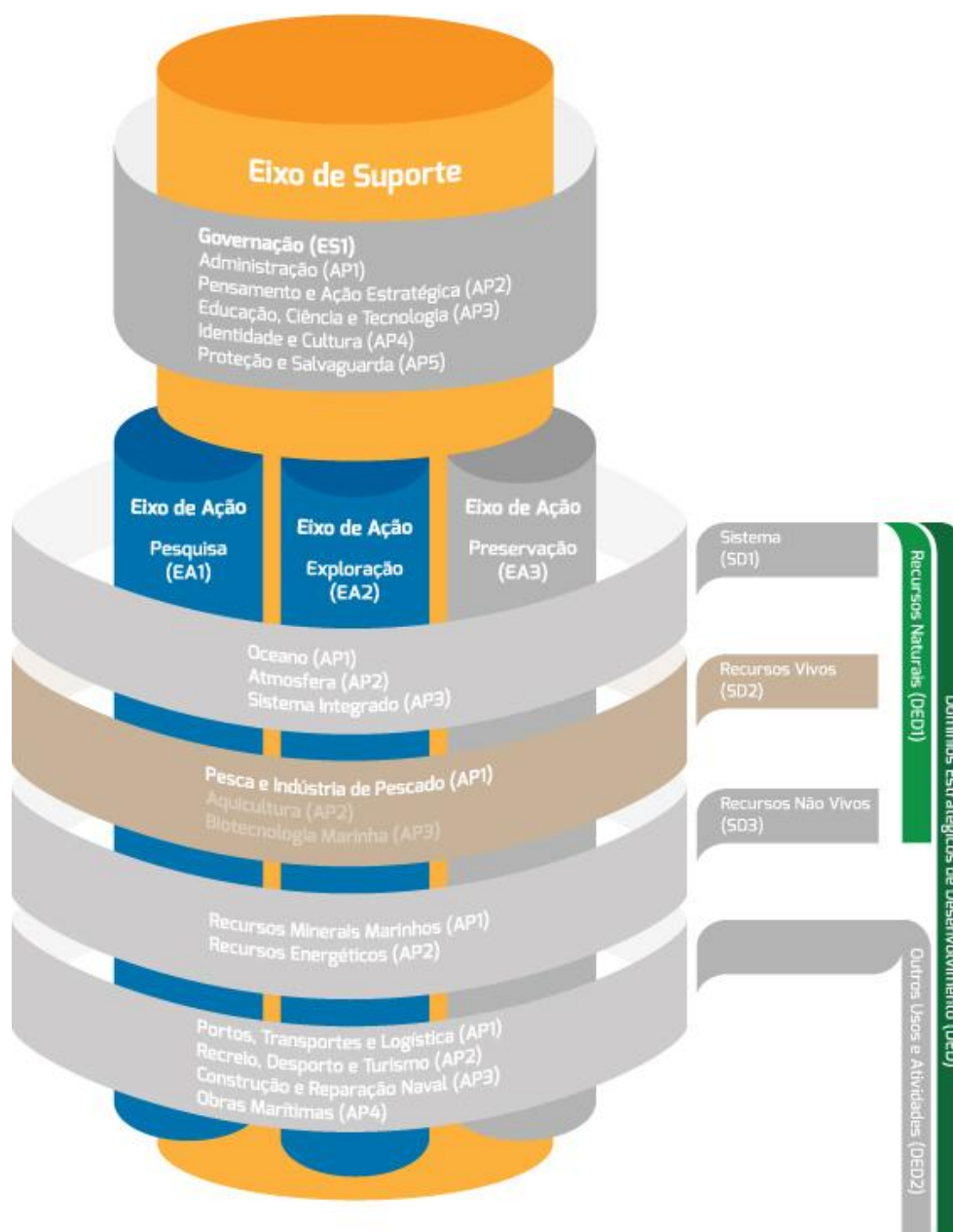
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

PESCA E INDÚSTRIA DO PESCADO

Valorização dos Recursos Pesqueiros

Cadeia de Valor dos Recursos Vivos Marinhos



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Cadeia de Valor dos Recursos Vivos Marinhos

Objetivos

- Desenvolver actividades de investigação e de inovação tecnológica no âmbito do apoio à fileira da pesca e aquicultura, numa perspectiva de qualificação dos produtos de origem marinha.

Desenvolvimento:

Pretende-se dar continuidade à obtenção de bases científicas de aconselhamento, colaborar na preparação de normas e regulamentos, disponibilizar, transferir conhecimento para as empresas e para a sociedade e contribuir para uma produção e consumo mais responsáveis.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Docapesca
- Direções-Regionais da Agricultura e Pescas (DRAP)

Outras entidades

- Empresas de transformação do Pescado
- Universidades
- Associações de Pesca
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projectos

Tarefas

1. Avaliar os benefícios e riscos do consumo de pescado e impacto na saúde pública;
2. Ampliar a informação nutricional sobre os produtos da pesca e aquicultura mais consumidos, avaliação dos principais perigos biológicos e químicos, no contexto da qualidade;
3. Realizar estudos sobre a bioacessibilidade de alguns nutrientes existentes em produtos da pesca e aquicultura, como os ácidos gordos do tipo ómega 3, em cru e após tratamento culinário, com recurso a modelos de digestão de modo a avaliar a qualidade destes produtos;
4. Garantir a qualidade e higiene alimentar de produtos da pesca e aquicultura, incluindo crustáceos, moluscos bivalves e gastrópodes;
5. Desenvolver novas tecnologias de processamento de moluscos bivalves e crustáceos;
6. Aplicar novas ferramentas no controlo da rastreabilidade e da rotulagem genética do pescado.

Resultados Esperados

- Aumentar a segurança alimentar associada ao consumo humano dos produtos do mar;
- Melhorar os mecanismos de certificação e rastreabilidade dos produtos vendidos ao consumidor;
- Desenvolver novas tecnologias de valorização dos produtos da pesca.

Calendarização

Em fase de programação

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE - 206,499€ (Orçamento IPMA baseado em candidatura a projectos)

Financiamento comunitário:

FCP (PROMAR) - 811,527€

RECURSOS NATURAIS (PESCA E INDÚSTRIA DO PESCADO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd2-AP1-PA3131

DED1 – Recursos Naturais

Sd2 – Recursos Vivos

AP1 – Pesca e Indústria do Pescado

Efeito(s) –

#1 - Setor moderno e eficiente, com boas práticas ambientais e inovador na gama de produtos, processos de captura, transformação e conservação.

#4 - Gestão dos *stocks* de pesca, seletividade dos processos de captura e redução das rejeições.

#5 - Gestão eficaz e eficiente do setor, no quadro da PCP e da PMI.

DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

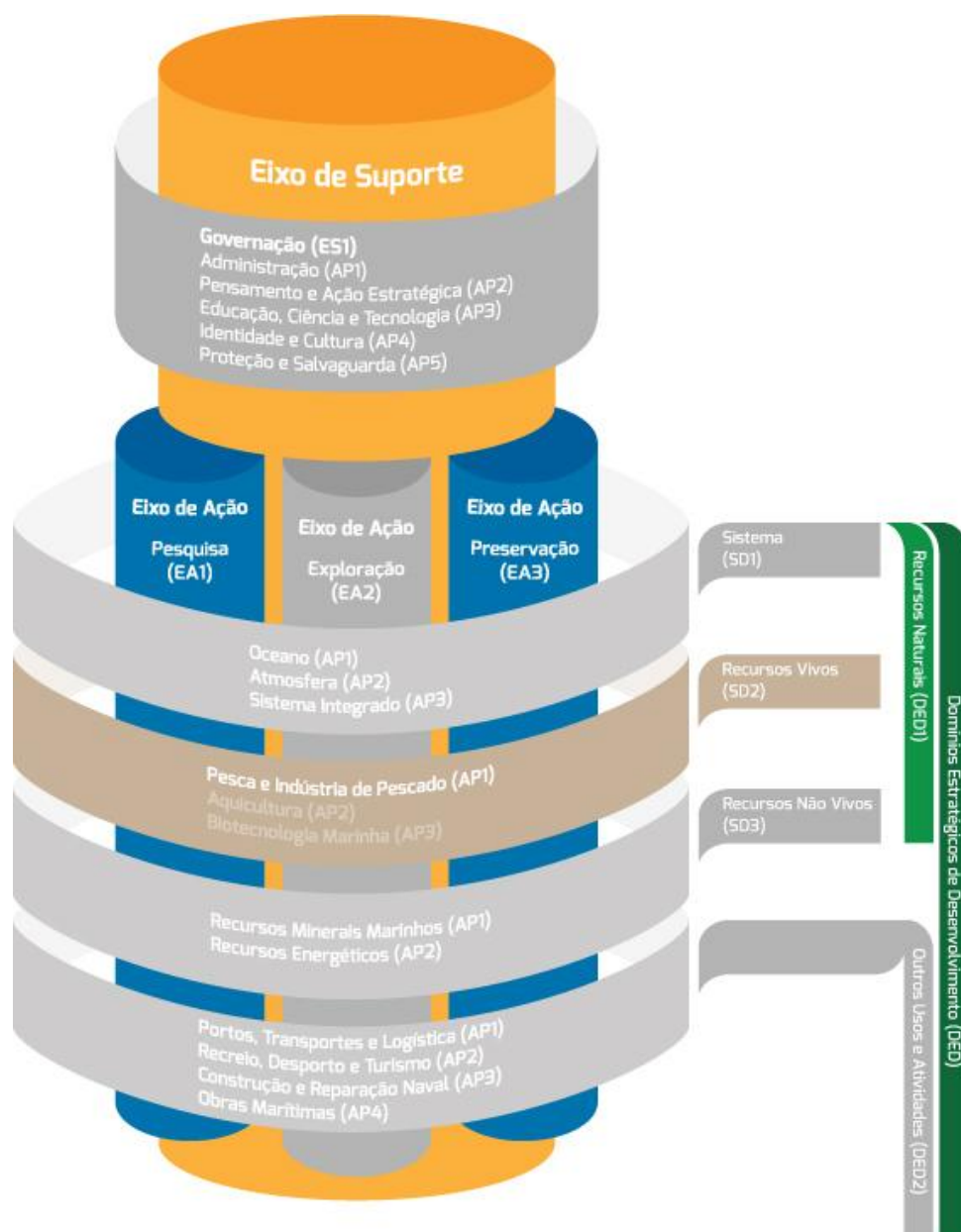
PESCA E INDÚSTRIA DO PESCADO

Instrumentos de Gestão

Plano Nacional de Amostragem Biológica – PNAB

Sistema Integrado de Fiscalização da Atividade da Pesca - SIFICAP

Sistema de Monitorização Contínua da Pesca - MONICAP



Programa de Ação

Instrumentos de Gestão

P3131074 – Plano Nacional de Amostragem Biológica – PNAB
P3131075 - Sistema Integrado de Fiscalização da Atividade da Pesca – SIFICAP
P3131076 - Sistema de Monitorização Contínua da Pesca - MONICAP

Objetivos

- Assegurar as actividades de recolha de dados e estudos sobre a biologia, estrutura populacional, distribuição, abundância e avaliação do estado dos recursos pesqueiros explorados nas áreas do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (ICES), das Organizações para as Pescarias do Noroeste e Nordeste Atlântico (NAFO, NEAFC) e das Comissões Internacionais para a Conservação dos Atuns do Atlântico e do Índico (ICCAT, IOTC).
- Desenvolver e modernizar os sistemas e tecnologias de informação destinadas a suportar o Sistema Integrado de Vigilância, Fiscalização e Controlo das Actividades da Pesca, melhorando as capacidades de gestão e conservação dos recursos vivos aquáticos;
- Assegurar a ação de fiscalização das actividades da pesca;
- Melhorar a capacidade de recolha e tratamento da informação resultante do movimento das embarcações de pesca, bem como do registo das respectivas capturas, melhorando do conhecimento instantâneo da pesca realizada;

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) em articulação com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)
- Marinha Portuguesa (MGP)
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Polícia Marítima (PM)
- Força Aérea Portuguesa (FAP)

Ministério da Administração Interna (MAI)
- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Docapesca
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Outras entidades

- Associações de Armadores da Pesca
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projecto

Resultados Esperados

- Disponibilizar dados, avaliações, previsões e recomendações que permitam suportar a gestão dos recursos haliéuticos por parte da Administração.

Calendarização

2013 - 2014

Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE (orçamento IPMA)

Financiamento comunitário:

FCP (PROMAR)

RECURSOS NATURAIS (PESCA E INDÚSTRIA DO PESCADO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd2-AP1-PA3131-P3131074

DED1 – Recursos Naturais

Sd2 – Recursos Vivos

AP1 – Pesca e Indústria de Pescado

Efeito(s) - #1

PA – Instrumentos de Gestão

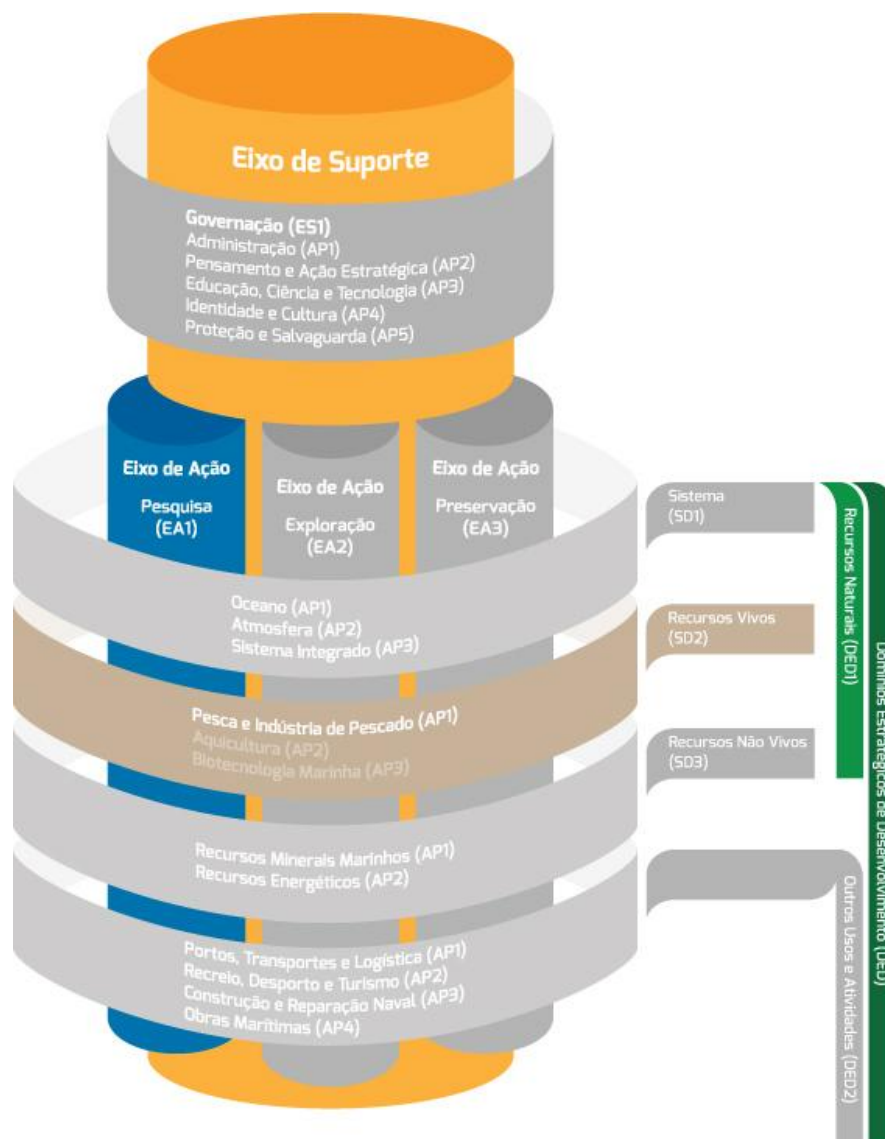
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

PESCA E INDÚSTRIA DO PESCADO

Instrumentos de Gestão

Plano Nacional de Amostragem Biológica - PNAB



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Plano Nacional de Amostragem Biológica - PNAB

Objetivos

- Assegurar as actividades de recolha de dados e estudos sobre a biologia, estrutura populacional, distribuição, abundância e avaliação do estado dos recursos pesqueiros explorados nas áreas do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (ICES), das Organizações para as Pescarias do Noroeste e Nordeste Atlântico (NAFO, NEAFC) e das Comissões Internacionais para a Conservação dos Atuns do Atlântico e do Índico (ICCAT, IOTC).

Desenvolvimento:

Estas actividades e estudos são atribuições do Programa Nacional de Amostragem Biológica (PNAB) que constitui uma obrigação nacional no âmbito do Programa Comunitário de Recolha de Dados (Regulamento CE 199/2008), fundamental para o aconselhamento científico relacionado com a Política Comum das Pescas (PCP). A informação recolhida contribui igualmente para a implementação da Directiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM).

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Docapesca

Outras entidades

- Associações de Armadores da Pesca
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projecto

Tarefas

1. Planear e executar campanhas de investigação acústica para pelágicos, de arrasto de fundo para demersais, de arrasto de fundo para crustáceos, do Método de Produção Diária de Ovos (MPDO) para sardinha e do MPDO para carapau;
2. Planear e realizar amostragem biológica de recursos pesqueiros nas lotas da ZEE continental;
3. Planear e realizar amostragem das capturas a bordo das embarcações comerciais que operam na ZEE continental e em águas internacionais do Atlântico e Índico;
4. Estudar a biologia e estrutura populacional dos recursos da pesca (pelágicos, demersais, profundidade);
5. Avaliar o estado de exploração dos recursos e estimar o seu potencial de exploração, e assegurar a participação científica em organizações internacionais de aconselhamento e gestão de recursos;
6. Manter e gerir as séries históricas de dados da biologia, abundância, rejeições e biodiversidade e dos correspondentes indicadores do ecossistema marinho.

Resultados Esperados

- Disponibilizar dados, avaliações, previsões e recomendações que permitam suportar a gestão dos recursos haliéuticos por parte da Administração.

Calendarização

2013 – 2016

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE – (Orçamento IPMA)

Financiamento de comunitário:

FCP (PROMAR), FEAMP - Os custos deste programa são suportados em 50% por financiamento europeu, no âmbito da DCF (*Data Collection Framework*)

Custo Total: 9.552.492,00€ (aprox.)

Custo total previsto ao longo do quadriénio 2013-2016:

2013: 2.388.123,00€

2014: 2.388.123,00€

2015: 2.388.123,00€

2016: 2.388.123,00€

RECURSOS NATURAIS (PESCA E INDÚSTRIA DO PESCADO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd2-AP1-PA3131-P3131075

DED1 – Recursos Naturais

Sd2 – Recursos Vivos

AP1 – Pesca e Indústria de Pescado

Efeito(s) - #4, #5

PA – Instrumentos de Gestão

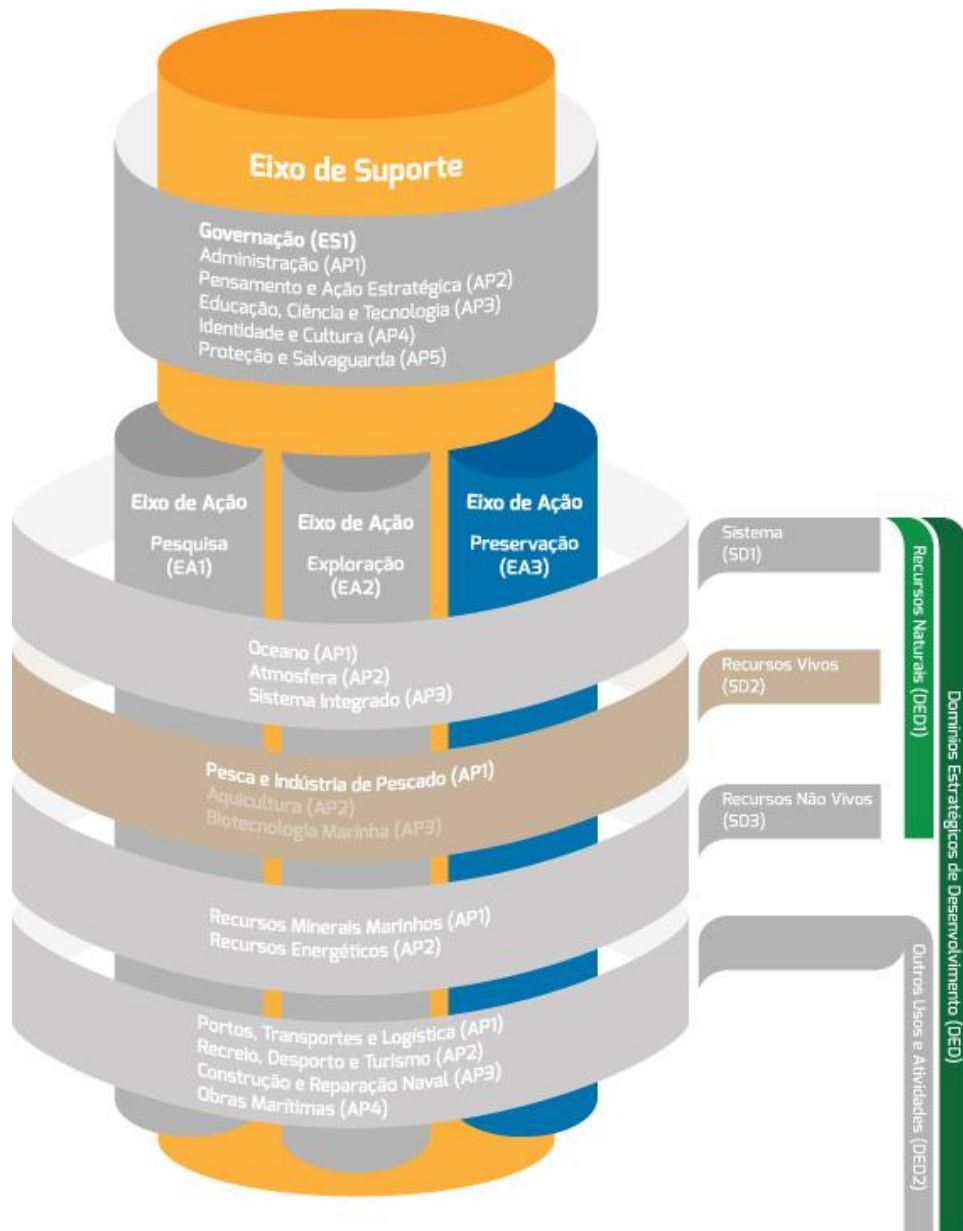
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

PESCA E INDÚSTRIA DO PESCADO

Instrumentos de Gestão

Sistema Integrado de Fiscalização da Atividade da Pesca - SIFICAP



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Sistema Integrado de Fiscalização da Atividade da Pesca - SIFICAP

Objetivos

- Desenvolvimento e modernização dos sistemas e tecnologias de informação destinadas a suportar o Sistema Integrado de Vigilância, Fiscalização e Controlo das Actividades da Pesca, melhorando as capacidades de gestão e conservação dos recursos vivos aquáticos;
- Aquisição e desenvolvimento de equipamento de suporte à fiscalização;
- Assegurar a ação de fiscalização das actividades da pesca.

Desenvolvimento: Procura-se desenvolver e melhorar as ferramentas que permitam um melhor conhecimento em tempo real das capturas e respectivas descargas em lota, assim como todas as actividades paralelas relacionadas com a actividade da pesca, a maximização do potencial fiscalizador dos meios e entidades envolvidas, bem como da melhoria do tratamento estatístico da informação disponível. Estas actividades decorrem da obrigação nacional de dispor de um sistema integrado de controlo da actividade da pesca, decorrente da aplicação do Regulamento n.º 2371/02.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Marinha Portuguesa (MGP)
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Polícia Marítima (PM)
- Força Aérea Portuguesa (FAP)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Docapesca

Tarefas

1. Desenvolver a aplicação de suporte ao SIFICAP;
2. Aquisição do equipamento necessário ao desenvolvimento e melhoria do SIFICAP;
3. Aperfeiçoamento da rede de comunicações do sistema;
4. Aquisição de ferramentas destinadas a apoiar e facilitar a actividade de fiscalização;
5. Promover e realizar acções de formação destinadas a melhorar a acção fiscalizadora;
6. Planear e executar acções de fiscalização sobre a pesca e actividades conexas;
7. Planear, preparar e executar acções de fiscalização conjuntas com outras entidades assegurando a constituição de equipas multidisciplinares.

Resultados Esperados

- Melhoria do conhecimento do produto da actividade da pesca, permitindo uma melhor avaliação dos recursos disponíveis;
- Aumento da fiabilidade dos dados recolhidos, permitindo o seu cruzamento;
- Maiores capacidades de aquisição e disseminação de dados da pesca;
- Aumento da capacidade de fiscalização;
- Melhoria da qualidade da fiscalização.

Calendarização

2013-2016

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitário:
FCP (PROMAR), FEAMP

RECURSOS NATURAIS (PESCA E INDÚSTRIA DO PESCADO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd2-AP1-PA3131-P3131076

DED1 – Recursos Naturais

Sd2 – Recursos Vivos

AP1 – Pesca e Indústria de Pescado

Efeito(s) - #4, #5

PA – Instrumentos de Gestão

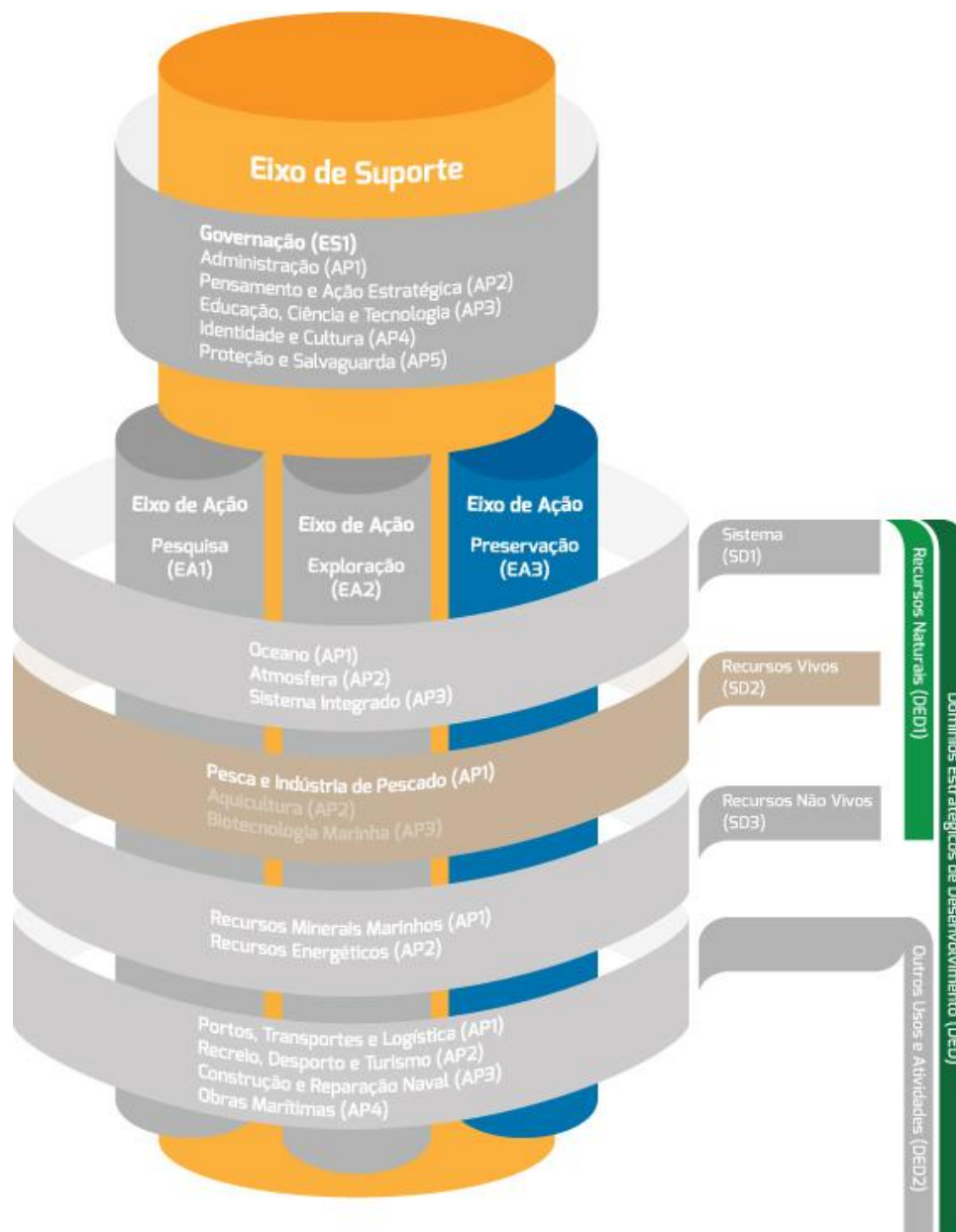
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

PESCA E INDÚSTRIA DO PESCADO

Instrumentos de Gestão

Sistema de Monitorização Contínua da Pesca - MONICAP



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Sistema de Monitorização Contínua da Pesca – MONICAP

Objetivos

- Melhorar a capacidade de recolha e tratamento da informação resultante do movimento das embarcações de pesca, bem como do registo das respectivas capturas, melhorando do conhecimento instantâneo da pesca realizada;
- Preparar o sistema de monitorização das embarcações de pesca para a interligação com outros sistemas;
- Assegurar o desenvolvimento do Centro de Controlo.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)
- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) (coordenadora)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)

Tarefas

1. Desenvolver e aperfeiçoar a ferramenta de suporte ao sistema de monitorização das embarcações de pesca;
2. Preparar o sistema de monitorização das embarcações de pesca, para a interligação com outras plataformas de informação, assegurando essa capacidade.

Resultados Esperados

- Melhoria do planeamento da fiscalização resultante do melhor conhecimento em tempo real da pesca;
- Aumento da capacidade de aquisição, recolha e tratamento da informação;
- Maior capacidade de disseminação da informação pelas entidades fiscalizadoras, respeitando os respectivos direitos de acesso;
- Assegurar a capacidade permanente de monitorização do Centro de Controlo.

Calendarização

2013-2016

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitário:
FCP (PROMAR), FEAMP

RECURSOS NATURAIS (PESCA E INDÚSTRIA DO PESCADO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd2-AP1-PA3132

DED1 – Recursos Naturais

Sd2 – Recursos Vivos

AP1 – Pesca e Indústria de Pescado

Efeito(s)

#1 - Setor moderno e eficiente, com boas práticas ambientais e inovador na gama de produtos, processos de captura, transformação e conservação.

#4 -Gestão dos stocks de pesca, seletividade dos processos de captura e redução das rejeições.

DED1 - RECURSOS NATURAIS

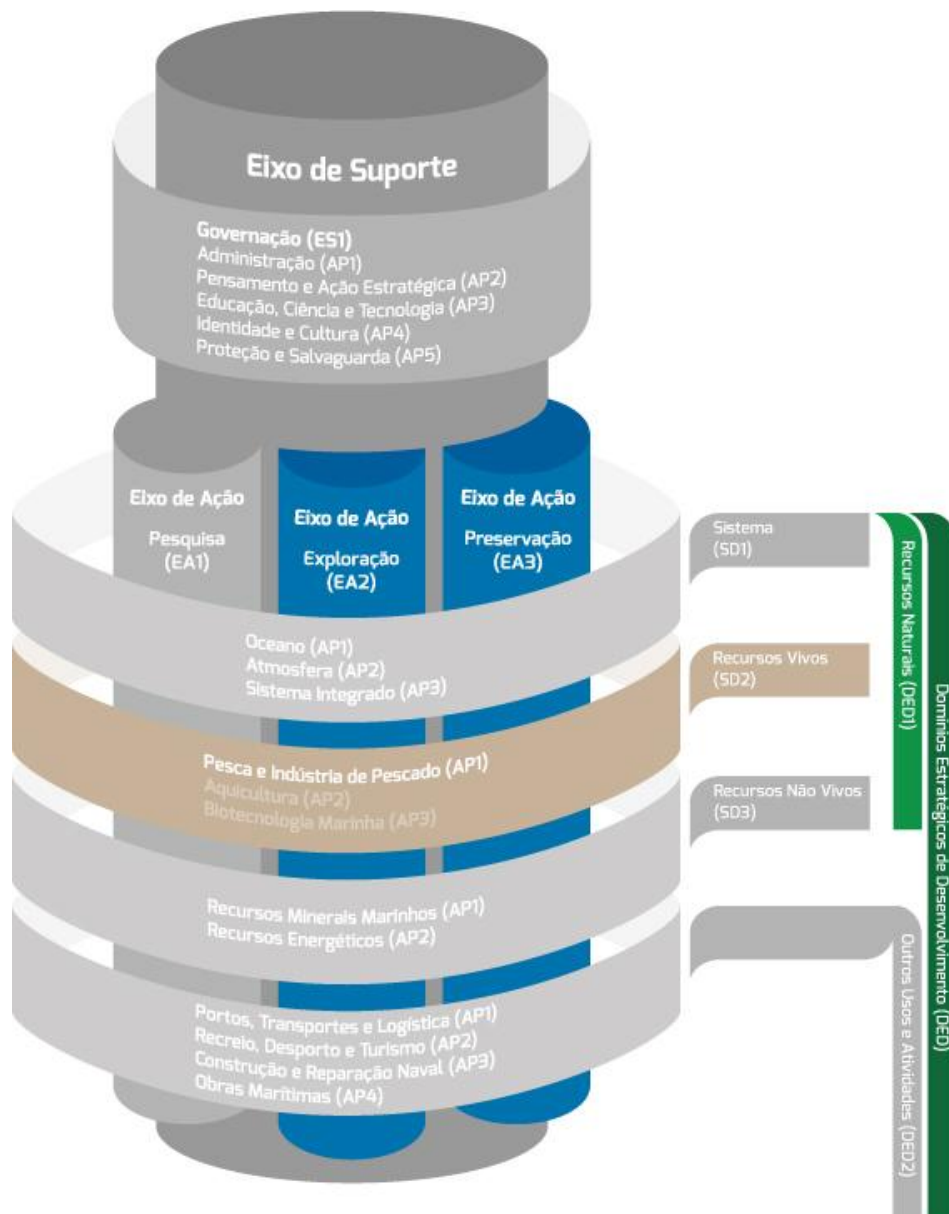
SD2 - RECURSOS VIVOS

PESCA E INDÚSTRIA DO PESCADO

Artes, Meios e Métodos

Selectividade da Pesca e Minimização de Capturas Acessórias e Rejeições

Eficiência Energética



Programa de Ação

Artes, Meios e Métodos

P3132077 – Selectividade da Pesca e Minimização de Capturas Acessórias e Rejeições
P3132078 - Eficiência Energética

Objetivos

- Fomentar um sector das pescas mais eficiente e eficaz em operação com redução dos impactos da pesca, melhoria da eficiência energética e aumento da sustentabilidade dos *stocks* de pesca;
- Operacionalizar Minimização das capturas acessórias e as rejeições com reforço da importância da componente tecnológica no que respeita à seletividade para uma gestão integrada e sustentável dos *stocks* de pesca;
- Definição de novas estratégias operacionais e de opções técnicas visando redução do consumo de combustível a bordo de arrastões costeiros.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Direções-Regionais da Agricultura e Pescas (DRAP)
- Docapesca

Outras entidades

- FOR-MAR - Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar
- Universidades
- Associações de Pesca
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Resultados Esperados

- Novas ferramentas e estratégias de pesca orientadas para a selectividade nas capturas com consequente redução das capturas acessórias e das rejeições;
- Rentabilização económica das operações de pesca;
- Minimização dos impactos das pescas nos *stocks* e no ambiente marinho.

Calendarização

2013- 2014

Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE (orçamento IPMA)

Financiamento comunitário:

FCP (PROMAR)

RECURSOS NATURAIS (PESCA E INDÚSTRIA DO PESCADO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd2-AP1-PA3132-P3132077

DED1 – Recursos Naturais

Sd2 – Recursos Vivos

AP1 – Pesca e Indústria de Pescado

Efeito(s) - #1, #4

PA - Artes, Meios e Métodos

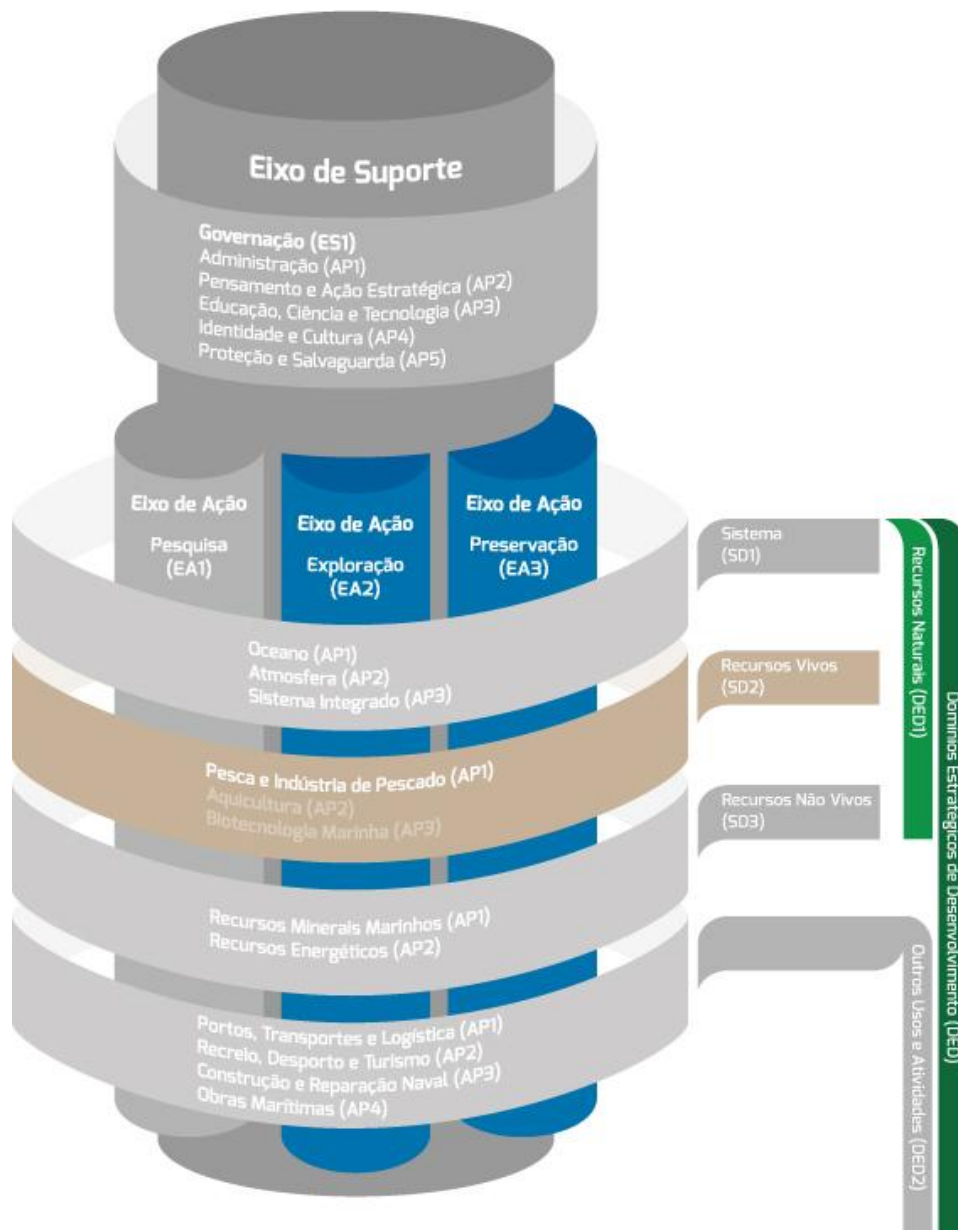
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

PESCA E INDÚSTRIA DO PESCADO

Artes, Meios e Métodos

Selectividade da Pesca e Minimização de Capturas Acessórias e Rejeições



Previsto

Planeamento

Aguarda
Execução

Execução

Projeto

Selectividade da Pesca e Minimização de Capturas Acessórias e de Rejeições

Objetivos

- Minimização das capturas acessórias e as rejeições com reforço da importância da componente tecnológica no que respeita à seletividade para uma gestão integrada e sustentável dos *stocks* de pesca.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério de Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Docapesca
- Direções-Regionais da Agricultura e Pescas (DRAP)

Outras entidades

- FOR-MAR - Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar
- Universidades
- Associações de Pesca
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projecto

Tarefas

7. Estudo da seletividade de redes de arrasto, redes de emalhar e tresmalhos.
8. Desenvolvimento e teste, a bordo dos navios de investigação do IPMA e de arrastões da pesca comercial, de diversos tipos de mecanismos (*Bycatch Reduction Devices* – BRDs) que promovem o escape das capturas acessórias, na pesca de arrasto para crustáceos e peixes, assegurando a sobrevivência dos indivíduos que escapam.
9. Avaliação da sobrevivência do lagostim que escapa das redes regulamentares *versus* redes com alterações.

Resultados Esperados

- Promoção de uma pesca mais sustentável e redução das capturas acessórias;
- Melhoria na gestão dos *stocks* de pesca.

Calendarização

2013-2015

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE - 45,000€

Financiamento comunitário:

FCP (PROMAR) - 135,000€

RECURSOS NATURAIS (PESCA E INDÚSTRIA DO PESCADO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd2-AP1-PA3132-P3132078

DED1 – Recursos Naturais

Sd2 – Recursos Vivos

AP1 – Pesca e Indústria do Pescado

Efeito(s) - #1

PA – Artes Métodos e Meios

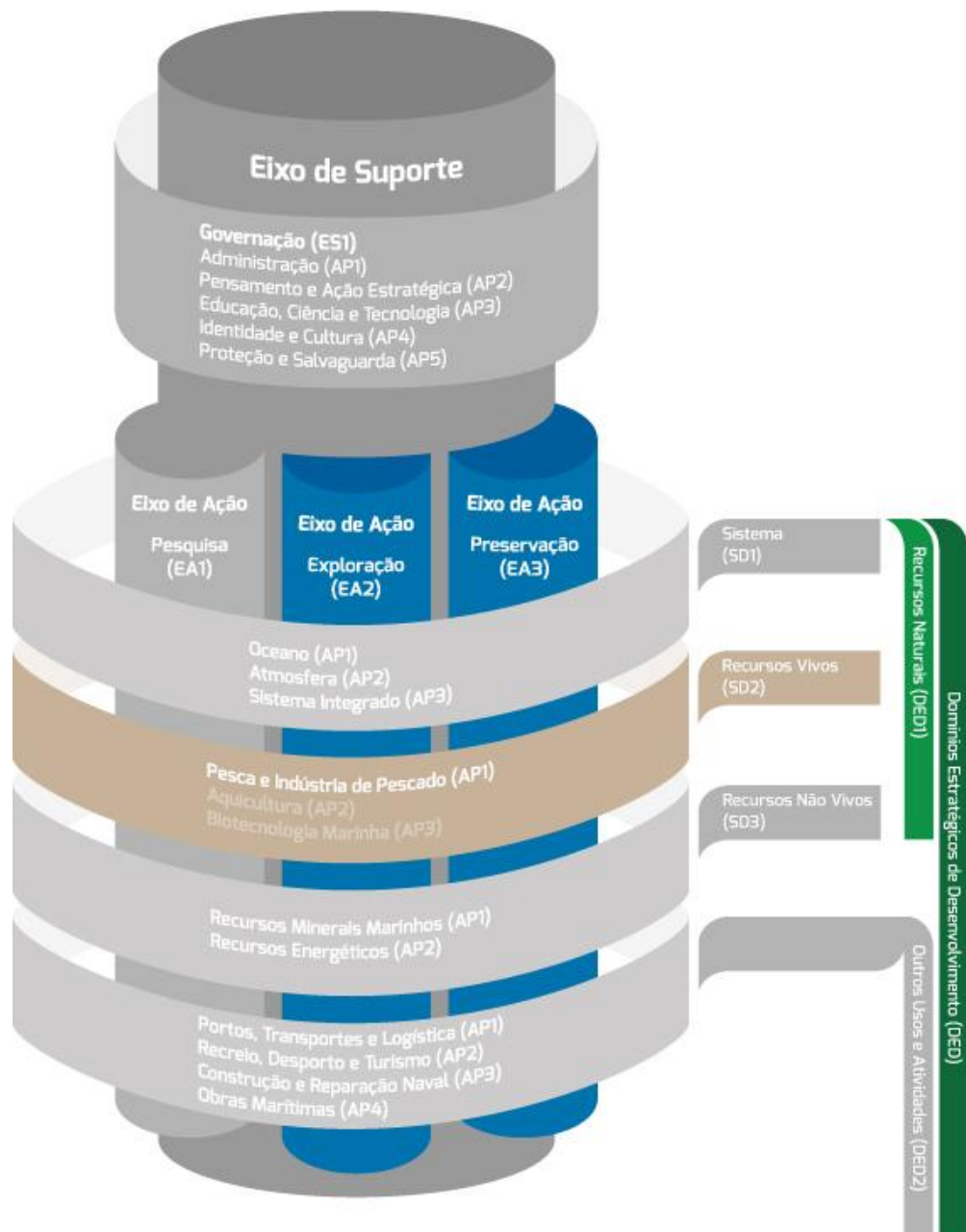
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

PESCA E INDÚSTRIA DO PESCADO

Artes, Meios e Métodos

Eficiência Energética



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Eficiência Energética

Objetivos

- Definição de novas estratégias operacionais e de opções técnicas visando redução do consumo de combustível a bordo de arrastões costeiros.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) – MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério de Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Docapesca
- Direções-Regionais da Agricultura e Pescas (DRAP)

Outras entidades

- Universidades
- Associações de Pesca
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projectos

Tarefas

1. Participação activa de amadores da pesca costeira do arrasto em estratégias de optimização do consumo de energia em arrastões portugueses.
2. testes experimentais a bordo de vários arrastões costeiros e testes com modelos reduzidos de redes de arrasto em canal de ensaios (canal de *Boulogne-sur-Mer*, (IFREMER) tendo como objetivo melhorar o desempenho das artes de pesca e minimizar o consumo de combustível nas diferentes fases operacionais que surgem no decurso da viagem de um arrastão costeiro.

Resultados Esperados

- Melhoria da eficiência energética nas operações de arrasto.
- Melhoria nas tecnologias e artes de arrasto.

Calendarização

2013-2015

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE – 45.000,00€

Financiamento comunitário:

FCP (PROMAR), FEAMP – 135.000,00€

Custo Total: 180.000,00€



RECURSOS NATURAIS – RECURSOS VIVOS

ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA K RECURSOS NATURAIS - AQUICULTURA

RECURSOS NATURAIS (AQUICULTURA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd2-AP2-PA3233

DED1 – Recursos Naturais

Sd2 – Recursos Vivos

AP2 - Aquicultura

Efeitos:

#1 - Equilíbrio, e alinhamento da produção com as necessidades de consumo, através da redução da importação e estímulo à exportação e internacionalização dos produtos regionais.

#3 - Emprego local promovido e fixado através de uma aquicultura regionalizada.

#4 - Governação integrada da rede de áreas de exploração, segundo uma abordagem ecossistémica promotora da actividade.

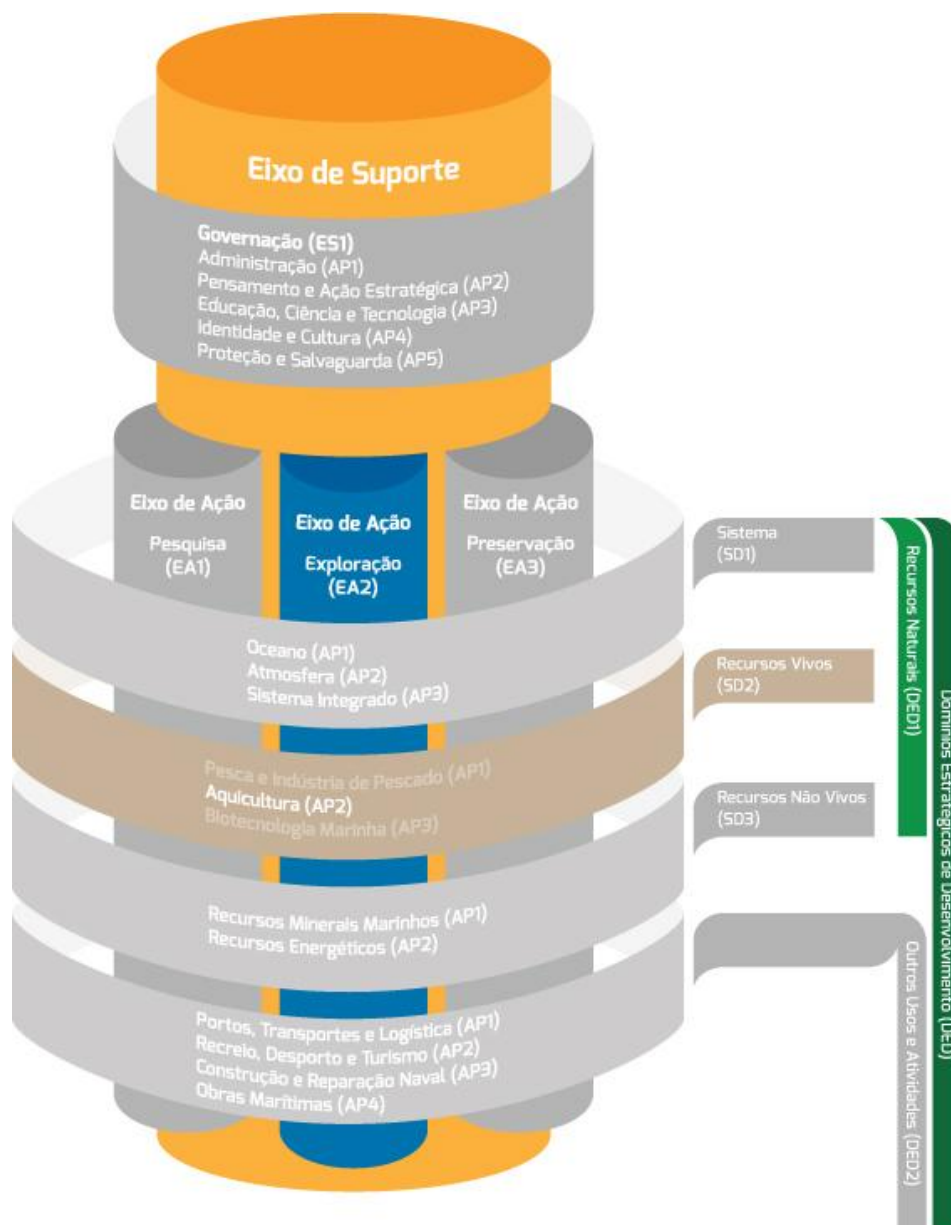
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

AQUICULTURA

Valorização da Aquicultura

Cadeia de Valor



Programa de Ação

Valorização da Aquicultura

P3233079 – Cadeia de Valor

Objetivos

- Desenvolver a aquicultura, em linha com o crescimento do consumo mundial de peixe e como alternativa ao consumo de produtos capturados no estado selvagem, segundo uma matriz regional, identificando as zonas-alvo, integrando uma rede de áreas de exploração concentrada nos esforços de maximização da viabilidade económica da produção, o aumento das exportações, criando produtos de origem demarcada e garantindo a qualidade dos produtos, as boas práticas ambientais e os benefícios sociais;
- Promover a inovação, o empreendedorismo, o aumento da competitividade, a dinamização da investigação e desenvolvimento de novas tecnologias, o investimento na educação, na criação de postos de trabalho e no equilíbrio da balança comercial, numa perspetiva de sustentabilidade ecológica.

Desenvolvimento: Os projetos públicos ou privados, nacionais, regionais e locais, ou internacionais, são coordenados no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar, integrando, sempre que aplicável, os projetos executados no quadro da Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico, e de acordos bilaterais com países terceiros. Enquadra ainda projetos realizados com recurso ao programa PROMAR e consequentes, bem como outros programas de apoio financeiro no âmbito do Quadro Estratégico de Apoio da União Europeia.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral de Autoridade Marítima (DGAM)
- Instituto Hidrográfico (IH)
- Direção de Faróis

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Direções-Regionais da Agricultura e Pescas (DRAP)
- Docapesca

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Municípios

Outras entidades

- FOR-MAR - Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar
- Centros Politécnicos de Formação
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Resultados Esperados

- Sensibilização dos consumidores para o consumo de pescado proveniente da aquicultura nacional, promovendo a auto-suficiência no abastecimento de pescado do País, e a promoção dos produtos da aquícolas para a exportação, através da criação em aquicultura de novas espécies de elevado valor comercial, do desenvolvimento de novos tipos de alimento mais eficazes, de modo a reduzir a dependência

do País das importações e uma excessiva captura na natureza, bem como minimizar da introdução de espécies provenientes de outros locais e os riscos associados;

- Utilização de novas tecnologias, mais eficientes a nível energético, apoiadas em automatização, em robótica e biotecnologia, e com menor emissão de poluentes, permitindo a redução dos custos de operação e das emissões de CO₂, e a utilização para a aquicultura de zonas consideradas no passado como frágeis;
- Instalação e ampliação das capacidades de produção, formação, reconversão e treino no setor, segundo uma abordagem territorial;
- Reforço do papel do Estado, e da União Europeia, no desenvolvimento da aquicultura, através da implementação de políticas públicas proativas, no âmbito da Política Comum de Pescas, no licenciamento da atividade e na respetiva investigação científica e tecnológica.

Calendarização

201~~3~~² - 2014

Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE – (orçamento DGPM, DGRM, IPMA)

Financiamento comunitário:

FCP (PROMAR), FEAMP

RECURSOS NATURAIS (AQUICULTURA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd2-AP2-PA3233-P3233079

DED1 - Recursos Naturais
Sd2 - Recursos Vivos
AP2 – Aquicultura
Efeito(s) - #1, #3, #4
PA – Valorização da Aquicultura

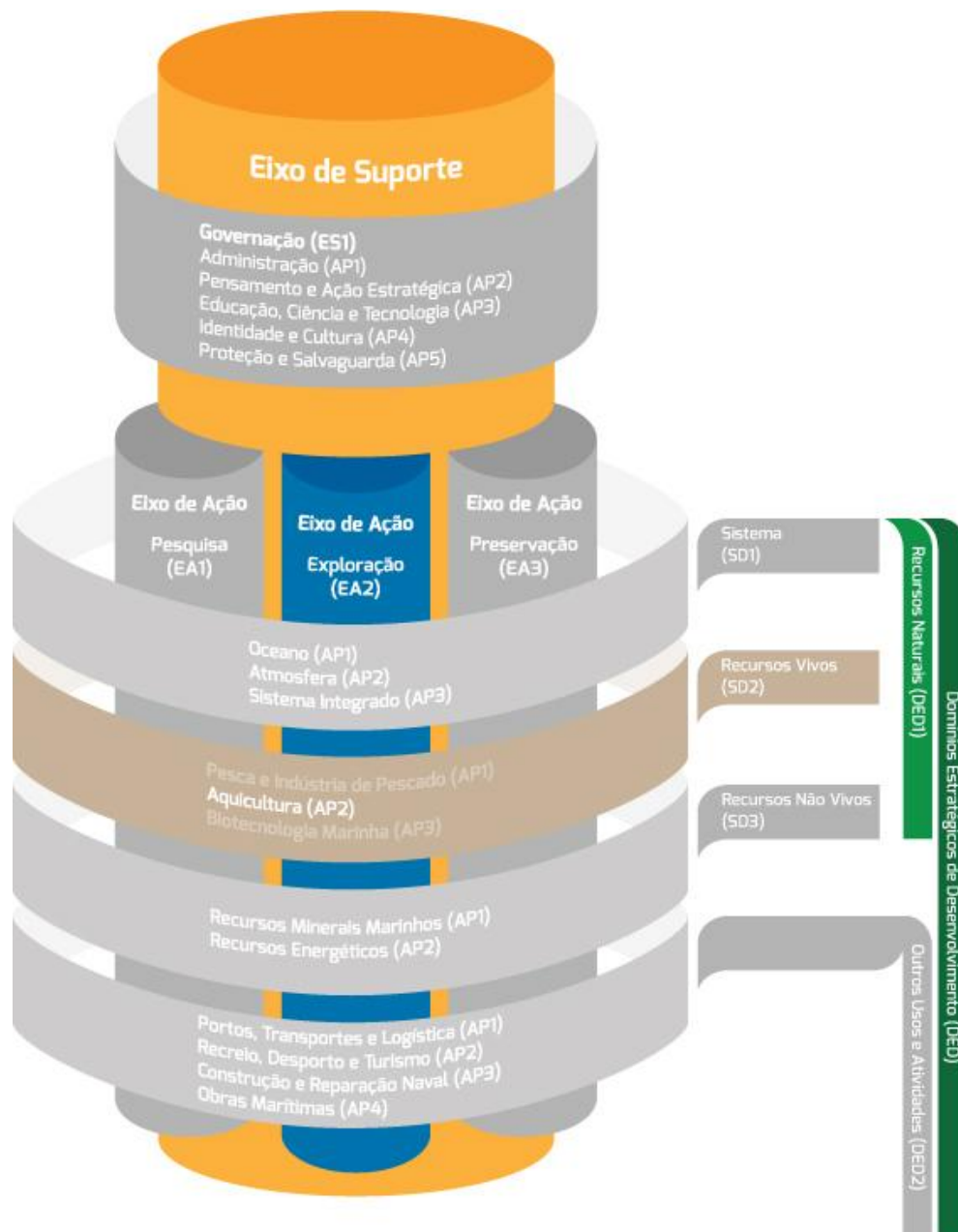
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

AQUICULTURA

Valorização da Aquicultura

Cadeia de Valor



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Cadeia de Valor

Objetivos

- Uma governação moderna para a aquicultura que integre a rede de áreas de exploração, segundo uma abordagem ecossistémica, que promova exercício e viabilidade económica da atividade;
- Promover o emprego local e a sua fixação através de uma aquicultura regionalizada e de valor acrescentado, e da criação de produtos demarcados e certificados ambientalmente sustentáveis;
- Promover o setor da aquicultura para que constitua um fator de equilíbrio socioeconómico, alinhando a produção com as necessidades de consumo, reduzindo a importação e estimulando a exportação, através da sua internacionalização (produtos certificados, demarcados, de alta qualidade e “amigos do ambiente”) e do investimento na investigação e desenvolvimento das espécies, alimentos e técnicas de produção utilizadas, implementando a abordagem ecossistémica;
- Desenvolver um conjunto de iniciativas que permitam a concretização da estratégia para o setor da aquicultura que se consideram prioritárias para a sua dinamização e afirmação, no quadro da economia nacional e uma alternativa consistente para os mercados consumidores de recursos piscícolas.

Desenvolvimento: A identificação dos objetivos e metas, a sua quantificação, bem como a criação de mecanismos de acompanhamento e controlo envolvendo as diferentes entidades competentes torna-se fundamental, devendo ser atendidos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a situação atual do setor aquícola, identificando os constrangimentos e as oportunidades;
- Integrar numa rede as áreas de exploração com potencialidades, concentrando os esforços de maximização da viabilidade económica da produção, de modo a assegurar uma produção de espécies adequadas às águas nacionais, de qualidade, que possa dar resposta à crescente necessidade de pescado e que privilegie a sustentabilidade dos recursos, as boas práticas ambientais e os benefícios sociais.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral de Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Direções-Regionais da Agricultura e Pescas (DRAP)
- Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR)
- Docapesca

Ministério da Educação e da Ciência (MEC)

- Universidades
- FOR-MAR - Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar
- Centros Politécnicos de Formação

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Municípios

Outras entidades

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Apoiar financeiramente, o desenvolvimento das infra-estruturas de produção e maternidades; Criação do seguro para a aquicultura (AquiSeguro);
2. Apoiar financeiramente o consumo energético (eletricidade e combustível utilizados no esforço de produção);
3. Promoção da automatização das tarefas de produção e de gestão das produções aquícolas;
4. Criação e promoção de regiões piscícolas demarcadas e produtos certificados;
5. Estudo dos mercados e dos indicadores socioeconómicos que permitam uma adaptação da oferta à procura internacional e nacional;
6. Promoção da presença em feiras alimentares;
7. Fomento de novas técnicas de produção:
 - Produção de alimentos mico encapsulados para larvas de peixes, permitindo a disponibilização temporal do alimento, reduzindo desperdícios, e reduzindo o impacto ambiental;
 - Realização de estudos genéticos, com vista a seleccionar indivíduos mais robustos, com taxas de conversão alimentar mais rentáveis e mais adequados à produção nas águas portuguesas;
 - Desenvolver estudos relativos à possibilidade de criação conjunta de espécies piscícolas com algas, salicórnia e gastrópodes.
8. Proceder à atualização do Manual de Boas Práticas para o exercício da atividade (documento de apoio aos promotores que pretendem iniciar a atividade).

Resultados Esperados

- Instalação e ampliação das capacidades de produção, formação e treino no setor, segundo uma abordagem territorial e ecossistémica;
- Produção de novas espécies de elevado valor comercial, do desenvolvimento de novos tipos de alimento e minimização de introdução de espécies provenientes de outros locais;
- Promoção dos produtos aquícolas para a exportação.

Calendarização

2013 – 2014:
Tarefas 1 a 5

2014 – 2015:
Tarefa 6 a 8

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE – (orçamento DGPM, DGRM, IPMA)

Financiamento Comunitário:
FCP (PROMAR), FEAMP

Possibilidade de financiamento privado

RECURSOS NATURAIS (AQUICULTURA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd2-AP2-PA3234

DED1 – Recursos Naturais

Sd2 – Recursos Vivos

AP2 - Aquicultura

Efeitos:

#2 - Zonamento do potencial identificado, rentabilidade das plataformas e infra-estruturas e potenciação do valor da cadeia de produção.

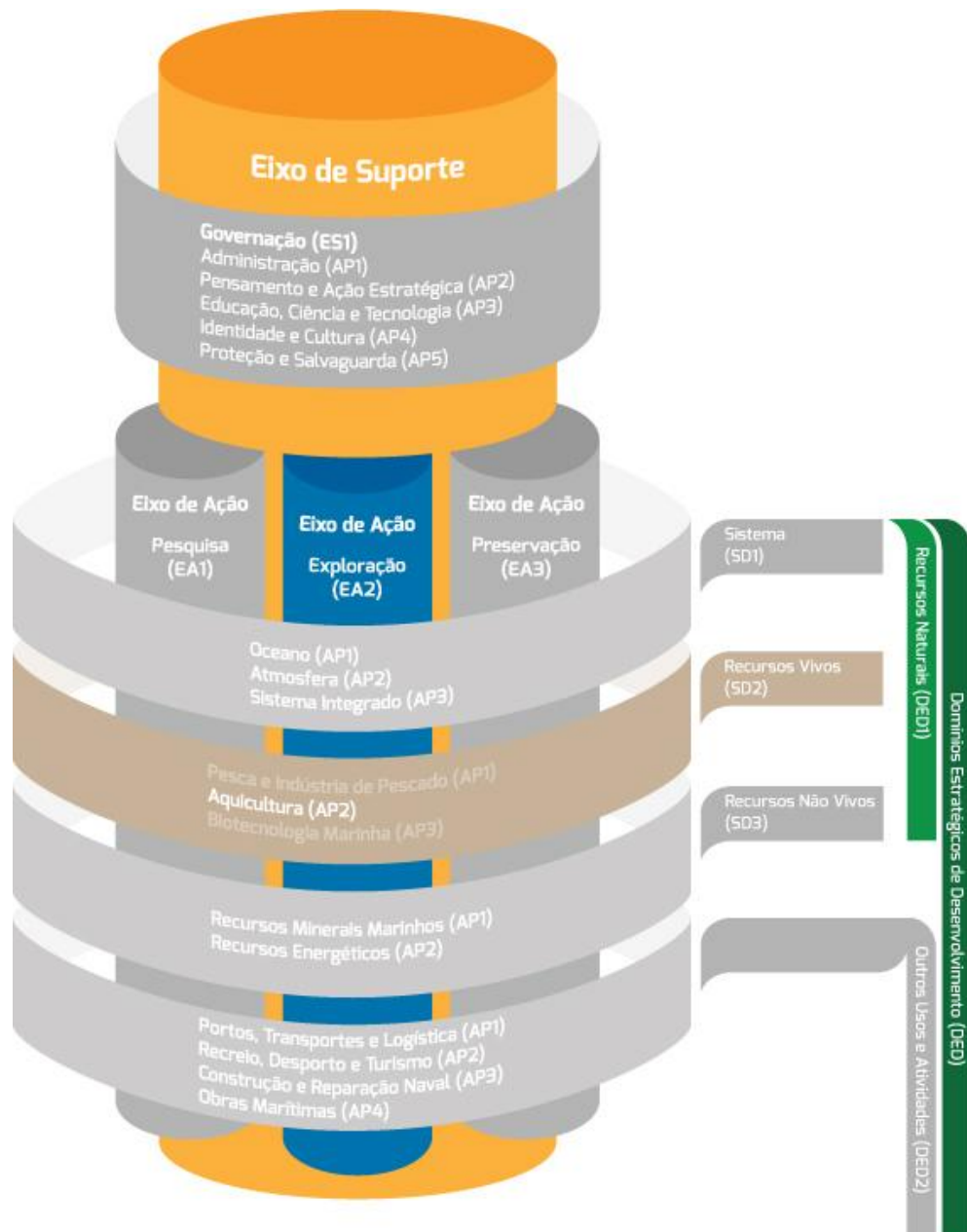
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

AQUICULTURA

Instrumentos de Gestão

Zonamento



Programa de Ação

Instrumentos de Gestão

P3234080 – Zonamento

Objetivos

- Fomento da atividade aquícola em linha com o crescimento do consumo e segundo uma matriz de desenvolvimento regional

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Instituto Hidrográfico (IH)
- Direção de Faróis

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Direções-Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Outras entidades

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Resultados Esperados

- Identificação de zonas aquícolas
- Simplificação processual para a exploração aquícola

Calendarização

2013 - 2015

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE (PIDDAC)

Financiamento Comunitário:

FCP (PROMAR), FEAMP

RECURSOS NATURAIS (AQUICULTURA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd2-AP2-PA3234-P3234080

DED1 - Recursos Naturais
Sd2 - Recursos Vivos
AP2 – Aquicultura
Efeito(s) - #2
PA – Instrumentos de Gestão

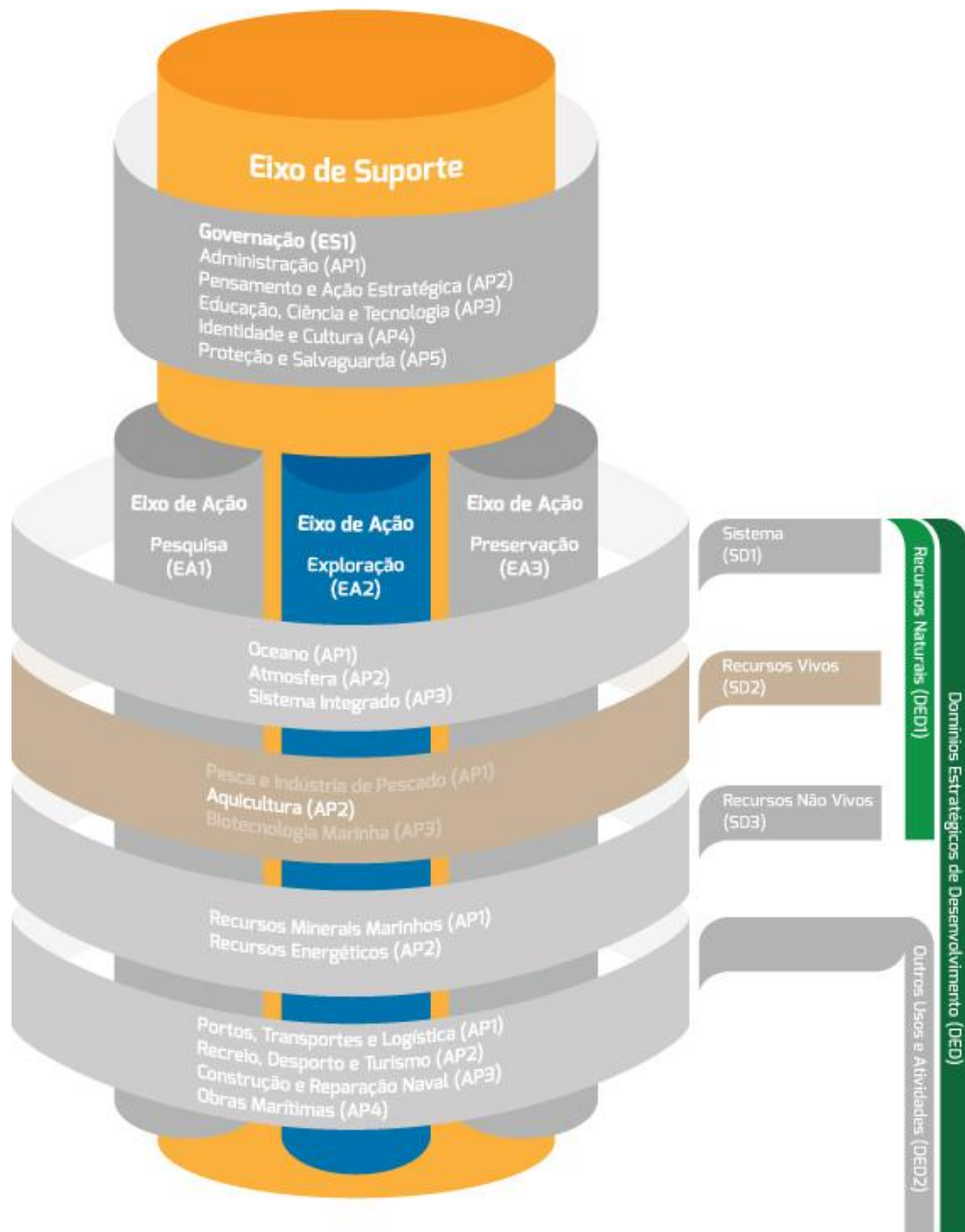
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

AQUICULTURA

Instrumentos de Gestão

Zonamento



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Zonamento

Objetivos

- Definição de áreas de potencial aquícola, no *offshore* e em águas costeiras, interiores e de transição, e em água doce;
- Hierarquizar as zonas com aptidão aquícola;
- Identificar a rentabilização das plataformas e infraestruturas com potencial valor na cadeia de produção;
- Apoiar o estabelecimento de novas zonas de produção;
- Facilitar os processos de licenciamento dos promotores, selecionando áreas com potencial aquícola e desenvolvendo, *a priori*, os estudos de incidências, ou impacte ambiental, e criando as infra-estrutura de assinalamento marítimo, tendo em vista estabelecer um modelo de licenciamento do tipo “chave na mão”.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – MAMAOT

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Instituto Hidrográfico (IH)
- Direção de Faróis

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Direções-Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Outras entidades

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Identificar zonas;
2. Dividir as zonas selecionadas em lotes;
3. Definir os termos de referência para o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) ou Estudo de Incidências Ambientais (EIncAmb) para cada uma das zonas selecionadas;
4. Elaborar e implementar o projeto de assinalamento de cada uma das áreas selecionadas;
5. Elaboração e entrega nas respetivas Direções-Regionais de Agricultura e Pescas das candidaturas para apoio do PROMAR;
6. Apoiar a reconversão de salinas em estações produtoras de aquicultura;
7. Abertura dos procedimentos concursais (concursos públicos internacionais) para as áreas piloto.

Resultados Esperados

- Aumento da capacidade de produção aquícola nacional, promovendo a expansão das áreas de aquicultura disponíveis
- Simplificação de procedimentos para titularidade e licenciamento, desenvolvendo processos “Chave na Mão” para atribuição de novas áreas para a produção de espécies adequadas às águas nacionais

Calendarização

2013:

Tarefas 1 a 7

2013 – 2015:

Continuação do processo de identificação de novas zonas

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - 425.500,00 € (orçamento PIDDAC da DGPM)

Financiamento Comunitário:

FCP (PROMAR), FEAMP - 1.274.500,00 €

RECURSOS NATURAIS (AQUICULTURA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd2-AP2-PA3235

DED1 – Recursos Naturais

Sd2 – Recursos Vivos

AP2 - Aquicultura

Efeitos:

#1 - Equilíbrio, e alinhamento da produção com as necessidades de consumo, através da redução da importação e estímulo à exportação e internacionalização dos produtos regionais.

#3 - Emprego local promovido e fixado através de uma aquicultura regionalizada.

#4 - Governação integrada da rede de áreas de exploração, segundo uma abordagem ecossistémica promotora da actividade.

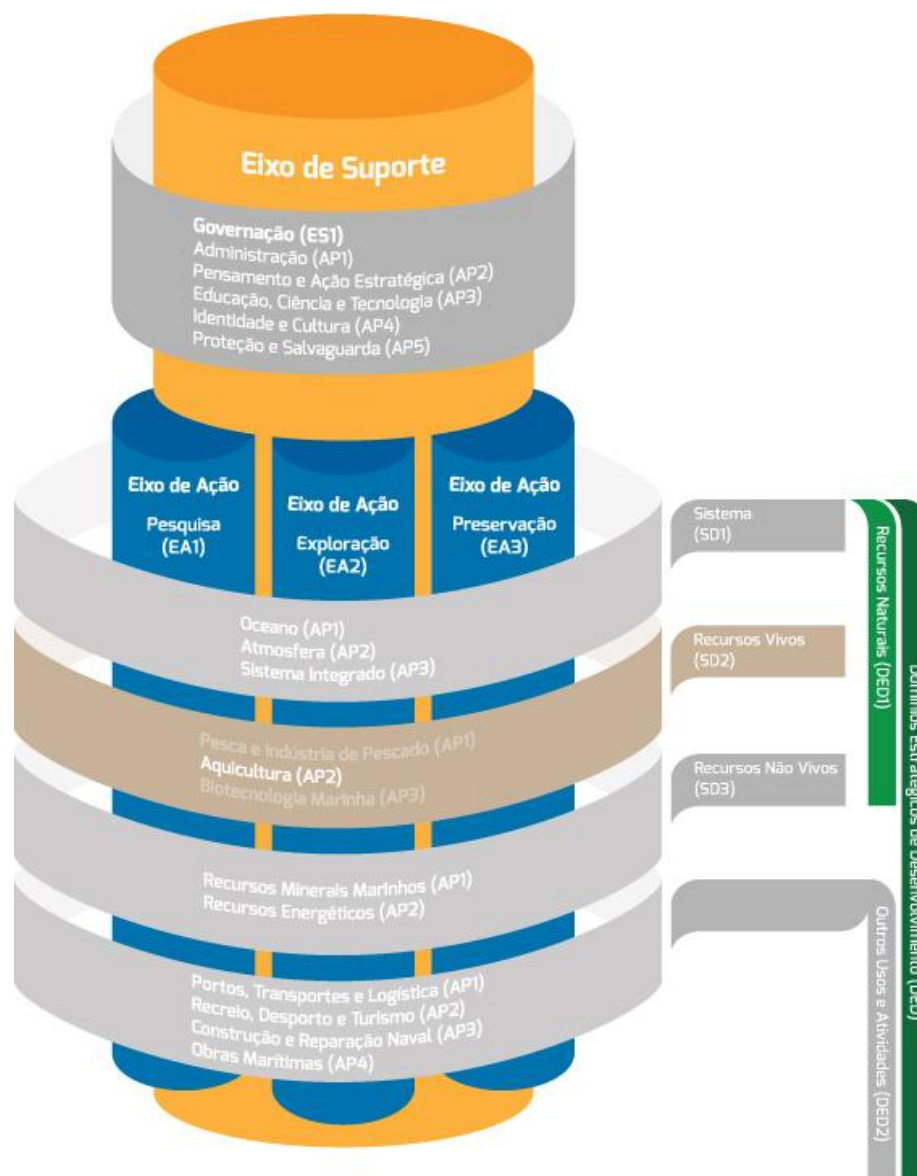
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

AQUICULTURA

Artes, Meios e Métodos

Aquicultura e Moluscicultura Sustentáveis



Programa de Ação

Artes, Meios e Métodos

P3235081 – Aquicultura e Moluscicultura Sustentáveis

Objetivos

- Desenvolvimento de estratégias de Investigação orientadas para a avaliação das necessidades do setor produtivo e orientadas para a minimização dos impactos ambientais da produção;
- Desenvolvimento tecnológico da produção de espécies de elevado valor económico.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) – MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Direções-Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Ministério da Educação e da Ciência (MEC)

Outras entidades

- Universidades e Institutos Politécnicos
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Resultados Esperados

- Promover uma produção de aquicultura e molusciculturas mais eficiente e eficaz, tecnologicamente avançada;
- Desenvolvimento de novas metodologias de controlo sanitário e de produção;
- Minimizar os impactos ambientais associados à instalação e produção;
- Incrementar de forma sustentada a produção em aquacultura.

Calendarização

2013 – 2014

Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE

Financiamento comunitário:

FCP (PROMAR)

RECURSOS NATURAIS (AQUICULTURA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd2-AP2-PA3235-P3235081

DED1 - Recursos Naturais
Sd2 - Recursos Vivos
AP2 – Aquicultura
Efeito(s) - #1, #3, #4
PA – Artes, Meios e Métodos

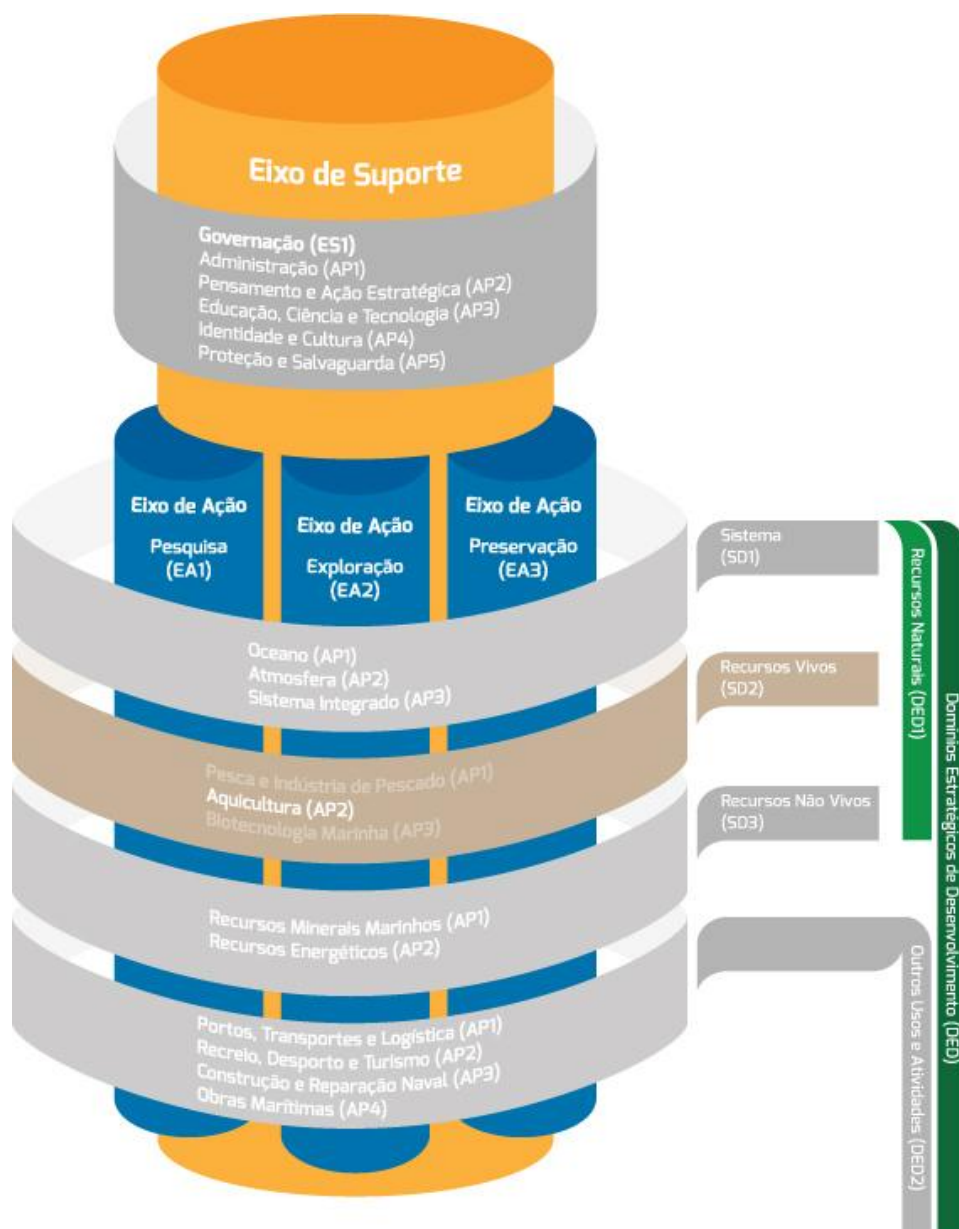
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

AQUICULTURA

Artes, Meios e Métodos

Aquicultura e Moluscicultura Sustentáveis



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Aquicultura e Moluscicultura Sustentáveis

Objetivos

- Investigação focalizada nas principais necessidades ao nível da produção, minimizando os impactos ambientais da produção aquícola;
- Incentivo à interação e avaliação das necessidades do setor produtivo;
- Desenvolvimento tecnológico da produção de espécies de elevado valor económico.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) – MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Direções-Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Ministério da Educação e da Ciência (MEC)

Outras entidades

- Universidades e Institutos Politécnicos
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Determinar os principais fatores externos e internos que condicionam a produção de bivalves em maternidade e avaliação do impacto de fatores condicionantes da produtividade em sistemas de engorda;
2. Avaliar o potencial de cultivo de novas espécies e de cultivo multitrófico (IMTA), assim como estudar as interações da produção com o meio marinho para implementação de uma aquicultura ambientalmente sustentável;
3. Desenvolver marcadores moleculares e determinar a variabilidade e a estrutura genética de populações de bivalves e determinar a base genética de características de interesse aquícola;
4. Efetuar o diagnóstico sanitário e elaborar manuais de boas práticas e de prevenção e diagnóstico básico de doenças nas espécies produzidas em aquicultura;
5. Organizar cursos dirigidos ao setor;
6. Definir e otimizar protocolos alimentares para larvas de peixes marinhos com recurso a novos ingredientes;
7. Definir estratégias de manipulação da época de postura e impacto na qualidade larvar em F1 de corvina, assim como de produção em tanques de terra.

Resultados Esperados

- Alcançar maior eficácia e eficiência nos métodos de produção;
- Introduzir novas metodologias de controlo sanitário e de produção;
- Minimizar os impactos ambientais associados à instalação e produção;
- Incrementar de forma sustentada a produção em aquicultura.

Calendarização

2013 – 2014:

Tarefas 1 a 7

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE – 107.250,00€ (orçamento IPMA)

Financiamento comunitário:

FCP (PROMAR) – 607.750,00€

Custo total: 715.000,00€



RECURSOS NATURAIS – RECURSOS VIVOS

ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA L
RECURSOS NATURAIS - BIOTECNOLOGIA MARINHA

RECURSOS NATURAIS (BIOTECNOLOGIA MARINHA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd2-AP3-PA3336

DED1 – Recursos Naturais

Sd2 – Recursos Vivos

AP3 – Biotecnologia Marinha

Efeitos:

#1 - Aplicações industriais, farmacológicas, médicas e cosméticas, e valorização de produtos da pesca e da aquicultura, desenvolvidas e internacionalizadas em parceria, e assegurando as boas práticas ambientais.

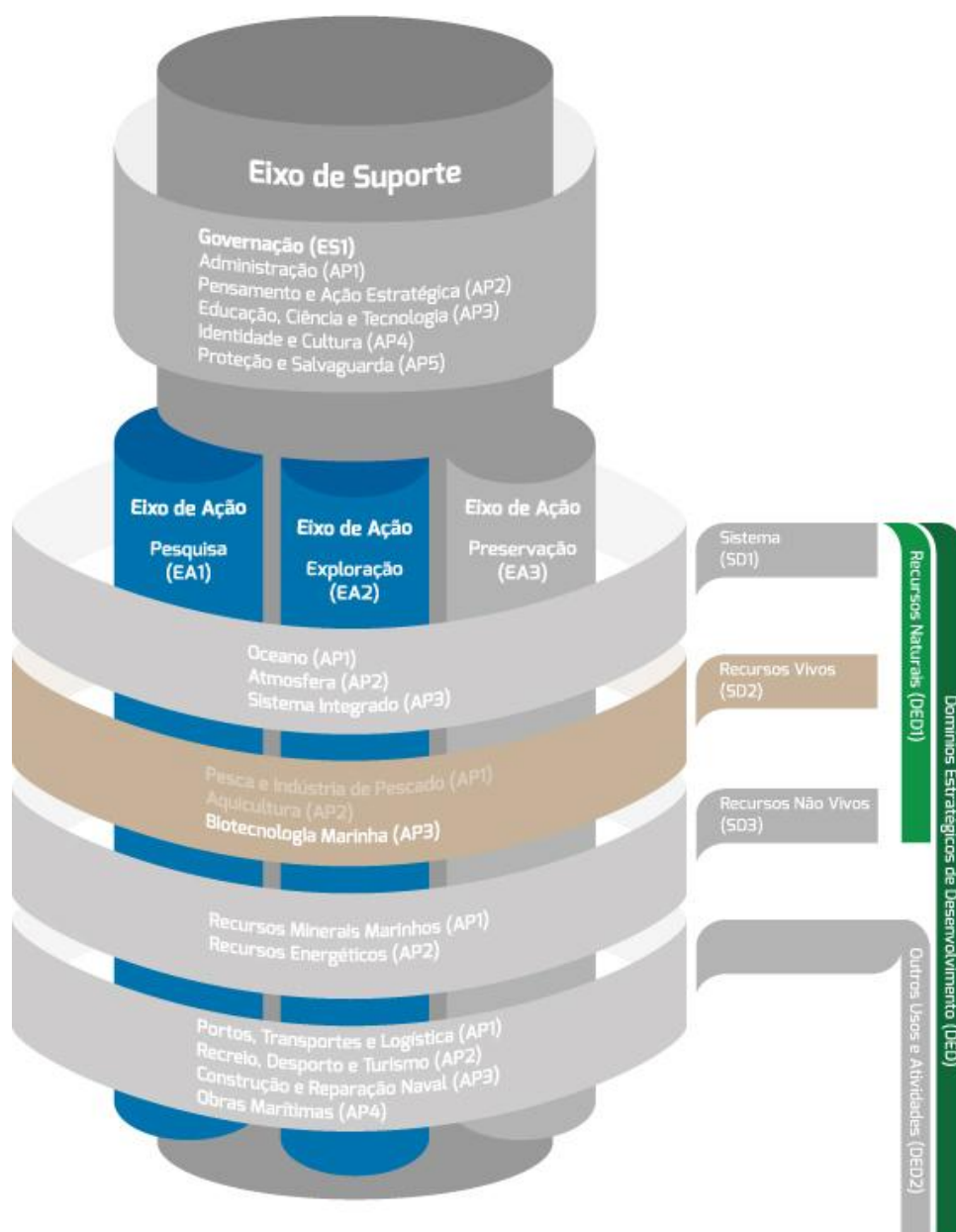
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

BIOTECNOLOGIA MARINHA

Valorização Biotecnológica

Valorização dos Produtos do Mar



Programa de Ação

Valorização Biotecnológica

P3336082 - Valorização dos Produtos do Mar

Objetivos

- Valorização biotecnológica de amostras recolhidas no mar profundo;
- *Barcoding* de ADN de peixes explorados comercialmente e inventariação de um catálogo de biodiversidade portuguesa;
- Desenvolvimento e internacionalização de aplicações Biotecnológicas, valorização de produtos da pesca e da aquicultura, desenvolvidas e internacionalizadas em parceria, e assegurando as boas práticas ambientais;
- Desenvolvimento de novas estratégias de valorização de todo o pescado capturado ou produzido em aquicultura rentabilizando os subprodutos do pescado com a aplicação de processos biotecnológicos e tecnologias inovadoras

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) – MAMAOT, em colaboração com a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Docapesca

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Fundação para a Ciência e Tecnologia
- Universidades
- Laboratórios Associados

Outras entidades

- Entidades privadas

Resultados Esperados

- Reforço da capacidade biotecnológica nacional;
- Internacionalização da economia portuguesa;
- Promover a Valorização biotecnológica de produtos e subprodutos da cadeia do pescado;
- Assegurar a segurança alimentar do pescado.

Calendarização

Sem calendarização – aguarda financiamento

Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE – (orçamento DGPM, DGRM, IPMA)

Financiamento comunitário:

FCP (PROMAR), FEAMP, H2020

RECURSOS NATURAIS (BIOTECNOLOGIA MARINHA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd2-AP3-PA3336-P3336082

DED1 - Recursos Naturais

Sd2 - Recursos Vivos

AP3 – Biotecnologia Marinha

Efeito(s) - #1

PA - Valorização Biotecnológica

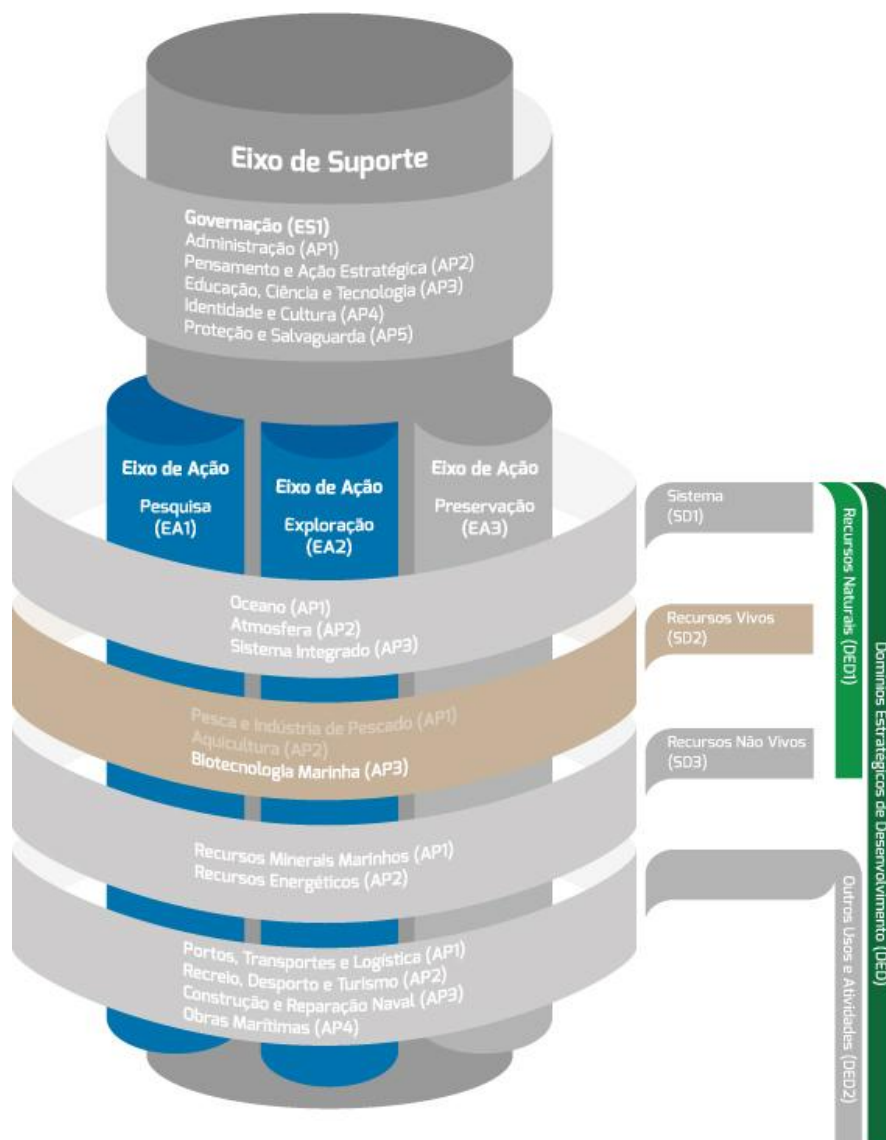
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

BIOTECNOLOGIA MARINHA

Valorização Biotecnológica

Valorização dos Produtos do Mar



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Valorização dos Produtos do Mar

Objetivos

- Desenvolver novas estratégias de utilização de todo o pescado capturado ou produzido em aquicultura;
- Aproveitar os subprodutos das indústrias de processamento do pescado e das rejeições da pesca, com a aplicação de processos biotecnológicos e tecnologias inovadoras;
- Produzir novas biomoléculas e produtos funcionais que conduzam à valorização do pescado e à melhoria da saúde do consumidor.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) – MAMAOT, em colaboração com a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR)
- Docapesca

Universidades e Laboratórios Associados

Outras entidades

- Outras entidades públicas e/ou privadas identificadas como necessárias ao longo do projecto

Tarefas

1. Optimizar as condições de produção de esqualeno/DHA à escala intermédia pelo protista *Thraustochytrium sp*;
2. Preparar hidrolisados e péptidos funcionais para incorporação em alimentos, a partir de subprodutos de pescado;
3. Promover a preparação a nível industrial de produtos inovadores de origem marinha para aplicação biomédica e farmacêutica.

Resultados Esperados

Promover a Valorização biotecnológica de produtos e subprodutos da cadeia do pescado.

Calendarização

Em fase de programação

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE (orçamento IPMA)

Financiamento comunitário

FCP (PROMAR), FEAMP

Custo Total: 268.496,00€

Ano	Nacional	Fundos Comunitários	Total
2013	45.782,00€	222.714,00€	268.496,00€

Aguarda financiamento (Candidatura a projectos)

ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA O OUTROS USOS E ATIVIDADES - PORTOS, TRANSPORTES E LOGÍSTICA



OUTROS USOS E ATIVIDADES

OUTROS USOS E ATIVIDADES (PORTOS, TRANSPORTES E LOGÍSTICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP1-PA5141

DED2 - Outros Usos e Atividades

AP1 – Portos, Transportes e Logística

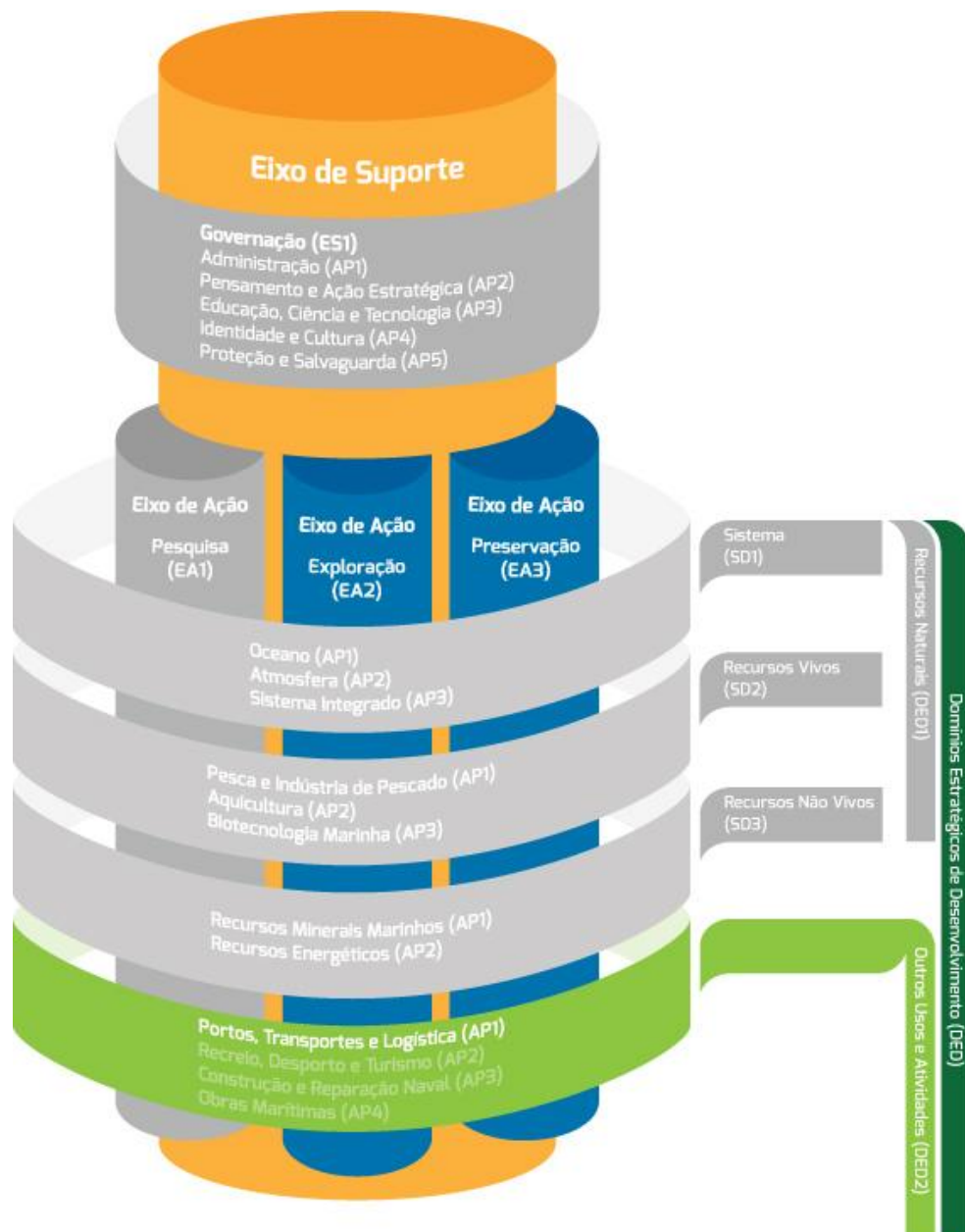
Efeitos:

#4 - Segurança da navegação apoiada num sistema de controlo de tráfego marítimo, integrado com os restantes instrumentos de espacialização e que cobre eficazmente a totalidade do espaço marítima nacional.

DED2 - OUTROS USOS E ATIVIDADES

PORTOS, TRANSPORTES E LOGÍSTICA

Monitorização e Controlo	
	Vigilância e Monitorização Integrados - NIPIM@R
	Serviço de Controlo de Tráfego Marítimo - VTS



Programa de Ação

Monitorização e Controlo

P5141084 - Vigilância e Monitorização Integrados - NIPIM@R

P5141085 - Serviço de Controlo de Tráfego Marítimo - VTS

Objetivos

- Criar uma metodologia comum às várias entidades nacionais com responsabilidades na área da vigilância e monitorização marítima integrada, que simultaneamente salvguarde as especificidades de cada uma e potencie a cooperação entre todas, através de um nó lógico de partilha de informação que optimize a utilização dos recursos e aumente a eficácia das funções marítimas do Estado;
- Sustentar as capacidades e a resposta do Serviço de Controlo de Tráfego Marítimo (VTS).

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)

- Autoridade Tributária e Aduaneira (AT)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Marinha portuguesa (MP)
- Força Aérea Portuguesa (FAP)
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Polícia Marítima (PM)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR)
- Sistema de Segurança Interna (SSI)
- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

Ministério da Justiça (MJ)

- Polícia Judiciária (PJ)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)

Ministério da Saúde (MS)

- Autoridade Nacional de Saúde (ANS)

Outras entidades

- Administrações Portuárias

Resultados Esperados

- Capacidade efetiva de resposta às ameaças e emergências, baseada na subsidiariedade dos parceiros;
- Capacidade efetiva de resposta no âmbito da segurança da navegação.

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento comunitário:
FEAMP

OUTROS USOS E ATIVIDADES (PORTOS, TRANSPORTES E LOGÍSTICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP1-PA5141-P5141084

DED2 - Outros Usos e Atividades

AP1 – Portos, Transportes e Logística

Efeito(s)- #4

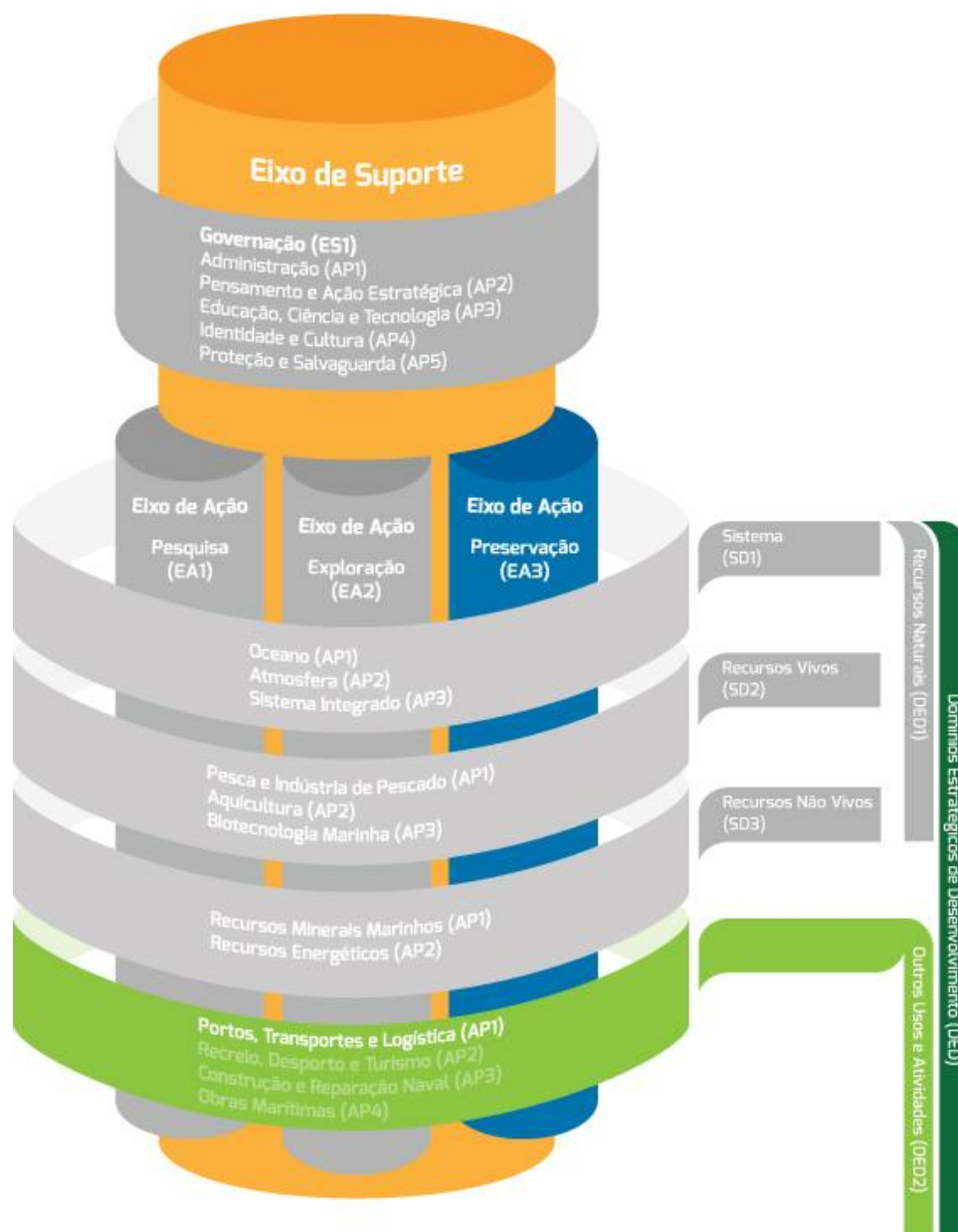
PA - Monitorização e Controlo

DED2 - OUTROS USOS E ATIVIDADES

PORTOS, TRANSPORTES E LOGÍSTICA

Monitorização e Controlo

Vigilância e Monitorização Integrados - NIPIM@R



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Vigilância e Monitorização Integrados - NIPIM@R

Objetivos

- Criar uma metodologia comum às várias entidades nacionais com responsabilidades na área da vigilância e monitorização marítima integrada, que simultaneamente salvaguarde as especificidades de cada uma e potencie a cooperação entre todas, através de um nó lógico de partilha de informação que optimize a utilização dos recursos e aumente a eficácia das funções marítimas do Estado.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)

- Autoridade Tributária e Aduaneira (AT)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Marinha portuguesa (MP)
- Força Aérea Portuguesa (FAP)
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Polícia Marítima (PM)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR)
- Sistema de Segurança Interna (SSI)
- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

Ministério da Justiça (MJ)

- Polícia Judiciária (PJ)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)

Ministério da Saúde (MS)

- Autoridade Nacional de Saúde (ANS)

Tarefas

1. Gestão do projeto;
2. Constituição da equipa de projeto e elaboração do respectivo documento;
3. Trabalhos de manutenção no protótipo decorrente do projeto *BlueMassMed* (já integra o sistema COSMOS);
4. Identificação das entidades com responsabilidades na área da vigilância e monitorização das actividades humanas no mar, respectivas competências e responsabilidades;
5. Identificação dos requisitos funcionais mínimos para um sistema de partilha de informação de vigilância e monitorização das actividades humanas no mar;
6. Identificação dos requisitos técnicos para o sistema de integração e partilha de informação;
7. Identificação dos constrangimentos legais à partilha de informação de vigilância e monitorização das actividades humanas no mar, e apresentação de propostas de alterações legislativas;
8. Elaboração de caderno de encargos e lançamento de concurso;
9. Apresentação e seleção de proposta de construção do sistema de integração e partilha de informação;

10. Construção do nó de integração e partilha de informação;
11. Integração do sistema VTS costeiro;
12. Integração do sistema SIVICC;
13. Integração do sistema MONICAP;
14. Formação de equipas de utilizadores;
15. Disponibilização operacional do sistema.

Resultados Esperados

- Aperfeiçoamento do efeito dissuasor e da resposta, em tempo útil, por parte das entidades responsáveis contra a traficância, a imigração ilegal, a protecção do ambiente e dos recursos marinhos e a segurança da navegação e dos portos;
- Aperfeiçoamento da resposta, em tempo útil, por parte das entidades responsáveis pelas ações de busca e o salvamento, de combate e controlo das pandemias, e de protecção civil na faixa litoral;
- Aperfeiçoamento da resposta em acções externas de apoio humanitário e alívio às populações vítimas de catástrofe nas regiões litorais;
- Aperfeiçoamento na promoção da cooperação civil-militar no que ao sistema de vigilância marítima diz respeito;
- Aperfeiçoamento do apoio à exploração das oportunidades colocadas ao Estado no mar, nos planos económicos e científico;
- Aperfeiçoamento do apoio à cooperação externa no quadro da ajuda ao desenvolvimento e à intervenção sobre Estados em situações de fragilidade no contexto do binómio segurança-desenvolvimento.

Calendarização

2013-2020:
Tarefa 1
2013 – 2015:
Tarefa 2 e 3
2013:
Tarefa 4
2013 – 2014:
Tarefas 5 e 6
2014 – 2015:
Tarefa 7
2014:
Tarefa 8
2015:
Tarefa 9
2015 – 2017:
Tarefas 10, 11, 12 e 13
2017 – 2018:
Tarefa 14
2018 – 2020:
Tarefa 15

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE - 160.000,00€ (orçamento da DGPM)

Financiamento comunitário:
FEAMP - 640.000,00€

Custo total estimado (até 2020): 800.000,00€

OUTROS USOS E ATIVIDADES (PORTOS, TRANSPORTES E LOGÍSTICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP1-PA5141-P5141085

DED2 - Outros Usos e Atividades

AP1 – Portos, Transportes e Logística

Efeito(s)- #4

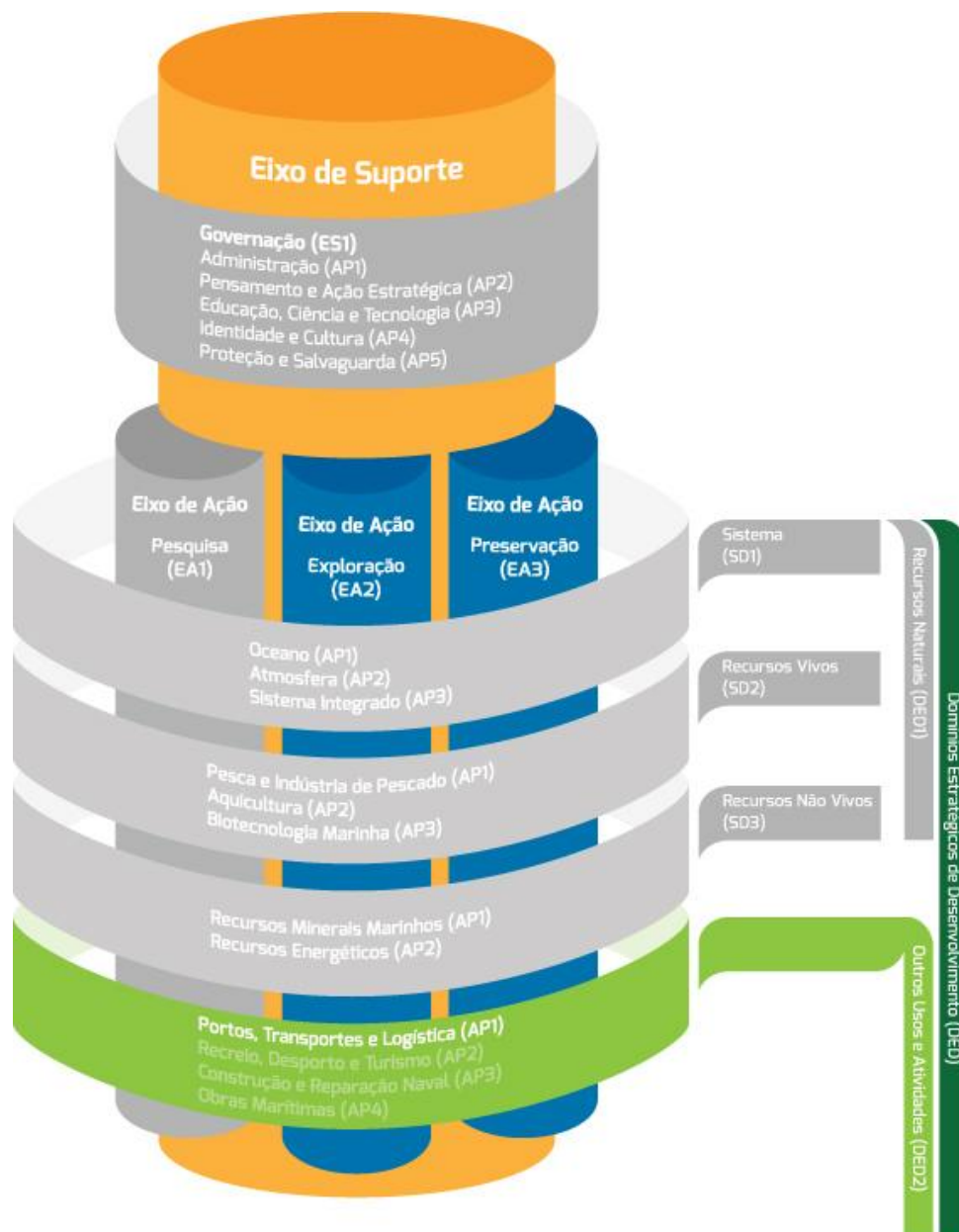
PA - Monitorização e Controlo

DED2 - OUTROS USOS E ATIVIDADES

PORTOS, TRANSPORTES E LOGÍSTICA

Monitorização e Controlo

Serviço de Controlo de Tráfego Marítimo - VTS



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Serviço de Controlo de Tráfego Marítimo – VTS

Objetivos

Concentrar no Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do Continente a infraestrutura técnica e dos centros de dados necessários à prossecução das valências atribuídas à DGRM em matéria da vigilância, monitorização e controlo da atividade das pescas, nomeadamente no âmbito do Sistema de Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca (SIFICAP) e do Sistema de Monitorização Contínua da Actividade de Pesca (MONICAP), necessárias ao exercício das funções de Autoridade Nacional da Pesca, da segurança marítima e da operação e coordenação dos serviços e sistemas de monitorização e controlo do tráfego marítimo, necessárias ao exercício das funções de Autoridade Nacional de Controlo de Tráfego Marítimo e de Autoridade Competente para a Protecção do Transporte Marítimo e dos Portos.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Marinha portuguesa (MP)
- Força Aérea Portuguesa (FAP)
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Polícia Marítima (PM)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR-UCC)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação

Tarefas

1. Gestão do projeto;
2. Constituição da equipa de projeto e elaboração do respectivo documento;
3. Identificação dos requisitos técnicos para o sistema de integração das bases de dados e da informação das pescas, das embarcações e da navegação marítima e para a partilha da informação;
4. Identificação dos constrangimentos legais e técnicos à partilha de informação;
5. Elaboração de caderno de encargos e lançamento de concurso;
6. Apresentação e seleção de proposta de construção do sistema e da infraestrutura de integração e partilha da informação;
7. Construção da solução selecionada;
8. Disponibilização operacional do sistema.

Resultados Esperados

- Aperfeiçoamento da monitorização e do controlo dos recursos marinhos e da segurança e proteção da navegação e dos portos e do cumprimento dos requisitos e obrigações nos âmbitos identificados;
- Aperfeiçoamento na promoção da cooperação civil-militar no que ao sistema de vigilância marítima diz respeito;
- Aperfeiçoamento do apoio à exploração das oportunidades colocadas ao Estado no mar, nos planos económicos e científico.

Calendarização

2013:

Tarefa 1

2013

Tarefa 2


2013 – 2014:

Tarefa 3
2013 -2014:
Tarefa 4
2014:
Tarefas 5 e 6
2014 – 2015:
Tarefa 7
2016:
Tarefa 8

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitário:
DG-MARE, FCP(PROMAR) e FEAMP



**ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA P
OUTROS USOS E ATIVIDADES - RECREIO,
DESPORTO E TURISMO**

OUTROS USOS E ATIVIDADES

OUTROS USOS E ATIVIDADES (RECREIO, DESPORTO E TURISMO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP2-PA5243

DED2 - Outros Usos e Atividades

AP2 - Náutica de Recreio, Desporto e Turismo Náutico

Efeitos:

#1 - Fortalecimento da náutica, internacionalizada e enraizada em todo o território, sendo geradora de emprego sustentável e especializado

#2 - Sociedade empenhada em promover o acesso ao mar e o seu uso através da náutica, num contexto de lazer e desporto, incluindo alta competição

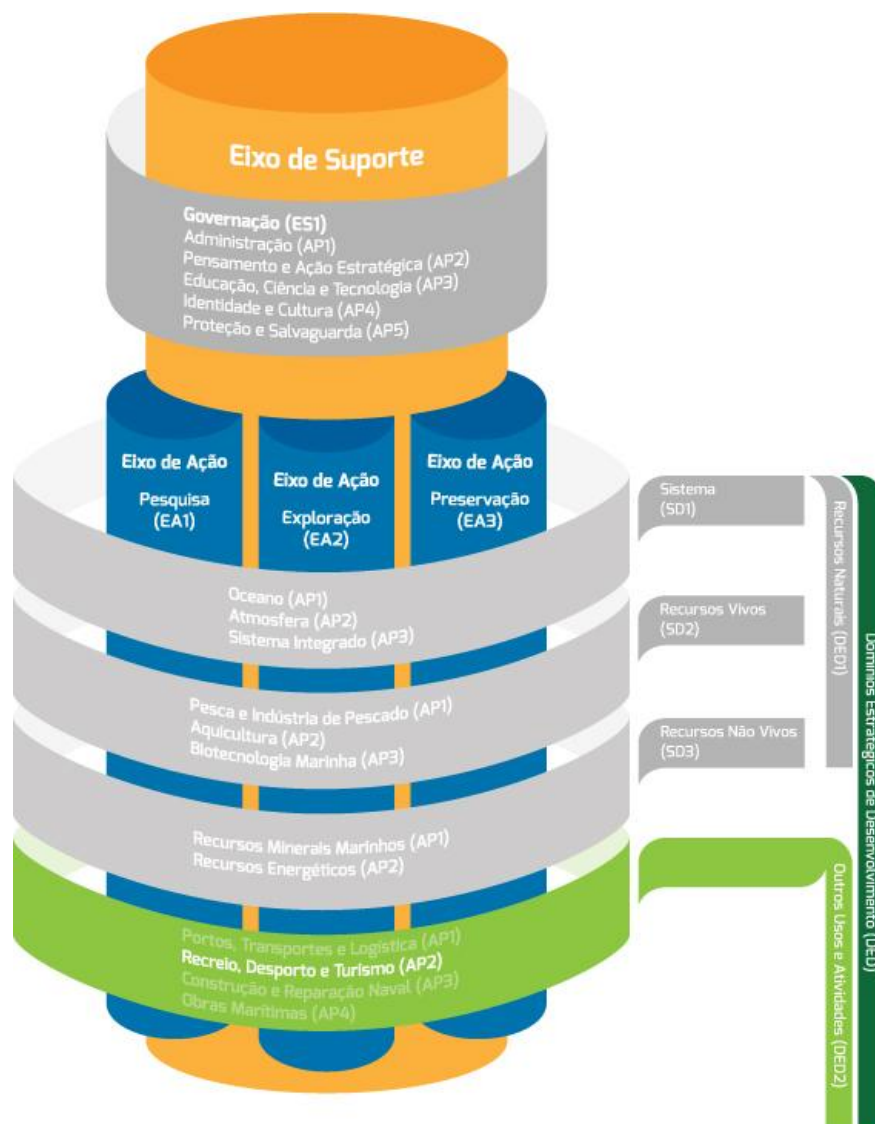
#3 - Desenvolvimento da náutica luso-atlântica como um destino

#4 - Desenvolvimento de uma imagem forte da maritimidade de Portugal e da Europa

DED2 - OUTROS USOS E ATIVIDADES

RECREIO, DESPORTO E TURISMO

Portugal Náutico	
	Clubes do Mar
	Polos do Mar - componente náutica
	Eventos Desportivos
	Pesca Lúdica



Programa de Ação

Portugal Náutico

P5243087 - Clubes do Mar
P5243088 - Polos de Mar – componente náutica
P5243089 - Eventos Desportivos
P5243090 - Pesca Lúdica

Objetivos

- Promover através da concretização do “Programa de Acção Portugal Náutico” um conjunto de projectos nacionais, regionais e locais, podendo envolver a cooperação internacional, inter-regional e transfronteiriça, sendo coordenados no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar e integrando na mesma, sempre que aplicável, os projectos executados no quadro da Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico (EMUEAA), da CPLP, projetos de cooperação e outros de âmbito bilateral.

Desenvolvimento: Este programa tem como objetivo impulsionar e desenvolver a náutica nas vertentes de recreio, educação, desporto e turismo, e o respectivo respaldo económico, integrando uma rede de apoios náuticos em zonas estratégicas do país, com forte intervenção territorial e incluindo plataformas que permitam potenciais a construção, a comercialização de meios e equipamentos.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Turismo de Portugal (TP)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Docapesca
- Comissões Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

Ministério da Solidariedade e da Solidariedade Social (MSSS)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
- Municípios

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Instituições de ensino públicas e privadas
- Instituições e empresas de desportos náuticos
- Federações e associações de apoio aos desportos náuticos
- Fórum Empresarial para a Economia do Mar (FEM)
- OCEANO XXI
- Aporvela
- Intercéltica
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Resultados Esperados

- Uma economia do mar envolvendo uma forte componente náutica, internacionalizada e enraizada em todo o território nacional, sendo geradora de emprego sustentável e de alta qualidade;
- Uma sociedade empenhada em promover o acesso ao mar e o seu uso através da náutica;
- O desenvolvimento da náutica luso-atlântica como um destino;
- O desenvolvimento de uma imagem forte da maritimidade de Portugal e da Europa;
- Uma governação moderna para a náutica.

Calendarização

2013-2016 (em fase de planeamento)

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitário:
Programa Espaço Atlântico, QEC 2014-20

OUTROS USOS E ATIVIDADES (RECREIO, DESPORTO E TURISMO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP2-PA5243-P5243087

DED2 - Outros Usos e Atividades

AP2 - Náutica de Recreio, Desporto e Turismo Náutico

Efeito(s) - #2

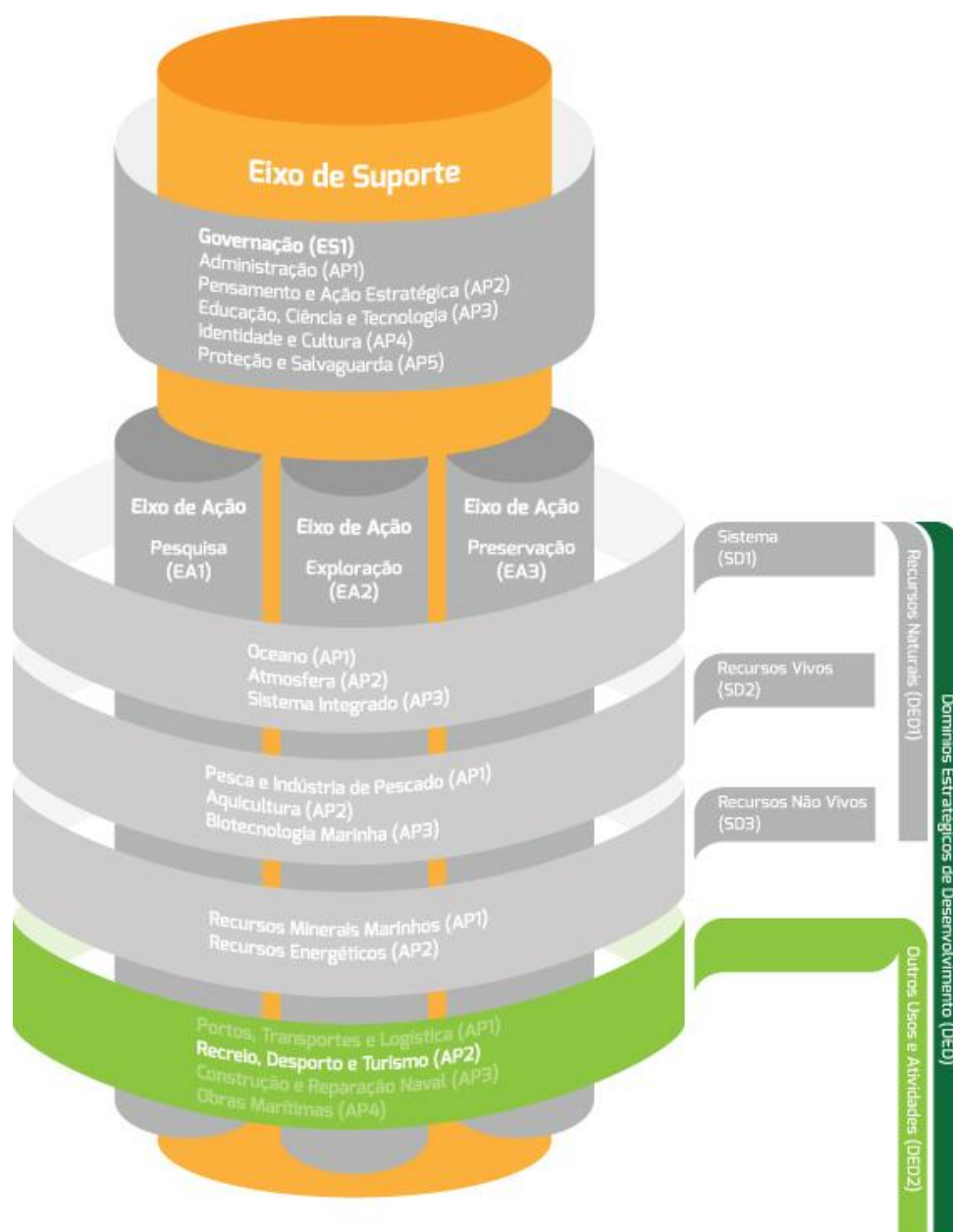
PA- Portugal Náutico

DED2 - OUTROS USOS E ATIVIDADES

RECREIO, DESPORTO E TURISMO

Portugal Náutico

Clubes do Mar



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Clubes do Mar

Objetivos

- Apoiar o desenvolvimento dos clubes náuticos;
- Contribuir para a educação dos jovens e a sua formação, através de atividades escolares ligadas à náutica (Classes de Mar);
- Apoiar, através das atividades náuticas, iniciativas que visam sensibilizar a população para os temas ligados ao Mar;
- Familiarizar os jovens com a prática da vela oceânica;
- Implementar uma monitorização do ambiente marinho e da biodiversidade suportada em atividades dos jovens e do seu contacto com o Mar;
- Contribuir para a sensibilização dos jovens acerca da náutica e das carreiras profissionais ligadas ao Mar, fora da moldura dos currículos escolares e para a educação dos jovens acerca do Mar.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) – PCM/SEDJ

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Saúde (MS)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)
- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE)

Ministério da Solidariedade e Segurança Social (MSSS)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) - Coordenação
- Municípios

Governo Regional da Madeira (GRM)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Outras entidades

- Instituições de ensino públicas e privadas
- Instituições e empresas de desportos náuticos
- Federações e associações de apoio aos desportos náuticos
- Fórum Empresarial para a Economia do Mar (FEM)
- OCEANO XXI
- Aporvela
- Intercéltica
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Democratizar o acesso ao Mar;
2. Desenvolver programas de treino e formação de voluntários para apoio à promoção de atividades que incentivam o contacto com o Mar;

3. Apetrechar os clubes de desportos náuticos/grupos de voluntários com instrumentos para promover oportunidades e projetos de carreira junto dos jovens;
4. Incentivar a prática dos desportos náuticos junto da população que habita em zonas desfavorecidas;
5. Desenvolver programas de intercâmbio entre clubes náuticos e estabelecimentos de ensino para participação em competições desportivas e atividades marítimo-culturais;
6. Implementação de ciclos/campanhas de sensibilização para a náutica e para as profissões ligadas ao Mar;
7. Promover a descoberta da náutica, das profissões do Mar, do ambiente marinho e do património marítimo;
8. Promover a supervisão da manobra e gestão da monitorização ambiental e da biodiversidade, a bordo, em parceria com universidades e organizações ambientalistas;
9. Promover o intercâmbio de jovens em cruzeiros multinacionais.

Resultados Esperados

- Criar uma rede de clubes de Mar em todo o território nacional, equipados e qualificados;
- Ter uma população jovem e a sociedade em geral consciente da importância do mar e das actividades náuticas e disponível para a prática dessas actividades;
- Maior facilidade de acesso ao Mar.

Calendarização

2013-2016 (em fase de planeamento)

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitário:
Programa Espaço Atlântico, QEC 2014-20

OUTROS USOS E ATIVIDADES (RECREIO, DESPORTO E TURISMO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP2-PA5243-P5243088

DED2 - Outros Usos e Atividades

AP2 - Náutica de Recreio, Desporto e Turismo Náutico

Efeito(s) - #1, #2, #3, #4

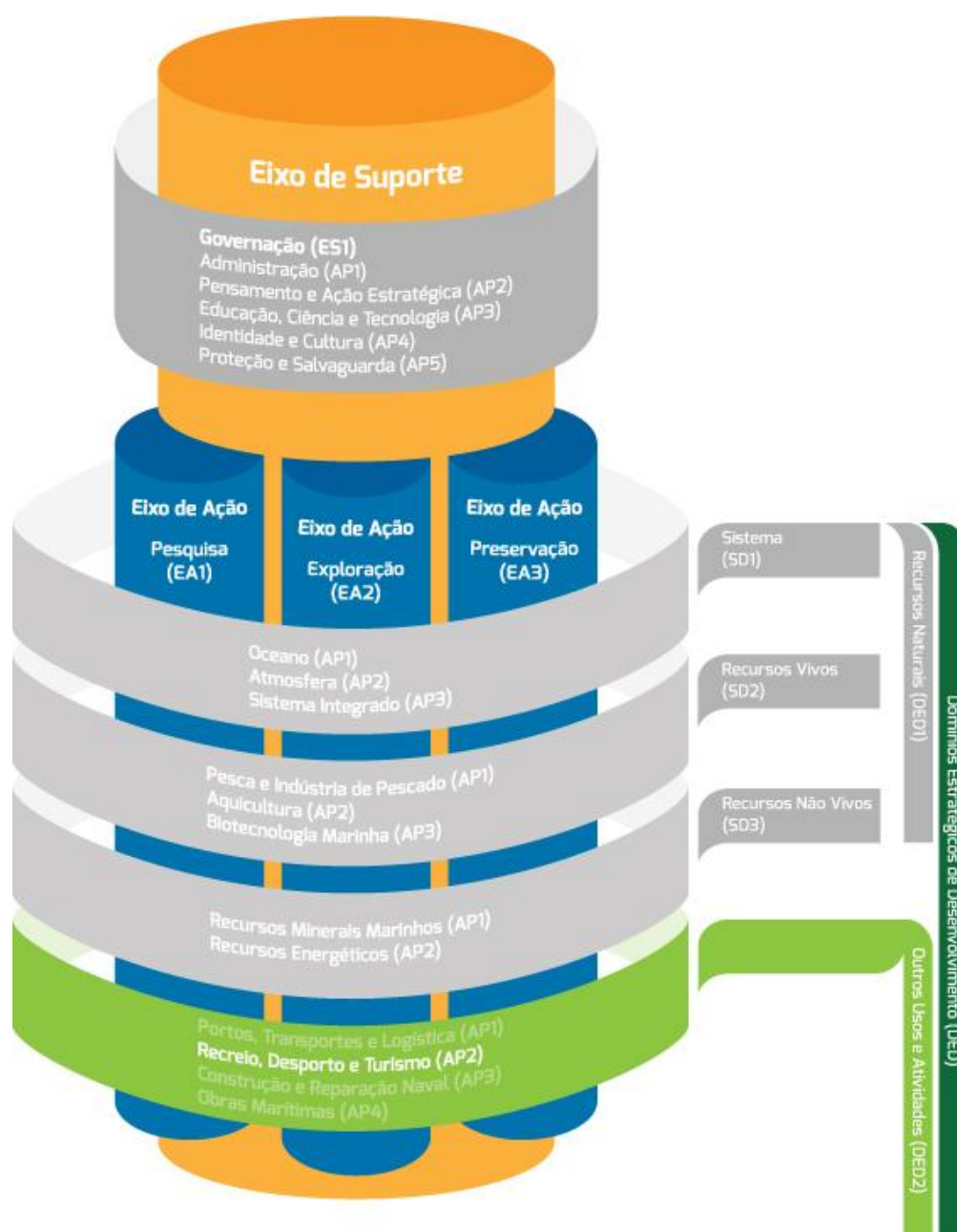
PA- Portugal Náutico

DED2 - OUTROS USOS E ATIVIDADES

RECREIO, DESPORTO E TURISMO

Portugal Náutico

Polos do Mar - componente náutica



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Polos do Mar – componente náutica

Objetivos

- Criar uma rede nacional de polos de mar, com componentes náuticas, permitindo tirar partido das sinergias regionais e locais e promover a coesão territorial e a qualidade da oferta e desta forma fortalecer a imagem nacional ligada à náutica e a todas as atividades que esta envolve (ex. serviços, investigação e formação).
- Criar uma rede de centros de atividades náuticas, de excelência em termos de infra-estruturas, energia e qualidade ambiental, multiuso, e com capacidade e qualidade para recepção de todo o tipo de público, incluindo adaptação para utilização por público com mobilidade condicionada (Centros Atlânticos de Atividades Náuticas);
- Incrementar a atividade turística associada à náutica no Mar-Portugal/Atlântico;
- Promover as futuras motorizações nos centros náuticos e nas marinas; supervisão das atividades, passeios-natureza, descoberta do ambiente marinho, e aluguer;
- Apoiar a instalação e ampliação das capacidades de produção; fortalecimento da supervisão; formação e treino neste setor de negócios;
- Apoiar a exportação de equipamento, produtos e serviços, e conhecimento.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Turismo de Portugal (TP)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissões Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)
- Docapesca

Ministério da Solidariedade e Segurança Social (MSSS)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
- Gabinete do Secretário de Estado da Cultura (SEC)
- Municípios

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
- Municípios

Governo Regional da Madeira (GRM)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Outras entidades

- Instituições de ensino públicas e privadas
- Instituições e empresas de desportos náuticos
- Federações e associações de apoio aos desportos náuticos
- Fórum Empresarial para a Economia do Mar (FEM)
- OCEANO XXI
- Aporvela

- Intercéltica
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Promover de forma continuada a mediatização das atividades marítimas junto da sociedade portuguesa através da náutica;
2. Promover os desportos ligados ao mar como elemento diferenciador da oferta turística;
3. Criar as condições para o melhor aproveitamento do mar e zona costeira, apostando na qualidade e diversidade da oferta dos produtos e criar complementaridade com outros setores, designadamente a componente da formação e investigação, permitindo fortalecer a economia e a oferta turística associada ao Mar e à náutica;
4. Identificar os parceiros regionais e locais para dinamizar a criação da componente náutica dos polos de mar;
5. Identificar os locais, à escala nacional, com melhor aptidão para a localização de componentes náuticas dos polos de mar;
6. Identificar as especificidades regionais e as sinergias e complementaridades funcionais e temáticas a estabelecer ao nível da rede de polos de mar;
7. Estabelecer uma proposta para a implementação dos polos de mar no que respeita à componente náutica.
8. Apoiar a inovação (novas portas de entrada por mar e melhoria das acessibilidades);
9. Constituir uma gama de produtos de alta-qualidade com a etiqueta Portugal-Náutico/Atlântico-Náutico;
10. Criação de Guias de Turismo Náutico contendo roteiros nas vertentes natureza e cultura (por Regiões);
11. Desenvolver redes marinas e assegurar a sua coordenação multinacional;
12. Melhorar segurança conforto da navegação, pontos de amarração;
13. Criar condições para facilitar a entrada e saída da água e a alagem de embarcações;
14. Promoção de parcerias internacionais (incluindo a CPLP);
15. Promoção da invernagem em Portugal;
16. Tornar a oferta competitiva;
17. Integração com a economia das cidades;
18. Implementação de novas infra-estruturas, ou reabilitação de estruturas existentes.

Resultados Esperados

Criação de uma rede nacional de polos de mar integrando a componente náutica.

- Melhoria da qualidade de serviços, incluindo os serviços de manutenção e reparação;
- Melhoria das condições de acesso à água (pessoas e embarcações);
- Tornar o mercado nacional competitivo no espaço Europeu e Mundial;
- Infra-estruturas de apoio à náutica qualificada (e reconvertidas) integrada numa rede nacional de portos e marinas com uma coordenação integrada;
- Integração da rede de portos e marinas num contexto alargado de roteiros nacionais em estreita articulação com o turismo;
- Qualificação dos territórios ribeirinhos numa ótica da promoção do turismo.

Calendarização

2013:
Identificação dos locais, especificidades e parceiros

2014 – 2015
Estabelecer a primeira fase dos Polos de Mar (2)

2015 – 2016:
Estabelecer a segunda fase dos Polos de Mar (3)

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitário:
Programa Espaço Atlântico, QEC 2014-2020

OUTROS USOS E ATIVIDADES (RECREIO, DESPORTO E TURISMO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP2-PA5243-P5243089

DED2 - Outros Usos e Atividades

AP2 - Náutica de Recreio, Desporto e Turismo Náutico

Efeito(s) - #4

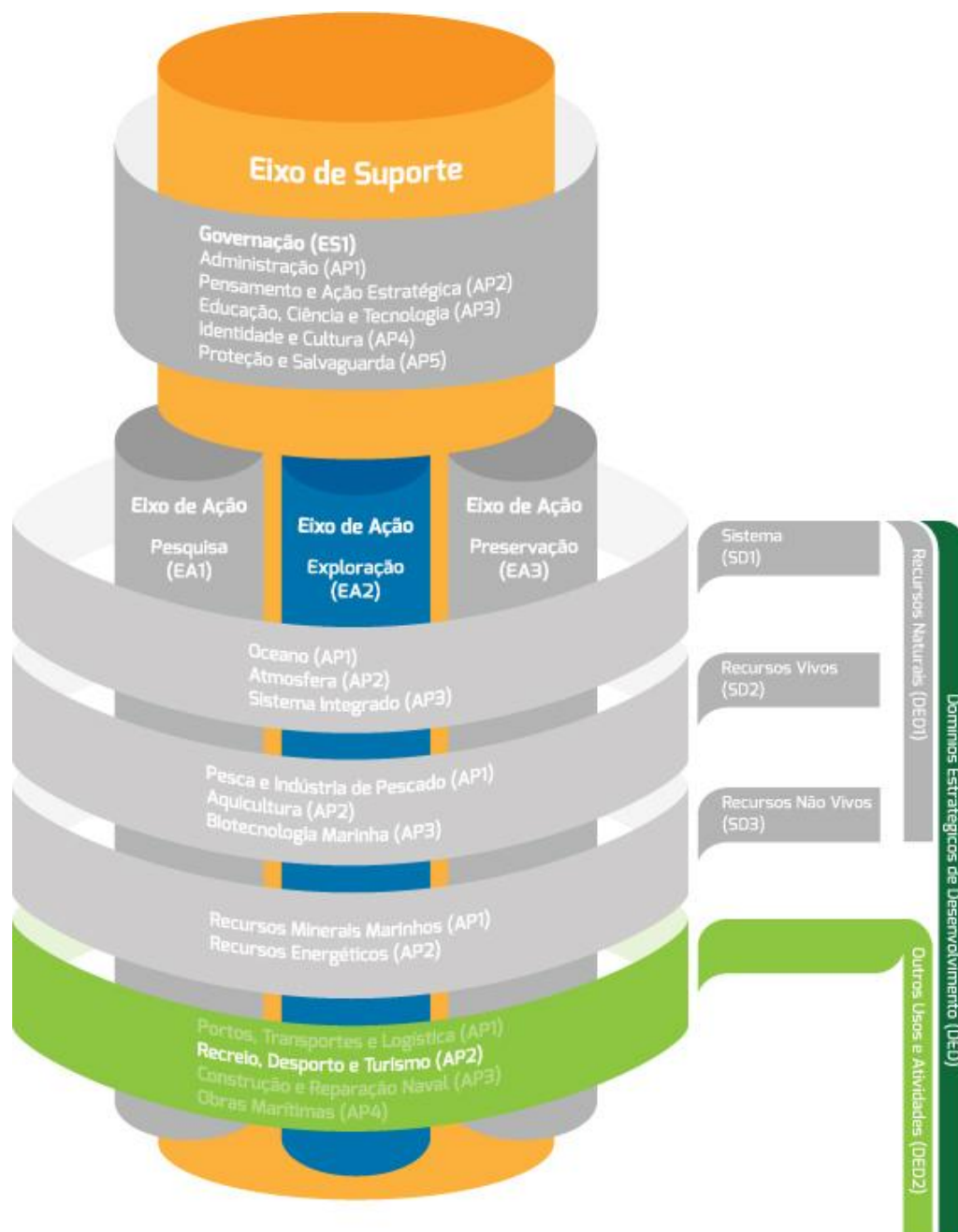
PA03 - Portugal Náutico

DED2 - OUTROS USOS E ATIVIDADES

RECREIO, DESPORTO E TURISMO

Portugal Náutico

Eventos Desportivos



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Eventos Desportivos

Objetivos

- Contribuir para desenvolver uma imagem náutica e marítima do Mar-Portugal/Área do Atlântico, para que possa ser uma referência para a prática mundial de vela, windsurf, surf, canoagem e remo;
- Desenvolver uma imagem náutica e marítima do Mar-Portugal/Área do Atlântico, transformando-o num centro mundial de regatas de vela oceânica (de tripulações e solitários, e de alta tecnologia);
- Transformar o Mar-Portugal/Área Atlântica no local de eleição para o desporto náutico, património cultural e eventos com *apport* económico.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) - PCM/SEDJ

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissões Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Saúde (MS)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

Ministério da Solidariedade e Segurança Social (MSSS)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
- Municípios

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Instituições de ensino públicas e privadas
- Instituições e empresas de desportos náuticos
- Federações e associações de apoio aos desportos náuticos
- Fórum Empresarial para a Economia do Mar (FEM)
- OCEANO XXI
- Aporvela
- Intercélica
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Conferência bienal sobre a implementação do projeto (2014, 2016, 2018, 2020);
2. Fazer dos Jogos do Atlântico um evento náutico com cobertura mundial;
3. Captação para Portugal de provas de alto-nível e tradição náutica (ex.: Taça da América, *Volvo Ocean Race*, *Rip Curl*, *Tall Ships Race*, *La Route des Princes*, *Course do Large*)

Resultados Esperados

Colocação de Portugal no calendário dos eventos náuticos internacionais de grande visibilidade.

Calendarização

2013-2016 (em fase de planeamento)

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitário:
Programa Espaço Atlântico, QEC 2014-2020

OUTROS USOS E ATIVIDADES (RECREIO, DESPORTO E TURISMO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP2-PA5243-P5243090

DED2 - Outros Usos e Atividades

AP2 - Náutica de Recreio, Desporto e Turismo Náutico

Efeito(s) - #2

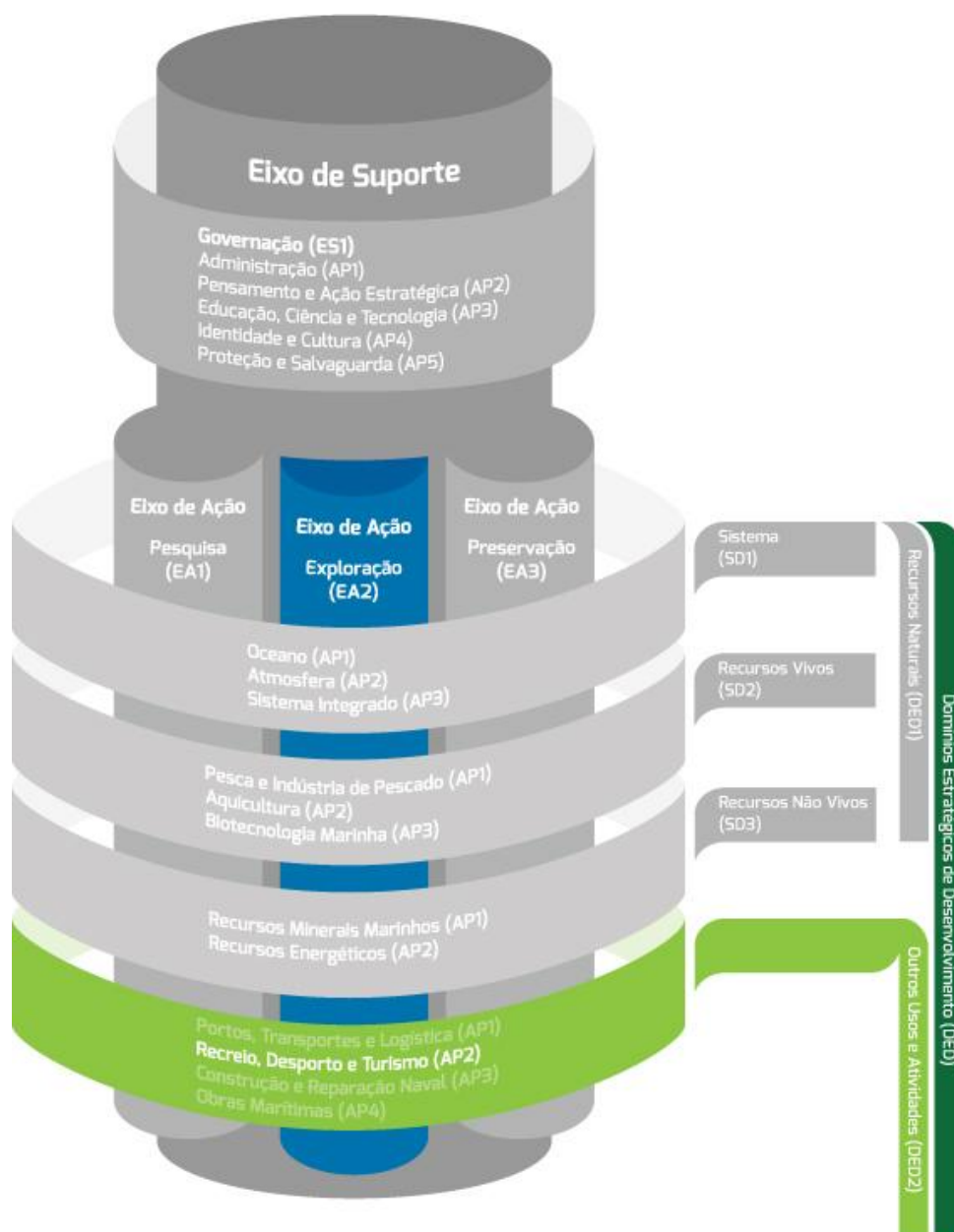
PA - Portugal Náutico

DED2 - OUTROS USOS E ATIVIDADES

RECREIO, DESPORTO E TURISMO

Portugal Náutico

Pesca Lúdica



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Pesca Lúdica

Objetivos

- Criar condições para que a licença de pesca lúdica deixe de ter existência física (papel), passando a ser constituída por um registo eletrónico, com base no número do documento de identificação do titular (Bilhete de identidade, Cartão de Cidadão, Passaporte), verificável por SMS e/ou por consulta do portal da DGRM.
- Manter a possibilidade de qualquer utente solicitar, pagar e adquirir uma licença de pesca lúdica num único ato através do sistema de redes de multibanco (SIBS),
- Possibilitar, a qualquer utente a possibilidade de, através de um terminal (computador, telemóvel, etc.) com acesso à internet, solicitar, pagar e adquirir uma licença de pesca, fornecendo apenas o tipo e número do documento de identificação;
- Criar um processo que permita às entidades de fiscalização e controlo, através de um SMS ou por consulta do portal da DGRM, verificar se para determinado tipo e número de documento de identificação, existe uma licença de pesca lúdica emitida;
- Criar condições que permitam aos titulares de licença de pesca lúdica consultarem as características da sua licença, nomeadamente o prazo de validade, por SMS e/ou através do portal da DGRM e, voluntariamente, completar o respetivo registo com dados adicionais (nome, e-mail de contacto, etc.).

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - MAMAOT

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Administração Interna

- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Turismo de Portugal (TP)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) (que coordena)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Tarefas

1. Analisar o sistema em vigor, elaborar propostas de alteração legislativa e preparar a articulação com os sistemas informáticos (SI2P, SIBS, SIFICAP/MONICAP);
2. Desenvolver sistema de recolha de informação relativa à emissão de licenças e sistema SMS para pesquisa / informação sobre licenças emitidas;
3. Desenvolver sistema de consulta das licenças em vigor para os titulares, através do Portal da DGRM;
4. Analisar, testar e implementar soluções desenvolvidas.

Resultados Esperados

- Criar condições para que todos os utentes (nacionais e estrangeiros) possam dispor de uma licença de pesca lúdica a partir de um terminal próximo de si, preferencialmente na sua residência;
- Diminuir o desperdício de papel e simplificar os processos para o cliente final;
- Garantir que a informação relativa aos titulares de licença de pesca lúdica está sempre acessível aos próprios e às entidades de fiscalização e controlo;
- Melhorar a qualidade da informação recolhida;
- Reduzir custos de emissão das licenças quer para o estado, quer para o cliente final.

Calendarização

2013

Tarefas 1, 2 e 3

2013 – 2014

Tarefa 4

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE

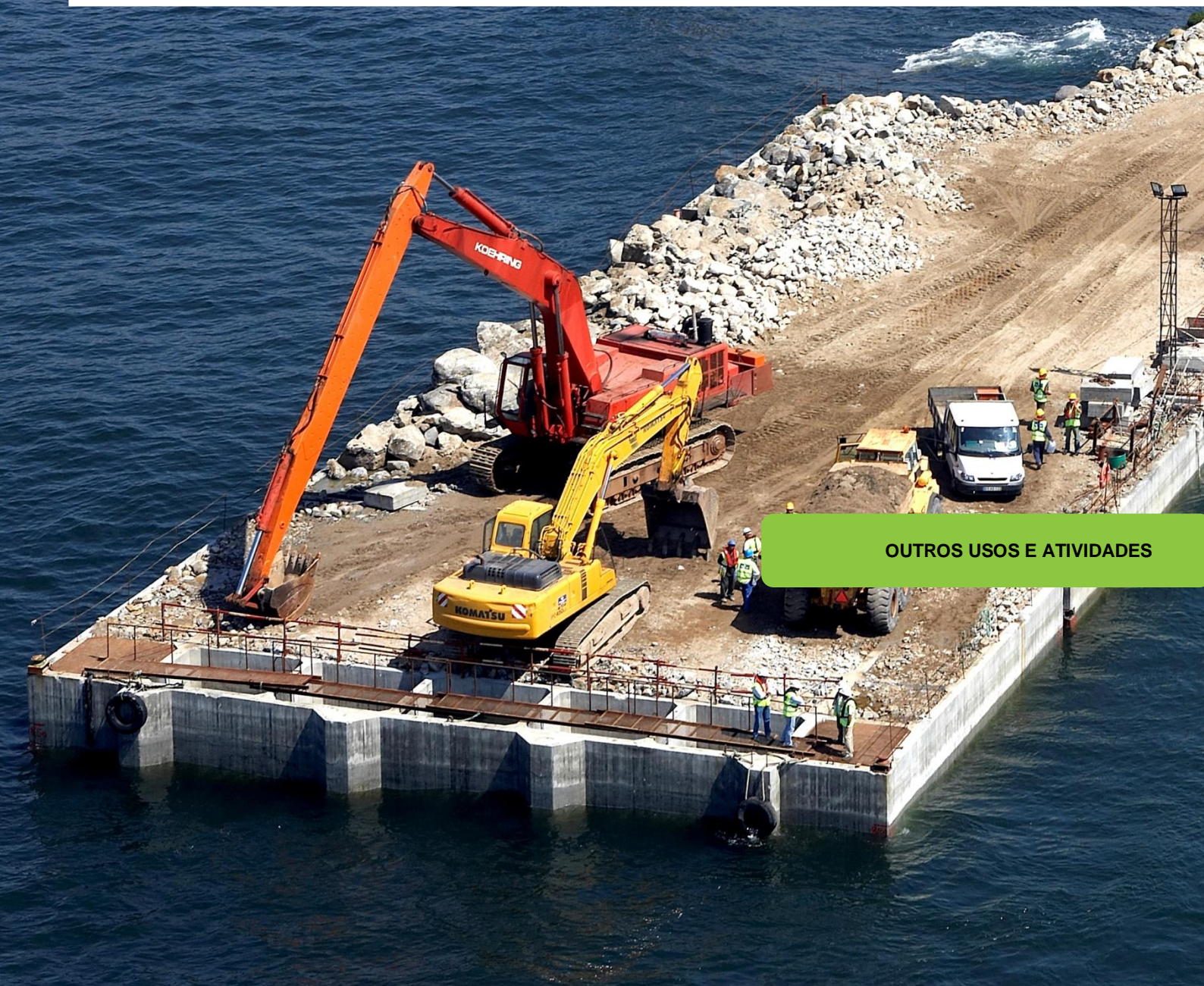
Financiamento Comunitário:

FCP (PROMAR), FEAMP

(Custos a identificar pela Equipa Técnica Especializada (ETE))



ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA R OUTROS USOS E ATIVIDADES - OBRAS MARÍTIMAS



OUTROS USOS E ATIVIDADES

OUTROS USOS E ATIVIDADES (OBRAS MARÍTIMAS)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP2-PA5445

DED2 - Outros Usos e Atividades

AP2 – Obras Marítimas

Efeitos:

#1 – Promoção de segurança de pessoas e bens (proteção de património construído e/ou natural de importância relevante), com vista à eliminação, redução ou controlo dos riscos no litoral, através de intervenções de manutenção/reabilitação de obras de defesa/proteção costeira.

#2 - Requalificação de áreas urbanas degradadas em domínio hídrico associadas à utilização de praias ou a atividades produtivas.

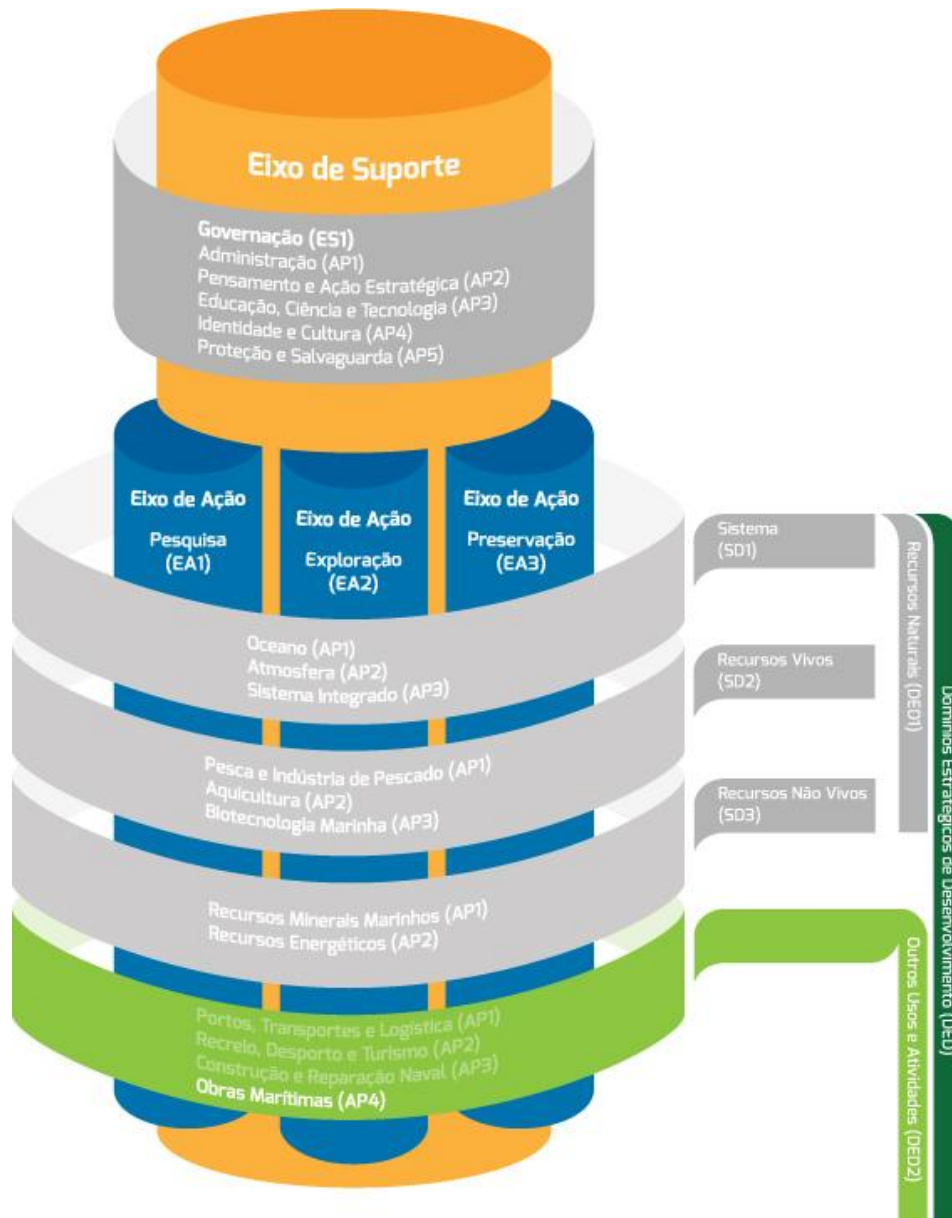
DED2 - OUTROS USOS E ATIVIDADES

OBRAS MARÍTIMAS

Valorização e Proteção do Litoral

Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral (PAPVL) 2012-15

Acesso ao Mar



Programa de Ação

Obras Marítimas

P5445091 - Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral (PAPVL) 2012-15

P5445092 – Acesso ao Mar

Objetivos

- Promover, com base na tipificação e priorização existente e no diagnóstico das necessidades efectuadas no contexto das áreas ribeirinhas costeiras, um conjunto de intervenções na orla costeira que permitam melhorar e valorizar as condições do interface Terra / Mar, quer no contexto da salvaguarda de pessoas e bens, quer numa perspetiva de melhorar as condições generalizadas de acesso ao Mar e em particular às populações ribeirinhas.
- Desenvolvimento: Este programa tem como objetivo enquadrar e dinamizar as intervenções identificadas e a sua execução a nível nacional, regional e local, no sentido de poderem ser asseguradas as condições de uma utilização da orla costeira e do espaço marítimo associado em segurança, incluindo a criação de condições de acesso ao mar.

Entidade Coordenadora

Agência Portuguesa do Ambiente (APA) em articulação com a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Polícia Marítima (PM)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Turismo de Portugal (TP)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA) - Coordenação
- Docapesca
- Comissões Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
- Municípios

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Administrações Portuárias
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Resultados Esperados

- Uma economia do mar envolvendo uma integração do espaço marítimo com a orla costeira e a promoção da coesão territorial
- Uma sociedade empenhada em promover o acesso ao mar e o seu sustentável;

- Maior segurança de pessoas e bens;
- Redução, minimização e controlo dos riscos resultantes da evolução da orla costeira;
- Conhecimento dos mecanismos necessários à proteção costeira;

Calendarização

2013-2016

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitário:
Programa Operacional Valorização do Território (POVT)
Programas operacionais regionais (POR);
Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos (FPRH);

OUTROS USOS E ATIVIDADES (OBRAS MARÍTIMAS)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP2-PA5445-P5445091

DED2 - Outros Usos e Atividades

AP2 – Obras Marítimas

Efeitos - #1, #2

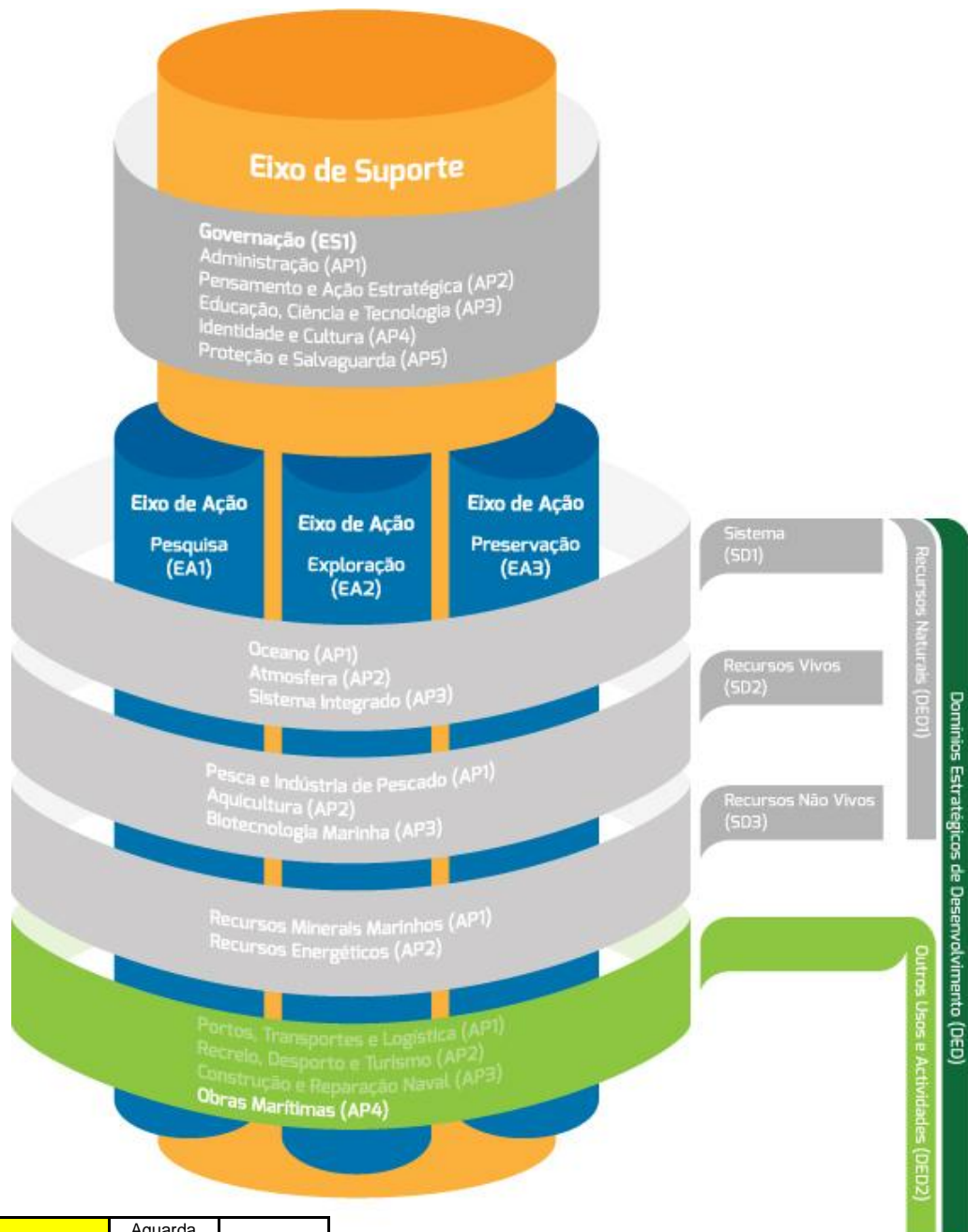
PA - Valorização e Proteção do Litoral

DED2 - OUTROS USOS E ATIVIDADES

OBRAS MARÍTIMAS

Valorização e Proteção do Litoral

Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral (PAPVL) 2012-15



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral (PAPVL) 2012-15

Objetivos

- Identificar, tipificar, priorizar, programar e coordenar as intervenções na orla costeira continental enquadradas nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira em vigor, mais um conjunto de intervenções entretanto identificadas como necessárias e urgentes e ações enquadradas nos programas Polis do Litoral. Incluem tipologias de intervenção classificadas como: ações de defesa costeira e zonas de risco, sempre que sejam detetados riscos passíveis de por em causa a segurança de pessoas e bens localizados na faixa costeira; e estudos, gestão e monitorização de forma a suportar e fundamentar tecnicamente as ações e intervenções previstas e garantir a sua adequabilidade face aos processos e mecanismos evolutivos presentes na faixa costeira

Entidade Coordenadora

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Polícia Marítima (PM)

Ministério da Economia e do Emprego (MEE)

- Turismo de Portugal (TP)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA) - Coordenação
- Comissões Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)
- Sociedades POLIS Litoral

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Municípios

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Administrações Portuárias
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Identificar e coordenar as prioridades de investimento para as intervenções na orla costeira;
2. Designar e propor fontes de financiamento para realização física e financeira das ações;
3. Coordenar os procedimentos de contratação pública destinados à realização de empreitadas e aquisição de serviços necessários à concretização das intervenções;
4. Coordenar a integração dos procedimentos de contratação entre os vários participantes a nível nacional, regional e local;
5. Acompanhar e monitorizar a execução dos contratos realizados no âmbito do plano.

Resultados Esperados

- Racionalizar o investimento na orla costeira conforme as prioridades definidas;
- Gestão integrada da zona costeira e articulação com o espaço marítimo adjacente;
- Promover a segurança de pessoas e bens;
- Redução, minimização e controlo dos riscos resultantes da evolução da orla costeira;
- Aumentar a informação e mecanismos necessários à proteção costeira;

Calendarização

2013-2015

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE

Financiamento Comunitário:

Programa Operacional Valorização do Território (POVT)

Programas Operacionais Regionais (POR)

Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos (FPRH)